



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

“POR ISSO AGORA, CATADORA, É DADA A HORA DA BRAVURA E DO FERVOR”

Trajetórias de vida e de trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis

GABRIELA BAYMA REMOS FERNANDES

João Pessoa

2026

GABRIELA BAYMA REMOS FERNANDES

“POR ISSO AGORA, CATADORA, É DADA A HORA DA BRAVURA E DO FERVOR”

Trajetórias de vida e de trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Professora Doutora Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo

João Pessoa

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F363p Fernandes, Gabriela Bayma Remos.

Por isso agora, catadora, é dada a hora da bravura e do fervor : trajetórias de vida e de trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis / Gabriela Bayma Remos Fernandes. - João Pessoa, 2026.
178 f.

Orientação: Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social do trabalho. 2. Economia informal. 3. Catadoras de materiais recicláveis. 4. Divisão sexual do trabalho. 5. Trabalho feminino. I. Máximo, Thais Augusta Cunha de Oliveira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6:331(043)

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, de modo presencial na Sala 1 do PPGPS, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Dissertação da aluna **GABRIELA BAYMA REMOS FERNANDES** – mat. 20241013918 (orientando(a), UFPB, CPF: 711.418.064-01). Foram componentes da banca examinadora: **PROF.^a DR.^a THAIS AUGUSTA CUNHA DE OLIVEIRA MAXIMO** (UFPB, Orientador, CPF:053.453.194-64), **PROF.^a DR.^a TATIANA DE LUCENA TORRES** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 028.034.344-23), **PROF.^a DR.^a ALESSANDRA RENATA GEREMIAS**(UEPB, Membro Externo à Instituição, CPF: 0374.109.968-62) e **PROF. DR. DÍMITRE SAMPAIO MOITA**(UFSCAR, Membro Externo à Instituição, CPF: 017.292.783-88). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, **PROF.^a DR.^a THAIS AUGUSTA CUNHA DE OLIVEIRA MAXIMO**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **GABRIELA BAYMA REMOS FERNANDES** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: **“POR ISSO AGORA, CATADORA, É DADA A HORA DA BRAVURA E DO FERVOR”: TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE TRABALHO DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**. Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de **“APROVADO”**, o qual foi proclamado pelo(a) presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, Tatiana de Lucena Torres, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 25 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **THAIS AUGUSTA CUNHA DE OLIVEIRA MAXIMO**
Data: 08/04/2026 11:13:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PROF.^a DR.^a THAIS AUGUSTA
CUNHA DE OLIVEIRA MAXIMO**

Documento assinado digitalmente
 **ALESSANDRA RENATA GEREMIAS**
Data: 10/04/2026 08:11:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PROF.^a DR.^a ALESSANDRA RENATA
GEREMIAS**

Documento assinado digitalmente
 **TATIANA DE LUCENA TORRES**
Data: 10/04/2026 08:38:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PROF.^a DR.^a TATIANA DE LUCENA
TORRES**

Documento assinado digitalmente
 **DÍMITRE SAMPAIO MOITA**
Data: 10/04/2026 15:46:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**PROF. DR. DÍMITRE SAMPAIO
MOITA**



Documento assinado digitalmente

TATIANA DE LUCENA TORRES

Data: 13/04/2026 09:13:00-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**PROF.^a DR.^a TATIANA DE LUCENA
TORRES
COORDENADORA DO PPGPS**

*Sou dono e não empregado
Tenho a vida pra gastar
Não gasto, nem sou gastado
Vou me economizar
Não vou ser esvaziado
Pro meu patrão engordar
Homem não consome o homem*

Morro do Sossego - Candeia

RESUMO

A questão do trabalho informal no Brasil, aqui entendido como aquele não regulado pelo Estado, é uma realidade no país desde os primeiros contornos de um mercado de trabalho brasileiro. Amplamente composto por pessoas pretas e pardas em situação de vulnerabilidade socioeconômica no período pós-abolição da escravidão, ainda hoje preserva essas características. Uma das faces da informalidade é o trabalho de catação de materiais recicláveis, uma modalidade de trabalho que, sob estatísticas imprecisas, mas relatos concretos, acolhe uma parte significativa das mulheres trabalhadoras no país. Sob condições de trabalho desafiadoras, encontram na catação uma alternativa ao desemprego. Assim, esta pesquisa teve como objetivo analisar as trajetórias de vida e de trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Para tal, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com nove mulheres catadoras, sendo seis cooperadas e três que catam somente nas ruas. Os registros no diário de campo e a observação participante decorrente dos meses de pesquisa de campo também contribuíram para o contar das histórias apresentadas. A análise das entrevistas foi realizada por meio da Análise Dialógica do Discurso, a partir do aporte teórico da Divisão Sexual do Trabalho e da postura crítica proposta pela Psicologia Social do Trabalho. Os resultados mostram que a trajetória no trabalho informal é, na maioria dos casos, a única trajetória já vivida. Mais do que isso, o trabalho inicia ainda nas primeiras fases da vida, seja ele remunerado ou não remunerado, resultando em abandono da vida escolar e da renúncia da infância. As trabalhadoras acumulam experiências de trabalho remunerado não registrado e que, somados ao trabalho doméstico e do cuidado atribuídos à elas a partir da divisão de papéis que se ancora nas relações sociais de sexo, resultam em trajetórias exaustivas e pouco reconhecidas por aqueles com quem compartilhavam o cotidiano. Entretanto, destacamos também a resistência de mulheres que, atravessadas por muito sofrimento, ainda mantêm a capacidade de se reinventar e se recusam a sucumbir. Valorizam a própria força que as sustentou até o momento presente. Reforçamos o longo caminho que ainda há para percorrer rumo à uma sociedade na qual a divisão de papéis entre homens e mulher não seja determinante para a posição subordinada da mulher nas relações de poder, assim como a necessidade de, enquanto Psicologia, não permitir que continuem invisibilizadas as modalidades de trabalho que existem no espectro da economia informal, assumindo o compromisso de andar lado a lado com os trabalhadores em direção às condições de vida e trabalho mais dignas.

Palavras-chave: Economia informal. Catadoras de materiais recicláveis. Trabalho feminino. Divisão sexual do trabalho. Psicologia Social do Trabalho.

ABSTRACT

The issue of informal work in Brazil, understood as the activities not regulated by the State, has been a reality in the country since the early formation of a Brazilian labor market. Largely composed of black people under socioeconomic vulnerability in the post-abolition period, it still preserves these characteristics today. One facet of informality is the collection of recyclable materials, a type of work that under imprecise statistics but concrete reports, includes a significant portion of working women in the country. Under challenging working conditions, these women have the waste picking as an alternative to unemployment. Thus, this research aimed to analyze the life and work trajectories of women waste pickers. To this end, semi-structured interviews were conducted with nine women waste pickers, six of whom were members of cooperatives and three who collected materials exclusively on the streets. Field diary records and participant observation conducted over months of fieldwork also contributed to the narration of the stories presented. The analysis of the interviews was carried out through Dialogic Discourse Analysis, based on the theoretical framework of the Sexual Division of Labor and the critical perspective proposed by Social Psychology of Work. The results show that the trajectory in informal work is, in most cases, the only trajectory these women have ever experienced. Moreover, work begins in the earliest stages of life, whether paid or unpaid, resulting from school dropout and the resignation of childhood. The workers accumulate experiences of unregistered paid work which, combined with domestic and care work assigned to them through a gendered division of roles rooted in social relations of sex, result in exhausting trajectories that are scarcely recognized by those with whom they shared their daily lives. Nevertheless, we also highlight the resistance of women who, despite enduring significant suffering, maintain the capacity to reinvent themselves and refuse to back down. They value the strength that has sustained them up to the present. We emphasize the long path still to be traveled toward a society in which the division of roles between men and women is not determinant of women's subordinate position in power relations, as well as the need for Psychology to ensure that forms of work existing within the spectrum of the informal economy do not remain invisible, assuming the commitment to walk side by side with workers toward more dignified living and working conditions.

Keywords: Informal economy. Women waste pickers. Women's work. Sexual division of labor. Social Psychology of Work.

RESUMEN

La cuestión del trabajo informal en Brasil, entendido aquí como aquel no regulado por el Estado, es una realidad en el país desde los primeros contornos de un mercado laboral brasileño. Ampliamente compuesto por personas negras y pardas en situación de vulnerabilidad socioeconómica en el período posterior a la abolición de la esclavitud, aún hoy conserva estas características. Una de las caras de la informalidad es la recolección de materiales reciclables, una modalidad de trabajo que, bajo estadísticas imprecisas pero relatos concretos, acoge a una parte significativa de las mujeres trabajadoras en el país. En condiciones laborales desafiantes, encuentran en la recolección una alternativa al desempleo. Así, esta investigación tuvo como objetivo analizar las trayectorias de vida y de trabajo de mujeres recolectoras de materiales reciclables. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas con nueve mujeres recolectoras, seis de ellas integrantes de cooperativas y tres que recolectan exclusivamente en las calles. Los registros en el diario de campo y la observación participante derivada de meses de trabajo de campo también contribuyeron a la narración de las historias presentadas. El análisis de las entrevistas se realizó mediante el Análisis Dialógico del Discurso, a partir del aporte teórico de la División Sexual del Trabajo y de la postura crítica propuesta por la Psicología Social del Trabajo. Los resultados muestran que la trayectoria en el trabajo informal es, en la mayoría de los casos, la única trayectoria vivida. Más que eso, el trabajo comienza en las primeras etapas de la vida, sea remunerado o no remunerado, como resultado del abandono escolar y la renuncia a la infancia. Las trabajadoras acumulan experiencias de trabajo remunerado no registrado que, sumadas al trabajo doméstico y de cuidados atribuido a ellas a partir de una división de roles anclada en las relaciones sociales de sexo, resultan en trayectorias exhaustivas y poco reconocidas por quienes compartían su vida cotidiana. Sin embargo, también destacamos la resistencia de mujeres que, atravesadas por mucho sufrimiento, mantienen la capacidad de reinventarse y se niegan a sucumbir. Valorán la propia fuerza que las ha sostenido hasta el presente. Reforzamos el largo camino que aún queda por recorrer hacia una sociedad en la cual la división de roles entre hombres y mujeres no sea determinante de la posición subordinada de la mujer en las relaciones de poder, así como la necesidad de que, desde la Psicología, no se permita que continúen invisibilizadas las modalidades de trabajo existentes en el espectro de la economía informal, asumiendo el compromiso de caminar junto a los trabajadores hacia condiciones de vida y trabajo más dignas.

Palabras clave: Economía informal. Mujeres recolectoras de materiales reciclables. Trabajo femenino. División sexual del trabajo. Psicología Social del Trabajo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DE ONDE PARTIMOS?	9
1. CAPÍTULO I: EM TERMOS CONCRETOS, DO QUE FALAMOS?	15
1. 1. Perspectivas acerca da informalidade	15
1.1.1 <i>Características da formação do mercado de trabalho brasileiro</i>	15
1.1.2 <i>A informalidade em formulações globais</i>	19
1.1.3 <i>A informalidade à brasileira</i>	23
1.2 A catação de materiais recicláveis em tempo, espaço e matéria	31
1.2.1 <i>Da invisibilidade à organização coletiva</i>	31
1.2.2 <i>Iniciativas governamentais</i>	33
1.2.3 <i>Dimensões, incongruências e características</i>	34
1.2.4 <i>As catadoras de materiais recicláveis em foco</i>	35
CAPÍTULO II: EM BUSCA DE UMA PSICOLOGIA DO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO	41
2.1 A Psicologia do Trabalho ecoando a voz do Brasil	41
2.2 Compreensões <i>non-gratas</i> do capitalismo	43
2.1.1 <i>Rumo à uma noção ampliada do processo saúde-doença</i>	46
2.3 Fundamentos teóricos possíveis, mas não únicos	50
2.3.1 <i>As artimanhas do cotidiano</i>	50
2.3.2 <i>Nós e o mundo, sentido e significado</i>	52
2.3.3 <i>Quem somos, quem gostaríamos de ser e quem não podemos ser</i>	53
2.4 Pesquisa e intervenção: como nos inserimos na realidade?	54
CAPÍTULO III: COMO A DOMINAÇÃO E OPRESSÃO DAS MULHERES SE MATERIALIZA?	57
3.1 O trabalho como atividade humana essencial: quais humanos? Quais atividades?	57
3.2 Da natureza selvagem às relações sociais de sexo	58
3.3 Meninos usam terno, meninas usam avental: a divisão sexual do trabalho	61
3.4 Desigualdades coextensivas e consubstanciais	65
CAPÍTULO IV: PERCURSO METODOLÓGICO	68
4.1 Por que a pesquisa qualitativa?	68
4.2. A observação participante	69
4.3 O diário de campo	70
4.4 A técnica da entrevista	71
4.5 Quais histórias ouvir?	72
4.5.1 <i>Construindo combinados e arranjos</i>	73
4.5.2 <i>O processo de entrevistas</i>	74
4.6 A análise dialógica do discurso	76
CAPÍTULO V: TRAJETÓRIAS, RESISTÊNCIAS E ENCONTROS	78
5.1 O ponto zero da cooperação	78

5.2 “Mas eu sou forte, graças a Deus ele me fez uma mulher forte”: a história de Maria.....	80
5.3 “Eu quero agora é viver, só o que eu quero”: a história de Clara.....	82
5.4 “Eu não sei o que seria de mim se eu não ajudasse o próximo”: a história de Mulher Guerreira.....	86
5.5 “Faz medo sim, uma mulher só no meio do mundo, mas na precisão, é obrigado”: a história de Rosa Branca.....	89
5.6 “Eu costumo dizer que eu preciso de mim pra mim”: a história de Meg.....	92
5.7 “Toda vida eu tive vontade de trabalhar”: a história de Vitória.....	95
5.8 “Eu não me sentia nada, eu trabalhando eu me sinto outra”: a história de Josefa.....	98
5.9 “É tudo que eu tenho, é o meu trabalho”: a história de Nena.....	101
5.10 “Eu não gosto de ficar presa, eu gosto de liberdade”: a história de Bia.....	104
5.11 Fragmentos de uma história inacabada.....	107

CAPÍTULO VI: O QUE COMPREENDEMOS A PARTIR DE SUAS

TRAJETÓRIAS.....	111
6.1 Tudo muda, mas nada muda: trajetórias e início da vida laboral.....	111
6.2 Mulheres e trabalhadoras: barreiras, obstáculos e desafios para a mulher trabalhadora.....	117
6.3 Casa e fábrica, exploração e opressão: a acumulação do trabalho doméstico e do cuidado.....	123
6.4 Todos os caminhos levam à reciclagem: a descoberta da catação e a entrada na cooperação.....	128
6.5 O papel do trabalho na transformação da mulher em cidadã.....	136
6.6 O trabalho dignifica o homem? O legado do trabalho no corpo e na mente.....	142

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRE MOBILIZAÇÃO E FUTURO.....152

REFERÊNCIAS.....157

ANEXOS.....175

INTRODUÇÃO DE ONDE PARTIMOS?

No Brasil, a força de trabalho é composta por 109 milhões de pessoas, de acordo com dados referentes ao último trimestre de 2025 da Pesquisa Nacional por Domicílios Contínua (IBGE, 2026). Dentre estes, 39,7 milhões atuam na economia informal, divididos entre empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, cerca de 13 milhões, e trabalhadores por conta própria, representando 26,1 milhões de brasileiros. Antunes (2011) discute sobre as diferentes formas as quais assume a informalidade, entre elas, o trabalho informal tradicional, tidos como menos instáveis, e que reúne costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, entre outros.

Essas atividades não têm horários fixos, podendo invadir o tempo livre dos trabalhadores com o objetivo de aumentar a renda familiar e podem contar com a participação de outros membros da família em sua realização. Há também os trabalhadores informais assalariados sem registro, que atuam fora da égide da proteção trabalhista, e os trabalhadores informais por conta própria, que contam somente com a própria força de trabalho, sem condições de competir com grandes empresas capitalistas. À sua maneira, cada uma dessas modalidades da informalidade pressupõe uma ruptura com as antigas formas de contratação de trabalhadores e com a regulação do trabalho. Para Antunes (2011),

[...] os capitais globais estão exigindo também o desmonte da legislação social protetora do trabalho. E flexibilizar essa legislação social significa — não é possível ter nenhuma ilusão sobre isso — aumentar ainda mais os mecanismos de extração do sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora (p. 411).

Nesta pesquisa, nosso foco são as mulheres trabalhadoras informais que atuam como catadoras de materiais recicláveis, tanto atuando em cooperativas, quanto na catação nas ruas. Entretanto, antes de nos direcionarmos para sua realidade específica, precisamos apresentar um panorama geral das estatísticas acerca do trabalho informal hoje no Brasil. Tendo em vista este objetivo, iniciamos resgatando uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) (Araújo, 2024), segundo a qual aproximadamente sete em cada dez

trabalhadores autônomos não cadastrados como Microempreendedores Individuais (MEI) gostariam de possuir a carteira de trabalho assinada.

Segundo o levantamento, 45% dos trabalhadores nessa modalidade afirmaram não saber qual seria seu rendimento no mês seguinte à pesquisa. Nesse sentido, estudos do Sebrae mostram que os autônomos informais têm rendimento médio três vezes menor do que aqueles que possuem CNPJ (Queiroz, 2024). Paradoxalmente, o trabalhador por conta própria é quem trabalha mais: a média de horas trabalhadas semanalmente no Brasil é de 39,1, mas os trabalhadores autônomos informais passam 45,3 horas no ofício. É o grupo que mais despende horas na atividade, ao mesmo tempo que possui os menores rendimentos.

É imprescindível destacar que os trabalhadores informais no Brasil são um grupo composto majoritariamente por pessoas negras e pardas, com baixos níveis de escolaridade, tanto no trabalho informal urbano, quanto no rural. No grupo de trabalhadores autônomos que compôs a pesquisa do Ibpe/FGV, constatou-se que 44% deles possuíam grau baixo de escolaridade e que 60% são negros e pardos. Os dados da PNAD referentes ao último trimestre de 2024 (Abdala, 2025) constataam que a informalidade no país alcançou 38,6%, uma queda em relação ao terceiro trimestre do mesmo ano, mas que os índices para pessoas pretas (41,%) e pardas (43,5%) resultaram maiores que a média nacional, enquanto o índice entre pessoas brancas permaneceu abaixo da média (32,6%).

As estatísticas podem ser colocadas em paralelo também com o índice de desemprego no mesmo período: a força de trabalho branca apresentou taxas de desemprego menores que a média nacional (6,2%), com 4,9%, enquanto pessoas pretas e pardas ultrapassaram a média nacional, com 7,5% e 7%, respectivamente. O aumento conjunto do desemprego e informalidade nos oferece indícios de para onde esse contingente de trabalhadores recém desocupados potencialmente se deslocaram.

Adentrando o conjunto das mulheres trabalhadoras, o panorama permanece desanimador, com características que intensificam a vulnerabilidade deste grupo. A pesquisa da PNAD contínua (DIEESE, 2025a), com dados do terceiro trimestre de 2024, expõe a presença de 48,1 milhões de mulheres na força de trabalho no Brasil, sendo 44,4 milhões ocupadas e 3,7 milhões desocupadas. Estão fora da força de trabalho 41,3 milhões de mulheres, com 1,7 milhão de mulheres desalentadas. Os números mostram ainda que 37% das trabalhadoras ganham até um salário mínimo, e que o rendimento médio real das mulheres é de R\$2.697, contra R\$3.459 do

rendimento médio real masculino. Além disso, no terceiro trimestre de 2024, a taxa de desemprego entre mulheres foi 45,3% maior do que entre homens. Para elas, a taxa foi de 7,7%, mais elevada do que a média nacional (6,4%) e a média masculina (5,5%). Esse índice pode culminar no escoamento de mulheres para outras modalidades de trabalho que possam atender às suas necessidades de sobrevivência.

Nesse sentido, existem ainda três fatores que tornam desfavorável o transitar das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho, imbricados entre si. Primeiro, dados da PNAD Contínua de do último trimestre de 2023 (DIEESE, 2024a) registra que 37,5% das trabalhadoras estão inseridas na economia informal, número que também conserva a separação por raça: 41,9% são mulheres negras e 32,6% mulheres brancas. No que tange à proteção social, 36,2% não contribuem com a previdência, onde observamos a mesma tendência que na inserção na informalidade, visto que o número de mulheres negras não contribuintes (41%) é maior que o número de mulheres brancas (30,8%).

Junto à isso, no Boletim Especial em homenagem ao Dia da Mulher, publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Dados Socioeconômicos (DIEESE, 2024b), é divulgado que 52% dos domicílios no Brasil são chefiados por mulheres, e o número torna-se quase absoluto quando pensando em lares monoparentais, nos quais a chefia feminina chega a 92%. Todas essas problemáticas encontram o estopim também nos índices de trabalho doméstico não remunerado, visto que, em 2022, as mulheres realizaram um somatório de 21 dias a mais do que os homens nas tarefas domésticas. De forma geral, temos um grande contingente de trabalhadoras, principalmente negras, com jornadas de trabalho remunerado e não remunerado extenuantes, menores rendimentos, sem proteção social e direitos trabalhistas, e que passam despercebidas pelas políticas públicas.

A literatura acerca das mulheres que desejamos alcançar nesta pesquisa foi diversa, mas conseguimos perceber a diferença no número de estudos quando demarcamos a questão de gênero utilizando ferramentas próprias dos buscadores. Ao pesquisarmos a denominação “catadoras de materiais recicláveis” utilizando ou não o recursos das aspas para delimitar que estamos buscando por trabalhadoras e não trabalhadores no geral, observamos a diminuição expressiva no número de resultados. Existem resultados relativamente significativos de estudos que abordam tanto trabalhadores quanto trabalhadoras na catação, mas em muitos resultados, o

fato de serem mulheres nessas atividades não é uma categoria de análise em particular, mas sim realizada uma discussão de forma generalizada acerca da atividade.

Esses resultados são inquietantes quando consideramos que as mulheres catadoras correspondem à uma grande parte dos trabalhadores ocupados na atividade, sendo um número que ainda apresenta flutuações. A cartilha de 2021 da Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing (Bouvier & Dias, 2021), denominada “Catadores de materiais recicláveis: um perfil estatístico”, que organiza os dados da PNAD Contínua de 2019, aponta para a existência de 281.025 catadores no Brasil, agrupando cooperados e não cooperados, dentre os quais 84.104 são mulheres, representando 30% do total. Por outro lado, o Anuário da Reciclagem de 2023 (Instituto Pragma, 2023), mostra que as mulheres são maioria dentre os catadores cooperados, pois dentre 86.878 catadores, as trabalhadoras somam 53,5%, 46.519 catadoras. Pensando especificamente no Nordeste, elas também são maioria: 10.668 trabalhadoras e 9.789 trabalhadores. Na Paraíba, a tendência se repete com 853 mulheres e 790 homens.

Diversos estudos, que serão explorados mais a fundo posteriormente, trazem resultados semelhantes aos obtidos pelo Instituto Pragma — visto que muitos são realizados apenas com trabalhadoras cooperadas, acredito que pela viabilidade do acesso à essas mulheres — mostrando que, nas cooperativas, esse trabalho é predominantemente feminino. Na pesquisa de Coutinho e Diehl (2024), dentre 36 trabalhadores, 30 eram mulheres. Na experiência de Guadagnin, Souza e Assunção (2024), durante toda a permanência dos trabalhadores na cooperativa — um ano e meio — a rotatividade de trabalhadores foi constante, mas o número de mulheres se mantinha acima do número de homens.

A raça, maternidade e escolaridade também são intersecções frequentes. A presença de mulheres pretas e pardas, mães e com poucos anos de estudo formal são predominantes. As mulheres entrevistadas por Silva e Martins (2021) são pretas e pardas, são mães ou avós chefes de família e têm baixa qualificação. A maternidade as coloca em uma posição mais vulnerável em relação à sobrecarga de trabalho, visto que precisam equilibrar as responsabilidades de cuidado com o trabalho remunerado. Encontram na catação uma alternativa de sobrevivência frente às dificuldades de inserção em empregos formais, tanto pela baixa escolaridade, quanto pela necessidade de ter horários flexíveis, como observado por Ribeiro e Cantóia (2021).

Tendo em vista o que foi exposto sobre as mulheres na economia informal no Brasil, o objetivo desta pesquisa é analisar as trajetórias de vida e de trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Como objetivos específicos, gostaríamos de entender a confluência entre o trabalho produtivo e reprodutivo para o processo de saúde; analisar as relações entre as questões de gênero, raça e classe e os modos de vida e trabalho; e analisar as condições de trabalho e as estratégias de resistência construídas a partir desta configuração. Os estudos citados mostram que as dificuldades e obstáculos enfrentados por essa parcela da classe trabalhadora ainda não foram superados, revigorando a necessidade de continuar a ouvir e fazer ecoar a voz de mulheres há tanto silenciadas e vulnerabilizadas.

A proporção entre o contingente de mulheres trabalhadoras e quantas delas estão no mercado informal reforçam a importância de seguirmos com atividades investigativas e interventivas com este grupo, e este trabalho faz parte dessa iniciativa. As mulheres trabalhadoras, conforme visto estatisticamente, são o grupo mais vulnerável na pirâmide social brasileira. Acrescentando a dimensão de raça, esse quadro é ainda mais preocupante. Essa pesquisa, com seus objetivos e processos metodológicos, além de nos ajudar a compreender um fragmento da realidade da trabalhadora brasileira, também poderá oferecer para essas mulheres um espaço de escuta, compreensão e, de certa forma, afeto, contrária à forma como o capitalismo opera na vida dos trabalhadores.

A pesquisa é plena em potencial de catalisar mudanças. Estamos falando de mulheres que foram minadas de seu direito à vulnerabilidade, necessitando endurecer antes do tempo e abrir mão da vida que não puderam descobrir que desejavam. Queremos mostrar para elas que damos importância às suas narrativas e que desejamos ouvir o que têm a dizer. Esperamos que recordar a própria história e revisitar sua trajetória as fortaleça quando relembrem as dificuldades que não triunfaram diante da resistência construída por quem já tanto precisou lutar. Não nos interessa apenas quem não conseguiram ser, mas sim o que ainda se tornaram.

Esta pesquisa é, ainda, a culminância — ou o ponto de partida real — da trajetória desta pesquisadora que tecerá as páginas seguintes. O interesse pela temática das mulheres trabalhadoras parte da graduação, em meio às leituras realizadas para o Trabalho de Conclusão de Curso e o período de estágio obrigatório no Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador, onde fui confrontada com a história de vida de diversas mulheres trabalhadoras, e ansiei em conhecer mais e poder participar ativamente de ações de mudança, por mais ínfimas

que fossem. Durante meses, estar diariamente em contato com histórias de mulheres que eu provavelmente não teria oportunidade de ver novamente, devido às dificuldades dos trabalhadores de se manterem dentro da Rede de Atenção de Saúde do Trabalhador, fez nascer em mim a necessidade de não perder mais tantas trabalhadoras de vista, de ter a oportunidade de encontrá-las em mais de um momento e poder intervir de alguma maneira.

Quanto às minhas leituras, fruto de uma revisão de literatura que se tornou o meu trabalho final, um dos artigos selecionados para compôr o texto consistia em uma pesquisa sobre o trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Naquele momento, despertou-se em mim o ímpeto e a curiosidade de futuramente estudar trabalhos diferentes daqueles com os quais havia mantido contato durante a graduação, como profissionais de saúde e trabalhadores regidos pela CLT como um todo. Percebi haver um mundo muito distinto daquele com o qual vinha dialogando e onde eu gostaria de me inserir. De início, tive a intenção de estudar diferentes categorias que se enquadrassem no espectro de atividades abarcadas pela economia informal, ou que fossem predominantemente pertencentes à informalidade devido à ausência de regulação trabalhista, entre elas as diaristas, vendedoras ambulantes, marisqueiras, caminhoneiras e catadoras de materiais recicláveis.

Logo em minha primeira visita à cooperativa onde realizei esta pesquisa e que será apresentada em seções seguintes, fui confrontada pela impossibilidade de manter o trabalho nos moldes que havia planejado. As duas trabalhadoras à frente da diretoria da cooperativa se mostraram muito abertas à condução da minha pesquisa no local e logo iniciaram a confabular outros momentos, ações futuras, pessoas que ambas acreditavam estar necessitando do momento que eu estava propondo com a pesquisa. Perceber a necessidade que partia do campo e o diálogo com as trabalhadoras me impulsionou a, naquele momento, suspender minhas intenções originais e realizar minha pesquisa inteiramente com a cooperativa, tanto com suas trabalhadoras cooperadas, quanto com as catadoras externas que têm o local como um ponto de apoio.

CAPÍTULO I

EM TERMOS CONCRETOS, DO QUE FALAMOS?

1.1 Perspectivas acerca da informalidade

1.1.1 Características da origem do mercado de trabalho brasileiro

A complexidade do mercado de trabalho brasileiro é inegável desde de sua concepção, mas um ponto em consenso é que um dos eixos fundamentais de sua formação é a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Por mais que pareça um retorno no tempo muito longínquo, é impossível não recordar que, no Brasil, a escravatura foi abolida há apenas 137 anos. Dessa forma, nossa estrutura social e mercado de trabalho ainda preservam semelhanças com um passado não tão distante. Mick e Nogueira (2021) refletem sobre como um aspecto fundamental desse mercado foi pouco destacado:

Ainda que desde os anos 1930 a bibliografia sobre a sociedade brasileira contenha descrições de atividades análogas ao que, a partir dos anos 1970, foi denominado por informalidade, muito raramente o fenômeno foi claramente descrito como derivado do racismo. Durante longo tempo, o trabalho informal foi enquadrado como o lado complementar e necessário à instauração e ao desenvolvimento do capitalismo selvagem no país, sem que a discriminação racial fosse apontada como sua causa (p. 207).

Desde sua origem, a organização do trabalho brasileiro deixou de fora uma grande parcela da população, majoritariamente as pessoas negras do pós abolição, e, já no período de uma economia mais industrializada, ficaram desamparados também os trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos inseridos em diversas atividades (Costa, 2010). A autora traz, ainda, como os direitos adquiridos com a Consolidação das Leis Trabalhistas, promulgada pelo governo Vargas em 1943, não alcançaram todos os trabalhadores. Não foram incorporados os trabalhadores rurais, que constituíam a maior parte da força de trabalho do país na época, e os servidores públicos. Por outro lado, como já foi explicitado, inúmeros trabalhadores urbanos não tiveram suas atividades regulamentadas e também não puderam gozar dos direitos que foram concedidos para poucos.

Até 1888, ano da Abolição, a economia brasileira baseava-se na escravidão e na exportação de café, açúcar e algodão. Até 1850, quando foi instituída a Lei de Terras e pudemos ver um esboço da formação de um mercado de trabalho por meio do trabalho latifundiário, a

organização da produção dos artigos de exportação não tinha outra alternativa se não o trabalho escravo (Dedecca, 2005). Em 1850, foi oficialmente abolido o tráfico de escravizados, o que diminuiu a quantidade de mão de obra disponível, visto que as condições de vida e, conseqüentemente, de reprodução no Brasil eram péssimas. Impossibilitados de continuar com o tráfico, havia a urgência de substituir os trabalhadores libertos que haviam crescido em número durante os anos 1800. Impulsionada com a Lei do Ventre Livre, de 1871, a situação escravocrata no Brasil entrava em declínio e as discussões sobre uma economia baseada em trabalho livre tomaram força (Theodoro, 2005).

No período que compreendeu entre 1850 e 1888, ano da abolição, foi proposta pela elite cafeeira a ideia de incentivar a imigração européia para trabalhar no cultivo do café, pois consideravam perigoso depender do trabalho dos ex-escravizados, e não confiavam no trabalho dos homens livres e libertos (Theodoro, 2005). Dessa forma, a construção do mercado de trabalho brasileiro iniciou sem utilizar a mão de obra já existente no país (Dedecca, 2005). Theodoro (2008) nos mostra como se seguiu a partir de então, discutindo como o trabalho dos imigrantes substituiu o trabalho dos escravizados recém libertos, que se juntam aos homens livres e libertos, cuja maioria estava inserida em uma economia de subsistência ou em pequenos serviços urbanos. Não foi utilizado o trabalho dos ex-escravizados, nem dos trabalhadores livres e libertos que tinham alguma qualificação, ou seja, o crescimento do trabalho livre no Brasil, realizado, preferencialmente, por imigrantes, coexistiu com a entrada dos trabalhadores em atividades mal remuneradas, que apenas garantiam a sobrevivência. São esses trabalhadores e essas atividades que constituíram o setor informal no Brasil, denominação que viria posteriormente.

A população negra liberta encontra trabalho nas “cidades negras” — Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, Belém e Porto Alegre — disputando espaços com os brancos pobres livres, em atividades urbanas diversas. Ao final do século XIX, então, os libertos conquistaram lugar no setor de comércio e serviços, não assalariados e atuando como autônomos (Barbosa, 2016). Nesse sentido, temos que o processo de assalariamento do Brasil se deu em ritmos e formas diferentes no país. Em São Paulo no início do século XX, por exemplo, encontrávamos trabalhadores que realizavam movimentos semelhantes ao que ocorre com os informais nos dias atuais. O setor urbano contava com o labor de trabalhadores assalariados e autônomos que trabalhavam sob encomenda, como aqueles da construção civil, mas um grande contingente de

trabalhadores transitava entre inatividade, já que não podemos falar em “emprego”, precariedade, prestando serviços de quaisquer natureza, e assalariamento em pequenos estabelecimentos (Barbosa, 2016). Construía-se uma classe trabalhadora sem formas definidas.

Theodoro (2005) afirma que o Estado, ao criar o trabalho livre, cria também as condições para que uma parte da população formasse um excedente de trabalhadores que, até os dias atuais, ainda não sabe, e não tem os recursos para saber, onde e como se colocar. O Estado toma a ação de abolir a escravidão, mas sem integrar os recém-libertos na sociedade, e de incentivar a imigração em detrimento da mão de obra nacional. O mercado de trabalho já nasce, via de regra, não deixando dúvidas sobre quem é e não é desejável para assumir os postos de trabalho.

Entretanto, ainda em concordância com Theodoro (2005, 2008) o mercado de trabalho brasileiro somente viria a se consolidar, ou pelo menos iniciar esse processo, a partir da década de 1930. É nessa época que, com o desenvolvimento da indústria, se asseveram as diferenças entre as regiões brasileiras, com a migração de trabalhadores do Nordeste para impulsionar a indústria no Sudeste, especificamente Rio de Janeiro e São Paulo, enquanto a própria região ficava para trás. Ao comparar a cidade de São Paulo, consolidada como principal eixo industrial do país, e a cidade de Recife, o autor destaca que houve uma dupla perda: o mercado local se via enfraquecido diante da concorrência com a produção sudestina e a chegada maciça de novos trabalhadores de outros estados do Nordeste após o declínio da produção de açúcar e algodão. Dessa forma, a cidade se via também em meio a um duplo caos: uma expansão demográfica insustentável e uma forte estagnação econômica que, como consequência, aumentaram os índices de pobreza, exclusão e uma epidemia de atividades informais.

Assim, em meio ao crescimento da indústria no Sudeste, sob más condições e utilizando de mão-de-obra de imigrantes nacionais, o Estado, temendo o poder de organização dos trabalhadores urbanos da indústria e como isso poderia afetar os planos de desenvolvimento, criou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Segundo Medeiros (2001), para o governo da época, sob o comando de Getúlio Vargas, havia três objetivos em relação ao trabalho:

- (i) evitar que os movimentos de trabalhadores se tornassem base de apoio para grupos de oposição que reivindicavam mudanças mais profundas na organização da sociedade; (ii) despolitizar as relações de trabalho, impedindo que as organizações de trabalhadores se legitimassem como instrumento de reivindicação; e (iii) fazer dos trabalhadores um ponto de apoio, ainda que passivo, do regime (p. 11).

O Estado, então, tornou-se o mediador dos interesses dos trabalhadores e empregadores. Dentre as reivindicações dos trabalhadores que foram atendidas na época, tivemos a limitação da jornada de trabalho de 48 horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, regulamentação do trabalho feminino, remuneração obrigatória da hora extra, descanso de final de semana e férias remunerados, condições de salubridade e proteção contra acidentes de trabalho, entre outros (Costa, 2010). Alguns estudiosos, citados por Fernandes (2017), citam a ambivalência da lei trabalhista brasileira, pois podemos interpretá-la tanto como uma vitória para a classe trabalhadora, fruto da luta dos movimentos, também podemos entendê-la como uma forma de concessão acordada entre Estado e burguesia para criar uma aparente harmonia entre as classes no Brasil e camuflou a condição de servidão e submissão dos trabalhadores. Com a diminuição dos conflitos entre classes, o país pôde se modernizar a partir do desenvolvimento econômico e da expansão do capitalismo industrial.

Como já vimos, Costa (2010) explana como a medida teve um caráter de concessão e conciliação e não uma genuína preocupação com as condições de vida e de trabalho da população. A CLT deixou de fora os trabalhadores rurais, que constituíam a maioria da classe no país, e os servidores públicos, posteriormente acobertados sob regime próprio; e não deu conta da grande parcela de trabalhadores urbanos que não viram o seu labor adquirir o status de “emprego” e, conseqüentemente, não puderam acessar as políticas de seguridade social. Os direitos trabalhistas se estenderam apenas aos trabalhadores urbanos representados pelos sindicatos reconhecidos pelo Estado. A troca proposta era o intercâmbio entre direitos políticos e liberdade de organização sindical e vantagens trabalhistas e sociais para uma parcela ainda pequena da classe trabalhadora do país (Costa, 2005).

Nesse período, a cidadania era, então, arbitrária: a reivindicação política, ainda que limitada, só era permitida àqueles reconhecidos pelo Estado, assim como a proteção social. Nesse sentido, em 1979, Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político filiado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, propôs o conceito de cidadania regulada (Moreira & Santos, 2020), segundo o qual seriam cidadãos de direito somente aqueles cuja profissão era reconhecida formalmente pelo governo. Os direitos sociais e civis eram vinculados à posição do trabalhador no mercado de trabalho (Paim et al., 2011). Em específico, destacamos o direito à saúde, também restrito aos trabalhadores regulados, cuja atividade era regida e acobertada pela CLT. Para os trabalhadores formais, o acesso à saúde se dava por meio de institutos de

aposentadoria e pensões divididos entre categorias profissionais. No primeiro governo Vargas, as profissões privilegiadas durante a criação dos institutos foram aquelas que atendiam aos interesses estatais de ascensão em um mundo urbano-industrial, como os ferroviários, empregados do comércio, bancários e marítimos (Luz, 1991). Já para os trabalhadores informais, a oferta de serviços de saúde era feita de remendos: serviços públicos, filantrópicos ou financiado com recursos próprios, em um modo de funcionamento que só viria a mudar em anos subsequentes (Paim et al. 2011).

Com essa breve exposição, tivemos o objetivo de discutir, mesmo que rapidamente, sobre a forma com o mercado de trabalho brasileiro nasce já de forma excludente, e assim permanece até os dias atuais. Ao que parece, pouco avançamos em relação aos grupos que compõem a informalidade, e sob quais condições vivem e trabalham. Os interesses do capitalismo, mesmo em suas formas mais primitivas, nunca estiveram em segundo plano em relação aos desejos da população brasileira, que, em sua própria formação, nos dava indícios do país que encontraríamos no futuro.

1.1.2 A informalidade em formulações globais

Apesar da discussão acerca da informalidade estar mais viva do que nunca no mundo do trabalho atual, a discussão acerca dessa modalidade de trabalho é uma velha conhecida dos teóricos que debruçam sobre o tema. São muitas as formas de conceber o fenômeno da informalidade, mas o marco inicial no uso do termo é um consenso indiscutível. Na década de 70, o antropólogo Keith Hart utilizou pela primeira vez a expressão “setor informal” para definir as formas alternativas de trabalho encontradas pela população de Accra, em Gana, onde estava realizando uma pesquisa de campo. Em Accra, o autor se viu cara a cara com um comércio abundante, e que as populações pobres não estavam inativas, mas haviam criados alternativas próprias de sobrevivência (Oliveira & Krein, 2024). O trabalho observado nos países cujas economias não eram avançadas servia de contraponto ao modelo salarial característico dos países centrais; o informal foi assim denominado pois o seu contrário passou a existir.

Para Hart, as atividades informais existiam em um continuum, podendo ser encontradas como operações marginais ou vinculadas à empresas, não necessariamente desempenhadas por pessoas específicas e nem obrigatoriamente apresentando baixa produtividade (Barbosa, 2011). Barbosa (2011) coloca, ainda, que apesar da denominação enquanto “setor”, o antropólogo não

definiu fronteiras absolutas entre o formal e o informal, assumindo a possibilidade de o mesmo trabalhador estar inserido nos “dois mundos”; a diferenciação seria melhor explicada pela condição de assalariamento, não pelo tipo de trabalho. O trabalho informal seria um atenuador do desemprego em contextos nos quais o modelo salarial não foi completamente implantado.

O trabalho de Hart teria servido de plano de fundo teórico para a Missão do Quênia, primeira iniciativa do World Employment Programme idealizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Missão tinha como objetivo compreender como estava organizado o mercado do trabalho no país, pois perceberam que a problemática não era necessariamente o número de desempregados, mas sim o contingente de trabalhadores inseridos em atividades denominadas “tradicionais”, e que não eram contabilizadas nas estatísticas acerca dos empregados formais (International Labour Office, 1972). Para a OIT, o setor informal seria caracterizado pelas formas de trabalho tradicionais, diferentemente das atividades modernas, já dotadas de automação e tecnologia. Considerando essa dicotomia, as atividades informais seriam, via de regra, atrasadas; mesmo que o termo não tenha sido usado pela OIT, a concepção dualista sustenta essa visão (Marques, Henrique, Teixeira & Abílio, 2018).

Para a OIT, as atividades informais eram uma “maneira de fazer as coisas”, com as seguintes características: facilidade de acesso, dependência de recursos locais, produção em pequena escala, mão de obra intensiva e tecnologia adaptada, qualificação adquirida fora do sistema escolar, atuando em mercados competitivos e desregulados, e sem reconhecimento do Estado (ILO, 1972; Oliveira & Krein, 2023). A definição atualizada de 1973, após os relatórios de Gana e do Quênia, acrescenta que o setor informal proporcionava empregos instáveis de baixa produtividade e baixa renda, bem como a falta de acesso a créditos e financiamentos.

Outra visão que exerceu certa força foi a do Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (PREALC), que existiu dentro do Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), mantenedor da segmentação do mercado de trabalho como a primeira definição da OIT. Entretanto, difere ao tentar formular de que formas o setor informal é subordinado ao formal, admitindo uma coexistência entre os dois. A concepção do PREALC não apenas considera que o informal desapareceria na medida que o desenvolvimento tecnológico incorpora todas as formas de trabalho e todo o excedente de trabalhadores, mas sim que a forma como se construiu o capitalismo periférico dos países da América Latina é o que dá origem ao exército

reserva de trabalhadores não assalariados, uma vez que o avanço tecnológico não alcança toda a classe trabalhadora (Barbosa, 2011).

Para o PREALC, o setor informal estaria constituído por atividades que seguíam uma organização própria, voltados para a subsistência do grupo familiar, e não para a acumulação capitalista (Abramo, 2023). Nas definições do Programa, eram informais as pessoas ocupadas como empregados ou empregadores em microempresas, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares não remunerados e os trabalhadores domésticos. As relações entre o formal e o informal, para além de subordinação, também era de transitoriedade, visto que muitos trabalhadores ingressaram nos dois mundos, a depender da necessidade de subsistência. Para o PREALC, as pessoas que se ocupavam no setor informal eram socialmente pobres e com menor escolaridade (Krein & Proni, 2010).

Há, ainda, uma abordagem de natureza marxista, que mantiveram o pensamento do PREALC da subordinação do setor informal em detrimento do formal, mas com um ponto-chave: abandonar a setorialidade do mercado de trabalho. Para os autores desta vertente, a informalidade é uma ferramenta do capitalismo. O informal não seria uma inadequação às formas modernas de acumulação, mas sim parte de um mecanismo que produz o próprio exército de reserva de trabalhadores não absorvidos pelos empregos formais. Essa concepção avança em relação à definição do PREALC ao colocar este movimento como algo proposital; uma forma de preservar os países latinos como uma alternativa de mão de obra barata (Costa, 2010).

A industrialização tardia, características das nações de capitalismo dependente, como é o caso da América Latina, dão origem ao seguinte movimento: com o surgimento das indústrias, os postos de trabalho passam a ser criados de forma mais abundante, atraindo trabalhadores rurais para as cidades em busca de emprego. Entretanto, não há emprego para todos os novos trabalhadores; estes formam o excedente de mão de obra que barateia e dá condições para que o capitalismo explore os empregados. Os baixos rendimentos dos trabalhadores informais e a fila que se forma daqueles em busca de um trabalho formal permitem que os empregadores paguem o mínimo possível à força de trabalho formalizada e que o jogo de poder se sustente, sob ameaças constantes que existem milhares que desejariam “estar no seu lugar”. Nas palavras de Vêras de Oliveira et al. (2023), “No entanto, a causa da permanência do setor informal não é que o setor moderno não tenha conseguido se impor e absorvê-lo, mas sim que é no próprio setor

moderno que residem as limitações estruturais que dão origem a essas perturbações do conjunto do sistema econômico” (p. 256, tradução livre).

Nesse sentido, os autores da tradição marxista Portes e Castells (1989, como citado por Galiza, Gonzalez & Silva, 2011), abordam que a “modernização” e crescimento da informalidade que ocorreu tanto nos países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos na década de 1980, é resultado da reestruturação econômica mundial, fruto do poder da ação dos sindicatos, do avanço das legislações sociais, as tentativas das empresas de fugirem das responsabilidades ambientais e sanitárias, e o baixo custo da mão de obra. Como consequência, “os pequenos empreendimentos “informais” desempenhariam um papel central na organização da produção capitalista, pois, por meio do estabelecimento de redes de trabalho descentralizadas, as grandes empresas teriam passado a utilizá-los como núcleo da produção flexível” (Galiza, Gonzalez & Silva, 2011, p. 240). As “unidades produtivas” informais seriam uma forma de baratear custos de produção e possibilidade de contornar as legislações trabalhistas e ambientais.

Nas décadas seguintes, outras definições para informalidade foram propostas pelas OIT na Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET) de 1993 e 2003, abordadas por (Marques, Henrique, Teixeira & Abílio, 2018). Em 1993, o setor informal era associado aos estabelecimentos envolvidos na produção de bens e serviços, com o objetivo de gerar empregos e rendimentos para os trabalhadores envolvidos. As unidades produtivas operariam com baixo nível de organização e produção reduzida. As relações de trabalho seriam baseadas em empregos casuais, sem estabelecimento de contratos. Perdeu-se de vista os trabalhadores por conta própria e trabalhadores domésticos nesta definição.

Somente em 2003, na XVII CIET é que se retoma a separação entre empresas e trabalhadores informais: “setor informal” estaria se referindo às unidades produtivas e o “emprego informal” aos postos de trabalho; adota-se, ainda, a denominação de “economia informal”. Os empregos informais seriam aqueles desempenhados por trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados (se a relação trabalhista não está sob à legislação nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais e trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso (ILO, 2003).

A informalidade também já foi posta como análoga à ilegalidade, pois, nessa concepção, o incentivo para o surgimento de atividades informais seriam o não pagamento de impostos e o

não cumprimento de legislações trabalhistas (Krein & Proni, 2010). A imensidão de trabalhadores inseridos na economia informal impulsionou economistas a postularem se a origem da informalidade problema do desemprego não seria exatamente a excessiva presença no Estado na economia, que encareciam a mão de obra ao predefinir uma regulação de salários, direitos sociais, normas sanitárias e outras “burocracias” que elevariam o custo da formalização, distanciando as empresas e trabalhadores do trabalho legalizado (Galiza, González & Silva, 2011).

1.1.3 A informalidade à brasileira

Atualmente, no Brasil, a precarização e informalidade se confundem. Se a diferenciação entre o formal e informal residia nas condições de trabalho, proteção legal e suficiência dos rendimentos — ponto muito controverso na realidade brasileira —, esses critérios não têm mais tanta sustentação. A reestruturação produtiva que se intensifica a partir do anos 90 é o que dá fôlego às chagas que assolam os trabalhadores. Os avanços tecnológicos, na forma de computadores, máquinas e automatização dos processos de trabalho e da produção, dão início à substituição de trabalhadores e extinção de postos de trabalho, além de mudanças na forma de trabalhar e nas relações de trabalho (Navarro, Maciel & Matos, 2018). A principal mudança pós reestruturação se resume em uma palavra simples, mas destrutiva: flexibilização — consequentemente, precarização. É resultante de determinantes macroeconômicos e sociais, originários da mundialização do sistema capitalista (Druck, 2011).

Falamos da flexibilização dos vínculos de trabalho, jornadas, salários, funções. Como nos diz Graça Druck (2011), há uma tríplice flexibilidade: dos empregos, com trabalhos temporários e subcontratações; dos tempos de trabalho; e da vida familiar, pois o “destino” da mulher enquanto cuidadora do lar permite que os homens estejam disponíveis a qualquer hora, sob qualquer forma de inserção. A flexibilização também refere-se à necessidade de ter, termo aqui utilizado de fato no sentido de “posse”, um trabalhador multifuncional — logo, flexível —, polivalente e qualificado; aquele que desempenha diversas funções e que “veste a camisa da empresa”. A habilidade de se adaptar às diversas condições e demandas de trabalho são valorizadas e aplaudidas, mesmo que isso signifique mais trabalho e o mesmo salário. O trabalhador qualificado é especialmente rentável para capitais estrangeiros, que, ao entrarem no

Brasil, conseguem uma mão de obra especializada por valores muito inferiores àqueles pagos nos países de economia avançada (Antunes, 2014).

Aos trabalhadores de pouca escolaridade, que foram os que mais sofreram com a extinção dos postos de trabalho, resta desempenhar quaisquer outras atividades. Ao não acompanharem as inovações tecnológicas no mercado de trabalho, tendo em vista a pouca qualificação, buscam formas alternativas de trabalho — a economia informal. Bem colocado por Antunes (2008), “[...] em plano avanço informacional, amplia-se a informalidade”. Segundo Costa (2010), esse cenário é resultado

[...] de um modo de acumulação capitalista, estruturado sob uma lógica de dominação das relações de produção, portanto de classe, que gera seu próprio excedente de trabalho: um exército industrial de reserva que vai buscar seu meio de sobrevivência fora do domínio das relações capitalistas modernas e que é sim, funcional e rentável àquele padrão de acumulação, posto que é fator de barateamento e disciplinamento da força de trabalho (p. 174).

Antunes (2011) define esse movimento como a existência de um labor mais qualificado para um número pequeno de trabalhadores, sob as condições citadas anteriormente, e a expansão de trabalhos instáveis e precarizados para cada vez mais trabalhadores e trabalhadoras, em especial. Nesse meio, há intensificação e exploração do trabalho dos que permanecem nos empregos assalariados, coexistindo com a expulsão de outros assalariados que irão subvalorizar aqueles que conseguiram permanecer em assalariamento. Como visto anteriormente, essa é uma característica dos países de industrialização tardia e capitalismo dependente, como é o caso brasileiro. Sobre os trabalhadores menos qualificados, Manzano, Krein e Abílio (2021) criam um cenário facilmente encontrado na realidade:

Trabalhando como atendente de loja de celulares, repositor de mercadorias, técnico de telefonia e em vários outros empregos pode fazer parte da experiência de trabalho de um homem que agora é motoboy freelancer, que antes era motoboy formalizado e depois escolheu trabalhar diretamente com seus clientes. Agora, além de trabalhar como motoboy, ele compra e revende vários produtos ao mesmo tempo em que realiza suas entregas, autodefinindo-se tanto como motoboy quanto como ambulante. Esses são alguns exemplos das trajetórias de trabalhadores periféricos (p. 239, tradução livre).

Alvares e Tavares (2006, citado por Antunes, 2014) elaboram uma organização detalhada sobre como estão subdivididos os trabalhadores informais no Brasil e que será desenvolvida nos parágrafos subsequentes. Primeiro, encontramos os trabalhadores informais tradicionais, que se assemelham às concepções dos anos 1970, cujas atividades têm baixa capitalização e o objetivo é a subsistência familiar. Esses trabalhadores vivem da própria força de trabalho, e podem se dividir em dois grupos: menos instáveis e mais instáveis. Os menos instáveis são aqueles que detêm a habilidade requerida na atividade e os meios de trabalho, muitas vezes prestando serviços à outrem, como os pedreiros, costureiras, jardineiros, empregadas domésticas e sapateiros. Já os mais instáveis são contratados de forma temporária e comumente recebem por serviço realizado. Estão em atividades que podem requerer uso de força física e baixa qualificação; são representados pelos carroceiros, carregadores e trabalhadores de rua.

A tipologia das autoras inclui ainda os trabalhadores informais tradicionais temporários, ou seja, aqueles que estão desempregados, mas pretendem retornar ao trabalho assalariado. Essas pessoas estariam em uma espécie de limbo, pois alternam entre o desemprego e a inserção precária na economia informal. Nessa categoria estão também aqueles que acumulam o emprego assalariado com o trabalho ocasional para complemento de renda, chamados “bicos”, como pessoas que vendem produtos diversos e confeccionam artesanatos. Considerando o que foi exposto, observamos que essas são formas de trabalho que não usufruem da legislação trabalhista, como auxílio-doença, aposentadoria e licença-maternidade; com rendimentos muito flutuantes — facilitando o sentimento de insegurança quanto à subsistência —; e, não em totalidade, mas ainda comum, sem horários fixos de trabalho. No caso dos trabalhadores que ainda desempenham bicos, essas atividades são normalmente realizadas nas horas vagas do emprego assalariado.

Outra modalidade proposta pelas autoras é a dos trabalhadores assalariados sem carteira, principal consequência do avanço do neoliberalismo, que defende o desmonte da legislação trabalhista. Os ideais capitalistas incentivam a flexibilização, o aumento das jornadas e a negociação entre empregadores e empregados que, de forma clara e óbvia, buscam se beneficiar. Costa (2010) aborda como avanços capitalistas associam a modernidade à desregulamentação do trabalho, impulsionam as privatizações, e repetem incansavelmente o discurso de que os estatutos que defendem o trabalhador aumentam os custos do trabalho e inviabilizam a criação de postos de trabalho. A última modalidade é dos trabalhadores informais por conta própria,

produtores de mercadorias simples, que contam com sua própria força de trabalho e de familiares. O trabalho dos informais por conta própria se insere na lógica do empreendedorismo, que vem surgindo como uma forma disfarçada e romantizada de informalidade, alimentando o discurso de “ser o próprio patrão” (Antunes, 2014). Como colocado por Krein e Colombi (2019),

É a ameaça do desemprego que está no horizonte de todo assalariado em mercados de trabalho desestruturados e flexíveis, como o brasileiro, que reforça a noção de empregabilidade e o ethos do empreendedorismo, fazendo com que os trabalhadores aceitem a flexibilidade e a autogestão como esperança de encontrar uma nova ocupação (p. 4-6).

Os processos citados têm tornado difícil diferenciar, atualmente, o trabalho formal do informal (Marques, Henrique, Teixeira & Abílio, 2018). Em um contexto em que os direitos trabalhistas são atacados por meio da terceirização e subcontratação, e as condições de trabalho se deterioram, o que os separa? Ainda mais ao considerarmos a omissão do Estado em seu papel de fiscalização do trabalho formal, da mesma forma que também não consegue abarcar todas as modalidades que se encontram na economia informal (Druck, 2011). Destacamos aqui o papel do Estado enquanto fiscalizador e regulador, mas com necessidade de um papel mais firme do que o que vem desempenhando ao longo dos anos, com consequências reais para empregadores que burlam leis trabalhistas e submetem os trabalhadores a condições subumanas, pois, como posto por Costa (2010), “[...] no cálculo racional dos empresários, vale a pena sonegar e ludibriar, porque os custos de uma eventual descoberta e punição são compensados pelos ganhos decorrentes da sonegação” (p. 181). Por isso, a concepção de trabalho informal utilizada neste trabalho é a proposta por Sato (2011) de um trabalho não regulado pelo Estado, pois diversas modalidades e postos de trabalho que não se enquadram tipicamente no que comumente era denominado informal também, hoje não estão sob a proteção estatal.

As fronteiras já estremecidas entre formal e informal sofreram, em 2017, um golpe ainda mais certo com a Reforma Trabalhista, posta nas leis Lei nº 13.467/2017 e da Lei nº 13.429/2017 (Brasil 2017a, 2017b). Krein (2018) esquematiza as mudanças oriundas da Reforma a partir de alguns eixos: flexibilidade das modalidades de contratação; despadronização da jornada; remuneração variável; aspectos nas condições do trabalho; fragilização dos sindicatos; esvaziamento da Justiça do Trabalho; e redução da fiscalização. Curiosamente, a Reforma incide

em determinados pontos característicos da economia informal: dificuldade em definir horários de trabalho, sem Carteira de Trabalho assinada, sem proteção sindical e um trabalhador à sua própria sorte. O autor formula que a Reforma, a qual denomina “contrarreforma”, buscou legalizar práticas já existentes no mercado de trabalho, oferecendo aos empregadores novas alternativas para usar o trabalhador de acordo com suas necessidades — dessa vez, dentro da lei.

Para especificarmos, algumas mudanças foram: a liberalização da terceirização, em quaisquer atividades e setores; aumento dos contratos temporários e parciais, regulamentação do contrato intermitente; estímulo à contratação de autônomos e pessoas jurídicas, substituindo o contrato assalariado e destituindo o acesso a direitos trabalhistas, pois torna-se uma relação comercial; banco de horas; possibilidade de aumentar a jornada de 8 horas diárias, sem necessidade de justificar para autoridades competentes; redução do horário de almoço; remuneração variável; redução de salários por meio de negociação coletiva; possibilidade de pagar o trabalhador não com salários, mas com bens, serviços e bônus solução privada de conflitos; negociação direta da demissão; permissão de mulheres grávidas e lactantes trabalharem em ambientes insalubres; e limitações de acesso à Justiça do Trabalho.

Apesar de ter sido idealizada com o objetivo de aumentar a produtividade e competitividade da economia brasileira, incidindo sobre a geração de empregos e aumento da formalização, Krein (2018) afirma não existirem evidências empíricas. No lugar disso, o que há de hipótese é que a Reforma reforça o ocultamento de acidentes e adoecimentos relacionados ao trabalho ao incentivar a contratação de trabalhadores autônomos, ou seja, sem direitos, e por fragilizar os sistemas de fiscalização e os sindicatos, além de reduzir o trabalhador justamente à figura de “trabalhador” com tanta flexibilização de horários e jornadas, ignorando sua inserção em outras dimensões da vida social (Krein & Oliveira, 2019). O sujeito passa a ser — ou intensifica-se essa concepção — apenas um instrumento de acumulação de capital.

Entretanto, apesar de não conseguir anular a Reforma como um todo, a mobilização popular foi responsável por reverter uma importante mudança: uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.938 (Brasil, 2019) foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) para impugnar o artigo 394-A da nova Reforma que permitia que trabalhadoras gestantes e lactantes permanecessem no trabalho com grau de insalubridade mínimo e médio, com o afastamento sendo necessário apenas por recomendação médica. Segundo a ADI, a norma seria incompatível com a proteção à maternidade, à gestante,

ao nascituro e ao recém-nascido, e violaria a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, dentre outras violações dos artigos da própria Constituição Federal.

Algumas críticas acerca da norma, que culminaram na sua inconstitucionalidade, levantaram dúvidas sobre a competência dos médicos para avaliar a insalubridade dos diferentes locais de trabalho, e se sequer o fariam, além de não haver garantias de que os empregadores não iriam coagir as trabalhadoras a não buscar o afastamento ou até mesmo burlar as avaliações (Souza, 2025). A CNTM também expressou a preocupação de que a medida pudesse desencorajar as trabalhadoras pobres e de baixa escolaridade a buscar acompanhamento médico para o afastamento ou mudança de função, devido à perda da remuneração que advém do adicional de insalubridade. Mesmo com o sucesso dessa mudança, que reforça a importância da luta social, Nicoli e Vieira (2021) levantam um ponto importante:

A reforma não necessariamente representa, de fato, um avanço materialmente expressivo em termos de direitos para trabalhadoras, pois reforça uma proteção específica que não repercute muito, considerando o reduzido número de empregos formais no Brasil, especialmente para as mulheres [...] É uma decisão que supostamente protege a mulher, a maternidade, o feto, o bebê, mas o faz nos escombros de todo o suporte material que lhe deveria ser dado pela regulação social e do trabalho (p. 200-201).

Sem intenção de diminuir a importância da ADI 5.938, mas mantendo a lucidez do que ainda permaneceu com a Lei nº 13.467/2017, a direção que se tomou no pós Reforma enfraqueceu as instituições que fiscalizavam o trabalho, facilitando para as empresas a utilização de mão de obra não-registrada, pois passar ileso com esse tipo de prática tornou-se mais simplificado (Manzano, Krein & Abílio, 2018), como observado por Costa (2010) sobre a sonegação de encargos trabalhistas. Estes autores postulam, ainda, que no nível macroeconômico, a informalidade passa a ser vista como uma consequência inevitável da crise econômica e do desemprego, diferentemente de concepções anteriores que teorizam que esta tenderia a desaparecer com o crescimento econômico. Então, manter e, mesmo que não de forma explicitada no discurso, normalizar a informalidade é preferível à admitir a interferência do Estado.

Nesse sentido, mais uma vez entra em cena a questão do controle absoluto sobre o trabalhador. Silva (2015), ao discutir sobre a funcionalidade da informalidade para a acumulação capitalista, consideram a subcontratação e a terceirização fundamentais à essa equação — duas

modalidades que foram completamente presenteadas aos empresários por meio da Reforma Trabalhista. O exército reserva concede mão de obra às empresas que subcontratam e terceirizam, ao mesmo tempo que mantém outros trabalhadores na reserva, dominando os primeiros pelo agravo da precarização e salários abaixo do valor. Ainda mais, a lógica do trabalhador enquanto “colaborador” e “parceiro” da empresa diminui o seu estatuto enquanto trabalhador que deveria usufruir de seus direitos trabalhistas, como ocorre com os autônomos, outra modalidade incentivada pela Reforma (Antunes, 2011; Silva, 2015). A relação de coleguismo que é forçada entre empregador e “empregado” enfraquece o fato de que se trata de um vínculo de trabalho e que existem legislações trabalhistas que estão sendo burladas.

Em 2019, mesmo ano em que foi ajuizada a ADI 5.938, um novo ataque foi direcionado aos trabalhadores através da Reforma da Previdência, por meio da Emenda Constitucional nº103/2019. Para Lobato, Costa e Rizotto (2019), a Emenda, fruto da PEC 06/2019, contém as alterações mais radicais até então do que se construiu em termos de seguridade social desde a década de 1930, pois escancara a injustiça que permeia as condições de trabalho no Brasil, principalmente para as mulheres e idosos. Dentre as principais mudanças da “reforma”, observamos a idade mínima de 62 e 65 anos, e 15 e 20 anos de contribuição para mulheres e homens, respectivamente, para aposentadoria; a distinção de aposentadoria por invalidez de primeira e segunda classe, instituindo que, nos casos de invalidez não relacionada ao trabalho, de segunda classe, o beneficiário receberá somente 60% do valor a que teria direito; e maiores dificuldades para a aposentadoria das pessoas com deficiência, visto que é exigido ao trabalhador se submeter à avaliação biopsicossocial por uma equipe interdisciplinar para comprovar o que se chama de “condição de miserabilidade” (Fagnani, 2021).

Outra medida e uma possível mudança da Reforma são abordadas por Vicente (2021) e discutidas especificamente em relação à proteção das mulheres. Primeiro, a pensão por morte passa a corresponder a 50% do valor da aposentadoria da pessoa falecida. Dessa forma, sendo as mulheres as principais beneficiárias das pensões por morte, também serão as mais prejudicadas ao considerarmos a divisão estrutural de papéis na sociedade, pois o modelo de homem provedor e mulher dona de casa permanece vivo na prática e no discurso no Brasil. Essas mulheres, então, de repente se veriam em uma situação de maior vulnerabilidade em decorrência da diminuição abrupta da renda familiar. O projeto propunha, ainda, uma mudança no Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido às pessoas com deficiência e idosos. Com a Reforma, o BPC

passaria de um salário mínimo para R\$400,00 para pessoas entre 60 e 69 anos, e somente a partir dos 70 anos de idade o beneficiário teria direito ao salário mínimo. Felizmente, a alteração no BPC foi retirada do texto final, mas sequer haver sido considerada tal redução tão drástica, visto que as mulheres idosas eram maioria entre as pessoas que recebiam o benefício, nos mostram que a dignidade da mulher no Brasil dificilmente algum dia estará inteiramente protegida.

A nova Reforma trouxe também uma proposta de capitalização individual, contrário ao modelo de repartição vigente atualmente, onde cada trabalhador financiaria a própria aposentadoria. O modelo de repartição foi estabelecido na Constituição Federal de 1988 com o exato propósito de garantir a preservação da Previdência Social, com fontes diversificadas de financiamento (Vicente, 2021). Fagnani (2019) aborda a conexão entre a Reforma Trabalhista de 2017 e a Reforma da Previdência de 2019. Os fenômenos do aumento do desemprego e da informalidade, as bases para a Reforma de 2017 que, supostamente, iria atenuar tais índices, levaram à diminuição da contribuição de trabalhadores e empregadores com a Previdência. A Reforma Trabalhista, então, ao adotar medidas para o problema da informalidade e desemprego, através da criação de empregos, se ainda podem assim ser chamados, temporários, parciais, precários e intermitentes, da mesma forma prejudicou a contribuição previdenciária. Cria-se um novo problema a partir da tentativa falha de erradicar outro, em um jogo de poderes no qual os únicos prejudicados são os trabalhadores.

Alves (2001, citado por Silva, 2015) acrescenta à discussão da funcionalidade da informalidade o fato de que essa forma de trabalho permite a circulação e consumo de mercadorias. As mercadorias e serviços que entram no ciclo do consumo por meio da atividade de trabalhadores informais, chegam à população a um preço mais baixo, permitindo a reprodução da vida de outros trabalhadores a um custo menor. Isso dá possibilidade para que os salários sejam reduzidos ou continuem baixos, pois isso já garante o nível mínimo de sobrevivência, mantendo esses trabalhadores funcionais para o mercado. Nesse sentido, Costa (2010) sugere, que o objetivo da distribuição de renda não deveria ser apenas oferecer condições de sobrevivência para a população empobrecida. É preciso manter-se atento à qualidade dessa sobrevivência, que, na realidade, não deveria ser reduzida somente à sobreviver, e sim viver com qualidade e dignidade, que é constituído também com acesso à moradia, educação, saúde e políticas públicas.

1.2 1.2 A catação de materiais recicláveis em tempo, espaço e matéria

1.2.1 Da invisibilidade à organização coletiva

A catação de materiais recicláveis é uma modalidade de trabalho que surge a partir da necessidade, antes da articulação com discussões acerca do meio ambiente. Grupos empobrecidos, sem meios de sobrevivência, viram no lixo, nos resíduos da sociedade, uma forma de garantir a continuidade da vida. Acolhe os trabalhadores de uma sociedade desigual e de um mercado de trabalho que não consegue absorver toda a população trabalhadora (Motta, 2023). Para a autora, a catação é parte da informalidade no Brasil. Como observado por Rocha e Francischett (2021), o final do século XIX foi marcado por ocupações de baixa produtividade e condições de trabalho precárias, quando podemos observar alguns primeiros registros sobre os catadores no país.

De acordo com Bosi (2016), há uma escassez de escritos sobre os catadores de materiais recicláveis nos jornais e ações municipais, quem dirá nos estudos acadêmicos, em períodos anteriores ao século XIX. Para o autor, “provavelmente foram vistos diluídos em meio aos mendigos e aos vagabundos nas grandes cidades da época” (p. 28). Apesar de existirem nas ruas da cidade — à época, nos anos 1900, chamados de “trapeiros” —, de fazerem parte do cotidiano, pouca atenção era dedicada à essa população. Não se sabia se eram trabalhadores ou se o que faziam sequer poderia ser considerado trabalho. Apesar disso, Rocha e Francischett (2021) destaca que, já nesse período, o trabalho de catar e vender materiais “reaproveitava trabalhadores desempregados, desabrigados do campo, força de trabalho excedente das fábricas, mulheres, imigrantes, desqualificados(as) profissionalmente” (p. 40) que encontraram na catação uma forma de sobrevivência.

Os autores trazem ainda um registro datado de 1932, no jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro, uma matéria sobre trabalhadores que mexem com o lixo — homens que trabalhavam na “catagem”. Na matéria, os catadores eram tidos como profissionais com “olhos de lynce”. A catação também é o ponto central no final da década de 1950, através da obra autobiográfica de Carolina Maria de Jesus, “Quarto de Despejo”, mulher negra, periférica e catadora. Catava papel, papelão, sucata e, muitas vezes, restos de alimentos. Aqueles que sobrevivem do descarte do resto da sociedade também são sujeitos do poema “O Bicho” de Manuel Bandeira, de 1947: “*Ví ontem um bicho / Na imundície do pátio / Catando comida entre os detritos [...] O bicho, meu Deus, era um homem*”. Isso nos mostra que o tema da sobrevivência através do lixo e a catação é

há muito tempo uma alternativa para muitas pessoas moradoras dos grandes centros urbanos no Brasil (Motta, 2023).

Saltando para as décadas de 1980 e 1990, temos o início das mobilizações dos catadores para formação de cooperativas e associações de catadores (Souza, Silva & Barbosa, 2014). A primeira delas, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE) tem início em 1989, no estado de São Paulo, a partir de um projeto de apoio à pessoas em situação de rua, realizado por uma organização religiosa. A COOPAMARE é uma evolução da Associação dos Catadores de Papel de 1986, que eram os trabalhadores que conseguiam os maiores rendimentos. No ano de fundação, a cooperativa contava com 20 cooperados. A COOPAMARE também sempre manteve as tentativas de assegurar sua autonomia dos governos municipais: mesmo existindo uma rota de reciclagem, onde a prefeitura dava às cooperativas os materiais recicláveis para serem tratados, os membros da cooperativa rejeitaram a proposta, preferindo coletar seus materiais (Rosaldo, 2023).

É certa a evolução da organização dos catadores considerando o quantitativo de trabalhadores cooperados e o avanço em termos de projetos e leis governamentais. Na década de 1990, a cidade de Belo Horizonte também iniciou seu protagonismo na luta pelos catadores. Estimulados pela Pastoral de Rua, os catadores de lixo, nomenclatura adotada na época, começaram um movimento organizativo para defender seus direitos enquanto cidadãos e trabalhadores (Gonçalves, Oliveira & Silva, 2008). Em 1990, foi fundada a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizontes, a ASMARE. Em 1992, a ASMARE teceu articulações com a prefeitura e conseguiu a construção de seu primeiro galpão. Diferentemente da COOPAMARE, a ASMARE não se distanciou do governo municipal, e recebia materiais pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte.

Em 1999, a cidade recebeu o 1º Encontro Nacional dos Catadores de Papel. As discussões ao decorrer do evento deram seguimento ao 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, em Brasília, ocorrido em 2001. O momento reuniu mais de 1.600 pessoas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados do país (Rocha & Francischett, 2021). Do Congresso, surgiu a culminância das articulações que estavam tomando forma até então: o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), fundado em junho de 2001. O MNCR apresenta singularidades em relação à outros movimentos sociais, pois o êxito e as conquistas para a categoria ocorreram de forma mais acelerada, tendo em vista que

os catadores eram um coletivo recém-criado à época. Rossi (2021) associa a aparente “facilidade” para a mobilização tomar força com a receptividade do governo federal entre os anos 2003-2016.

1.2.2 Iniciativas governamentais

Um grande marco para a categoria chega no ano de 2002, com o reconhecimento dos catadores de materiais recicláveis como uma profissão na Classificação Brasileira de Ocupações. Sob o código 5192-05, os catadores “catam, selecionam e vendem materiais como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não-ferrosos e outros materiais não reaproveitáveis”. Em 2003, o Governo Federal criou o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, nomenclatura que sofreu mudanças posteriormente, e tinha como objetivos a inclusão dos catadores em iniciativas de combate à fome, erradicação dos lixões e melhoria das condições de vida e de trabalho; o apoio à destinação apropriada de resíduos sólidos; e articulação de políticas e acompanhamento de programas voltados a catadores (Brasil, 2003). O decreto que regulava o Comitê foi reformulado em 2010 e revogado em 2020 no governo de Jair Bolsonaro.

Em instância de Governo Federal, o ano de 2010 foi prolífico para a categoria. Em agosto, foi promulgada a Lei Nº 12.305, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Através dela, determinou-se a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e o reconhecimento de seu papel como agentes indispensáveis à gestão dos resíduos sólidos (Souza, Silva & Barbosa, 2014). Já o Decreto nº 7.405 renomeia o Comitê Interministerial para Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis, e instituiu os programas Pró-Catador, Catadores Fortes e o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos dos Catadores de Rua e Recicláveis. O Programa Pró-Catador foi criado com o objetivo de

[...] integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (Brasil, 2010).

Em 2022, por meio do Decreto nº 10.936, foi instituído o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES). Entre outros objetivos, indica que os planos municipais de gestão de

resíduos incluem programas e ações para os grupos interessados, em especial as cooperativas e associações. O PLANARES traz ainda a importância da emancipação dos catadores por meio de programas que desenvolvam o empreendedorismo, característico do discurso do governo vigente no período, e aumentem a formalização da atividade.

1.2.3 Dimensões, incongruências e características

Mesmo considerando as diferenças temporais, percebemos distintas formas de contabilizar os catadores no Brasil por diferentes organizações, governamentais ou não. Em 2019, o MCNR estimava que existam entre 800 mil e 1 milhão de catadores no Brasil, 70% destes sendo mulheres catadoras. Com dados da PNAD Contínua de 2019, os números se invertem: dentre 281.025 de catadores, 70% são homens (Bouvier & Dias, 2021). Outras instituições, como o Instituto Pragma e a Associação Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, contabilizam os catadores a partir daqueles que são cooperados. O Anuário da Reciclagem do Instituto Pragma (2023) estima 86.878 de catadores em 2.941 associações e cooperativas no país, com 53,3% de mulheres. Já a ANCAT, através do Atlas Brasileiro da Reciclagem de 2022 (ANCAT, 2022), estima 65.829 catadores no Brasil em 994 cooperativas; as mulheres constituem 56% do total e são 61% das diretorias.

É importante ressaltar o salto no número de catadores no Brasil, segundo dados oficiais, considerando a grande diferença entre 2013 e 2019, em comparação à 2010 e 2013. Em 2010, o Censo Demográfico do IBGE registrou 398.348 catadores. Já em 2013, na estimativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o número estimado era de 400 mil trabalhadores da catção (Silva, Goes & Alvarez, 2013). Uma pequena diferença em um espaço de 3 anos, e mais do que o dobro em um espaço de 6 anos. A imprecisão das estatísticas não é uma problemática nova, mesmo para órgãos governamentais. Por exemplo, em 2011, como destacam Arantes e Borges (2013), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estimava que haviam no Brasil entre 300 mil e 1 milhão de catadores, números exageradamente discrepantes, devido à ausência de registro da atividade e seu caráter itinerante. De certa forma, o sentimento que permanece é de que nunca iremos ser capazes de descobrir, de fato, quantas pessoas sobrevivem da reciclagem.

As diferenças se explicam, em partes, devido à diferença entre os trabalhadores que estão inseridos em cooperativas e aqueles que catam nas ruas, e também porque os dados da PNAD

Continua acessar apenas os catadores que têm domicílios, o que não corresponde à totalidade desses trabalhadores, como explicado pela própria WIEGO. Os números variam também em relação à quantidade de mulheres que estão nessa atividade: em algumas estatísticas, elas são maioria, em outras, estão em número menor. O MCNR, em uma publicação de 2013, reflete se isso não seria fruto da noção do trabalho remunerado como algo complementar, visto que o trabalho doméstico não remunerado seria indicado por elas como sua primeira ocupação. Por ser uma informação autodeclarada, muitas trabalhadoras não interpretam a catação como seu trabalho primário.

Quanto às modalidades de trabalho, a PNAD Contínua de 2019 (Bouvier & Dias, 2021) nos mostra que 86,7% dos catadores estão na informalidade. Entre as mulheres catadoras, o número é ligeiramente menor do que a média geral, 84%. As estatísticas coincidem com o perfil dos trabalhadores que estão na economia informal no Brasil: pretos e pardos, e baixa escolaridade. A PNAD nos mostra que 71,7% dos catadores são pretos e pardos; entre as mulheres, a porcentagem é de 79,9%, maior que entre os homens, com 68,2%. Em relação à escolaridade, 71,2% tem apenas alguma educação primária ou primária concluída. Essa estatística entre as mulheres é de 81,9%. O Atlas da Reciclagem (ANCAT, 2022) registra números semelhantes em relação à raça, visto que 79% dos trabalhadores em cooperativas registradas são pretos e pardos.

1.2.4 As catadoras de materiais recicláveis em foco

A literatura acadêmica nos dá comprovações das estatísticas citadas anteriormente, em diferentes localidades. Mesmo com todas as iniciativas governamentais citadas, as condições de trabalho de muitos catadores não acompanha os avanços legais e, frente à números variáveis, podemos encontrar problemas absolutos. Uma das denúncias realizadas pelas catadoras entrevistadas por Silva e Martins (2021) é o descaso por parte dos governos e a ausência de políticas públicas, tanto para suas vivências como trabalhadoras, quanto como mães. Diversas pesquisas nos apresentam mulheres com trajetórias de vida semelhantes e, consequentemente, as mesmas motivações para o ingresso em trabalhos informais.

Nesse sentido, alguns pontos constantemente mencionados pelas trabalhadoras participantes de outros estudos é a falta de oportunidade de concluir sequer o ensino básico, como nos mostram também as estatísticas. Os motivos são diversos: gravidez precoce,

necessidade de abandono escolar para ajudar na renda familiar e mudanças de cidade devido ao fato de não haver emprego na cidade natal para os pais, o que impediu a continuidade dos estudos no novo local (Guadagnin, Souza & Assunção, 2024; Coelho et al., 2018; Vasconcelos, Nobre, Zaneti & Guimarães, 2020). Para essas trabalhadoras, o trabalho infantil, algumas vezes já na catação, era uma realidade própria que foi passada para os filhos, visto que algumas têm a necessidade de levá-los para catar por não ter com quem deixá-los, e não poderem contar com a figura paterna (Scariot & Costa, 2019; Sá & Oliveira, 2019; Pereira, 2013). A inserção de crianças no mundo do trabalho é de difícil monitoramento quando se trata da economia informal, visto que são atividades e empreendimentos que ultrapassam a legislação trabalhista.

Para muitas dessas mulheres, a figura do homem, enquanto pai e marido, é acompanhada de ausência e violência. A naturalização dos papéis de gênero é evidenciada e reforçada quando relatam não poder contar com a ajuda dos parceiros nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos (Andrade, Pereira & Andrade, 2024), e dificuldades em cuidar da própria saúde, como comparecer a consultas médicas, pois não há quem permaneça com as crianças (Coelho et al., 2016). A solidão materna é uma velha conhecida de mulheres já muito sobrecarregadas e que encontram apoio somente em outras mulheres, como mães, avós, amigas e vizinhas. Os episódios de violência física e psicológica são característica marcante na trajetória de muitas catadoras, algumas vezes resultando em separações e divórcios, mas em outras situações, o casamento é mantido e as agressões continuam (Teodoro & Mattos, 2019; Rego, 2015). Uma das mulheres entrevistadas por Coutinho Jr. e Diehl (2024) traz o desejo de conseguir um trabalho formal, celetista, para assim poder se separar do marido, que não permite que ela trabalhe.

A trajetória de vida e falta de apoio por parte do cônjuge formam o conjunto que conduzem essas mulheres até o trabalho informal, em qualquer atividade que seja. A pouca escolaridade diminui as oportunidades de emprego e o abandono dos filhos por parte dos genitores faz com que se tornem as chefes de seus lares (Silva & Martins, 2022; Ribeiro & Cantóia, 2021; Sousa, Pereira & Calbino, 2019). A maternidade também faz com que prefiram atividades sem carteira assinada, pois acreditam ter maior flexibilidade de horários e maior autonomia para conciliar o trabalho remunerado e não remunerado (Guadagnin, Souza & Assunção, 2024; Scariot & Costa, 2019). Garantir uma vida melhor, mais digna e diferente da que tiveram é um discurso quase absoluto. Desejam que seus filhos consigam concluir os estudos e conseguir bons empregos e, para isso, precisam de ter uma fonte de renda para criá-los.

Experiências de trabalho anteriores, onde sofreram humilhações por parte de patrões e sob más condições também são razões apontadas por elas para se inserir na catação, pois acreditam poder gerir melhor seus horários e estarem mais protegidas (Basso & Silva, 2020; Vasconcelos, Nobre, Zaneti & Guimarães, 2020).

Outro ponto de grande convergência na história de vida das catadoras é a inserção no trabalho doméstico remunerado em algum ponto da vida (Coelho et al., 2016; Coelho et al. 2018). Sendo mulheres pobres, sem escolaridade e, em sua maioria, pretas e pardas, o caminho para o trabalho doméstico já era traçado desde o nascimento, visto que suas mães realizaram essa atividade e muitas delas começaram a realizá-lo já na infância. A transição de um trabalho predominantemente feminino para outro igualmente feminizado, pelo menos de acordo com o número de mulheres catadoras em cooperativas, nos mostra que as alternativas para essas trabalhadoras são muito limitadas. Os dois trabalhos também têm em comum a falta de formalização. Por isso, muitas catadoras relatam nunca ter trabalhado com carteira assinada. Apesar de saberem a importância da legislação trabalhista, não encontram oportunidade no mercado formal.

Wirth (2011) aborda como a separação do trabalho por gênero também é observado nas cooperativas. Em duas cooperativas da cidade de Campinas, em São Paulo, as catadoras atuavam predominantemente no setor de triagem; as próprias trabalhadoras atribuem isso ao pensamento de que a mulher tem “mais jeito”, mais paciência para separar os materiais e tem um olhar mais sensível do que os homens. Em uma das cooperativas onde a pesquisa ocorreu, o trabalho das catadoras era medido por produtividade, enquanto dos catadores era medido por tempo. A medição por produtividade fazia com que essas trabalhadoras sacrificassem os horários de almoço e descanso para atingir as exigências da cooperativa, mas era o trabalho dos homens que elas consideravam pesado. Ferreira, Silva e Silva (2023) também traz a maioria de mulheres na atividade de triagem e classificação dos materiais e discute que, apesar de ser um trabalho fundamental, pois todas as etapas seguintes partem dessa separação dos recicláveis, o trabalho das mulheres ainda é desvalorizado pelos próprios companheiros homens, que operam máquinas e dirigem caminhões.

Apesar do trabalho de catação de materiais recicláveis ter seus benefícios para as trabalhadoras relacionados à autonomia e flexibilidade de horários, ele não está isento de complicações. As queixas mais comuns são relacionadas à acidentes com materiais

perfurocortantes. Isso ocorre porque, em algumas cooperativas, os materiais que chegam até os galpões são misturados, facilitando que as trabalhadoras tenham contato com materiais que podem provocar furos ou cortes, como agulhas e vidros em geral. Basso e Silva (2020) relatam que, em suas visitas à cooperativa com a qual estavam realizando a pesquisa, era frequente verem os catadores trabalhando com curativos nos dedos e nas mãos. Os EPIs não eram disponibilizados a todos os trabalhadores, pois eram doados e não havia suficiente para todos. O risco no manuseio das máquinas também foi observado por Coelho et al. (2016), já que muitas são precárias e antigas; uma das trabalhadoras relata ter ficado presa em um picador e lesionado gravemente o braço.

As dores musculares e cansaço são sintomas frequentes. Os problemas na infraestrutura nos galpões tornam o trabalho mais pesado. A falta de um local de armazenamento adequado faz com que o carregamento de peso das *bags* contendo os materiais ocorra diversas vezes durante o dia de trabalho (Galdino, Malysz & Martins, 2015). A falta de maquinário também torna o trabalho mais pesado. No estudo de Ribeiro & Cantóia (2021), os trabalhadores lamentam a esteira de triagem que estava quebrada à época da pesquisa, pois a classificação dos materiais era feita de forma totalmente manual, forçando os catadores a permanecer várias horas em posições desconfortáveis. A inadequação da infraestrutura também é relatada pelas catadoras entrevistadas por Vasconcelos, Nobre, Zaneti e Guimarães (2020), já que devido a inexistência de banheiros adequados, muitas mulheres desenvolvem infecção urinária frequentemente, somado a problemas gastrointestinais.

O cansaço, por sua vez, é a culminância de longas horas de trabalho, chegando a 45 horas semanais, combinado com o trabalho doméstico e cuidado com os filhos que as trabalhadoras ainda necessitam realizar (Coelho et al., 2016). Somado à isso, há a exposição ao clima, já que em algumas cooperativas, a triagem dos materiais é feita à céu aberto. Em locais com grande variação climática durante o dia, os catadores trabalham diariamente sob sol forte e chuvas frequentes, como é o caso da pesquisa de Andrade, Pereira e Andrade (2024) na região Norte. O relatório da WIEGO (Bouvier & Dias, 2021) mostra, ainda, um número considerável de trabalhadoras que realizam até 48 horas de trabalho por semana, sendo que 7% delas trabalham mais de 48 horas.

O acúmulo de trabalho também é uma realidade para os trabalhadores da catação. Os catadores da pesquisa de Silva e Martins (2022) contam sobre a necessidade de se inserir em

outros trabalhos e ainda depender de doações externas para garantir a sobrevivência. O relatório da WIEGO (Bouvier & Dias, 2021) nos mostra que a grande maioria das trabalhadoras (76,8%) ganha até um salário mínimo, podendo ser a renda ainda menor nessa régua que mede até o valor do salário mínimo atual. Da mesma forma, os trabalhadores entrevistados por Galdino, Malysz e Martins (2015) contam ser comum muitos catadores também realizarem trabalhos sazonais na colheita em municípios próximos, uma vez que a renda da catação não é suficiente. A preocupação com a suficiência do salário também transparece no discurso dos trabalhadores da pesquisa de Basso e Silva (2020), que admitem dificuldades no sono devido ao receio de não ter materiais suficientes na cooperativa para que possam ter uma boa produtividade, consequentemente, uma diminuição na renda.

Considerando o que foi dito até então sobre as condições de trabalho dos catadores, com acidentes e adoecimentos, as catadoras se cuidam à maneira que está a seu alcance. Devido aos horários conflituosos entre trabalho e o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), muitas mulheres se automedicam e compartilham entre si indicações de chás e medicamentos que outrora funcionaram com uma catadora ou outra (Coutinho Jr. & Diehl, 2024; Vasconcelos, Nobre, Zaneti & Guimarães, 2020). Há também o hábito de dividir entre as catadoras os medicamentos que encontram durante a triagem junto aos materiais que recebem (Guadagnin, Souza & Assunção, 2024). O receio de sofrer humilhações e maus tratos no sistema de saúde, como já ocorreu em outros momentos segundo relatos das trabalhadoras, também as impede de buscar as UBS, fazendo com que optem pelo cuidado por conta própria em caso de doenças ou acidentes (Coelho et al., 2016). Para muitas dessas mulheres, ter saúde é ter a capacidade de trabalhar. Os adoecimentos e acidentes sofridos são tidos como parte do ofício, sem grande importância. A doença “real” é aquela que as impede de trabalhar, de usar o corpo para realizar a atividade.

Para as trabalhadoras, as dificuldades no trabalho são atenuadas pelo coletivo. Estar com outras mulheres, no mesmo contexto e com histórias semelhantes, contribui para o compartilhamento de estratégias de cuidado; fortalece essas mulheres saber que não estão sozinhas nos momentos árduos (Vasconcelos, Nobre, Zaneti e Guimarães (2020). A diretora da cooperativa que foi local da pesquisa de Coutinho Jr. e Diehl (2024) acredita que a união e a articulação das mulheres na cooperativa é uma forma de resistência, de persistir frente aos avanços nocivos do neoliberalismo e do patriarcado, visto que muitas mulheres que

anteriormente catavam nas ruas eram vítimas de violência. O mesmo é observado por Sá e Oliveira (2019) e Galdino, Malysz e Martins (2015), cujas trabalhadoras relatam que o trabalho na cooperativa protege os catadores de seres explorados por atravessadores ao vender os materiais recicláveis. Os atravessadores são pessoas que compram os recicláveis à preços muito baixos e, por vezes, “contratam” os catadores sob um regime de trabalho análogo à escravidão, não pagando salários, mas sim trocando por um local para dormir ou uma refeição.

CAPÍTULO II

EM BUSCA DE UMA PSICOLOGIA DO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

2.1 A Psicologia do Trabalho ecoando a voz do Brasil

Em 1989, em um texto intitulado “Psicologia política del Trabajo en América Latina”, Ignacio Martín-Baró discute sobre o mito do latino-americano indolente, pouco interessado no trabalho e essencialmente festeiro. Os índices de desemprego e de trabalhadores inseridos no que denominamos de economia informal seria a justificativa para essa estereotipificação. Entretanto, tal categorização ignora características fundamentais do desenvolvimento do continente latino-americano: o capitalismo dependente e a industrialização tardia. Martín-Baró argumenta que, ao Sul global, o trabalho se cria de maneiras que, até então, eram consideradas atrasadas, como nas primeiras discussões sobre a informalidade. Contrapondo a realidade latina com os contextos europeu e estadunidense, a imagem do trabalhador é via de regra, a imagem do mercado de trabalho: desorganizado, com requintes de ilegalidade e acomodado no próprio subdesenvolvimento.

Nesse sentido, Pulido-Martínez (2017) destaca a necessidade de uma Psicologia do Trabalho cuja abordagem visualize de forma crítica as teorizações e metodologias de países do Norte, não admitindo-as enquanto verdades absolutas para a forma como o trabalho se desenvolveu no Sul e as condições de trabalho de milhões de sujeitos. O autor destaca a relutância de muitos psicólogos de se reconhecerem enquanto perpetuadores de discursos coloniais quando acreditam que somente os objetivos de suas pesquisas, quando tem como propósito “propor melhorias para o trabalho e o progresso da sociedade” (p. 6, tradução livre), são suficientes para romper as visões hegemônicas acerca do trabalho e dos trabalhadores.

O mesmo autor, em 2012, discute sobre os cuidados que devemos tomar ao propôr uma psicologia crítica do trabalho. Ao inaugurarmos um fazer psicológico voltado ao trabalho que oferece descrições mais complexas sobre quem são os trabalhadores e quando argumentamos com maior profundidade sobre o cotidiano de trabalho, corremos o risco de permitir não intencionalmente ao capitalismo — enquanto entidade que rege as relações de poder e condições de trabalho — que arquitecte processos mais eficientes para governar a força de trabalho. Por isso, é fundamental que sejamos claros não apenas sobre quem os trabalhadores são, “mas sim, e

talvez mais importante, sobre o que não gostariam de ser” (Pulido-Martínez, 2012, p. 84, tradução livre).

Dessa forma, surge, no Brasil, a Psicologia Social do Trabalho (PST). Impulsionada por diversas áreas do saber, como a sociologia e antropologia, e movimentos contra hegemônicos, dentre eles a própria Psicologia da Libertação de Martín-Baró, a Medicina Social latino-americana e a Saúde do Trabalhador, vai na contramão do estudo de formas ortodoxas de trabalho. O primeiro compromisso da PST é o de “melhorar a vida das pessoas na busca pela cidadania, mesmo reconhecendo seus limites em nossa sociedade” (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017, p. 12). A ênfase no social é fundamental “principalmente por permitir a compreensão dos aspectos subjetivos que permitem reconhecer a construção de trajetórias laborais, que embora singulares e experimentadas individualmente, se constituem a partir de fenômenos coletivos” (Braz de Aquino, 2020, p. 52).

Diferentemente de outras abordagens, a PST não individualiza e responsabiliza unicamente o trabalhador. Diante do desmantelamento da cooperação no trabalho e do avanços das políticas neoliberais que exaurem o sujeito que trabalha, destaca a necessidade de resguardarmos e sermos reforços, enquanto campo do saber e através dos encontros, pesquisas e intervenções, no movimento de resistência e protagonismo dos trabalhadores que corajosamente vão em busca de construir novas formas de viver e trabalhar, encarando de frente a desumanização que avança no mundo laboral (Araújo & Barros, 2019). Implica estarmos comprometidos em potencializar a ação coletiva e o resgate e ampliação de direitos e cidadania (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017).

Dessa forma, a PST compreende o trabalho “em sua materialidade e em sua historicidade, o que exige a consideração das relações de poder presentes na divisão social do trabalho e nos valores e ideologias – entendidas aqui no sentido marxista – bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo” (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017, p. 13). O trabalho existe em uma realidade concreta que, por sua vez, é fruto dos movimentos históricos e políticos que moldaram e moldam o mundo laboral hoje. O trabalho mobiliza o corpo, mente e afetos de quem o realiza, não sendo possível reduzi-lo à um ruído branco no cotidiano dos que laboram. Não é mero plano de fundo, é um dos contextos onde o desequilíbrio de poder que orienta as relações humanas é transcrito. Por isso, para Martín-Baró (1989), não é possível compreender os sujeitos sem analisar os modos como trabalha,.

Contrária à visão hegemônica da Psicologia Organizacional, a PST se desenvolve a partir dos esforços de diversos acadêmicos de colocar em evidência as modalidades de trabalho que não se enquadram na categoria “emprego” e que se desenvolveram em países cujos trabalhadores, historicamente, se vêem em meio à necessidade de inventar formas de sobreviver. Não existem definições permanentes sobre quais atividades são ou não consideradas trabalho, pois, em contextos onde a proteção do Estado e os direitos trabalhistas nunca chegaram para todos — um dos parâmetros utilizados para separar o emprego formal de outras formas de trabalho —, não é possível fixar e engessar a pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho em campos específicos, ignorando a existência de inúmeras atividades que surgem da busca pela manutenção da vida.

2.2 Compreensões *non-gratas* do capitalismo

Autores que tecem contribuições sob o véu crítico da PST trazem diversas concepções e características ampliadas acerca do trabalho e do ato de laborar, complementares entre si e sem a intenção de ditar fins inflexíveis ao conceito. Navarro e Padilha (2007), a partir de uma base marxista, o conceituam como a busca por realizar nossas necessidades básicas através da transformação da natureza, processo que ocorre de maneira consciente e intencional e que, inevitavelmente, nos transforma de volta. Por outro lado, o trabalho também é o contexto no qual desenvolvemos nossas potencialidades e nos constituímos enquanto sujeitos. Hirata e Zarifian (2003), da mesma forma, colocam que o homem “põe em movimento sua inteligência e suas forças a fim de transformar matérias e lhes dar uma forma útil à sua vida” (p. 65).

Engels (1999), no texto “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, aborda exatamente como a demanda por satisfação das necessidades humanas foi o que impulsionou nossa evolução; a complexificação biológica não teve início por si só. A necessidade de ter as mãos livres para desempenhar atividades mais complexas nos tornou seres eretos; a necessidade de usar ferramentas para determinados fins refinou o uso das mãos; e a necessidade de comunicação, já que o trabalho exigia cooperação e coletividade, impulsionou o desenvolvimento da linguagem. O trabalho é a atividade que estrutura o sujeito adulto no espaço e no tempo, da mesma forma que a escola para as crianças e adolescentes (Sato, 2013), e é a atividade criadora que possibilita que o homem possa se projetar no futuro, ao criar e modificar o seu presente (Ornellas, D’Avila & Coutinho, 2022).

A PST traz trabalho também enquanto inserção social, não somente inserção econômica. Zanella (2020) destaca que somos todos seres sociais e históricos, produtores e produto de nosso contexto, e o trabalho é exatamente um dos domínios primordiais da vida onde se dá a socialização (Pulido-Martínez, 2021). O trabalho é uma atividade coletiva que, para acontecer e sustentar algum significado, requer a participação de diversas pessoas (Lacoste, 1989). Silva e Lima (2024), em um estudo com trabalhadores informais, ou seja, que carecem de qualquer proteção que venha do Estado e fariam ainda maior proveito de um coletivo de trabalho forte e estruturado, defendem que “a organização do cotidiano e a sustentação da vida do trabalhador estão diretamente conectadas com o local em que trabalha e com as relações ali estabelecidas” (p. 10).

Para Marx, o vínculo com outros trabalhadores é animador e estimulante, ao mesmo tempo aumentando a capacidade de realização individual e construindo uma base para ações de resistência coletiva (Sato, Andrade, Évora & Oliveira, 2011). Spink (2009), ao abordar os créditos concedidos aos pequenos negócios, defende que, se não andarem lado a lado com a socialização, apoio e acompanhamento, os resultados não serão os esperados. Para ele, a falha não seria pela falta de capacitação dos trabalhadores inseridos nesses negócios, mas sim pela ausência “mas de algo bastante singelo e humano: ter companhia e ter com quem conversar, compartilhar e ter confirmada a dignidade social da atividade” (p. 238). Pelo trabalho, o sujeito tem acesso ao reconhecimento de si mesmo e, inevitavelmente, pelo reconhecimento do outro (Vieira, Barros & Lima, 2007).

Por essa razão, para o capitalismo contemporâneo, é de maior interesse que entrem em embate não o trabalhador coletivo e o capital, mas sim um trabalhador solitário e frágil, mesmo que somente em aparência, e o capital (Borsoi, 2005). Spink (1996) propõe que “as pessoas são incapazes de se reconhecer na sociedade e reconhecer a sociedade nelas, até porque estão alienadas umas das outras e da totalidade” (p. 3) e isso pode nos indicar porque, durante tanto tempo, a Psicologia Organizacional mais tradicional teve como uma de suas atribuições a adequação individual de cada trabalhador à organização. A cooperação, ao mesmo tempo que é necessária para a construção do capitalismo, também é silenciada por ele: a partir do momento em que o coletivo começa a agir em prol de melhorias para as condições de trabalho e não para aumentar o lucro e produtividade da empresa, essas reivindicações são ignoradas ou vistas como afrontas ou desvios à harmonia da organização (Sato, Andrade, Évora & Oliveira, 2011).

Torna-se evidente, então, que a organização do trabalho no modo de produção capitalista cada vez mais busca destruir tanto o que faz sentido no trabalho, quanto as mobilizações coletivas dos trabalhadores para recuperá-lo. A supervalorização da competição e do individualismo atinge desde a educação das crianças, a futura classe trabalhadora, até os trabalhadores que reproduzem o discurso neoliberal que vai contra seus próprios interesses, pois afetam negativamente sua vida e sua saúde (Bernardo, Souza & Garrido-Pinzón, 2023); caminhamos rumo à ruína do senso de comunidade.

Por ser na “resistência organizada e coletiva onde reside a esperança de desconstrução do discurso de naturalização da vulnerabilidade como mecanismo prioritário do crescimento econômico” (Braz de Aquino, p. 62), o capitalismo emprega esforços para silenciar essas formas de resistência, para submeter de forma cada vez mais intensa os trabalhadores aos interesses do capital. Por exemplo, a regulamentação dos sindicatos, que enfraqueceu a luta de classes e os aproximou da ordem do capital e do mercado (Navarro & Padilha, 2007). Como colocado por Guimarães Júnior e Ferreira (2020), há a tentativa de consolidar a noção de um sujeito-empresa, incentivado a competir consigo próprio e a assumir o lugar de único responsável por quaisquer êxitos e fracassos, em uma dinâmica que ignora a complexidade social do trabalho para reduzir a atenção à questões sócio historicamente construídas. O sistema convence o trabalhador de sua culpa para isentar o patrão, a empresa e o modo de produção capitalista.

Por outro lado, o próprio sentido do trabalho é deturpado pelo capitalismo, não apenas suas características. Aos poucos, o labor sofre uma metamorfose: a exigência de satisfazer necessidades básicas se torna uma ferramenta, na medida em que os trabalhadores se sujeitam e se submetem à condições de trabalho insalubres frente à demanda de sobrevivência (Silva & Lima, 2024). Ainda buscamos, sim, de forma consciente atender às nossas necessidades, mas devido à dificuldade intensificada pelo capitalismo de alcançar recursos mínimos, isso se torna uma forma de aprisionar o trabalhador em determinadas situações. Os trabalhadores são transformados em recursos e a ideologia empresarial, ao não considerar a distância do que é exigido no trabalho e do que as pessoas são, se surpreendem quando os “recursos humanos” de fato se comportam como humanos: “sentem cansaço, adoecem, sabotam, protestam, fazem greve, resistem às políticas de recursos humanos, enfim, trazem para negociação outros interesses que não apenas os da produção” (Sato & Oliveira, 2008, p. 194).

2.2.1 Rumo à uma noção ampliada do processo saúde-doença

Para Marx, o processo de trabalho tem como fim a produção de um valor de uso (Coutinho, 2009). Uma ação com algum propósito na qual o trabalhador vai depositar os seus esforços e essa ação tem algum sentido. No capitalismo, o trabalho tem como objetivo muito mais central os valores de troca; o que se transforma em dinheiro, o que garante capital. Dessa forma, o trabalho deixa de humanizar e passa a alienar. O trabalhador produz, não sabe o que produz, trabalha até adoecer e morre sem conseguir usufruir daquilo que as próprias mãos fizeram. No caso do trabalho de serviços, o homem se torna a própria ferramenta e o volume de capital depende da exploração de seu próprio corpo.

Nesse sentido, iniciando com Iriart et al. (2002), nos debruçamos brevemente sobre Medicina Social latinoamericana, um dos movimentos que impulsionaram a corrente da Psicologia Social do Trabalho. Ela surge a partir do encontro da academia com o movimento dos trabalhadores, estudantes e mobilizações populares, descontentes com o modelo econômico desenvolvimentista que estava em vias de construção na América Latina no final dos anos sessenta. Dentro desse modelo, o discurso de que o crescimento econômico nos guiaria até a melhoria da saúde da população revelou suas limitações. Para os representantes desse movimento, as mudanças nos índices relacionados à saúde seriam consequência das mudanças nas condições de vida e de trabalho da população (Laurell, 1989). Um protótipo do estado de bem-estar social nos países latinos ampliou os direitos dos trabalhadores e da população de baixa renda, resultando em uma divisão mais igualitária dos rendimentos, e também o acesso à saúde e educação, por meio da arrecadação de impostos e das medidas de seguridade social. Os governos descobriam, para pouco depois voltar atrás no pequeno progresso, que não somente de crescimento econômico se alimentava uma nação.

A Medicina Social latinoamericana, então, surge com a proposta de analisar a saúde e a doença dentro do contexto político, econômico e ideológico dos processos sociais, e não apenas como um fenômeno biológico individual (Laurell, 1989). Esse movimento surge junto aos movimentos sociais e destaca a insuficiência do modelo biologicista de conceber a saúde, dando início à uma nova maneira de compreendê-la, em maior concordância com os interesses da população e originando novas práticas sociais. A medicina tradicional, ainda hoje, não dá conta, ou não se importa, de investigar o que há além do sintoma. Laurell (1982) destaca alguns desafios para a confirmação do caráter social do processo saúde-doença, mas afirma que o ponto

de partida está no fato de que “a natureza social da doença não se verifica no caso clínico, mas no modo característico de adoecer e morrer nos grupos humanos” (p. 9).

A partir do estudo da evolução dos perfis patológicos dos sujeitos ao longo do tempo e sob circunstâncias distintas, conseguimos começar a compreender padrões de adoecimento presentes em alguns grupos e em outros não. A história da doença evolui em conjunto com as condições de vida, em um cenário no qual “[...]”as especificidades individuais e grupais são analisadas no contexto social que as determina” (Iriart et al., 2002, p. 130, tradução livre). Não se trata de afirmar que a questão biológica é menos predominante do que as questões sociais, mas sim que um ou outro isoladamente não nos mostra a figura completa: quem adoece e quem não adoece; a razão para adoecerem; à quais cuidados tem acesso, caso sequer o tenha; e as possibilidades de continuidade da vida.

Alguns determinantes sociais analisados pela Medicina Social, propostos por Iriart (2002), incluem a reprodução social, a participação econômica, a marginalização e a participação política, que, ao serem agregados, nos comunicam a posição do sujeito dentro do sistema de poder e, conseqüentemente, nos ajudam a compreender o acesso à condições favoráveis e protetoras ou desfavoráveis e destrutivas (Laurell, 1989). Em suma, propõe-se o estudo do processo saúde-doença enquanto processo social, utilizando como ferramentas analíticas centrais a divisão das classes sociais e o processo de trabalho.

Ao abordar a desigualdade na América Latina, Laurell (1982) discute que o ponto central desse problema é a forma como os sujeitos estão inseridos na economia capitalista, sob quais níveis de subordinação e dominação necessitam tentar sobreviver dia após dia. Para a classe trabalhadora, não detentora dos meios de produção e sobrevivendo a partir da venda da própria força de trabalho, que é realizado por um corpo que vive, adoece e morre, a forma de inserção no mundo é distinta da burguesia, que, por sua vez, se sustenta a partir da exploração desses mesmos corpos. Por exemplo, padecendo de uma mesma enfermidade, a razão para o desenvolvimento de tal patologia e o acesso à saúde e possibilidades de cura, usando o termo de modo genérico, possivelmente serão diferentes para um grupo e outro. Um ponto destacado por Laurell (1989) é que, nos países latinos, a mudança na estrutura de classes é atravessada diretamente pela transformação da agricultura nos moldes capitalistas, que, por meio da pauperização e deslocamento da população do campo para abrir espaço para o cultivo para

exportação, deu origem à um grande proletariado rural, à população urbana que migra para se inserir em subempregos e à classe operária.

Por outro lado, o estudo dos processos de trabalho se justifica a partir de uma base marxista: o processo de saúde-doença estaria relacionado à forma como os sujeitos se apropriam da natureza, e essa apropriação se dá por meio do trabalho. Assim, em países capitalistas, cujo objetivo é a geração de mais-valia e a acumulação de capital, as condições de trabalho e, conseqüentemente de vida, são aquelas que melhor atendem à necessidade de acumulação (Laurell, 1989), independentemente do que isso signifique para o trabalhador. Sendo um sistema do qual os trabalhadores não podem escapar de forma isolada, por vezes, pessimistamente, nos parece que pouco resta além de seguir ordens e continuar produzindo, mesmo que o preço a se pagar, pela exaustão do próprio corpo, seja superior à retribuição financeira. Entretanto, Esteves, Bernardo e Sato (2018) complementam Laurell ao dizer que,

Para a Medicina Social latinoamericana, a produção social da saúde e/ou do adoecimento segue o curso das tensões entre, de um lado, as exigências dos processos de produção e de valorização sobre o corpo e a mente dos trabalhadores e, de outro, uma grande variedade de reações dos trabalhadores a tais exigências, tanto individual como coletivamente (p. 64).

É nesse momento em que conseguimos, então, trazer as contribuições de Georges Canguilhem, importante pesquisador francês no campo dos estudos sobre a saúde. Ao não estabelecer limites inquestionáveis para o que é saúde e o que é doença, destaca exatamente a noção de processo (Coelho e Almeida-Filho, 1999). Dificilmente se está inteiramente são ou inteiramente adoecido, pois pensar em um conjunto específico de características irreduzíveis de um estado ou outro, considerando todas as variabilidades do sujeito e do meio, nos parece demasiado megalomaniaco. Safatle (2011) afirma que, em meio às tentativas de hierarquizar formas saúde e de doença, “a “saúde” aparece como categoria fundamental de imposição de uma normatividade social à vida” (p. 13). Sendo o patológico algo que existe somente em comparação ao normal, sendo estabelecido a partir de um padrão de funcionamento comum à todos os seres humanos, teríamos sido qualquer um de nós normais em algum momento?

Brito (2017), a partir das obras de Canguilhem, traz a saúde como uma norma de vida que corresponde à capacidade do sujeito de superar a doença e as modificações do meio que perturbam o equilíbrio que outrora havia, criando suas novas normas e buscando um novo

equilíbrio. Do mesmo modo, a doença também é uma expressão da vida, mas uma vida que existe de forma enfraquecida frente à diminuição da capacidade de manejar as condições que se colocam. Não é tanto incapacidade, quanto é vulnerabilidade. O sujeito não necessariamente perde a força de sustentação, mas não sustenta as dificuldades com a mesma força de antes. Por isso, a saúde é também a ousadia, e até uma certa imprudência, de colocar-se diante do risco e acreditar que pode superá-lo. Assim, “[...] o homem normal saudável teria que se sentir capaz de adoecer e afastar a doença” (Coelho & Almeida-Filho, 1999, p. 23).

Assim, o que diferencia a saúde da doença é o potencial para transformar-se e a abertura para mudanças, como discutem Coelho e Almeida-Filho (1999). A doença seria muito mais a estagnação e a desistência de tentar do que estritamente alguma alteração no corpo biológico. Um exemplo sobre a não correspondência direta entre características anormais e normais, que fogem ou não do que é considerada saúde perfeita, entre diversas aspas e ressalvas, é também apresentada pelos autores ao comentarem sobre a diferença entre um indivíduo com astigmatismo em um contexto agrícola e na marinha. São contextos diferentes que exigem ações distintas e adaptações do sujeito, então a mesma característica é interpretada como normal e anormal a depender do que a realidade deseja. Dessa forma,

[...] a forma seria sempre individual, ou seja, ela não seria a média, mas sim uma noção limite que definiria o máximo da capacidade de um ser. A média, por si só, não seria capaz de estabelecer o normal ou o anormal para determinado indivíduo, já que certos desvios individuais não seriam necessariamente índices patológicos. Cada indivíduo teria a sua própria concepção do que seria o normal para si mesmo (Coelho & Almeida-Filho, 1999, p. 19).

A doença não precisa ser o fim, assim como a saúde também não é uma garantia eterna, um estado último alcançado pela humanidade, pois é exatamente a estagnação e o engessamento que são o ponto de partida para o desenvolvimento da doença. Ao associarmos o normal à um ajustamento irrestrito ao meio, em que não há espaço para variações e imprevistos, onde tudo ocorre de maneira aparentemente perfeita, perdemos de vista o que significa realmente ser são, pois se esvai capacidade humana de lutar. O corpo pode não apresentar nenhuma alteração significativa que denuncie uma doença, já que a saúde biomédica gira em torno apenas de taxas, indicadores, estatísticas e quaisquer elementos não humanos, mas ainda assim estar em processo de adoecimento. O normal e o patológico existem em uma relação do organismo com o

ambiente, só fazem sentido dentro desta relação, não necessariamente existem por si só de forma abstrata (Safatle, 2011).

2.3 Fundamentos teóricos possíveis, mas não únicos

A Psicologia Social do Trabalho se propõe a ser uma postura crítica e suas pesquisas e intervenções podem aderir à diferentes bases teóricas. Entretanto, existem algumas ferramentas teóricas comuns que são utilizadas pelos autores da abordagem: as práticas cotidianas, os processos de significação e a constituição da identidade.

2.3.1 *As artimanhas do cotidiano*

A dinâmica do cotidiano tem lugar privilegiado dentro da PST. Como colocado por Coutinho e Oliveira (2018), o cotidiano é composto pelos acontecimentos corriqueiros e, à primeira vista, banais do dia-a-dia, mas que estão entrelaçados com processos sociais mais amplos e complexos. Seu estudo abre possibilidade de revelar uma micropolítica do trabalho, visto que a atividade laboral é cenário de encontros e conflitos, contradições e acordos, controle e autonomia (Coutinho, Oliveira & Sato, 2016). Spink (1996) afirma que

[...] torna-se cada vez mais claro que o dia-a-dia, o cotidiano mundano, não é um vazio de restos aleatoriamente espalhados pelo chão, mas, ao contrário, é o lugar onde a gente se reconhece como gente no sentido comunicativo. Reconhece-se também que a capacidade de ordenar atividades e ações, de criar diferentes e novas formas de agir é uma característica essencialmente humana e que é esta a base que materializa os passos da humanidade no horizonte reconhecível do dia-a-dia, mesmo que os passos sejam contraditórios e seus significados confusos (p. 8).

É no cotidiano onde conseguimos apreender todas as formas de trabalho e geração de renda criadas pela classe trabalhadora, cuja reprodução depende do senso de comunidade e das relações interpessoais dos que se inserem nessas atividades, e que permaneceram invisíveis aos olhares de pesquisadores que se atém apenas às atividades que se enquadram na categoria do emprego (Sato, 2013). É o contexto no qual trabalho formal, informal, emprego e desemprego se emaranham em um jogo cujo prêmio é a sobrevivência. É na busca por essa sobrevivência que os trabalhadores podem encontrar barreiras ou acessos para atingir seus objetivos, a depender das

determinações sociais com as quais se encontram (Silva & Lima, 2024), já que o dia-a-dia também é o lugar privilegiado para os dispositivos de dominação firmarem suas garras.

Spink (2009) situa o que denomina de nanoeconomia dentro do conceito que estamos discutindo, definindo-a como “a batalha cotidiana para criar possibilidades, o dia a dia dos microeventos da economia popular, a solidariedade que vem do reconhecimento da situação do outro” (p. 231). Exemplifica alguns empreendimentos que se encaixam na nanoeconomia, que constituem possibilidades de sobrevivência sem registro formal, como a confecção de produtos para venda coexistindo com outras atribuições do lar; a mercearia que vende produtos necessários para o dia-a-dia, normalmente localizada em um anexo à residência; serviços de reparo e conserto de roupas, eletrodomésticos e outros equipamento; entre outros. Sem a observação e valorização do cotidiano — onde a vida de fato acontece — a missão de formular políticas públicas, por exemplo, que tentem atender as necessidades da população torna-se um esforço hercúleo, visto que muitas dessas necessidades estariam fora de vista.

O cotidiano não se resume à repetição, mesmo constituído de elementos corriqueiros, mas abriga a inovação, criatividade, imprevisibilidade e aleatoriedade (Coutinho, Oliveira & Sato, 2016). É constituído da mesma forma que nós, seres humanos e trabalhadores: voláteis, sempre agenciando e fazendo escolhas, suscetíveis à variações. Sato, Bernardo e Oliveira (2008) acrescentam ao cotidiano a transgressão, as “malandragens” usadas para contornar aspectos do trabalho que não são favoráveis aos trabalhadores. Mesmo que não tenham o poder de mudar a organização do trabalho, a malandragem pode agir como atenuador do sofrimento e/ou das situações que o causam ou para simplesmente expressar o descontentamento com as condições impostas.

A inventividade no trabalho, além de ser uma forma de se colocar no trabalho, tanto em termo do trabalhador individual, quanto uma construção coletiva, também garante que os objetivos da atividade se concretizem, já que o trabalho é marcado por imprevisibilidade (Oliveira & Coutinho, 2017). Utilizam o que há disponível em meio às circunstâncias dispostas, como as variações nas condições materiais, o quão entrelaçado é o coletivo, as possibilidades de agir autonomamente e, indispensavelmente, as assimetrias de poder no trabalho. Dessa forma, “constituem novas chances de conectar-se a outras pessoas, de produzir novos fatos cotidianos, de modo a apontar para futuros com menos limitações” (Silva & Lima, 2024, p. 22).

2.3.2 *Nós e o mundo, sentido e significado*

As formulações anteriores de Marx já denunciavam o cenário para o qual estávamos caminhando — apesar de considerarmos as diferenças históricas e culturais do contexto analisado por ele — quando o autor coloca que o trabalho se torna “um meio de tortura, já que a máquina não livra o trabalhador de seu trabalho, mas o trabalho de seu conteúdo” (Marx, 1984). Então, o modo de produção capitalista, enquanto sistema que aliena o trabalhador de seu trabalho, repercute na construção de sentido singular que são produzidas na relação do homem com o seu trabalho (Braz de Aquino, 2020), que por sua vez tem um significado construído coletivamente. Mas o que queremos dizer quando falamos em sentido e significado?

Tomando de empréstimo a concepção da Psicologia Histórico-Cultural, o sentido é a soma de tudo que uma palavra evoca na consciência do sujeito, por isso, é complexo, fluido e dinâmico, passível de mudanças no decorrer do tempo; já o significado é mais estável, mas não estático, e é um aspecto mais coletivo, podendo corresponder ao significado dicionarizado de um termo, por exemplo (Vigotski, 1998). São concepções indissociáveis; atribuímos sentido a algo quando primeiro entramos em contato com a sua existência, que já carregava um significado anterior antes de entrar em nosso campo de visão.

Existem significados e concepções distintas para o trabalho, enquanto palavra e ação, mas o sentido que terá para o trabalhador é singular, mas ambas são igualmente produzidas pelos sujeitos em situações concretas (Coutinho, 2009). A forma como o trabalho mobiliza e afeta é mais amplo do que a definição do termo, pois pode ter sentidos ambíguos para um único significado dicionarizado: uma atividade permite a sobrevivência e, por isso, torna-se importante, mas, ao mesmo tempo, as condições de trabalho são adoecedoras, despertando o desejo de não mais trabalhar. Por outro lado, o trabalho pode ser realizado em condições difíceis, levando o corpo à exaustão, mas ser embebido de afetos positivos.

As mudanças no mundo laboral têm dificultado ainda mais a construção de sentido no trabalho, tanto na própria concepção do trabalho como ação que quer dizer algo para o sujeito, que o mantém implicado de alguma maneira, como em ser um ação que carrega algum sentido positivo, uma parte da vida que o mobiliza e lhe dá alguma projeção de futuro. Estamos perdendo o trabalho como uma atividade humana essencial que *tem* sentido e *faz* sentido. A relação do homem com o trabalho vem, então, gerando insegurança, estranhamento e incerteza,

pois, frequentemente, a própria relação é efêmera, provisória e precária (Coutinho, Krawulski & Soares, 2007).

Antunes (2000) pontua que a ausência de sentido na vida laboral é incompatível com a presença de sentido em outras esferas da vida. Resgatando o papel do trabalho enquanto elemento estruturante da adultez, a inserção no social e, conseqüentemente, a socialização, estão associadas à inserção dos sujeitos no mercado de trabalho (Braga, Lima & Maciel, 2015). Em um cenário no qual o trabalhador perde o sentido do próprio labor, no que o estrutura enquanto humano, Marx (1993) sugere que, então, o homem sentia-se como tal apenas nas atividades que compartilhava com outros animais: comer, beber e procriar. Dessa forma, o sentido se associa às vivências dos trabalhadores.

2.3.3 Quem somos, quem gostaríamos de ser e quem não podemos ser

A forma como organizamos nossas vidas é marcada pelas atividades que realizamos (Sato, 2013). Aos 10 anos, íamos para a escola; aos 20 anos, para a universidade; aos 30, naturalmente, para o trabalho. Dessa forma, na sociedade do trabalho, os sujeitos são identificados pela atividade que realizam, pelo cargo que ocupam. Para aqueles que nada fazem, são impostas barreiras à sua hominização (Bernardo, Souza & Garrido-Pinzón, 2023). Se não pelo trabalho, o que o aproxima dos outros seres humanos? E em um contexto onde as formas tradicionais de trabalho convivem com a informalidade e o desemprego ativo, a identidade dos sujeitos pode se modificar. Como não fragmentar a própria identidade se aquilo que o legitima enquanto cidadão é frequentemente atacado e precarizado, e, às vezes, inalcançável?

De forma geral, de acordo com Soto (2012), a identidade no trabalho corresponde aos processos subjetivos a partir dos quais o homem atribui continuidade e diferenciação à sua existência a partir de suas experiências laborais. Em um contexto de mudanças no mundo do trabalho, as identidades se tornam efêmeras e inconstantes, em consequência à flexibilização e precarização das condições de trabalho (Coutinho & Oliveira, 2017). Em um momento, o sujeito atua em sua área de formação acadêmica; no outro, seu trabalho é substituído por uma máquina e ele passa a buscar outra forma de inserção, não condizente seus conhecimentos e habilidades; depois, precisa recorrer ao trabalho por conta própria por não conseguir um emprego, ao mesmo tempo que está virtualmente desempregado.

Os projetos de vida do sujeito são pautados na sua história laboral e nas vivências ocupacionais (Coutinho, 2009). Quando não há continuidade no trabalho, em termos de estar no mercado e no constante câmbio de atividades, a vida passa a apresentar rachaduras, um momento da trajetória não se conecta com o outro. Assim, “o sujeito continua procurando organizar suas experiências cotidianas em um conjunto relativamente estável, que pode ser percebido como o seu eu” (Coutinho, Krawulski & Soares, 2007).

Os trabalhadores tentam se projetar no futuro a partir da ressignificação de experiências do passado e do presente. Dessa forma, os trabalhadores podem romper com as modalidades tradicionais de trabalho e transitar entre diferentes atividades, mas a dimensão do fazer, produzir, criar e agir permanece como um componente essencial na constituição do sujeito e na continuação da vida (Coutinho, Ornellas & D’Ávila, 2022). Já que nos moldamos na relação com o outro e o trabalho é o meio primordial de contato esse outro, ser reconhecido, estabelecer vínculos e dividir os esforços da atividade com o coletivo é uma forma de construir uma identidade pessoal e estabelecer laços pessoais.

A articulação entre trabalho e identidade também se associa ao entendimento do valor do sujeito enquanto humano. Ser um bom trabalhador é associado à ser bom pai, bom marido e bom homem (Coutinho, Krawulski & Soares, 2007). Da mesma forma, há a transformação do indivíduo em trabalhador, e o trabalho “o trabalho passou a significar um instrumento do valor e da dignidade humana, e a distinção entre este e a ocupação passou a ser solapada” (Krawulski, 1998, p. 12). Assim, para Navarro e Padilha (2007), trabalho, em seu sentido amplo, mas principalmente, profissão e emprego são senhas de identidade.

Para os trabalhadores em situação de desemprego, a coloca à mercê de duas saídas: o assistencialismo ou estigmatização, na visão da sujeito desempregado como “vagabundo”, extinguindo suas possibilidade de ação sobre o mundo (Ribeiro, 2010). O desemprego, então, tem como consequência perdas materiais, visto que foi retirado do trabalhador o que garantia sua subsistência, e psicossocial, pois perde o que o tornava *alguém*, que dificultam ou inviabilizam o retorno ao trabalho, reforçando sua condição de excluído social (Braga, Lima & Maciel, 2015).

2.4 Pesquisa e intervenção: como nos inserimos na realidade?

Em Psicologia Social do Trabalho, pesquisa e intervenção são indissociáveis. Tendo como ponto de partida os problemas concretos vivenciados pelos trabalhadores, as atividades

investigativas e as práticas de intervenção devem estar interconectadas, e considerando-os atores políticos. As duas práticas se aproximam na medida que a inserção do pesquisador no campo para fins investigativos, provoca curiosidade e inquietação que pode levar ao movimento de outros trabalhadores em prol de transformações e subsidia intervenções de outros sujeitos.

Por outro lado, mesmo que a intervenção não tenha como propósito final a investigação científica, a ação junto aos trabalhadores produz conhecimentos que se somam aos existentes ou revelam lacunas que darão origem à outras pesquisas (Ribeiro, Oliveira, Bernardo & Navarro, 2017). Essa postura rompe a divisão que a psicologia tradicional estabeleceu entre psicologia pura e psicologia aplicada (Pulido-Martínez, 2021).

A PST não caminha sem a participação e diálogo com os trabalhadores, logo, pesquisador e trabalhador estão em condição de igualdade. É fundamental usarmos o “lugar privilegiado” ocupado pela academia, em termos de produção do conhecimento, para deixar claro que essa é justamente a noção que precisa ser desconstruída. O conhecimento não deve ser hierarquizado, a construção deve ser coletiva e nunca devemos partir da premissa de que o pesquisador sabe tudo que há para saber. Reconhecemos os trabalhadores enquanto atores políticos, capazes de enfrentar, reverter e subverter as investidas do capital (Silva & Lima, 2024).

Dessa forma, a PST se afasta radicalmente das abordagens cujo propósito é apenas a domesticação do trabalhador às condições de trabalho impostas pelos donos dos meios de produção. Assumir essa postura significa agir em prol do favorecimento da consciência crítica e lutar para que os resultados das investigações possam ser utilizados como munição para realizar modificações no trabalho (Pulido-Martínez, 2021).

A atuação em Psicologia Social do Trabalho tem como objetivo transformar a sociedade em que vivemos, principalmente no que diz respeito à desigualdade, violência, exclusão e adoecimento dos trabalhadores (Ornellas, D’Ávila & Coutinho, 2022). Não é coincidência o foco nesses quatro grande problemas para uma abordagem com estrutura relativamente recente — autores da PST são ativos na academia há décadas, mas a existência de uma obra que reúne alguns aspectos da abordagem data de 2017 —, pois Martín-Baró (1998) já nos convidava a atuar sobre o que chamou de o “tridente letal” da América Latina: a injustiça, a pobreza e a violência. Pesquisar e intervir no Brasil, especificamente, requer que nunca deixemos de lado o processo excludente de constituição da classe trabalhadora brasileira, em termos de gênero, raça e

regionalidade, e os sacrifícios realizados diariamente pelos trabalhadores em busca de sobrevivência.

Sato (2013) reforça a importância de irmos até o “chão de fábrica” para entrar em contato com realidades de trabalho que, durante tanto tempo, foram esquecidas pela psicologia. Não se trata, apenas, de convidarmos os trabalhadores aos nossos núcleos de pesquisa, seguirmos roteiros e encerrarmos nossa participação, mas sim de dividir o cotidiano com eles, dentro do que é possível para a pesquisa que nos propomos realizar. Oliveira, Esteves, Bernardo e Sato (2015) reforçam que para compreender o significado das ações sociais relatadas pelos trabalhadores, é preciso utilizar ferramentas como a observação e a entrevista, além da própria inserção no cotidiano, citada anteriormente. A PST nos convida a olhar a realidade a partir dos olhos dos trabalhadores, “mostrando situações difíceis de serem vividas, estratégias e táticas criadas e utilizadas para com elas lidar” (Sato, 2013, p. 101), e ceder atenção irrestrita aos seus interesses, demandas e histórias (Silva & Lima, 2024).

No entanto, ao irmos ao “chão de fábrica”, quais trabalhadores esperamos encontrar? Sobre quem falamos? Seriam todos os trabalhadores iguais, atravessados pelas mesmas vivências? A realidade brasileira expõe que não, a partir dos índices de desemprego, remuneração e informalidade apresentados em seções anteriores. Por isso, continuamos o debate destacando como o gênero, a raça e a classe são indissociáveis das discussões sobre trabalho.

CAPÍTULO III

COMO A DOMINAÇÃO E OPRESSÃO DAS MULHERES SE MATERIALIZA?

3.1 O trabalho como atividade humana essencial: quais humanos? Quais atividades?

Apresentado o conceito de trabalho na seção anterior, iniciamos este segmento com uma desconstrução: tal definição não se dá sem desacordos e críticas. Muitos autores discutem sobre a genericidade do conceito marxista, refletindo que a forma abordada se coloca como se todas as trocas entre homem e natureza fossem iguais. Como se todas as ações fossem, de fato, realizadas pelo homem do sexo masculino, não homens e mulheres agindo sobre a natureza de formas distintas, sendo atribuídos atividades diferentes, com valoração social diferente. O trabalho seria, em um complemento da definição marxista, uma “[...] prática que possui características e significados diferenciados no contexto das relações sociais entre os sexos” (Carlotto & Gomes, 2011, p. 132). Nesse sentido, Hirata e Zarifian (2003) chamam atenção para o que deveria também se inserir no conceito de trabalho: o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, sem o qual nenhum outro seria possível.

Os autores tecem a discussão a partir do que se tornou o trabalho nos moldes modernos: a separação entre trabalho e força de trabalho, sendo que o primeiro agora corresponde às operações objetivas a serem realizadas por um trabalhador, um homem. O trabalho se torna mecânico, com instruções claras e uma finalidade específica; objetivo. Por outro lado, temos o trabalho doméstico, o “antípoda” da objetivação, nas palavras de Hirata e Zarifian (2003, p. 66). É ligado à família, ao afeto, à disponibilidade de uma mulher — que não é apenas uma mulher, mas sim mãe e esposa —, por isso, puramente subjetivo. Pouco racional, pouco consciente, associado à natureza feminina, então, não reconhecido, não valorizado e, consequentemente, não remunerado. Dessa forma, é ignorada uma grande questão no que concerne ao trabalho: “[...] o tempo do assalariamento é condicionado pelo tempo do trabalho doméstico” (Hirata & Zarifian, 2003, p. 67).

Isso quer dizer que, para que o homem esteja disponível para o mercado de trabalho, é preciso que outra figura assegure a realização das funções de reprodução e manutenção da vida (Nogueira, 2024), por meio da garantia de limpeza, alimentação, cuidado com os filhos e outras pessoas do núcleo familiar. O homem dedica ao trabalho o tempo que não necessita dedicar nas atividades que garantem o equilíbrio do seu dia a dia: comer, ter o que vestir, repousar em um ambiente limpo e organizado; tudo para estar apto ao próximo dia de labor. Por isso, Hirata

(2018) retoma a indissociabilidade entre funções econômicas, sendo a produção de bens e serviços, e políticas, que engloba a reprodução e a transformação das relações sociais, ou seja, atividades produtivas e reprodutivas são componentes igualmente necessários do que entendemos por trabalho.

Guimarães, Brito e Barone (2016) apresentam as limitações de uma concepção de trabalho que exclui determinadas atividades, mesmo sendo igualmente essenciais à continuidade da vida. Ao realizarem uma análise dos censos que contabilizavam a população economicamente ativa entre os anos 1970 e 2010, perceberam o aumento acelerado e expressivo, para um país em vias de desenvolvimento como o Brasil, da quantidade de mulheres que se colocavam no mercado de trabalho brasileiro. Ao analisarem as mudanças na forma de categorizar o trabalho e a forma de realizar as perguntas pelos veículos responsáveis pelos censos, se perguntaram: a entrada das mulheres no mercado havia sido tão abrupta quanto aparentavam as estatísticas ou houveram mudanças no que se entendia por trabalho, e o que sempre foi realizado por elas e permanecia invisível na métrica utilizada, veio à tona?

Por exemplo, nos censos de 1940 e 1950, 20 anos antes do primeiro resultado que mostrava a entrada massiva de mulheres no mercado, as atividades eram divididas entre domésticas e extra domésticas. Além disso, as atividades eram muito mais classificadas a partir do local onde eram realizadas do que a natureza da atividade econômica. Dessa forma, isso possibilitava que o trabalho doméstico remunerado se enquadrasse nas atividades domésticas, por ser realizado em uma residência privada — um lar — do que em uma relação de prestação de serviços, como posteriormente seria classificado. Nesse sentido, Guimarães, Brito e Barone (2016) propõem a seguinte reflexão:

Ora, nas circunstâncias em que o chamado trabalho produtivo pode ser feito em casa, ou próximo à casa, facilitando a combinação entre tarefas consideradas ao seu tempo como ‘econômicas’, é muito provável a subenumeração desses segmentos de trabalhadores (mulheres, em sua maioria) que exercem duplo papel (p. 31).

3.2 Da natureza selvagem às relações sociais de sexo

Mas se aqui discutimos sobre tais atribuições femininas de maneira aparentemente tão natural, seria verdadeiramente natural e biológica a destinação das mulheres para a esfera reprodutiva? Maria Mies (2016), socióloga alemã, tenta buscar a origem dessa divisão e nos leva

de volta aos anos iniciais da espécie humana, próxima à forma como existimos hoje. Mies aponta para a falácia acerca da capacidade reprodutiva das mulheres, como se gravidez e cuidado com os filhos fossem atos puramente instintivos, usados para justificar a maternidade e a suposta preferência das mulheres para as atividades domésticas e de cuidado, na realidade eram ações conscientes, visto que os métodos contraceptivos são registrados na humanidade há milênios e que as mulheres mobilizavam esforços para estabelecer relações com a prole. Não eram apenas predisposições naturais, no sentido da irracionalidade e não intencionalidade, de corpos que, apenas porque podiam, deveriam gestar e cuidar.

A autora discute sobre como para os homens é mais fácil entender-se como um ser fora da natureza e que age nela somente por meio de ferramentas externas ao seu próprio corpo, enquanto as mulheres são constantemente lembradas de sua responsabilidade natural. As ferramentas seriam, ainda, a condição de humanidade do homem, visto que sem elas, não poderia caçar — função considerada primordial por diversos antropólogos e historiadores —, enquanto as mulheres, responsáveis, entre outras funções, pela coleta de alimentos duráveis, tinham em seus corpos uma capacidade produtiva superior e que não necessitava que estabelecessem uma relação de dominação com a natureza, como os homens faziam. Aos poucos, essa relação de dominação do homem com a natureza passou à estender-se também para as mulheres, tanto as de seu grupo, quanto mulheres de agrupamentos vizinhos, quando a espoliação e exploração passaram a ser modelos econômicos.

Para Mies (2016), os homens desenvolveram ferramentas para matar e estabelecer dominação, pois apenas pelo medo e subjugação conseguiam, em um conceito amplo, produzir algo: mais trabalhadores, através do rapto e escravidão, e mais riquezas, através do roubo de recursos. De acordo com a autora, “a apropriação de produtoras femininas por não produtores masculinos foi o paradigma de todas as formações de classe subsequentes” (Mies, 2016, p. 864). Eram fundamentais enquanto produtoras de outras vidas, que se tornariam força de trabalho, e reprodutoras das vidas existentes, já que foram confinadas à vida doméstica e à servidão. Essa divisão é, até os dias atuais, sustentada por instituições como a igreja, o casamento, a família e o próprio Estado. De modo geral, Mies tenta mostrar como a natureza, externa e feminina, produtivas e conscientes, foram transformadas em propriedade privada daqueles que nada podiam produzir por conta própria.

Danièle Kergoat, socióloga francesa, também nega veementemente essa lógica biologicista. Para a autora, não há nada de natural nessa dicotomia, pois defende que as construções sociais formaram dois grupos sociais distintos, envolvidos em uma relação específica: as relações sociais de sexo (Quirino, 2015), para denominar as concepções criadas pelo social acerca da diferenciação entre os genitais feminino e masculino. Dessa forma, as relações sociais de sexo podem ser aprendidas historicamente, visto que se apoiam na relação hierárquica entre os sexos biológicos e que se trata de uma relação de poder (Kergoat, 2003). São relações desiguais, hierarquizadas assimétricas e antagônicas (Hirata, 2002).

O uso do termo relações sociais de sexo parte da preocupação de pesquisadoras feministas francesas acerca do uso do termo “gênero”, comum ao movimento feminista anglo-saxão (Quirino, 2015). A preocupação parte da forma como o gênero passa a ser usado apenas como uma palavra, e não como um conceito. Com o tempo, a impressão que permanecia para a corrente francesa do feminismo era de que falar de gênero seria, somente, se referir às mulheres, sem levar em consideração as implicações que existem a partir desse pertencimento, e sem considerar outras relações. Outro ponto apontado pelas pesquisadoras era o risco de hierarquização que o termo traria entre o biológico e o cultural. Fazendo uma diferenciação mais explícita entre sexo e gênero, sendo o gênero essencialmente cultural, temiam que o sexo, então, ocupasse exatamente o lugar do inatingível e imutável, por existir antes do social. Eventualmente, as francesas passaram a adotar um meio termo entre relações sociais de sexo e gênero, as relações de gênero, mas ainda destacando o cuidado necessário para não cometer reducionismos.

Passíveis de serem aprendidas historicamente, as relações sociais de sexo também mobilizam todos os campos sociais (Hirata & Kergoat, 1994). São relações estruturantes da sociedade, não contingenciais. Hirata e Kergoat (1994) citam aquelas entre jovens e velhos, médicos e pacientes, professores e alunos como contingentes, enquanto a dicotomia homem/mulher, e o desequilíbrio que a envolve, é permanente. Evocando novamente Mies (2016), “[...] podemos afirmar que o estabelecimento de relações desiguais entre homens e mulheres não é uma questão meramente do passado, mas algo que se concretiza diante de nossos olhos” (p. 842). Onde existirem homens e mulheres, existirão relações marcadas por rupturas e encontros, convergências e divergências.

Hirata e Kergoat (2020) complementam a ideia ao propôr que as relações sociais de sexo seguem as mesmas propriedades das relações sociais de forma geral, as quais têm quatro princípios organizadores: exploração, a extorsão do excedente de trabalho de um grupo pelo outro; dominação, a violência simbólica; opressão, aqui referente às violências físicas; e apropriação, que seria a disponibilidade irrestrita dos corpos dos trabalhadores ao empregador. Ao atender esses quatro princípios organizados, as relações sociais de sexo tornam-se verdadeiramente transversais e estruturantes da sociedade.

3.3 Meninos usam terno, meninas usam avental: a divisão sexual do trabalho

Qual seria, então, a forma pela qual as relações sociais de sexo se transcrevem na realidade? Como as pistas já indicaram, é através da divisão sexual do trabalho. Hirata e Kergoat (1994) já afirmavam que as práticas, consciência, representações e condições de trabalho e desemprego entre homens e mulheres são assimétricas. Hirata (2016) mostra como esse processo se inicia na infância: “os meninos aprendem muito pequenos como consertar um carro, as meninas são chamadas para ajudar na cozinha” (p. 5). Marcadas a ferro quente por características atribuídas, não inatas, como docilidade, adaptação, paciência e serenidade (Quirino, 2015), as mulheres enfrentam dificuldades na inserção e permanência no mercado de trabalho.

Sobre o lugar da mulher na sociedade, Delphy (1977) aponta sobre como seu pertencimento é construído a partir de outros referenciais, como cônjuge, sendo a esposa dona de casa ou a filha que, naturalmente, ajuda nas atividades de casa e um dia será a esposa de um homem. A menção primeira é para as funções e papéis sociais que são impostos como “natureza feminina”, e não para outras atividades que as mulheres realizam ou possam querer realizar. A recusa do lar, enquanto espaço físico de confinamento e uma ideologia que aprisiona, ao mesmo tempo que permite às mulheres emancipação, também não vem sem consequências: inserção em postos precarizados, mal remunerados e, frequentemente, sem proteção social. Uma espécie de castigo frente à impertinência e insubordinação de trabalhadoras que não aceitaram os limites e barreiras construídas socialmente para mantê-las sob a dominação do capitalismo patriarcal (Hirata, 2018).

A divisão sexual do trabalho é, então, a forma de divisão do trabalho pautada nas relações sociais de sexo (Hirata & Kergoat, 2007). É o fator essencial para a sobrevivência dessa relação. Mantendo as trabalhadoras fora do mercado, perpetua-se a dominação de mulheres sem recursos

para a emancipação; mantendo as reprodutoras da vida sob rédeas curtas, assegura-se a renovação da força de trabalho. Por isso, a divisão sexual do trabalho é também a divisão das esferas da vida: para os homens, a esfera pública, a política, o status de provedor e todos os louros; para as mulheres, a esfera privada, o cuidado, a maternidade e a invisibilidade (Sousa & Guedes, 2016). A estrutura da família patriarcal anseia em manter o modelo de “pai provedor, mãe cuidadora, filho homem futuro provedor e filha mulher futura cuidadora” (Nogueira, 2024, p. 2).

Esse modelo também se constrói sobre dois princípios: o da separação e o da hierarquização. O primeiro diz respeito à existência de profissões de/para homens e profissões de/para mulheres, já o segundo é a atribuição de valoração diferente para trabalhos de homens e de mulheres. Juntos, os dois princípios podem resultar determinados fenômenos, como o descrito por Quirino (2012): a feminização do trabalho. De acordo com a autora, a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho levaria, pouco a pouco, a uma precarização da classe trabalhadora como um todo, com os homens trabalhadores sendo levados pelas mesmas condições de trabalho que subordina as mulheres. Toledo (2008) sustenta esse argumento resgatando os estudos do próprio Marx: “o capital se aproveita, sobretudo, da abundância de mão de obra disponível (...) A substituição cada vez mais intensa do trabalho masculino pelo trabalho feminino aumentou muito o número de operários, e o capital conseguiu reduzir o nível salarial de todos eles” (p. 39).

A repartição das atividades produtivas destina as mulheres ao trabalho que mais seja compatível com suas, supostamente, aptidões naturais, que não perturbem a feminilidade inata. São trabalhos fáceis e leves, que exigem paciência e minúcia (Hirata, 1995) e, mesmo não oferecendo bons retornos financeiros como os postos prestigiosos ocupados por homens, são coerentes com o lado amoroso, cuidadoso, atencioso e altruísta “feminino” (Sousa & Guedes, 2016). Assim, as atividades que mais concentram mulheres hoje no Brasil são o trabalho doméstico, como mensalistas ou diaristas; no setor da saúde, como auxiliares e técnicas de enfermagem; educação, como professoras de pré-escola e ensino fundamental, ou seja, majoritariamente crianças; e comércio, como caixas ou vendedoras (Hirata, 2016). Krein e Castro (2015) afirmam que

Ao naturalizar as habilidades necessárias para desempenhar uma determinada tarefa, acaba-se por desqualificar quem as realiza. A tendência que resulta dessa

dinâmica é a massificação do uso da força de trabalho de mulheres em funções com tarefas repetitivas, baixa remuneração e condições precárias (p. 7).

Em outro aspecto, observamos também como as mulheres, em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, têm mais anos de escolaridade e são maioria tanto no ingresso ao Ensino Superior, como também são mais diplomadas do que os homens (Hirata, 2016). Entretanto, isso não corresponde, proporcionalmente, ao acesso à postos de trabalho mais qualificados e remuneração igual à masculina. Por exemplo, em 2025 o rendimento médio mensal das mulheres foi 22% menor do que dos homens (DIEESE, 2025a). Em relação ao rendimento médio mensal com Ensino Superior Completo, a diferença era ainda maior, chegando à 37% de déficit. Da mesma forma, o acesso ao mercado, em postos mais qualificados e com maior remuneração também não liberta as mulheres de assumirem as responsabilidades domésticas e do cuidado (Quirino, 2012), salvo os cenários em que se adota o Modelo da Delegação, a ser discutido mais adiante.

Hirata e Kergoat (2020) destacam ainda mais esse fenômeno da naturalização em relação às atividades de limpeza e cuidado, pois requerem atividades que seriam inatas pelo sexo e não adquiridas pela aprendizagem; seriam “fatos da natureza, não da cultura” (p. 25). A figura que as autoras centralizam no trabalho doméstico é o da menina das classes populares, com tão pouca idade vendo mães e avós desempenharem o mesmo trabalho e aprendendo a fazê-lo desde tão criança, a ponto dessas funções, de fato, tornarem-se inatas e o caminho natural a se seguir. No debate sobre competências, muitas de suas definições e características são associadas aos homens, como criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidades técnicas e autonomia, e a competências mobilizadas por elas para realizar trabalhos nos setores nos quais são predominantes são considerados atributos naturais (Hirata, 2005).

Carloto e Gomes (2011) chama atenção para o enraizamento da divisão sexual do trabalho, pois alcança até, e principalmente, a esfera governamental, na concepção de políticas de geração de renda para mulheres empobrecidas. Para as autoras, as políticas com esse objetivo tão somente foram na direção de um alívio da pobreza, por meio de iniciativas focalizadas e compensatórias. São trabalhos que, em sua maioria, permitem que as mulheres permaneçam no espaço doméstico ou próximo dele, como cabeleireira, costureira e doceira, e viabilizam a conciliação do trabalho remunerado com o trabalho doméstico, num cenário em que seria

inadmissível que a mulher trabalhadora precisasse que escolher entre o lar e o trabalho — mais inadmissível ainda se ousasse escolher o trabalho.

Duas críticas são colocadas ainda pelas autoras: por qual razão, para mulheres, propõem-se geração de renda e não projetos de qualificação e capacitação para o mercado de trabalho formal, com proteção trabalhista e remuneração adequada? Apontam também para o fato de que as atividades sob a denominação “geração de renda” partem do princípio de que o trabalho aconteceria no tempo que sobra em meio às tarefas relacionadas à reprodução e manutenção do lar. Ou seja, o trabalho não teria caráter emancipatório e nem se espera que ocupe um lugar prioritário na vida das mulheres, mas sim que preencha as horas ociosas nas quais não estariam trabalhando. Aqui, novamente, destacamos a interpretação do trabalho doméstico como um não trabalho, como se a naturalidade pela qual as mulheres desempenham essas atividades não significasse que há consumo de tempo, recursos e energia.

A questão do uso do tempo também é discutida por outras autoras que dialogam com a divisão sexual do trabalho. Um dos pontos é a dupla presença das mulheres, a partir da qual se [...] constitui uma figura historicamente nova, determinada pela soma de duas presenças parciais, meia presença no trabalho, meia presença na família, o que quase esgota para as mulheres qualquer possibilidade de outra dedicação a si mesmas, em termos de descanso, distração, reflexão, estudos (Sucupira, 2016, p. 17).

Sucupira acredita ser mais correto falar em termos de “dupla ausência”, já que as mulheres não conseguem alcançar uma satisfação plena em nenhuma das duas esferas: o trabalho é interminável, o descanso é impensável e o lazer é algo que há muito não podem experimentar. Para elas, a escolha é entre família e trabalho, já os homens têm um dilema muito mais palatável entre trabalho ou lazer. Em termos de tempo de trabalho total, o estudo Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2024 (IBGE, 2024), aponta que as mulheres realizam 54,4 horas de trabalho por semana, contra 52,2 horas realizadas pelos homens, destacando que, para elas, 21,3 dessas horas eram dedicadas ao trabalho doméstico.

3.4 Desigualdades coextensivas e consubstanciais

Em um movimento que se inicia em meados dos anos 2000, observamos uma bipolarização no trabalho das mulheres: a ascensão de trabalhadoras em cargos de prestígio, bem remunerados e com alto valor social, colocando-as a par dos homens trabalhadores, combinado com o inelutável número de mulheres que são trabalhadoras domésticas remuneradas, contratadas justamente para que o primeiro grupo possa se ausentar do lar e se inserir no mercado em funções condizentes com suas competências (Hirata e Kergoat; 2007).

As autoras denominam esse fenômeno de Modelo da Delegação, onde mulheres encarregam os afazeres domésticos para outras mulheres. Hirata (2016) afirma que “o primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro” (p. 3). As mulheres que exercem a atividade de trabalhadoras domésticas remuneradas, por sua vez, delegam sua carga de trabalho doméstico para outras mulheres, sendo mães, avós, filhas, tias, irmãs, amigas e vizinhas, que mantêm girando o ciclo do cuidado como responsabilidade unicamente feminina.

Sem intenção de cometer reducionismos, mas nos apoiando nas estatísticas, é necessário evidenciar que ambos grupos tem delineamentos muito evidentes: as trabalhadoras em cargos de prestígio são brancas, de classe média/alta, e as trabalhadoras domésticas são mulheres negras, pertencentes às classes populares. Dados da PNAD Contínua do 2º trimestre de 2025 (DIEESE, 2025b) mostram que apenas 14% das mulheres negras estão no mercado de trabalho ocupando cargos de gerência ou direção e que ganham 38,7% a menos do que as mulheres não negras, dados de 2023 também mostram que 26% das trabalhadoras domésticas estavam em situação de pobreza. Apesar de igualmente afetadas pela desigualdade de gênero, observamos que as mulheres negras são atravessadas, também, pela desigualdade de raça, e de forma mais evidente do que as mulheres não negras, de classe.

Então, apesar de não fazê-lo com a mesma ênfase outras teóricas da interseccionalidade, por exemplo, as estudiosas da divisão sexual do trabalho, cuja aproximação inicial se dá entre gênero e classe, ainda assim despendem esforços para discutir acerca da coextensividade e consubstancialidade de gênero, classe e raça. Os dois termos dizem respeito à indissociabilidade entre gênero, classe e raça. Não é possível analisá-los de forma separada, pois “[...] do lugar que é atribuído socialmente a cada um, dependerá a forma como se terá acesso à própria sobrevivência” (Quirino, 2015). Ser mulher, ser negra e ser trabalhadora são pertencimentos que se imbricam. Apesar de não incluírem a raça nessa célebre citação, Hirata e Kergoat (1994)

acertam ao afirmar que “[...] não é só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado”.

Para exemplificar a realidade da consubstancialidade, apenas em termos didáticos e não buscando separar gênero, raça e classe, vamos observar como a imbricação existe na realidade. No ano de 2025 (DIEESE, 2025a), apenas 40% das mulheres estavam em cargos de gerência e gestão e estão mais ocupadas (28%) em trabalhos em tempo parcial do que os homens (14%). Constatamos, então, a desigualdade de gênero. Por outro lado, 37,5% das mulheres estão na informalidade e 37% delas vive com até um salário mínimo, contra 27% dos homens (DIEESE, 2024b). As diferenças de classe tornam-se aí evidentes. Por último, 69% das mulheres negras são trabalhadoras domésticas remuneradas e, atrás apenas dos homens negros, são o grupo em idade produtiva que com os menores anos de instrução formal.

Apesar de sequer separar tais dados ser uma tarefa árdua, podemos perceber que, no fim, eles nunca se distanciam verdadeiramente. Articulando gênero e classe, temos que as mulheres ocupam mais trabalhos em tempo parcial do que os homens e vivem com até um salário mínimo; já em termos de classe e gênero, dentre as 37,5% das mulheres que estão na informalidade, 41,9% são negras, pois a falta de escolaridade diminui a possibilidade de ingresso no mercado (DIEESE, 2024b); em questão de gênero e raça, como já vimos, dentre os 40% de mulheres em cargos altos, apenas 14% são negras, enquanto 69% dessas mulheres desempenham atividades domésticas. Com isso, reforçamos ainda mais a interdependência entre as opressões, não hierarquização. Não se sofre e enfrenta dificuldades por ser mulher *ou* ser negra *ou* ser pobre *ou* ser trabalhadora, são locais de pertencimento que coexistem.

Como já apontado rapidamente, a consubstancialidade entre opressão e exploração também é atravessada pelos diferentes pertencimentos geográficos e a interrupção precoce dos estudos. Se, por um lado, a queda na fecundidade e o aumento da escolaridade foi o que possibilitou a inserção das mulheres no mercado de trabalho, essa realidade não é comum à todas as mulheres, como é de se esperar, e isso corresponde à ocupação de trabalhos diferentes, com condições de trabalho e remuneração distintas. De forma geral, o acesso e continuidade dos estudos varia de região para região e os anos de escolaridade total de cada trabalhador influenciam na ocupação de postos de trabalho mais valorizados e, conseqüentemente, melhor remunerados, e a necessidade ou não de recorrer às atividades que compõem a economia informal, cujos rendimentos são ainda mais incertos.

No relatório que analisa os Indicadores Sociais da população brasileira, publicado pelo IBGE em 2025 (IBGE, 2025a), observamos a seguinte disparidade de rendimentos da população ocupada como um todo, sem distinção de gênero: dentre os 10 estados com menor rendimento médio, 8 são da região Nordeste. No estado melhor colocado, o Rio Grande do Norte, a diferença para a média nacional ainda é 18% menor. Isso pode ser explicado também pelo seguinte dado: três estados do Nordeste têm entre 55,9% a 64% da população ocupada atuando na informalidade, enquanto as demais unidades federativas da região apresentam proporções entre 42% e 55,8%. A participação em atividades informais diminui para 24,3% entre pessoas com ensino superior completo. O Nordeste também configura o topo do índice de trabalhadores pobres do país, com 24%, aproximadamente 12 pontos percentuais maior do que a média do país.

Os maiores índices de pobreza se encontram entre as pessoas não escolarizadas ou com ensino fundamental incompleto (23,3%) e entre os trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria e, como já vimos, os trabalhadores informais são uma presença permanente na região Nordeste. Quanto à escolaridade, a região Nordeste, apesar de muitos avanços, ainda possui 11,1% em taxa de analfabetismo, contra 5,3% da média do país. Em específico, entre as mulheres jovens de 15 a 29 anos, 32,1% delas afirmam não ter dado continuidade aos estudos devido à gravidez e à necessidade de realizar o trabalho doméstico e do cuidado.

CAPÍTULO IV

PERCURSO METODOLÓGICO

Penso desde a concepção deste estudo que a ele não caberia outro método senão aqueles oriundos da pesquisa qualitativa. Por isso, primeiramente, me debruçarei rapidamente sobre a própria pesquisa qualitativa, para então apresentar as técnicas utilizadas para construção das narrativas que serão apresentadas posteriormente, sendo elas a observação participante, a entrevista semiestruturada e o diário de campo. Em seguida, dialogamos acerca da decisão sobre o grupo do qual me aproximei — mulheres trabalhadoras — e como esse processo aconteceu. Por último, irei apresentar a metodologia de análise do material narrativo construído, a Análise Dialógica do Discurso (ADD).

4.1 Por que a pesquisa qualitativa?

A pesquisa qualitativa encontra suas origens na segunda metade do século XIX, e alguns dos primeiros estudos que utilizaram a observação direta da realidade, em contrapartida aos estudos laboratoriais, tiveram como objeto também os trabalhadores (Godoy, 1995). As pesquisas de Frédéric Le Play e Henry Mayhew foram realizadas com famílias da classe trabalhadora na Europa, e com trabalhadores e desempregados em Londres, respectivamente. Em ambas pesquisas, foram coletadas informações sobre as condições de vida e de trabalho desses grupos, a partir de observações, entrevistas e histórias de vida. A denominada Escola de Chicago também trouxe importantes contribuições para a abordagem qualitativa, visto que seus estudiosos estavam preocupados com os problemas urbanos que haviam se agravado com o aumento populacional repentino na cidade de Chicago na década de 1920. Nessa época, os pesquisadores utilizavam os mais diversos métodos: entrevistas, coleta de autobiografias, e análise de cartas e demais documentos (Godoy, 1995).

A partir de seus primórdios, conseguimos observar aspectos até hoje preservados, e que são característicos da abordagem: a valorização dos participantes, da pessoa que nos oferece sua história; a importância do contexto; e a ressonância da pesquisa também no pesquisador (Günther, 2006). A pesquisa qualitativa não busca quantificar e priorizar dados estatísticos, mas sim compreender a realidade a partir de quem nos fala. Para Paulilo (1999), “a imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem, é condição essencial para o seu desenvolvimento” (p. 136).

Ainda mais, segundo Silva, Barros, Nogueira e Barros (2007), a relação entre sujeito e pesquisador é uma das características mais importantes da pesquisa qualitativa, visto que “[...] embora perpassada por relações de poder, constitui momento de construção, diálogo de um universo de experiências humanas” (p. 27). Ainda mais, para as autoras, o espaço para o diálogo é o que mais difere entre as diferentes abordagens investigativas, pois significa que partimos do pressuposto que o sujeito da pesquisa é mais do que um respondente ou um participante; é um sujeito autônomo, com opiniões, crenças e pontos de vista próprios, capaz de muitas vezes colocar as interpretações do pesquisador em xeque.

A escolha pela pesquisa qualitativa se dá pela maior possibilidade de aproximação com os sujeitos e pela riqueza de detalhes que nos é permitido preservar com esta abordagem, o que condiz com os objetivos deste estudo. A trajetória de mulheres trabalhadoras, considerando tudo o que perpassa o mundo do trabalho e as vivências enquanto mulheres, tão universais e, ao mesmo tempo, particulares, exige um espaço aberto ao diálogo e uma escuta atenciosa. Penso ser necessário o não cerceamento da fala, e nem a restrição por roteiros rígidos e limitados, por isso busquei usá-los de forma fluida e maleável; a história dessas mulheres são suas para serem contadas da forma que julgarem ser apropriada. Nesse sentido, para garantir que o processo aconteceria seguindo todos os trâmites da pesquisa com seres humanos no Brasil, resguardando às trabalhadoras todos os seus direitos, o projeto foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa sob o número CAAE 79857524.0.0000.5188.

4.2 Observação participante

A técnica da observação participante chega até a Psicologia a partir da Antropologia e é uma forma complementar de compreendermos a realidade empírica na qual nos inserimos (Minayo, 2014). Malinowski (1978), ao inserir-se no cotidiano de nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, é quem primeiro esquematiza regras para a observação participante e, para o autor, a técnica consegue alcançar “os imponderáveis da vida real” (p. 29), que devem ser observados no exato contexto no qual ocorrem e não poderiam ser acessados com questionários ou estratégias estatísticas. Alguns imponderáveis para Malinowski são o cotidiano de trabalho, as conversas e a vida social e a contradição entre amizade/hostilidade e antipatia/simpatia.

Mónico, Alferes, Castro e Parreira (2017) têm a observação participante como “adaptada unicamente para as diferentes faces da existência humana” (p. 725). A técnica é fecunda para

estudos exploratórios e descritivos, para que possamos elaborar descrições narrativas sobre o fenômeno em estudo. Através dela, conseguimos assimilar, compreender e intervir no contexto no qual estamos inseridos, nos aproximando dos sujeitos de formas que podem, e devem, ir além da relação engessada entre pesquisador-objeto. Nesse caso, o próprio investigador é um instrumento de pesquisa, na medida em que realiza contato direto, frequente e prolongado com os atores sociais da pesquisa, apreendendo o real enquanto ocorre (Correia, 2009).

O observador passa a ser considerado participante a depender de seu grau de envolvimento com as pessoas e as atividades que ocorrem no campo, na classificação de Lapassade (2001) podendo manter-se mais afastado do contexto observado; um participante ativo, transitando entre ser o estrangeiro e o familiar, mais utilizada pelos pesquisadores e mais característica desta pesquisa; e a participação total, em que há imersão completa no campo, e é a técnica mais controversa dentre as três citadas. De forma semelhante, Spradley (1980) diferencia três níveis de implicação: alto, baixo e sem envolvimento, com participações que vão desde a completa, que pode dificultar o trabalho do pesquisador em determinado ponto, pois quanto mais estamos imersos em uma situação, mais facilmente algumas interações podem passar despercebidas por serem muito naturais; até a não participação, quando o investigador não tem qualquer envolvimento com as pessoas e situações estudadas.

Ao nos propormos a realizar uma observação participante ativa e moderada, conseguimos perceber dinâmicas do campo que escapam da construção dos dados originários da entrevista semiestruturada, pois dialogamos e interagimos com os trabalhadores mas nos mantemos distantes o suficiente para estranhar acontecimento do cotidiano que não são completamente naturais para nós. Tomei notas da mesma forma realizada por Correia (2009) em sua pesquisa com trabalhadores hospitalares. A autora, a partir da construção dos registros expandidos proposto por Spradley (1980), onde as palavras-chave decorrentes de cada momento de interação são melhor desenvolvidas após o retorno do campo, fez registros de forma sistemática descrevendo diálogos, situações e detalhes dos acontecimentos, tentando utilizar as palavras dos próprios trabalhadores.

4.3 O diário de campo

Durante todo o decorrer da pesquisa, desde a primeira visita até o último encontro com os grupos, mantive um diário de campo sobre minhas experiências na cooperativa, fruto dos dias em

que fui observadora-participante daquele universo particular das sextas-feiras . Estão distribuídos neste trabalho, para além das técnicas de construção de dados, meus pensamentos, sentimentos e percepções sobre nossas idas à cooperativa e sobre as trabalhadoras. É fruto de minha visão sobre o processo da pesquisa e sobre as mulheres que me cederam um pouco de seu tempo e de sua vida.

Para Medrado, Spink e Mélo (2014), o diário de campo é um atuante da pesquisa, pois é o interlocutor de nossos relatos, dúvidas e impressões. Em suma, o que constitui uma pesquisa: relatamos nossos achados, tentamos sanar nossas dúvidas e compartilhamos nossas impressões. Os autores defendem que os pesquisadores se posicionem na escrita do diário de campo, em um movimento que pode se estender desde o primeiro contato com os participantes da pesquisa até o retorno à casa, anotando tudo o que foi produzido e modificado em nossos interiores no encontro com os trabalhadores — em meu caso. Para eles, o “[...] exercício de produzir posicionamentos ao longo da escrita dos diários resultam em importantes elementos para redação final da análise” (p. 285).

Kroeff, Gavillon e Ramm (2020) trazem, ainda, o diário de campo como a demonstração do envolvimento do pesquisador no processo de pesquisa. O que muda no decorrer dos encontros com seus interlocutores, a forma como nos envolvemos no campo no qual estamos inseridos e nossa posição quanto ao trabalho que estamos realizando também é explicitada nessas páginas. O diário nos permite refletir criticamente sobre nossa prática após sermos confrontados com nossas próprias palavras e amplia a presença da pesquisa em nosso cotidiano, mesmo nos momentos que não estamos em campo.

4.4 A técnica da entrevista

Para esta pesquisa, optei pela técnica da entrevista; mais especificamente, a entrevista semiestruturada. Minayo (2014) define as entrevistas como “[...] conversas com finalidade” (p. 261). Para Batista, Matos e Nascimento (2017), “utilizar-se da entrevista para obtenção de informação é buscar compreender a subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis” (p. 26).

A modalidade de entrevista que utilizei é caracterizada por ser mais flexível do que sua contrapartida fechada, mas não tão abrangente quanto a entrevista aberta (Lombardi, de Paula,

Monteiro & Wada, 2021). Organizei perguntas específicas que precisavam ser esclarecidas, baseadas em meus objetivos, mas ao mesmo tempo, houve espaço para que as trabalhadoras as respondessem da forma como desejavam, gerenciando o início e o fim de suas respostas.

A semiestruturada suporta a possibilidade de elaborar outras perguntas que não estavam previamente estabelecidas, considerando dúvidas e curiosidades que surgiram ao longo de cada momento (Guazi, 2021). Não estipulei um teto de tempo de duração para cada entrevista, então as trabalhadoras puderam falar com liberdade a partir de cada pergunta feita. Penso que isso foi fundamental para que as trabalhadoras se sentissem à vontade e tivessem confiança no momento que estávamos tendo. Ao total, elaborei um roteiro com oito questões, mais algumas perguntas secundárias caso algo não ficasse devidamente claro e, como dito anteriormente, também fiz alguns questionamentos que surgiram a partir das especificidades das histórias de cada uma delas.

4.5 Quais histórias ouvir?

Ao pensar na construção deste trabalho, idealizei a possibilidade de realizá-lo a partir das trajetórias de vida e de trabalho de mulheres trabalhadoras, mas muito custei ao decidir as especificidades desse grupo. Em meio às leituras, me vi diante do interesse de ouvir as narrativas de trabalhadoras inseridas em trabalhos informais, ou, pelo menos, nos quais ainda há marcada ausência de vínculos empregatícios formais, mesmo que esse cenário não represente sua totalidade. Mesmo que tenhamos avançado nos estudos sobre trabalho que não se restrinjam ao trabalho formal — ao emprego — observo existir uma lacuna de pesquisas que abordem o trabalho informal feminino articulando-o às discussões sobre a divisão sexual do trabalho.

As trabalhadoras com as quais teci aproximações com este trabalho são as catadoras de materiais recicláveis. Entendendo as particularidades de cada mulher, penso que ainda existem elos em comum em suas histórias, tendo em vista quem são as mulheres com um perfil característico que tipicamente realizam esse trabalho, como visto em seções anteriores deste trabalho. Como critérios de inclusão, apenas delimitei que fossem mulheres, exercessem a atividade de catadoras de materiais recicláveis, cooperadas ou externas, e aceitassem participar da pesquisa. Não estipulei tempo de atuação na cooperativa e na atividade como um todo, nem idade. A escolha das mulheres, utilizando esse termo em específico, foi realizada pela diretora da

cooperativa, então, poderiam ser mulheres cisgênero ou transgênero. Entretanto, não foram realizados questionamentos às trabalhadoras entrevistadas acerca deste ponto.

O contato com as trabalhadoras ocorreu por meio da articulação com integrantes de outro projeto também da Universidade Federal da Paraíba, que faz parte de uma iniciativa nacional, denominado Caminhos do Trabalho. Uma colega pesquisadora estava inserida neste grupo e solicitei à ela e ao professor responsável que facilitasse a comunicação com a diretoria da cooperativa. Não houveram motivações específicas para realizar a pesquisa nesse local em particular, somente para a escolha da categoria, como já explicitado anteriormente, e sim apenas aproveitar a oportunidade de já existirem pactuações com a universidade, mas sem diminuir a importância que a cooperativa e suas trabalhadoras tiveram neste trabalho, pois, via de regra, ele não existiria sem a abertura e acolhimento que me concederam.

4.5.1 Construindo combinados e arranjos

As trabalhadoras participantes são pertencentes à uma cooperativa de catação de materiais recicláveis que opera em um município do Estado da Paraíba. A cooperativa é atuante desde 2007 e até os dias atuais podemos encontrar as fundadoras participando da catação. No momento da pesquisa, estavam cooperados 26 trabalhadores — 10 homens e 16 mulheres —, mais os trabalhadores que não estão cooperados, que catam nas ruas, mas vendem os recicláveis coletados para a cooperativa. A história da fundação da cooperativa será apresentada com mais detalhes em seções subsequentes, pois a trabalhadora que narrou essa trajetória também foi participante da entrevista.

No mês de maio de 2025, entrei em contato com uma das trabalhadoras, que aqui chamarei de Meg, nome escolhido por ela no dia de nossa entrevista, que realiza atividades administrativas no local, sendo responsável pela pactuação com órgãos e projetos. No primeiro momento, eu e minha orientadora fomos até a cooperativa para explicar a proposta do trabalho para Lila e outra catadora que está em uma posição semelhante — Cássia — e buscar saber se o que estávamos propondo fazia sentido para aquele local e para aquelas trabalhadoras. A resposta foi positiva e o projeto foi recebido com muita expectativa por parte de Meg e Cássia, que já deram alguns indícios da realidade das mulheres que atuam hoje na cooperativa — muitas mães solo sobrecarregadas pela dupla jornada de trabalho — e nos contaram que muitas iriam se interessar em participar.

Ao final dessa conversa, as trabalhadoras nos mostraram um espaço reservado especialmente para os momentos em que acolhiam os catadores não cooperados. É uma sala com duas poltronas e algumas cadeiras, com privacidade, e que nos foi oferecido para que realizássemos as entrevistas. Questionamos acerca dos horários mais adequados para as trabalhadoras, considerando o volume de trabalho durante a semana, e pactuamos as entrevistas para as sextas, a partir das 14 horas. Propomos a realização de uma entrevista com cada trabalhadora e mantivemos em aberto a possibilidade de outros momentos de escuta com as mulheres que julgassem necessário, como de fato ocorreu e será elaborado em seções seguintes do trabalho, para que minha inserção na cooperativa não fosse breve e unilateral.

Existiam os meus objetivos de pesquisa, mas minha participação no cotidiano dos trabalhadores não precisaria se resumir àquele único momento individual. Em linhas gerais, haveria um momento de entrevista com um roteiro semi estruturado, seguindo os parâmetros habituais de pesquisa — utilizando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Concessão de Voz — mas que as trabalhadoras que sentissem necessidade ou interesse de um outro momento, poderiam sinalizar à Meg.

4.5.2 O processo de entrevistas

As entrevistas foram realizadas na sala citada anteriormente; um local confortável e familiar para as trabalhadoras. Um ponto interessante é que, ao entrar na sala, elas mesmas nos direcionaram às poltronas e cadeiras. Reparamos que elas nunca sentaram imediatamente nas poltronas, mais confortáveis, e sim nas cadeiras; somente após insistência nossa, de certa forma, algumas sentaram nas poltronas. Iniciamos cada entrevista explicando quem éramos e quais nossos objetivos, para em seguida esclarecer acerca do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Concessão de Gravação de Voz, visto que todas as entrevistas foram gravadas, passo a passo esquematizado por Minayo (2014).

No fechamento de cada momento, solicitava às trabalhadoras que escolhessem nomes diferentes dos seus, para assegurar o anonimato. Ao não definir um tema específico para as denominações, ao fim, algumas trabalhadoras escolheram o nome de filhas, mães ou alcunhas que as representassem. Para os demais trabalhadores e familiares citados por elas, não entrevistados por mim, logo, não sendo possível solicitar que também escolhessem nomes diferentes, tomei a liberdade de renomeá-los por conta própria. Outro ponto importante a ser

destacado refere-se ao uso de três denominações de raça distintas, sendo elas negra, parda e preta, pois manteve a forma como as trabalhadoras se autodeclararam.

A primeira entrevista foi realizada no mês de junho de 2025, em conjunto com as alunas de graduação que estão fazendo parte da pesquisa por meio da Iniciação Científica, e uma colega de mestrado que pesquisa mães solo. Ao chegarmos na cooperativa, Cássia nos recebeu de maneira calorosa e explicou que não seria possível realizar as duas entrevistas que havíamos combinado, e sim apenas uma. Nos explicou que uma parte das trabalhadoras não havia ido para a cooperativa naquele dia, pois em virtude do período de São João, o município estava realizando diversos shows gratuitos e algumas trabalhadoras haviam ido na noite para catar materiais. De acordo com ela, nesse período de festas, as pessoas que estavam trabalhando nos shows, não precisavam ir à cooperativa no dia seguinte.

Na semana seguinte, fui à cooperativa apenas com minha colega de mestrado. Entrevistei a segunda trabalhadora, mas de forma mais breve do que a anterior, pois esta catadora era a responsável por organizar o café dos trabalhadores. Soube que, todos os dias às 15 horas da tarde, os trabalhadores se reúnem para comer juntos. Neste dia, fomos convidadas para lanchar junto com eles. Este simples momento, um lanche, me brilhou os olhos sobre o que realmente é a pesquisa: estar junto dos trabalhadores, compartilhar espaços e conversas triviais que revelam um mundo para além daquele que acessamos em nossos roteiros e objetivos.

A terceira entrevista foi realizada também após uma semana, dessa vez com a presença novamente das alunas da graduação. De forma semelhante aos outros encontros, tivemos um momento muito significativo e tranquilo, com uma trabalhadora muito solícita e apaixonada pelo seu trabalho. Nas semanas em que estive sozinha na cooperativa, ela sempre me indagava sobre minhas colegas, perguntando como todas estavam e se ainda iriam para a cooperativa em algum momento. A quarta entrevista, ocorrida com duas semanas de diferença, transcorreu de forma semelhante às anteriores, com um diferencial: a trabalhadora entrevistada foi a única que vimos apenas uma vez, em todos os meses de pesquisa.

O quinto momento acontece com Meg, membro da diretoria da cooperativa. O papel de Meg no galpão fica claro antes mesmo de iniciarmos a entrevista, já que nosso começo é interrompido por uma ligação de sua colega de setor para tirar dúvidas sobre o trabalho. A conversa com Meg é a mais longa de todas as entrevistas realizadas, e ela se despede de nós deixando claro o interesse em um segundo encontro.

A sexta, entrevistada na semana seguinte, e sétima, duas semanas depois da anterior, são catadoras externas que se tornaram familiares, apenas de suas personalidades contrastantes, já que as encontrei cerca de três vezes em momentos seguintes. Também são as duas trabalhadoras que levaram outras mulheres para a cooperativa, uma amiga próxima e uma tia, pois acreditavam que elas precisavam de acolhimento e confiaram em mim após nossos momentos.

As duas últimas entrevistas, realizadas no mesmo dia, acontecem com uma certa lacuna de tempo após a sétima entrevista, pois tanto me encontrei na necessidade de me ausentar da cooperativa durante o mês de setembro, quanto porque durante as três primeiras semanas de outubro após o meu retorno, estive fazendo escutas com as mulheres citadas anteriormente. O ponto curioso da penúltima entrevista é que, ao contrário das demais, a conversa aconteceu na copa do local, por escolha da própria trabalhadora, mas em nada interferiu nas informações que se sentiu confortável em compartilhar comigo.

4.6 A análise dialógica do discurso

A análise dialógica do discurso (ADD) é fruto dos encontros de um grupo de intelectuais russos, o Círculo de Bakhtin, cuja concepção de língua era a de um fenômeno social e interativo (Ruiz, 2017). Para o Círculo, a língua é discurso; é a realidade da interação verbal, e essa interação leva em consideração a sociedade e a história como um todo, e também a posição social e contexto cultural dos interlocutores; e por isso se diz que a linguagem é também ideológica (Sobral & Giacomelli, 2016). A forma como se fala implica intenções e papéis.

Na ADD, a unidade de análise é o enunciado, formado por palavras, mas mais profundo do que uma frase. O enunciado é dotado de sentido que varia com a situação, ou seja, as palavras utilizadas podem não seguir à risca o seu significado gramatical ou aquele dado no dicionário; e passam a existir a partir da assimilação de outros enunciados, proferidos por outras pessoas (Sobral & Giacomelli, 2016). Por isso diz-se que a língua, nesse caso, o enunciado, é a realidade da interação verbal, pois a apropriação ocorre a partir da interação. Só podemos entender o que quer dizer um enunciado quando entendemos de que forma está sendo usado em uma determinada situação; qual a intencionalidade de enunciar com tais palavras e com tal entonação — qual o tema da interação.

Da mesma forma que o rememorar produz novas formas de viver e que a memória é o coexistir do passado e do futuro, Bakhtin (1998 [1975], como citado por Ruiz, 2017) diz que

"Todas as palavras evocam uma profissão, um gênero, uma tendência, um partido, uma obra determinada, uma pessoa definida, uma geração, uma idade, um dia, uma hora. Cada palavra evoca um contexto ou contextos, nos quais ela viveu sua vida socialmente tensa". A narração de sua própria história não é neutra, da mesma forma que as palavras que se usam para construir essa história também não é. Os eventos que se escolhe para falar e a forma como se decide falar não são produzidos no vazio — "[...] não há palavras neutras e sem historicidade" (Ruiz, 2017, p. 44).

Outro conceito estudado pelo Círculo é o de relações dialógicas. Os teóricos entendem que toda linguagem é dialógica, pois nunca existe isoladamente — sempre responde a algo e será respondido no futuro. Os enunciados entram em relações dialógicas antes mesmo da linguagem ser verbalizada, pois se pensam em respostas anteriores a questões parecidas ou se tenta antecipar o que irá ser dito (Sobral & Giacomelli, 2016). Em uma pesquisa, observamos relações dialógicas entre os enunciados das diferentes participantes, mesmo que não estejam falando umas com as outras, pelo fato de só se poder compreender a língua a partir dos contextos sociais imediatos que ocupam e contextos históricos de vida, muitas vezes comuns às experiências enquanto mulheres trabalhadoras.

Apesar de não estar explicitado nas obras do Círculo, com o passar do anos, diversos pesquisadores buscaram sistematizar como se dá a análise por meio da ADD. Nesse sentido, Sobral e Giacomelli (2016) elencam três passos de análise:

descrever o objeto concreto em termos de sua materialidade linguística e de suas características enunciativas; *analisar* as relações estabelecidas entre esses dois planos, o da língua (nível micro) e o da enunciação (nível macro); e, por fim, *interpretar* que sentidos cria a junção contextual da materialidade e do ato enunciativo (p. 1092).

Tais passos não têm o objetivo de esgotar a análise, visto que os sentidos são inesgotáveis ao considerarmos a união da dimensão micro e macro da língua. Ruiz (2017) postula que ao utilizar a ADD, assume-se que a construção do objeto de análise se forma na interação entre o que é dito pelo sujeito participante da pesquisa com o contexto histórico social no qual se insere, e esses enunciados são reenunciados pelo pesquisador.

CAPÍTULO V

TRAJETÓRIAS, RESISTÊNCIAS E ENCONTROS

5.1 O ponto zero da cooperação

A história da cooperativa aqui contada se inicia com Nena, uma das primeiras trabalhadoras que se arriscou nessa empreitada. Quando pedi a ela que escolhesse um nome alternativo ao seu, por fins de sigilo de pesquisa, não quis. Me disse que usasse seu nome, manteve-se Nena. A importância de Nena na cooperativa e na trajetória dos catadores do Brasil já inicia com o fato de ter sido ela quem me contou a história do lugar, ao contrário do que pensei que aconteceria, pois imaginei que alguém da diretoria assumiria esse papel. Entretanto, foi ela quem sentou-se comigo e compartilhou suas memórias, que se misturam com o início da cooperativa.

Relembra que no tempo anterior ao surgimento da cooperativa, fundada em 2007, não haviam muitos catadores no bairro e, para os poucos que haviam, as condições de trabalho eram marcadas por sofrimento e dificuldades. Entra em cena, então, Irmão Zezo, um missionário italiano, que estava no Brasil em uma missão religiosa, cujo foco mudou após se ver diante do trabalho dos catadores e das condições que o realizavam. Nena conta que não foi fácil para o Irmão conseguir dialogar com eles, pois todos tinham muita desconfiança com pessoas desconhecidas, já que, durante muito tempo, *“a maioria das pessoas que chegavam perto de nós era só pra humilhar a gente”*. Diz que os catadores fugiam de Zezo *“que nem rato”*.

Foi através de uma vizinha de Nena que o contato pôde acontecer. A vizinha lhe disse quem era o Irmão e o seu objetivo de abrir uma cooperativa para apoiar e valorizar os catadores da região. Ainda desconfiada, Nena convidou Zezo para conversar em sua casa. No dia do encontro, o Irmão fez registros do quintal onde ela guardava os materiais recicláveis e reafirmou o compromisso de criar uma cooperativa para dignificar e dar visibilidade ao trabalho dos catadores. Nena, após esse primeiro encontro, fez o *“telefone sem fio”* com os outros colegas, porém, não sem dificuldades, pois os colegas já vendiam para depósitos da região e não acreditavam que conseguiriam valores de venda maiores do que até então recebiam. Entretanto, outros catadores ainda aderiram à ideia proposta pelo Irmão.

A cooperativa iniciou em sua forma mais essencial: com a cooperação dos trabalhadores entre si, sem um local próprio para o trabalho. Nena conta que os catadores se encontravam na

igreja, onde o Irmão Zezo os instruiu sobre como conversar e abordar as pessoas na rua para entregar as *bags* para que a população separasse os materiais que posteriormente seriam coletados pelos catadores. Todos os meses, em um dia designado pelo Irmão, para que os catadores não deixassem de ir para os encontros na igreja e, ainda assim, não tivessem a renda prejudicada por ser um dia sem trabalho, Zezo distribuía para eles cestas básicas. Os catadores também participaram de projetos de formação, ministrados por Meg, membro da diretoria da cooperativa entrevistada por nós, e foi nessa iniciativa que Nena aprendeu a escrever o próprio nome.

Nena conta que o Irmão os acompanhava em alguns dias de catação para filmar o trabalho que faziam e reuni-los em um material para mostrar aos colegas italianos, a fim de mostrar como o trabalho era desempenhado no Brasil. Diz que os colegas de Zezo se mobilizaram com as filmagens, que acharam “ *muito bonito* ” o trabalho dos catadores e disponibilizaram verba para a construção do galpão onde hoje é a cooperativa. Desde então, as condições laborais dos catadores mudaram drasticamente. Nena relembra que a primeira vez em que conseguiu entrar em um supermercado para “*fazer a feira*” foi após as mudanças advindas com a cooperativa.

O galpão como é hoje foi tomando forma a partir de uma ação conjunta dos catadores, que iam até a capital do estado para buscar doações de máquinas e equipamentos necessários ao trabalho. Conseguiram financiamento através do Programa Cataforte, criado no mesmo ano que a cooperativa, e foram amparados pela política até sua extinção. Os catadores faziam viagens esporádicas para São Paulo, para eventos e reuniões promovidos pelo Programa, divulgando as condições de trabalho na região e as lacunas ainda existentes na operacionalização das atividades. Conseguiram desde apoio financeiro até os caminhões utilizados pela cooperativa. De forma semelhante, na semana em que conversei com ela, no mês de novembro, a cooperativa estava recebendo visitantes italianos que estavam registrando a experiência para levar para replicar na Itália.

Até os dias atuais, os cooperados fazem viagens para São Paulo e Brasília para participar das reuniões com outras cooperativas e associações do Brasil. No início do ano, ela e outros colegas foram para um evento do Programa Pró-Catador, organizado pelo Governo Federal. No mês de dezembro, há outra viagem. A distinção entre catador e cooperado aparece novamente,

quando diz que os eventos são voltados para os catadores que de fato trabalham na rua, com a reciclagem, então ela é uma das trabalhadoras que frequentemente vai.

A cooperativa atua recebendo materiais de catadores externos e coletando materiais em prédios e casas da região metropolitana do estado. A venda é feita para fábricas da capital, chegando a várias toneladas por mês. Nesse sentido, Nena lamenta a reluta de outros catadores em entrarem para a cooperativa, pois acredita que o trabalho seria menos pesado se fosse melhor distribuído. Diz que muitos deles, a maioria homens, não entram na cooperativa por não quererem se prender a nenhum lugar, e continuar trabalhando de forma independente. Nena frisa que a cooperativa não trabalha só para o funcionamento interno, mas sim que busca *“devolver para os outros que precisam”*.

5.2 “Mas eu sou forte, graças a Deus ele me fez uma mulher forte”: a história de Maria

Maria é uma mulher branca de 57 anos. Sempre que chegamos à Cooperativa, Maria está sentada em um banquinho encostado na parede do galpão, descascando fios de cobre, sua função na cadeia de trabalho. Muito receptiva e animada, foi a primeira trabalhadora que entrevistamos. Fala com facilidade e brinca com familiaridade, como se já nos conhecesse.

Maria começou a trabalhar muito cedo, antes dos 10 anos de idade. Começou a tomar conta dos irmãos menores quando ela mesma ainda era uma criança. Afirma que nunca teve infância, nunca brincou de boneca — que começou a viver a própria vida depois de velha. Trabalhou na plantação de cana, em usinas e em casas de família. Trabalhou na plantação de cana durante toda a gravidez do primeiro filho, aos 19 anos. Trabalhou até perto do momento de parir. Quando trabalhava em casas de família, na capital, passava 15 dias sem retornar para casa, e conta que uma de suas patroas era *“uma mulher ruim, ruim que só a peste”*. De todo serviço sabe um pouco, em suas palavras. Nunca trabalhou com carteira assinada, mas acredita que se tivesse tido a oportunidade, há muito estaria aposentada. Diz que na época em que trabalhava em usinas, mal sabia o que era uma carteira assinada.

Não pôde estudar. Nunca aprendeu a ler, sabe apenas assinar o próprio nome. Afirma que na roça, onde morava, não havia quem os ensinasse. Entretanto, reconhece a importância da educação, e nos contou que os três filhos terminaram os estudos e têm bons empregos. Pôde oferecer para os filhos oportunidades diferentes das que teve.

Quando iniciou na catação, não sabia o que era reciclagem, mas sabia que havia descoberto algo pelo qual se interessava. Há 15 anos, começou a catar nas ruas com uma bolsa e vendendo para a Cooperativa onde hoje é cooperada. Foram 11 anos catando nas ruas, na companhia do ex-marido, e há 4 anos entrou na cooperativa, após seu divórcio. Maria conta que, a partir de determinado momento, ela e o ex-companheiro catavam os recicláveis em uma moto com uma carroça. Atribui à essa época os problemas no joelho que tem atualmente, pois acredita que o movimento de subir e descer da moto repetidas vezes a prejudicou.

Tornou-se cooperada porque alguém havia lhe dito que lá teria a Carteira de Trabalho assinada, mas apesar disso não ter sido o que aconteceu na prática, gosta do trabalho que realiza hoje na Cooperativa, descascando fios de cobre. Já passou pela mesa, cozinha e há dois anos está na oficina, a única mulher nesse setor. Devido à um acidente sofrido na calçada de casa há dois anos, onde quebrou o pé, e somado às dores no joelho, Maria trabalha sentada em um banquinho, na maior parte do tempo, por não conseguir permanecer muito tempo de pé. Nos conta que na Cooperativa ninguém mexe com os catadores, recebe seu salário todo dia 6 — sem falta, destaca — e a diretoria se responsabiliza por pagar a contribuição do INSS dos catadores. Todo o seu sustento vem do trabalho na Cooperativa e, finalmente, pode usar seu dinheiro para si mesma. Brinca que, às vezes, a filha mais nova pede dinheiro emprestado, mas sabe que nunca receberá de volta.

Maria viveu durante 40 anos em um relacionamento conturbado; casou-se aos 19. Não sofreu violência física, mas a relação foi marcada pela violência patrimonial. O ex-marido controlava o dinheiro de Maria e fazia compras em seu nome; após o divórcio, a deixou com uma dívida de 8 mil reais que até hoje não conseguiu pagar. A separação veio após uma traição, mas antes mesmo dessa descoberta, Maria conta que o ex-companheiro já gastava muito do dinheiro que tinham com mulheres e álcool. Maria tentou salvar o casamento, propondo para o então marido que se mudassem e comesçassem novamente, mas sem sucesso. Em um domingo qualquer, ligou para o genro, colocou suas coisas na caçamba do carro dele e foi embora. Maria nos conta que sofreu muito com a separação, chorava bastante e passava mal na cooperativa. Hoje em dia, deixou tudo isso para trás e quer apenas aproveitar a vida, pela primeira vez.

Como ocorre com muitas mulheres, Maria assumia sozinha a responsabilidade pelos afazeres domésticos. Apesar de trabalhar muito mais do que o então marido, afirma que realizava todas as tarefas de casa sozinha. Também não tinha ajuda dos filhos, ou melhor, ajuda da filha,

que é quem menciona ao falar das atividades domésticas, como varrer e lavar louças. Hoje em dia, morando sozinha, Maria nos conta que o trabalho doméstico diminuiu bastante, pois a limpeza pesada é realizada apenas uma vez na semana, aos sábados, e no resto dos dias, pode apenas “*ir mantendo*”.

Mesmo após 57 anos de existência, a vida de Maria começou há pouco. Gosta de viajar, de dançar forró e de “*tomar uma cervejinha*”. Uma de suas amigas mais próximas é Carla, outra trabalhadora da cooperativa. Viajam e se divertem juntas. Diz que sai todos os finais de semana, são raros aqueles que não “*está pelo mundo*”. Esporadicamente vai para a casa do pai, no distrito em que nasceu. Quando os filhos se preocupam com seus passeios, Maria se mantém firme: “[...] *eu nasci ontem... agora que eu to vivendo. Aí eu vou me entregar à velhice, é?*”.

Maria é muito agradecida pelos colegas do trabalho, nos contando que todos se ajudam muito. Quando precisa ir para consultas médicas, Cássia, membro da diretoria da Cooperativa, a acompanha e dá suporte. Quando Maria precisou se ausentar devido a uma doença que desenvolveu no estômago, Cássia comprava seus remédios e entregava em sua casa, como também deixava sopas para que se alimentasse bem enquanto se recuperava; sem pedir nada em troca. Nos conta que é a única pessoa da Cooperativa que nunca teve nenhuma discussão ou conflito com os demais. Novamente, cita como Carla é uma pessoa muito importante na sua vida, que ela tem muito cuidado consigo. Quase todos os dias vão juntas para a Cooperativa. Por serem duas das poucas mulheres da cooperativa que moram sozinhas, são apoio uma da outra.

Hoje em dia, Maria nos conta que vive em paz, que “*comanda suas coisas*”. Ganha e usufrui do próprio dinheiro; mora sozinha e organiza seu lar da forma que prefere, sem ninguém para desfazer o seu trabalho; se diverte com amigos; e tem os filhos e netos por perto. Nas palavras de Maria, “*Eu não acho muito ruim não a minha vida, apesar de muitas coisas já terem acontecido, nem todas boas. Dando pra continuar tá bom, né não, não dá pra dizer que tá ruim. O negócio é ter saúde e ter disposição pra trabalhar*”.

5.3 “Eu quero agora é viver, só o que eu quero”: a história de Clara

Clara é uma mulher parda de 29 anos. Todas as vezes que a vi, na cozinha, estava com fones de ouvido, cantarolando o que estivesse ouvindo. É fácil encontrá-la seguindo o aroma do café que inunda o galpão quando chegamos à Cooperativa. Ao cumprimentá-la, a resposta é sempre a mesma: “*Não me abrace não, tô toda suada*”. É a trabalhadora com a idade mais

próxima da minha, apenas 4 anos nos separam. Em experiências vividas, Clara triplica os anos de distância. Em suas palavras, sua trajetória de vida guarda “[...] *muita coisa. Muita coisa ruim também*”. É a trabalhadora com quem tive mais encontros, um onde conduzimos a entrevista de fato, e outros momentos em que ela vinha até nós para ser acolhida.

Clara, como Maria, começou a trabalhar cedo, ainda menina. Cuidava dos irmãos mais novos, limpava mato e saía para vender as verduras que a mãe cultivava no roçado perto de casa. Devido a isso, estudou pouco: permaneceu no colégio apenas até a segunda série. Ainda hoje, tem dificuldades para escrever. Consegue ler, mas nos conta que existem algumas letras que não consegue escrever direito. Dentre os dezesseis irmãos, apenas os mais novos têm mais anos de escolaridade. Por isso, incentiva que os filhos estudem; diz a eles “*Esquece o mundo, estudar pra ser alguém na vida porque sem estudo a gente não é nada*”.

Clara é uma sobrevivente da violência doméstica. Mãe aos 13 anos, viveu durante nove anos com o pai de seu primeiro filho, um homem mais velho do que ela. Durante esse período, Clara foi proibida de trabalhar, pois o ex-marido tinha ciúmes e acreditava que ela iria se envolver com outro homem; permanecia trancada em casa enquanto o então companheiro estava no trabalho, presa por cadeados e grades; e sofreu violência física. Nos conta que sua salvação foi uma amiga e o marido dela que moravam próximo, viam seu sofrimento e a ajudaram a fugir. A amiga, o marido e o filho do casal salvaram Clara e o filho, na época com quatro anos. Após a fuga, mudou-se para a capital do estado, onde conseguiu viver com tranquilidade durante os dois anos seguintes. Entretanto, o ex-companheiro descobriu onde Clara vivia com o filho, e ela foi vítima de uma tentativa de feminicídio. Somente após o irmão de Clara confrontar seu ex-marido é que ela conseguiu se ver finalmente livre.

O segundo relacionamento de Clara é o que viria a apresentá-la para a cooperativa. O ex-companheiro, Luís, trabalha no mesmo local onde hoje ela é cooperada. Três anos após o primeiro casamento, Clara conheceu Luís e logo foram morar juntos. Segundo ela, no início, o relacionamento era muito bom, como sempre é. Diz que o ex-companheiro é uma pessoa boa, que não a agredia, mas entende que existem outras formas de violência: “*Mas assim, não é só agressão de pau que uma mulher, né... tem outros jeitos de sofrimento também*”. Ela nos conta que L. saía para beber e “farrar”, ficava até três dias sem retornar para casa, o que causava muita dor. Nesse período, Clara estava desempregada, sua renda era completamente composta pelo Bolsa Família que recebe até hoje, e chorava muito enquanto conversava com Cássia, membro da

diretoria da Cooperativa, pois sabia que, enquanto fosse dependente financeiramente de Luís, mais difícil seria sair do relacionamento.

Clara já conhecia a Cooperativa, devido ao trabalho de Luís, mas nos conta que é difícil para um catador tornar-se cooperado. Durante um período, fazia bicos na casa de dois membros da diretoria, fazendo faxinas. No momento em que surgiu uma vaga, deixada por outra trabalhadora, Clara assumiu o seu lugar, em novembro de 2024. No início, trabalhava na Cooperativa apenas em meio período, realizando a limpeza e organizando o lanche dos cooperados. Após um tempo, devido à defasagem de trabalhadores no setor de triagem, Clara passa a desenvolver também essa atividade. Atualmente, trabalha durante a manhã na separação dos materiais e à tarde, assume a limpeza dos banheiros, cozinha e copa. Sobre o trabalho na triagem, ela nos conta que ainda é um pouco atrapalhada, visto que não sabia nada sobre reciclagem anteriormente, mas destaca: *“Não, mas eu aprendo. Se for pra aprender e tiver alguém que tenha paciência de me explicar como é, eu aprendo”*.

Antes de ingressar na Cooperativa, Clara trabalhava no ramo alimentício, como assistente de cozinha e cozinheira em diferentes restaurantes. Na última experiência antes de permanecer um período desempregada, Clara trabalhava em um restaurante que contava com apenas 3 trabalhadoras, com uma jornada de trabalho de 14 horas, das 8h da manhã até as 22h da noite. Clara e as colegas eram responsáveis por todas as funções do lugar: descarregar caminhão, cozinhar, lavar pratos, limpar o local, servir os pratos, manejar o caixa, entre outros — tudo isso por uma diária de 50 reais. O dono do local nunca contratou outros trabalhadores ou assinou a carteira de trabalho, e nenhuma delas conseguia reivindicar seus direitos, por medo do desemprego, como ela diz *“Ai a gente com medo de ficar desempregada e precisando de trabalho, a gente não fez nada, teve que aguentar”*.

Após um período, a fiscalização foi até o local e aplicou multas severas, que o dono não tinha condições de pagar, e o restaurante fechou. Entretanto, a ação da fiscalização, para elas, não teve grandes efeitos, pois não receberam nenhuma compensação, de qualquer espécie, por todo trabalho realizado, já que o dono apenas declarou falência e o caso se encerrou assim. Clara diz que *“A gente saiu do jeito que a gente entrou. Entramos sem nada e saímos sem nada, desse jeito”*. Após o fechamento do restaurante, Clara passou a fazer marmitas e doces para vender em casa, com o que havia aprendido por conta própria e no trabalho, mas conta que o negócio não foi para frente, pois o local onde mora não tem movimento o suficiente.

O trabalho no restaurante fez com que Clara desenvolvesse hérnias de disco da coluna, problema esse que o dono do restaurante tinha conhecimento e, mesmo assim, quando Clara faltava, o chefe dizia que nada podia fazer e descontava de seu salário. Conta que antes disso, sua coluna era saudável. Hoje em dia, ainda sente fortes dores, principalmente à noite, incluindo um episódio que a impediu de andar durante uma semana. Às vezes, chega à Cooperativa mancando. Mesmo assim, considera o trabalho atual mais leve, já que não necessita transportar peso, e diz que as próprias colegas a “vigiam” para que não se esforce mais do que consegue; chama uma das catadoras de “guardiã”, já que sempre está a observando e interrompendo seu trabalho quando Clara está fazendo algo que pode agravar suas dores.

Clara nos conta que nunca trabalhou de carteira assinada e que, mesmo que surja a oportunidade, também não tem pretensão de deixar a Cooperativa, pois a flexibilidade de horários e a carga do trabalho para ela são muito boas. Entra às 7 horas da manhã e vai embora às 16:30 para buscar a filha mais nova na escola. Além disso, não ter um trabalho “fichado” permite que continue recebendo o benefício Bolsa Família, cujo pagamento destina ao custeio da escola dos filhos, pois afirma que as escolas públicas das redondezas onde mora não são muito boas. Hoje em dia, o filho mais velho é seu maior apoio: o menino cuida da irmã durante a manhã, depois a arruma e os dois seguem para a escola, no turno da tarde.

Em relação aos horários, conta que na época em que trabalhava no último restaurante, mal conseguia ver a própria filha, já que, ao sair de manhã, a menina ainda estava dormindo, e quando voltava, ela também já havia ido para a cama. Poder buscar os filhos na escola e percorrer o caminho de casa com eles, brincar e passar tempo juntos é o grande diferencial do trabalho na Cooperativa para Clara hoje. Em uma fala que muito nos conta sobre a realidade da trabalhadora brasileira, Clara diz, em meio a risadas, “*Pode me dar mil carteira assinada que eu não quero*”.

Em novembro de 2025, Clara retomou o trabalho com salgados e doces em sua casa e, devido ao período festivo, em meio à confraternizações e ceias natalinas, estava conseguindo uma renda extra satisfatória, enquanto equilibrava com o trabalho na cooperativa e atividades domésticas. Conta que apesar do dinheiro ser bom, não conseguia aceitar muitas encomendas de uma vez devido às crises de coluna que se tornaram mais frequentes na reta final do ano. Enfrenta dificuldades com o comportamento do filho, a quem outrora se referiu como um apoio, pois conta que ele não a ajuda mais nas tarefas domésticas com a justificativa de “*ser homem*” e

também não aceita ficar com a irmã mais nova, fazendo com que Clara precise pagar uma pessoa da vizinhança para ficar com a filha, razão pela qual viu a necessidade de retomar a venda de salgados e doces.

5.4 “Eu não sei o que seria de mim se eu não ajudasse o próximo”: a história de Mulher Guerreira

Mulher Guerreira é uma mulher negra de 51 anos. Guerreira é uma pessoa interessante: muito quieta, mas rápida em fazer brincadeiras conosco. Se mostrou bem aberta de um jeito que me tomou de surpresa, por ser alguém que fala baixinho e, às vezes, curta em suas respostas. Antes de entrevistá-la, em meu primeiro julgamento, pensei que ela seria uma das trabalhadoras que não conseguiríamos conversar pelos motivos citados, mas fico feliz em ter estado errada. É mais difícil a vermos, em comparação com Maria e Clara, mas em todos os nossos encontros, nunca deixou de ser receptiva conosco, como todos os outros.

Natural de Maceió, Mulher Guerreira começou a trabalhar na adolescência. Ela e os irmãos começaram a laborar após a morte do pai, a pedido da mãe. Trabalhou em casas de família durante muitos anos, mas afirma que “*Chegou um tempo que eu cansei né, não fui mais, de tanto... aí eu decidi parar*”. Apesar de não ter elaborado o que nos diria sobre o tempo em que foi trabalhadora doméstica, conseguimos imaginar as condições desfavoráveis as quais era submetida, da mesma forma que Maria. Há 25 anos, mudou-se para João Pessoa com o marido e as filhas, pois o marido ficou desempregado e era difícil encontrar trabalho na cidade natal. Ao chegarem aqui, as oportunidades de trabalho para ele eram esporádicas e Guerreira realizava bicos.

Após esse período de oscilação entre trabalho e desemprego, ela iniciou a atividade na catação de materiais recicláveis e o marido a acompanhou. Começaram a tomar gosto pela reciclagem e por limpar o meio ambiente. Guerreira nos conta que foi uma das fundadoras da Cooperativa, junto com alguns outros colegas. Está no local desde o início e, entre trabalho e viagens, aprendeu muitas coisas. A Cooperativa mudou sua vida de aprendizado, em suas palavras. A atividade que mais gosta de realizar é a varrição, mas já passou por diversos setores, inclusive pela cozinha, nos dias em que Clara não pode comparecer por motivo de doença da filha. Ajuda também os rapazes a abrir as *bags* contendo os materiais. Conta que na Cooperativa, um ajuda o outro.

A palavra “ajuda” é a mais enunciada por Mulher Guerreira. Desde pouca idade, sua vida em torno de ajudar o próximo, algo que aprendeu com os pais e com a fé em Deus. Grande parte do que nos contou gira em torno das “ajudas”: ajudar os filhos, o marido, os colegas de trabalho, os colegas da igreja, poucas vezes trazendo, de fato, o termo “trabalho”. Quando perguntada sobre a atividade que mais gosta de realizar na Cooperativa, como dito anteriormente, se volta novamente para o apreço em apoiar os colegas. Uma trajetória inteira dedicada ao cuidado com os outros e pouco cuidado consigo mesma, como ela mesma reconhece. Relembra um episódio em que quebrou os dois dedos mindinhos do pé. Nos diz, bem humoradamente, *“Ficou torto e eu botei no lugar porque olhe tudo que quebrar em você, você tem que botar no lugar enquanto o corpo tá quente, que você não sente nada”*. Também menciona superficialmente as dores que sente no pescoço e coluna, por dirigir muito frequentemente, e que algumas vezes já foi encaminhada para uma Unidade de Pronto Atendimento. Não se delonga muito nos próprios problemas de saúde, dizendo que não toma remédio controlado e, quando sente dores, apenas interrompe o trabalho e descansa um pouco.

O trabalho do cuidado para Mulher Guerreira inicia na adolescência. Quando o pai ficou doente, ela nos conta que ia três vezes aos dias lavar os panos que ele utilizava, pois na época da doença, não tinham acesso a fraldas descartáveis. Mais à frente em sua vida, conta que durante todo o período de gestação dos filhos e durante a infância deles, só teve ajuda de outra pessoa uma única vez: quando o último filho nasceu e Guerreira precisou se ausentar para fazer a laqueadura, uma amiga ficou cuidando do bebê. Além deste momento, Guerreira cuidou dos filhos sem muito apoio do marido, que saía para beber e não compartilhava da responsabilidade. Em suas palavras, *“Eu sempre tive aquele cuidado com os meus filhos, sabe, coisa de mãe mesmo. Mãe é mãe. A mãe verdadeira cuida dos seus filhos”*. Apesar de um período gestacional complicado, pois o marido acreditava não ser o pai das crianças, e diz que ele *“me fazia raiva, me fazia muito mal assim”*, mas que sempre tentou *“usar a cabeça”* para não se deixar abalar.

Mulher Guerreira também é a principal responsável pelos afazeres domésticos. Diz que, atualmente, o marido não faz mais nada, apesar de cozinhar muito bem. Conta que o filho costuma ajeitar a casa *“do jeito dele”*, mas então cita que ela quem lava pratos, varre e lava roupas. Atribui a maior ausência do marido em quaisquer atividades domésticas hoje a um acidente de moto sofrido há dois anos, que culminou em uma cirurgia na cabeça. Afirma que hoje em dia o marido está com a memória prejudicada e necessita ir diversas vezes ao médico,

motivo pelo qual dirige muito frequentemente, para consultas e exames, e é ela quem o leva para todos os lugares, além de explicar aos médicos o que aconteceu. Diz que a Cooperativa é muito compreensiva e flexível quando precisa faltar o trabalho para acompanhar o companheiro. Guerreira diz que cuidar do marido é “*a cruz que Jesus me deu*”. Volta e meia, ela também precisa dar banho no companheiro, pois ele por vezes chega bêbado em casa e não consegue se cuidar sozinho.

Além das repercussões do acidente, os problemas do companheiro com álcool, como citado, também afetam a vida de toda a família. Mulher Guerreira relembra um dia em que o filho precisou ir embora da escola durante o horário de aula, pois o pai estava bêbado em algum lugar e havia alguém tentando roubar uma das motos que possuíam. Em outros momentos, Guerreira precisou ir buscá-lo alcoolizado, após conhecidos avisarem que ele estava caído em um campo próximo de casa. Ela afirma que o marido bebe todos os dias, que voltou a beber em um período muito próximo da cirurgia da cabeça e, hoje em dia, consome álcool na mesma frequência e quantidade, mesmo tomando medicações fortes e acometido por outros problemas de saúde.

Quando a questionamos se já havia cogitado o divórcio, Mulher Guerreira nos respondeu prontamente que sim, mas que como a mãe e a irmã do companheiro ainda residem em Maceió, acredita que é ela quem tem que cuidar do marido. Às vezes, diz que o ameaça, de faz de conta, dizendo que irá gravar um vídeo quando ele estiver alcoolizado para mandar para a sogra. Diz não ter intenção de enviar, pois a sogra já está com a idade avançada, mas que é uma forma de fazer medo ao marido. Pensa que muitas coisas que o marido diz são devido ao acidente, pois ele não diz “*coisa com coisa*”. Para Guerreira, “*é assim mesmo, a minha luta é assim mesmo*”.

Mulher Guerreira ainda é envolvida com um grupo de jovens da igreja evangélica a qual frequenta. Diz que muitos dos jovens têm vidas muito difíceis, cercadas de violência, e por isso toma para si a responsabilidade de ajudá-los. Tratada por “tia” por muitos deles, os conhece desde a infância e nutre um carinho quase maternal por todos. Nos conta que busca também conversar com as mães, já que também existem casos de violência doméstica nas famílias dos jovens de quem cuida. Fala dessa atividade com muito carinho, brilho nos olhos e uma voz amorosa.

O lazer de Guerreira também gira em torno do que normalmente se atribui ao feminino. Gosta de varrer, tomar conta do jardim de uma vizinha, organizar ambientes e cuidar das pessoas.

O cuidado está sempre presente em sua vida, de qualquer natureza. Apesar de tantas responsabilidades, ainda consegue se divertir com a vida. Se distrai no trabalho ao conversar com os colegas e gosta muito do que faz — como diz, *“É bom quando você gosta de fazer o que você gosta de fazer... porque você se sente bem”*. Cultiva amizades no trabalho, na igreja e na vizinhança, sempre trazendo a disposição para ajudar como um alicerce para essas relações. Quando lhe perguntamos o que seria da vida sem trabalho, Mulher Guerreira nos respondeu o seguinte: *“Como seria? Não pensei tanto nisso porque eu já acho que o ser humano ele tem que ajudar o próximo, então sem ajudar o próximo... eu gosto de fazer isso, eu gosto”*.

5.5 “Faz medo sim, uma mulher só no meio do mundo, mas na precisão, é obrigado”: a história de Rosa Branca

Rosa Branca é uma mulher preta de 54 anos. Foi a primeira catadora não cooperada com quem conversamos. No dia que a entrevistamos, chegamos à Cooperativa primeiro do que ela e ficamos aguardando, um pouco apreensivas. Pensei se não seria mais difícil conseguirmos sua confiança, já que não havíamos nos encontrado antes. Contrariando esse medo, Rosa foi muito receptiva e muito aberta conosco. Nos mostrou ser uma mulher firme e convicta, não fazendo rodeios para responder às nossas perguntas. Falou conosco sendo fiel à quem realmente é, pois também alimentei o receio de que ser entrevistada por pessoas totalmente desconhecidas pudesse causar apreensão ou reservas; felizmente, não foi o caso.

Na infância, Rosa realizava atividades domésticas às quais atribui algumas das dores que sente hoje. É bem clara quando diz que o período de criança não foi bom. Conta que a mãe a mandava ir para o rio diversas vezes durante o dia, para buscar água para beber e lavar as roupas da família, já que não tinham água em casa. Pensa que carregar o peso dos baldes de água com tão pouca idade foram os precursores para as dores nas costas que sente hoje. A mãe também tirou Rosa e os irmãos do colégio muito cedo, pois todos precisavam trabalhar. Não lembra quantos anos de estudo completou na infância, mas nos conta que, depois de adulta, tentou retomar os estudos. Apesar de gostar de ir, só completou até o oitavo ano, pois as aulas eram no turno da noite e tinha medo de ir até a escola sozinha.

Rosa Branca começou a trabalhar na adolescência, como grande parte de nossas trabalhadoras. Aos 15 anos, trabalhava em uma fábrica na capital, distante de sua casa, fazendo tecelagem. Abastecia com linha as máquinas que iriam tecer sacos de açúcar. Foi na fábrica que

engravidou do primeiro filho, aos 16 anos, de um colega de trabalho. Trabalhou durante toda a gestação e por muito pouco não deu à luz no trabalho: o bebê nasceu em um dia de feriado, quando Rosa não havia ido trabalhar. Sem data marcada, apenas sabia que o filho poderia nascer a qualquer momento. Após o resguardo, deixou o filho aos cuidados da mãe e voltou para a fábrica. O filho mora no Rio de Janeiro há muitos anos, mudança motivada por busca de trabalho, e Rosa diz sentir sua falta, mas sabe que *“Eu não posso fazer nada, não posso trazer ele, ainda mais que eu sei que ele não quer vir mais pra cá, que esse povo quando vai embora não quer mais voltar”*.

Engravidou da segunda filha enquanto ainda trabalhava na fábrica, também de um colega, mas saiu do local no decorrer da gestação. Após o trabalho na fábrica, trabalhou em cozinhas, tanto de família, quanto de bares. Quando a filha nasceu, seguiu o período do resguardo e voltou a trabalhar nas casas de família, atividade que desempenhou durante alguns anos. Transitou por muitas casas em bairros nobres da capital, também distantes de sua casa, e morava na casa dos pais com os dois filhos. Quando perguntamos como foi para ela o trabalho doméstico remunerado, Rosa é clara: *“Não é bom não minha filha, trabalhar na casa dos outros não”*.

Nos conta que criou os filhos sem pai, graças a Deus e ao seu trabalho. Rosa acredita que os pais dos filhos nem sequer sabem que eles existem. Deixava as crianças aos cuidados da mãe e fazia o percurso de casa até o trabalho, muitas vezes sem ajuda de custo dos patrões, mesmo percorrendo uma distância grande. O pai de Rosa também trabalhava, mas tudo o que ela deu aos filhos foi com seu próprio dinheiro: fraldas, leite, roupas e calçados. Não gostava da ideia de depender dos pais, mesmo com tão pouca idade, já que a segunda filha nasceu quando tinha apenas 18 anos.

A terceira e última filha de Rosa nasceu quando ela tinha 20 anos, mas, ao contrário dos irmãos, a menina cresceu junto com o pai. Rosa viveu com o marido durante vários anos e não trabalhou durante esse período. Entretanto, há seis ou sete anos, ela não sabia nos dizer com exatidão, o casamento acabou. O ex-marido iniciou um relacionamento com outra mulher e propôs a Rosa se relacionar com as duas, mas ela não aceitou e a separação ocorreu. Um tempo depois, começou a morar junto com o atual companheiro. Com ele, conheceu e aprendeu a catação de recicláveis. Após um período catando na rua, o parceiro conseguiu uma vaga como cooperado na Cooperativa, onde está até o momento.

Rosa iniciou na catação de materiais recicláveis há cerca de 5 anos, após o divórcio. Saía para catar durante a noite, normalmente, com um carrinho feito com uma geladeira antiga. Às vezes, catava junto com o companheiro da época, outras, sozinha. Nos conta que costumava andar até lugares mais distantes, pois é onde sabe que conseguirá o material, mas que não se demorava muito, levando cerca de 3 horas para fazer o percurso habitual. Quando lhe perguntamos se não sentia medo de catar durante a noite, já que foi o que a impediu de continuar os estudos, Rosa primeiro nos diz que não, já que costumava encontrar outros catadores durante a noite, então nunca estava verdadeiramente sozinha. Entretanto, depois atribui a catação durante a noite à necessidade: *“Não, faz medo não... faz medo sim, mas tem que fazer. Faz medo sim, uma mulher só no meio do mundo, mas na precisão, é obrigado”*. Nos dias em que não saía para catar, Rosa vendia produtos diversos na feira durante o dia, como batata, inhame, macaxeira e produtos de limpeza.

O dinheiro da catação não era suficiente, oscilando entre 20 a 40 reais, a depender do material, mas que era um “trocadinho” para ajudar na renda da casa. Desde que iniciou na catação, Rosa vende para a Cooperativa. Já tentou tornar-se cooperada, mas sem sucesso. Diz que é difícil conseguir entrar de vez, que não são todos que conseguem, apesar de já ter tentado várias vezes. Atualmente, a renda da casa consiste no salário do companheiro e do Bolsa Família de Rosa. Diz que o companheiro também cata na rua e vende os recicláveis para a Cooperativa em seu nome, para que Rosa mantenha o vínculo de vendedora com o local. Segundo Rosa, sobre a renda atual, *“O que ganha dá pra sobreviver, não tem filho, tudo criado, não tem filho pequeno pra sustentar... tá bom, tudo dá”*.

Há cinco meses Rosa não sai para catar, em decorrência de uma cirurgia na vesícula, que causa dores até o momento; nos mostrou a grande cicatriz resultante do procedimento. Tem vontade de voltar a catar quando sentir que está recuperada, mas diz que não irá apressar o processo, decisão apoiada por suas filhas e trabalhadoras da Cooperativa que conhecem seu caso. Nos primeiros 3 meses pós cirurgia, sua filha mais velha realizava a maior parte das atividades domésticas, para que Rosa não precisasse se esforçar excessivamente. Lembra que a catação exige muito de seu corpo, devido ao peso do carrinho de geladeira que utiliza, e sente dores na coluna, pernas e pés quando trabalha. Mesmo com essas dificuldades, é firme quanto ao valor de seu trabalho, como quando diz que *“Quando eu melhorar mais, me recuperar mais, vou começar*

a catar de novo porque é um trabalho digno” e “Eu to ganhando meu pão de cada dia honestamente”.

Rosa fala de outros aspectos da vida de forma mais breve. Não costuma sair muito, não tem amigas e é uma pessoa mais caseira. Em alguns finais de semana, vai à feira com o companheiro e passeia na praia algumas vezes no ano. No dia a dia, gosta de dormir e assistir televisão, mas não tem hábito de ver novelas ou ouvir música. O aspecto que dá maior atenção é o gosto por fazer as unhas, falando com orgulho que as unhas longas são naturais e que uma das coisas que faz para se cuidar é a manutenção do banho de gel que faz todo mês.

Quanto à saúde, nos conta que tem hipertensão, mas que há muitos meses não vai ao postinho aferir a pressão. No geral, não tem hábito de ir à médicos quando está doente, salvo uma ocasião poucas semanas antes de nossa entrevista, quando precisou ir à UPA por conta de uma virose. A saúde, como visto anteriormente, também é uma preocupação relacionada ao trabalho. Quando perguntamos se ainda gosta de trabalhar, Rosa nos diz, *“Eu não acho ruim não. Acho ruim não. O problema é que a gente não tem saúde, vai chegando a idade e a gente vai ficando sem saúde pra trabalhar. Eu mesma eu acho que eu não trabalho mais não, que eu não tenho saúde mais não”.*

5.6 “Eu costumo dizer que eu preciso de mim pra mim”: a história de Meg

Meg é uma mulher parda de 42 anos. À época de nossa entrevista, Meg compunha a diretoria da cooperativa, cargo que há muito tentava renunciar, mas em meio aos pedidos dos outros trabalhadores, sempre voltava atrás em sua decisão. Muito acolhedora e sorridente, mas firme e comprometida, foi com quem fiz o primeiro contato para iniciar as atividades no local. Durante todo o período no campo de pesquisa, pude perceber que Meg é uma pessoa preocupada, primeiramente, com o bem estar dos colegas de cooperativa e dos catadores externos que são acolhidos majoritariamente por ela e três colegas. Designada para um setor próximo ao portão de entrada, não há como pisar no chão da cooperativa sem primeiro passar por ela.

Carrega muitas responsabilidades emocionais desde menina. Aos 12 anos, em meio a conflitos conjugais dos pais, assumiu para si a tarefa de impedir o divórcio. Conta que sofreu muito nessa época, pois acreditava que devia proteger a mãe da dor causada pelo pai, ao mesmo tempo que tentava mantê-los juntos. Desde então, tornou-se muito superprotetora com a mãe. Diz que, a partir desse momento, ainda tão criança, *“eu não consigo me lembrar de lá para cá*

um outro momento que eu fui uma pessoa leve”. A responsabilidade pelas alegrias e males das pessoas ao seu redor é algo que a acompanha no trabalho na cooperativa.

Trabalha no que viria a se tornar a cooperativa desde 2007, ano da fundação, quando ainda não havia nem sequer um galpão. Era responsável pela alfabetização dos catadores, depois desenvolveu trabalhos em grupo com eles e pouco tempo depois já integrava o conselho fiscal da cooperativa. Um trabalho que deveria ser temporário, culminou em quase 10 anos de diretoria. Meg conta que o que a incentivou a permanecer na cooperativa foi que o projeto tinha como um princípio a defesa dos direitos dos catadores de materiais recicláveis e, segundo ela, *“desde criança eu lembro que eu sempre quis fazer parte de um projeto, ser voluntária em algum lugar, é tanto que no início eu era voluntária. E aí eu queria muito trabalhar em algum lugar que eu pudesse contribuir nessa luta pela igualdade”*.

Diferentemente de outras trabalhadoras entrevistadas, Meg ocupa uma posição de liderança dentro da cooperativa desde 2017. Mesmo compreendendo que nessa forma de organização do trabalho, todos são responsáveis pelo funcionamento do local, e a isso atribui alguns dos problemas que já ocorreram, ainda existem determinadas atribuições, envolvendo articulação com outras instituições e questões de organização financeira, que um grupo menor de pessoas toma à frente para fins de operacionalização. Meg conta que a diretoria é composta por três trabalhadores, sendo Meg uma delas, uma colega mulher e um colega homem, sendo ela membro há vários anos.

Meg conta que, até sair da diretoria, não lhe agradava tanto ter que ocupar esse espaço. Segundo ela, *“eu gosto muito da igualdade... por isso que hoje eu tô aqui na cooperativa”*. Mesmo a cooperativa seguindo uma gestão horizontal, ainda sentia que os trabalhadores a viam de outra forma, como alguém superior, o que lhe causava muita angústia. Em suas palavras, *“sempre acho que quem tá um pouco abaixo, vê você assim acima, e eu não gosto disso, eu gostaria que todo mundo se sentisse e se visse por igual”*. O lugar ocupado por Meg também já foi fonte de sofrimento para ela em momentos de conflito com outros cooperados, que custavam a seguir as orientações não inventadas por ela, mas parte do regulamento que rege as cooperativas no país.

Reflete que, pelo que viveram fora da cooperativa durante a vida, os colegas às vezes apresentam desconfiança com ela e com gestão, com medo de serem *“usados”*. Meg diz que gostaria que os demais entendessem que ela, e a cooperativa como um todo, existem e atuam

“pra que a gente trabalhe o social e eles entendessem o valor que eles têm”. Conta que os cooperados vivem em constante competição, e que *“todos os dias tem muito, quando não existe uma situação, o pessoal consegue inventar”*. Não conseguir manter o ambiente de trabalho em paz e solucionar todos os conflitos entre os trabalhadores também é uma das fontes do estresse vivido por Meg.

Durante a entrevista, foi a primeira vez que Meg refletiu sobre quem eram os trabalhadores que causavam dificuldades para ela: os colegas homens. Conta que, entre as mulheres, existem problemas e conflitos, comuns a todo ambiente em que há muita variedade de sujeitos, mas que tudo era dialogado e solucionado. Pensa que talvez os colegas se sintam ameaçados pela posição dela e de outra colega na diretoria: *“Acho que eles são bem machistas, então eles atacam mesmo, sabe”*. Relembra que, em situações onde um trabalhador homem, que nem sequer está na diretoria, informa aos cooperados algo que ela mesma já havia dito anteriormente, a recepção é bem diferente. Em outros casos, no momento de assinar a lista de presença diária, alguns trabalhadores não aceitam a lista se for entregue por ela, sendo preciso outra pessoa entregar.

Têm diversos problemas físicos, agravados pela sobrecarga emocional do trabalho, que culminaram na mudança de setor para o que hoje ocupa. Hérnias de disco na coluna, esclerose lombar e artrose no quadril são alguns dos quadros citados por ela e, por isso, passou a trabalhar no setor de paisagem, próximo ao portão de entrada para evitar que precisasse subir e descer as escadas que levam até a sala da diretoria. Nos dias de trabalho mais intenso, as dores de Meg se agravam enormemente. Diz que após dias assim, *“eu chego muito cansada... como se eu tivesse levado uma surra, sabe, totalmente esgotada, que tipo assim, a ponto de às vezes eu não querer nem jantar, sem forças... você vai lá, toma banho, mas quando chega, eu não tenho ânimo pra mais nada”*.

Meg conta que, diferente do que acredita ocorrer com os outros colegas, que desempenham um trabalho mais manual, operando maquinário, ela e outras colegas levam um fardo emocional muito pesado para o ambiente familiar, após o expediente da cooperativa. No caso dela, acumula muitas preocupações com as regras que regem a cooperativa, que devem seguir diretrizes impostas por outras instâncias, dúvidas sobre a organização do trabalho e se, de fato, está fazendo um bom trabalho. Muitas vezes já comunicou aos colegas que pensava em sair da diretoria e, em dias mais exaustivos, em sair da cooperativa como um todo, mas sempre

encontra resistência dos demais: “‘Ah Meg, por favor, fica. É alguém que a gente confia’, tem a questão do elo com o pessoal da Itália, ne, essa questão da confiança”.

Meg acredita que o adoecimento psíquico que desenvolveu em outras atividades foram agravados pelo trabalho na cooperativa. Tem um histórico de depressão que perdurou por alguns anos, mas o esgotamento atingiu o ápice durante os anos em que esteve na diretoria da cooperativa. Ama o ambiente da cooperativa e tem muita fé no trabalho que realiza, e a importância que dá à esse trabalho também é o que a adocece, pois deseja estar sempre em bons termos com os colegas e desenvolver suas atribuições com ética e compromisso, mas encontra obstáculos na forma como determinados trabalhadores agem. Conflitos mal encerrados, presentes apenas em fofocas e cochichos, e a resistência dos colegas à seguir as regras da cooperativa são fontes de desassossego para Meg.

A fé, ao mesmo tempo que é um grande apoio, também é o que torna o cotidiano de Meg mais dificultoso: a religião a ensinou sobre o perdão, mas diz hoje não saber onde está o equilíbrio entre perdoar os colegas que a fazem mal e anular os próprios sentimentos quando alguma atitude deles lhe fere e desrespeita. Relembra a situação de uma colega, também mulher, que fez parte da cooperativa durante alguns anos, mas que saiu por se sentir humilhada e reprimida. Pensa que na cooperativa, erraram na forma de “tratar” os cooperados: “*Acho que a gente acabou fazendo muito essa parte de mãe, às vezes, que nem toda mãe assim, mas geralmente de mãe, de proteger, proteger e esquecer de preparar para a vida mesmo*”. Tendo em vista o público que se propuseram a acolher ao fundar a cooperativa, acredita que muito se mobilizaram com a história de vida dos trabalhadores, mas não obtiveram o mesmo sucesso em prepará-los para outras formas de trabalho, onde existem regulamentos e diretrizes de convivência.

5.7 “Toda vida eu tive vontade de trabalhar”: a história de Vitória

Vitória é uma mulher preta de 51 anos. Foi a segunda catadora não cooperada com quem conversamos. No dia da entrevista de sua entrevista, a cooperativa estava comemorando o aniversário de dois trabalhadores, então a copa estava muito agitada, com bolo, salgadinhos e muita brincadeira. Vitória chegou no meio dos parabéns, um pouco encabulada, recebendo alguns olhares curiosos dos cooperados, mas logo sentou-se em uma das mesas para esperar o término da comemoração. No momento de partir o bolo e montar os pratos com o lanche,

levantei de onde estava e sentei-me com ela. À primeira vista, Vitória é uma pessoa tímida e que fala baixinho, mas muito aberta e gentil conosco.

A trajetória de Vitória é marcada por muitas perdas e muitas violências. Perdeu os pais e dois dos três filhos biológicos foram assassinados. A base de Vitória nos dias atuais são as duas filhas que, na realidade, são suas sobrinhas, mas que estão com ela desde o nascimento; as irmãs, que vivem em diferentes partes da região metropolitana do estado; a ex-nora, mãe de um de seus netos; e Deus, em suas palavras. Nos conta que o filho homem, o único biológico hoje, recorre à ela somente quando briga com a esposa e precisa de um local para ficar; não se veem com frequência. Como muitas outras, a rede de apoio de Vitória é composta majoritariamente por mulheres, e ela também é o principal amparo de uma amiga muito mencionada durante nossa conversa.

Não nos trouxe muitas informações sobre a infância, apenas comenta que não terminou a escola, abandonando os estudos aos 13 anos e com algumas tentativas de retomar na vida adulta, mas sem sucesso, e que não exerceu trabalhos remunerados quando criança e adolescente, mas traz a atividade de cuidar dos irmãos e dos filhos como um trabalho, assim como os afazeres domésticos que realizou durante a vida toda. Em suas palavras, o trabalho doméstico *“É, era um trabalho e ao mesmo tempo não era né, que eu só trabalhava pra casa e não ganhava nada, mas agora tá melhor...”*. Conta que na época do assassinato dos filhos, o primeiro por envolvimento com o tráfico e o segundo por acobertar o irmão, continuou realizando todas as atividades domésticas e do cuidado, sozinha, mesmo em um momento de grande fragilidade.

Teve seis companheiros ao longo da vida e em todos os relacionamentos, sofreu violência doméstica. Diz não saber o motivo para as agressões: *“Era ciúmes, sei lá o que danado era, ou era safadeza”*. Quando a situação se agravava em excesso, Vitória procurava refúgio na casa das irmãs, já que os ex-companheiros não sabiam os endereços e não poderiam encontrá-la. Relembra um ex-companheiro que, quando estava grávida do primeiro filho aos 18 anos, a mantinha presa a uma corrente, para evitar que saísse. Um dia, o ex-cunhado foi até sua casa, quebrou o cadeado e ela fugiu rumo à capital, sozinha e grávida. O último companheiro, filho da amiga mencionada acima, de um relacionamento de 8 anos, a agredia quando estava alcoolizado. Vitória nos conta que tinha muito medo de morrer durante esse período. Apesar disso, ela diz que *“[...] ele tem seus defeitos, mas é trabalhador”*, sendo o trabalho um atenuante das outras ações do ex-companheiro.

A questão do trabalho é muito valiosa para Vitória, pois seu primeiro trabalho foi a catação de materiais recicláveis, já que os antigos companheiros a proibiam de trabalhar. Quando lhe perguntamos se ela sempre quis trabalhar durante a vida, até de fato poder iniciar alguma atividade, ela diz que “*Queria, toda vida eu tive vontade de trabalhar. Depois que eu tomei minha decisão, de querer trabalhar pra não tá mais dependendo de homem*”. Relembra momentos em que estava precisando de itens de higiene e pedia dinheiro aos companheiros, e a resposta sempre era negativa. A catação foi uma forma de não ficar à mercê do último companheiro com quem viveu durante oito anos, e nos conta que o confrontou e disse que se não pudesse trabalhar, iria terminar o relacionamento. Eventualmente, os dois começaram a catar recicláveis juntos, em paralelo à outros serviços que ele realizava e, até os dias atuais, o ex-companheiro a chama para fazerem alguns bicos juntos.

Próximo ao período da entrevista, Vitória havia realizado uma cirurgia no ovário e, mesmo respeitando o período de recuperação da cirurgia, nos conta que estava com muita vontade de voltar a trabalhar. Para além das questões de subsistência, pois menciona que o valor recebido pelo Bolsa Família é insuficiente, Vitória diz que quis voltar por não gostar de ficar em casa sem fazer nada. Tomou conhecimento da cooperativa por meio de um colega, que lhe orientou que fizesse o cadastro e desde que começou na atividade, há 3 anos, vende para o mesmo lugar. Questionamos se já havia tentado tornar-se cooperada, ao que ela responde que “*Não, nunca quis. Quero trabalhar assim na rua, solta*”. O dia a dia nas ruas é difícil, exposta ao calor e à chuva, mas diz que “*só paro quando Deus me levar*”.

Vitória diz não ter horários fixos para trabalhar, podendo sair durante a manhã, tarde ou noite, mas sai com maior frequência durante as manhãs, das 8h às 11h. Aprendeu o trabalho na prática, observando o trabalho de outros catadores. Hoje em dia, já tem o domínio das ruas por onde normalmente anda e se orienta pelos dias e horários do caminhão de coleta de lixo. Conta que durante o trabalho, o tempo passa rápido e ainda consegue parar um pouco para conversar com as pessoas na rua. Enquanto anda com seu carrinho, pensa nos outros afazeres do dia, como o almoço para as filhas e os trapos que precisa puxar e vender para oficinas mecânicas, atividade que realiza para complementar a renda de casa e que aprendeu com a irmã.

Já experienciou situações discriminatórias, com pessoas a tratando como se estivesse suja — com “*grude*” — mas que ignora os comentários e que considera o trabalho na catação “*muito bom, muito digno, melhor que tá metendo a mão nas coisas dos outros*”. Enfatiza não ter

nenhuma vergonha do trabalho que realiza, e, em suas palavras, só sente vergonha quando o dinheiro da reciclagem não é suficiente para cobrir as despesas e precisa pedir alimentos ou dinheiro para as pessoas nas ruas. Em outro momento, quando nos encontramos, contou-me animada sobre um vidro de perfume que havia encontrado durante as andanças, destacando que o trabalho lhe dá mais recursos além de satisfação e renda.

Apesar de ter aprendido a catar recicláveis observando outros trabalhadores, também traz a contribuição da cooperativa em seu trabalho. Primeiro, nos contou que normalmente vende os materiais semanalmente, recebendo de 50 a 60 reais e, em semanas muito boas, pode chegar até 90 reais. Aprendeu na cooperativa quais materiais são comprados e quais são mais rentáveis, ao comparecer em reuniões organizadas no local para dar orientações para os catadores. Por exemplo, hoje em dia, não cata mais papelão, pois o valor de venda é muito baixo e é preciso uma quantidade muito grande. Nas semanas de maior ganho, os recicláveis são latinhas, garrafas PET e cobre, e nos conta que o cobre é mais difícil de encontrar.

Vitória preenche o tempo livre majoritariamente com a atividade com os trapos, contando que senta na cadeira no terraço de casa e trabalha nos tecidos. Nos finais de semana, gosta de assistir televisão e dormir. Nos conta que hoje em dia consegue dormir bem, pois antes, nos antigos relacionamentos tinha *“medo de dormir pra não amanhecer morta... quem vai confiar né”*. Vivia em uma comunidade, então não era permitido que chamasse a polícia, fazendo com que vivesse em uma tensão constante. Diz também que, quando sobra um trocado da semana, vai até a capital visitar as irmãs, que conversam bastante e às vezes descem para a praia, pois uma delas mora em um bairro próximo ao litoral. Hoje, mesmo em meio a dificuldades, Vitória vive a liberdade de desempenhar os trabalhos que gosta, sem medo de não acordar para ver os próximos dias e, sobre futuros relacionamentos, diz: *“Quero não que eu tenho medo de sofrer de novo, melhor tá assim sozinha”*.

5.8 “Eu não me sentia nada, eu trabalhando eu me sinto outra”: a história de Josefa

Josefa é uma mulher negra de 49 anos. Foi a terceira catadora externa com quem conversei. Chegou até mim antes da entrevista abraçada com uma trabalhadora da cooperativa, em meio a brincadeiras e risadas. Contou que *“as meninas”*, como chama, agendaram um horário com a psicóloga, maneira como as trabalhadoras se referem à mim, mal a deixando dizer se queria, mas que havia ido mesmo assim. Após a entrevista, nos sentamos para lanche e Josefa

contou que, algumas vezes, vai até a cooperativa apenas para conversar com as outras trabalhadoras e, naquele dia, sentiu-se muito à vontade para compartilhar sua história comigo.

Como ocorrido com outras trabalhadoras, a vida de Josefa reúne perdas e dificuldades. Inicia a fala relembrando do alcoolismo do pai, causador de muito sofrimento para toda a família, mas que, ainda assim, considera que teve um bom pai. Aos 18 anos, mesma idade em que teve seu primeiro filho, assumiu as despesas de casa, pois devido à uma doença, o pai tornou-se paraplégico. Trabalhava em um lixão conhecido na capital do estado, para sustentar a mãe, o pai e o sobrinho que ficou aos cuidados da avó desde nascido. O primeiro filho, criado sem a presença do pai, era cuidado pela avó, juntamente com o primo, para que Josefa pudesse trabalhar.

A reciclagem é um dos únicos trabalhos que Josefa conhece. Catadora desde os 18 anos, há um pequeno período de 6 anos em que não desempenhou a atividade, pois atuou como auxiliar de serviços gerais em uma escola próxima da região onde morava. Também foi a única vez em sua trajetória que sua Carteira de Trabalho foi assinada. Durante dois anos, foi contratada pelo município e depois tornou-se terceirizada. Relembra a distribuição desigual do trabalho, pois dentre os quatro auxiliares, dois homens e duas mulheres, apenas Josefa e uma colega de fato cumpriam suas atribuições. Conta que gostava do trabalho, mas que era muito pesado e cansativo, já que a escola onde estavam alocados era muito grande. Frequentemente, mal se alimentava, pois o almoço servido não era suficiente para alunos e funcionários. Diversas vezes, ela e a colega dividiram o valor de um lanche, para que não ficassem todo o expediente, de 7h às 17h, sem comida.

Ainda hoje, Josefa precisa dividir alguns dias com a fome: *“tem dia minha filha que eu não tenho nada pra comer, eu digo a você sério mesmo, eu abro um armário e não tem nada pra eu comer, eu saio pedindo aos outros”*. O filho a ajuda como consegue, mas certas vezes recorre à um colega da vizinhança, de quem fala com muita gratidão, que lhe empresta uma certa quantia de dinheiro. Após o corte do Bolsa Família que recebeu durante muitos anos, a situação se agravou. Conta que já tentou conseguir outros incentivos do governo, como o Benefício de Prestação Continuada, mas nunca conseguiu. Fala que não entende como ela, que nada tem, ainda é penalizada pelo pouco que possui, dizendo que a única opção que resta é *“derrubar a casa pra receber, pra confirmar que eu não tenho casa nenhuma, eu vou botar minha casa abaixo”*.

O trabalho de Josefa na reciclagem não aparece em sua fala como somente uma fonte de renda, mas associada às relações que constrói com outras pessoas. Josefa conta que sai para catar com a vizinha e o marido. Compraram juntos o carrinho que usam para trabalhar hoje e dividem o valor da venda dos materiais entre os três. Conta que já chegaram a vender quase mil reais em recicláveis, mas que normalmente, o valor gira em torno de 600 reais. Por um lado, o valor final da venda não é alto, já que é necessária a divisão, mas por outro, ela diz gostar de ir acompanhada. Fala também sobre sua relação com outros trabalhadores que encontra em seu percurso habitual, já que alguns rapazes que trabalham em uma obra no meio do caminho guardam recicláveis para ela e a amiga e, quando elas passam, Josefa conta que as interações são amistosas: *“Aí faz ‘Ó Josefa, tá aqui tua reciclagem’, me dá, me dá latinha, são tudo legal os meninos, respeitam muito a gente quando a gente passa. Elogiam muito a gente”*.

Fala com muito carinho da cooperativa, para onde começou a vender há alguns anos. Antes, vendia para depósitos da região, mas conta que o valor da venda era bem inferior ao que hoje recebe. Foi Carmen, uma trabalhadora da cooperativa, que lhe disse para fazer seu cadastro. Para Josefa, *“a coisa melhor que eu tinha de fazer foi vir pra cá”*. Nos finais de ano, conta que a cooperativa distribui cestas básicas entre os catadores externos e prepara um lanche *“bem bonito”* para eles. Na Semana Santa, recebem peixe. Sempre que precisa de ajuda em algo relacionado ao trabalho, como quando seu carrinho estava com uma peça quebrada, recorre à cooperativa para saber o que podem fazer. Como a cooperativa recebe os materiais já separados, todos os meses *“os meninos”*, como Josefa chama, vão até sua casa deixar as *bags* para embalar os recicláveis. Os meninos também foram quem a receberam em meio a brincadeiras e risadas na primeira vez que a encontrei na cooperativa, no dia de nossa entrevista.

Josefa conta-me de seu sonho: ter um negócio em sua casa. Por gostar muito de cozinhar, gostaria de abrir uma pequena lanchonete para vender cachorro-quente, churrasco e alimentos semelhantes. É um desejo que compartilha com a vizinha e amiga próxima, que também é quem a acompanha na catação de recicláveis. A vontade vem tanto do fato de ser um sonho antigo, quanto da dificuldade de conseguir um trabalho com carteira assinada. Ela conta que as duas já andaram por diversos lugares da cidade, deixando currículos atrás de currículos, mas sem sucesso. Nas palavras de Josefa, gostaria de *“trabalhar em casa de família, em qualquer canto que tenha carteira assinada, pra pagar meu INSS. Eu tenho meu INSS pago, mas queria pagar de novo, né. Eu só queria uma carteira assinada”*. Apesar de amar a reciclagem, deixaria de lado

esse trabalho caso conseguisse um emprego com carteira assinada, pois entende a importância de ter seus direitos trabalhistas garantidos.

O trabalho de Josefa preenche a maior parte de seus dias. Sai para trabalhar às 5 horas e retorna às 9h, depois sai novamente durante a tarde e retorna por volta das 18 horas. No turno da noite, vai para a escola, onde está frequentando a Educação para Jovens e Adultos, pois como tantas outras, não pôde concluir os estudos, junto com a tia e outras conhecidas do bairro. Junto com o trabalho e a escola, o outro lugar que mais frequenta é a igreja. Diz que, no geral, não costuma sair para outros lugares, salvo os dias onde vai para a missa dominical em uma igreja na capital, por isso, surpreendeu-me em nosso terceiro encontro ao dizer que talvez viajasse para a chácara de um colega junto com a tia.

Visto o tempo que despende em sua atividade, não é de surpreender o significado que o trabalho tem para ela. Josefa diz que é muito feliz, trabalhando no que gosta e, principalmente, sem depender de ninguém. Quando pergunto o que imagina de sua vida se não trabalhasse, ela prontamente diz *“Eu não imaginava nada, eu mesmo sinto que eu não imaginava nada sem trabalhar. Eu não me sentia nada, eu trabalhando eu me sinto outra”*.

5.9 “É tudo que eu tenho, é o meu trabalho”: a história de Nena

Nena é uma mulher negra de 55 anos. Faz parte da história da cooperativa. Diferentemente das demais participantes, optou por termos nossa conversa na copa, como se não houvesse um lugar onde preferisse estar do que próxima aos recicláveis, ao que dá vida ao seu trabalho, sobre o qual me falou com tanto carinho. É uma pessoa risonha e brincalhona, como tantos outros, e quem mais compartilhou comigo sua paixão pela reciclagem. Se expressa livremente, mesmo estando em um ambiente aberto por onde os colegas poderiam passar, reforçando a convicção que tem em suas ideias e vivências.

Nena, como tantas outras, não terminou os estudos. Conta que, apesar de ir para a escola, não conseguia aprender nada. Depois de um período *“só gastando só caderno e lápis”*, desistiu. Após um tempo, irritada de apenas carimbar a digital quando sua assinatura era necessária, decidiu que iria aprender a escrever o próprio nome. Primeiro, aprendeu com Meg, pois a cooperativa ofereceu aos catadores um projeto de alfabetização no ano de fundação. Depois, retomou os estudos formais, contando que a escola termina no mês de dezembro. Apesar dos estudos a impedirem de trabalhar durante a noite, Nena diz gostar bastante de ir. Mesmo cansada

da rotina, não deixa de comparecer. O caminho de ida e volta da escola, um pouco distante de onde reside, é feito a pé, em meio a brincadeiras com as colegas: *“vem resenhando, vem morrendo de sorrir... aí o cansaço passa”*.

O trabalho de Nena na catagem, como chama, teve início em seus 29 anos e partiu da necessidade, algo visto no relato de tantas outras. Antes disso, o trabalho realizado eram os serviços domésticos. Relembra uma situação em que, ao observar uma mulher sair de um supermercado com um carro cheio de compras, os olhos encheram de lágrimas. Sozinha, dizia a si mesma: *“Meu Deus, quando... Um dia que eu vou entrar num supermercado desse pra fazer uma feira, pra mim e meus filhos”*. O ex-companheiro, pais dos quatro filhos de Nena, gastava o dinheiro que recebia em bebidas alcóolicas e não comprava alimento para ela e os filhos. Conta que o ex-marido já chegou a vender objetos da casa para comprar bebidas. Caso questionasse, o ex-marido a machucava.

Descobriu a catagem como uma possibilidade ao observar uma colega catando e diz que, na época, apenas as duas catavam recicláveis na região em que moravam. Decidiu começar também para não depender mais financeiramente do ex-companheiro. Guardava os recicláveis no quintal de casa e conta que, em alguns períodos, conseguia juntar duas *“carradas”* de material. Mesmo em grande quantidade, o dinheiro que conseguia com a catagem era pouco, pois além do valor dos materiais ser muito barato na época — por exemplo, o quilo da garrafa PET era apenas 10 centavos —, os depósitos ainda roubavam os catadores durante a pesagem, manipulando a balança. Segundo Nena, os donos do depósito *“escravizavam os povo”*.

Antes da cooperativa existir, Nena conta que o trabalho dos catadores era envolto em muito sofrimento. Por isso, quando o Irmão Zezo tentou o primeiro contato com os catadores, sempre fugiam dele, por medo de serem maltratados. Relembra o preconceito direcionado aos catadores por parte dos moradores: *“O povo ficava olhando a gente com o olho torto. Não chegava perto, né? Porque agora eu fico com medo, né? De a gente ir e fazer alguma coisa. Muita coisa”*. Conta que as condições de trabalho mudaram drasticamente, e que, nos dias atuais, é muito gratificante ter o seu trabalho reconhecido, que agora as pessoas entendem a importância do trabalho do catador e os *“veem com outros olhos”*.

No início da cooperativa, Nena apenas participava das formações e vendia seus materiais para o local. Nunca houve um período em que trabalhasse internamente em tempo integral, pois diz *“Gosto mais de estar na minha rua”*. Começou a trabalhar no galpão há pouco tempo e,

ainda assim, cumpre apenas algumas horas de trabalho interno e recebe o valor proporcional, para complementar a renda. Prefere continuar o trabalho majoritariamente nas ruas, mas tendo a segurança de que irá vender seu material para um local que irá lhe oferecer um valor justo por ele. A catagem na rua é feita também nas casas de pessoas já conhecidas, de quem sempre coletou os recicláveis, que *“agora não querem deixar dar pra ninguém, só pra mim”*.

Nena possui estratégias para realizar o trabalho na catagem. Primeiro, nunca sai para catar durante a tarde, pois não quer *“assar a pele”*. Calcula o tempo que irá levar durante a manhã para, ao meio dia, já estar de volta ao galpão da cooperativa, protegida do sol. Antes de iniciar no colégio, se não saísse para catar durante a manhã, só saía durante a noite. Outra estratégia de Nena consiste em segurar a venda de materiais cujo valor varia durante o ano. O cobre, por exemplo, sempre diminui de valor no final do ano, por razões que ela não sabe explicar. Por isso, Nena continua descascando os fios de cobre durante esse período, guardando-os no quintal de casa, mas só leva para vender quando o preço volta a subir.

Nena conta que os únicos trabalhadores da cooperativa hoje que estão desde o início são ela, outra trabalhadora entrevistada por nós, denominada aqui Mulher Guerreira, e um colega a quem convidou para participar da cooperativa. Para ela, a distinção entre catadores e cooperados é evidente, pois os catadores são aqueles que realizaram o trabalho nas ruas em dado momento ou que catam externamente até os dias atuais, e os cooperados são os que se inseriram na atividade apenas dentro do galpão. Uma das viagens que realizou através da cooperativa, no mês de agosto, foi para ser homenageada enquanto catadora em um evento que aconteceu em Brasília. Nena frisa que, nesses eventos, quem deve ir é o catador e a catadora, quem de fato atua nas ruas. É muito feliz e orgulhosa do trabalho que realiza, evidente ao dizer *“Não pretendo sair agora do meu trabalho tão cedo. Eu gosto muito do trabalho nesse serviço”*. Conta que, um dia, um homem lhe ofereceu um trabalho de carteira assinada como trabalhadora doméstica, oferta que prontamente recusou. Para Nena, *“é tudo que eu tenho. É o meu trabalho”*.

Diante de todas as dificuldades vividas em sua trajetória, Nena diz ser uma pessoa feliz. Ama dançar, catar recicláveis, ir para o colégio e cuidar do que é importante para si. Tem quatro filhos, um hoje já falecido, já adultos e vivendo suas vidas, mas mantém contato próximo com todos. Entre risos, diz que eles *“faz raiva que só a gota”*. Conta que a filha mais velha, mãe solo de uma criança atípica, é a que menos *“dá trabalho”* e que é *“batalhadeira”* como ela. Nena diz

não ter reclamações sobre a vida que leva hoje, pois os filhos estão criados, a encheram de netos e ainda segue trabalhando no serviço com o qual tanto se identifica.

Apesar de ser uma atividade que se iniciou pela necessidade financeira, Nena hoje valoriza muito mais os aspectos sustentáveis do trabalho. Fala sobre a importância de cuidar do planeta em que vivemos e que sofre muito ao ver a forma como as pessoas descartam o lixo, ferindo a Terra. Sonha com um mundo em que as pessoas façam a sua parte, pois pensa que o planeta vem demonstrando seus sinais de esgotamento: *“O planeta... A Terra... Ela é viva. Ela é viva. Ela é viva como eu, como você, como qualquer outra pessoa. E ela respira. E quando ela respira...”*. Diz que tudo que faz, faz pelo planeta em que vive, pelo lugar onde mora, pelos filhos e netos, e a reciclagem é a sua maneira de cuidar do que tanto ama.

5.10 “Eu não gosto de ficar presa, eu gosto de liberdade”: a história de Bia

Bia é uma mulher branca de 42 anos. Foi uma das trabalhadoras que mais me chamou atenção, primeiramente pela quietude. Mal ouvi a voz de Bia antes de nossa entrevista. Também não a via interagir muito com os colegas, por aparentemente ser alguém muito reservada na realização de seu trabalho. O segundo ponto de curiosidade foi o sotaque e a forma de falar: Bia tem um sotaque diferente dos demais e fala de forma mansa, diferentemente dos colegas, mais volumosos. Nosso momento durou pouco, pois iniciamos próximo ao fim do expediente das sextas, mas, ao final, me agradeceu por nossa conversa.

Bia inicia sua trajetória de vida pelos diversos trabalhos que já realizou. Começou menina, aos 12 anos, trabalhando no plantio e colheita de acerola e feijão junto da família. Por isso, abandonou a escola no nono ano do ensino fundamental, pois conta que ficava muito cansada do trabalho para conseguir manter-se no colégio. Também foi o trabalho que a impediu de continuar os estudos na Educação para Jovens e Adultos, pois, na época, morava e trabalhava na capital do estado como ajudante de pedreiro e a escola era no município onde reside hoje. Não continuou frequentando as aulas tanto pelo deslocamento, quanto pelo desgaste após o dia inteiro de trabalho. Hoje em dia, pensa em fazer o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), para conseguir o diploma de conclusão.

Ao longo de mais de 30 anos de trajetória laboral, Bia só teve a carteira de trabalho assinada durante 3 meses, em uma das ocasiões em que trabalhou como ajudante de pedreiro. Conta que o trabalho foi registrado em carteira, mas que não por muito tempo, pois a obra foi de

curta duração. O trabalho na construção civil teve início em 2015, quando ficou desempregada, e a convite de um amigo da época. O trabalho era sempre esporádico, seguindo o tempo de conclusão de cada prédio que estava sendo construído, com data marcada para terminar. Quando não estava trabalhando, a renda consistia inteiramente no valor do Bolsa Família. Anterior aos anos nesse ramo, onde passou a maior parte do tempo, trabalhou durante 3 anos em uma fábrica de salgados no Rio de Janeiro, mas voltou para a Paraíba após um familiar adoecer e precisar de cuidados.

O trabalho na construção civil possibilitou que pensasse no que gostaria de ser, expressando seu desejo de cursar Engenharia Civil. Porém, foi também através do trabalho que descobriu quem não poderia ser, pois a interrupção da vida escolar ainda na infância e a dificuldade de retomar os estudos na vida adulta a fizeram desacreditar na possibilidade de um dia tornar-se engenheira. Como diz, *“Era um sonho que eu tinha, que eu gostaria. Mas infelizmente, né? Com essas coisas, a vida me empurrou pra outro lado”*.

O corte do Bolsa Família, que durou um ano, foi a razão para ter entrado na reciclagem, em 2023, junto ao colega com quem trabalhava na construção civil. Segundo ela, que já havia trabalhado na capina de lotes após a perda do benefício, a reciclagem foi um meio de sobrevivência. Ela e o amigo saíam às 18 horas da noite e voltavam somente na madrugada. Por isso, trabalhavam em dias intercalados, devido ao cansaço. Vendiam os recicláveis para a cooperativa por meio do cadastro do amigo e, segundo ela, *“dava pra ir conseguindo um dinheirinho para se manter, no básico”*. Por morar sozinha na época, conta que foi mais razoável controlar os gastos para sobreviver.

Entrou na cooperativa por meio de Maria, sua prima e madrinha, que a recomendou para uma vaga na época, por ver a situação em que se encontrava. Para ela, o trabalho é *“corrido, mas é gratificante”*. Não está alocada em nenhum setor específico, vai para onde estiverem precisando de ajuda. Já trabalhou na separação, prensagem, no caminhão juntos aos trabalhadores homens, na oficina com Maria e substitui Clara na limpeza nos dias em que ela está ausente. Conta que um dos colegas a chama de *“multiuso porque eu estou em cada lugarzinho, em cada lugarzinho eu tô”*.

Por transitar tanto dentre os diferentes setores, busca ter uma boa relação com os colegas e, quando surgem eventuais discussões, apenas observa e se mantém quieta, pensando que não entende o motivo de tantas brigas quando todos poderiam apenas *“sentar e conversar”*. Conta

que Cássia, uma das trabalhadoras da diretoria e que lhe deu a oportunidade de trabalhar na cooperativa, não entende como Bia consegue se manter tão tranquila nesse ambiente. Lembra, entre risos, de apenas de um momento causador de tamanho estresse que foi necessário discutir com os colegas e chamar-lhes atenção por estarem agindo como crianças. Entretanto, de forma geral, Bia entra “*muda e sai calada*”.

O acúmulo de trabalho ao longo da vida resultou em alguns problemas de saúde, como dores nos joelhos e calcanhares, que atribui ao trabalho pesado na construção civil. Conta que um dos joelhos às vezes “*estrala*”, causando dores muito fortes. Quando chega em casa ao final do dia de trabalho, coloca compressa nos joelhos para aliviar o inchaço de ter trabalhado em pé o dia inteiro. Também desenvolveu hipertensão ao longo da vida, e imagina ter sido devido à má alimentação, pois precisava optar por alimentos mais baratos e rápidos, já que não tinha muito tempo livre para se alimentar bem. Hoje, tenta seguir as orientações médicas para cuidar melhor da própria saúde.

Bia alcançou uma vida pessoal tranquila, após certos percalços. Teve duas gestações do primeiro companheiro e, durante esse período, conta que seguiu trabalhando, pois abriu um pequeno bar em casa. Nessa época, vivia “*Com as meninas batalhando muito, com a dificuldade de criar duas filhas pequenas sozinha. Eles não me ajudavam em nada, né? Um monte de maluco*”. Além desse relacionamento, viveu durante oito anos com a ex-companheira. Conta que os 6 anos iniciais da relação foram bons, mas nos dois anos seguintes, vivam em meio a constantes traições e atitudes controladoras por parte da companheira. Hoje, vive com a filha e os netos, e fala desse dia a dia com muita leveza. Não há discussões, ela e a filha partilham as tarefas da casa e passam momentos tranquilos juntas, saindo esporadicamente, e assistindo filmes e séries nos finais de semana.

O ponto mais marcante da conversa com Bia é a importância que dá à própria paz. Conta que, por ser aquariana, é muito agitada e extrovertida, algo que fica claro na forma como fala, mesmo que não tanto na forma que age, à primeira vista. Não gosta de brigas, não gosta de bagunça e gosta de inovar na vida. É uma pessoa alegre, que ri mesmo diante dos problemas, e tem um jeito diferente de viver a vida. Em suas palavras, “*Eu sou essa doidiça aí, regras não andam bem na minha praia. Tem pessoas que querem prender. Eu não gosto de ficar presa. Eu gosto de liberdade*”.

5.11 Fragmentos de uma história inacabada

É curioso pensar como, em uma pesquisa qualitativa, ao propormos a inserção em nossos campos de estudo e nos colocarmos à disposição das trabalhadoras com quem construímos o trabalho, infinitas interações ocorrem fora dos momentos reservados à construção das narrativas, ou seja, dos momentos de entrevista. No caso desta pesquisa, o diário de campo que tenho alimentado durante os meses de pesquisa é tão valioso quanto as transcrições originadas das entrevistas semiestruturadas. Ao ler e reler minhas próprias impressões, é possível revisitar todos os diálogos, gestos, posturas e relações percebidas no galpão da cooperativa, e vislumbrar o significado do cotidiano das sextas-feiras ao qual foi permitido que me inserisse. Nesse pequeno espaço de tempo, percebi minúcias que preenchem os espaços deixados no momento das entrevistas.

No decorrer dos meses, foi possível experienciar a forma como os trabalhadores mudaram, se acostumando com a minha presença, mesmo aqueles trabalhadores com quem não interagi tanto, já que, ao chegar, muitas vezes subia rapidamente para a sala de entrevistas. A partir da segunda sexta na cooperativa, Meg nos dá caminho livre, dizendo “*Podem ir que vocês já são de casa*”. Esse foi também o dia em que nos sentamos para tomar café com os trabalhadores na copa pela primeira vez, dividindo mais esse espaço com eles e compreendendo um pouco da dinâmica do dia a dia. Todos continuavam agindo de forma muito natural, muito à vontade, mesmo com *estrangeiras* na sala. Depois desse dia, sempre lanchamos junto com os trabalhadores e até participamos da comemoração do aniversário de dois cooperados.

Nas primeiras vezes que fomos até a cooperativa, seu José era quem sempre abria o portão para nós, sempre muito sério, nos oferecendo um “Boa tarde” curto, mas educado. Passado um tempo, seu José passou a abrir o portão com um sorriso, com um cumprimento mais caloroso. Depois, descobrimos que ele é alguém muito engraçado. O mesmo aconteceu com seu Paulo, em um dos dias que fui desacompanhada para a cooperativa. Nesse dia, comentei de passagem que naquele dia havia ido sozinha, e ele prontamente me diz “*Mas você não tá só não, tá aqui com a gente*”. São familiaridades que surgem da convivência, de compartilhar o mesmo espaço, mesmo que em um pequeno período de tempo.

O cuidado que as trabalhadoras têm umas com as outras também aparece de forma evidente em acontecimentos corriqueiros. No primeiro dia que fomos até a cooperativa, apenas para articular os outros encontros, Meg logo nos disse que lá, ela e Carmen fazem um trabalho de

assistência social com outros trabalhadores que chegam no galpão pedindo ajuda. Em outro momento, no dia da entrevista de Josefa, ela chegou até mim abraçada com uma trabalhadora cooperada, que disse estar muito feliz que Josefa havia realmente comparecido ao nosso momento, pois acreditava que ela estava precisando conversar com alguém. Meu segundo encontro com Josefa também acontece de forma semelhante, pois ao saber que duas trabalhadoras que estavam marcadas para o dia não poderiam ir, Meg imediatamente liga para Josefa, por ter noção de que a colega estava passando por dias ruins.

Da mesma forma, em um dos dias em que fui até a cooperativa para fazer acolhimento, não entrevista, soube que mais cedo naquela sexta Vitória tinha ido até a cooperativa com uma amiga e, nesse meio tempo, a amiga passou mal e Meg e Carmen tiveram que intervir. Meg foi até a própria casa em busca de um calmante para ajudá-la. Outro episódio com Vitória mostra como a cooperativa é um ponto de apoio para as trabalhadoras e a confiança depositada em Meg e Carmen, especificamente: enquanto estava catando próximo a uma casa, um cachorro de rua rasgou que estavam na calçada da frente, e a dona da casa achou que tinha sido culpa de Vitória e se pôs a xingá-la. Meg conta que recebeu uma ligação de Vitória sobre esse episódio e que ela chorava bastante, buscando apoio naquele momento.

A proximidade entre as trabalhadoras também aparece em pequenos relatos. Após a entrevista de Maria, por exemplo, ela nos mostra fotos e vídeos de passeios que faz frequentemente com Carmem, nos apresentando todas as pessoas e lugares que aparecem nos registros. Em outra ocasião, Clara comenta comigo sobre o final de semana que havia tido, contando que foi almoçar na casa de Maria com sua filha, e que ela se deu muito bem com os netos de Maria.

Em alguns dias, também pude ver e saber sobre o vínculo que as trabalhadoras haviam formado comigo. Muitas vezes passava longos minutos conversando com Clara, sobre o que estava acontecendo em sua vida e como ela estava. Meg compartilhou histórias sobre seus planos para a cooperativa e como ela gostaria de poder estender as ações da cooperativa também para os catadores externos, e sobre os momentos pelos quais vinha passando com a mãe. Mulher Guerreira, mesmo em sua quietude, muitas vezes iniciou conversas comigo, mostrando genuíno interesse sobre como eu estava naquele dia, e perguntando de minhas colegas nos dias em que fui sozinha.

Meg, principalmente, fala explicitamente sobre o que as trabalhadoras falam sobre mim e a minha presença na cooperativa, expressando que “*Queria que você pudesse ficar aqui pra sempre*”, mostrando muita confiança no trabalho que estava sendo feito, e a necessidade que as trabalhadoras têm devido às situações vulneráveis nas quais se encontram. Em meu segundo encontro com Josefa, Meg recebeu-me dizendo “*Você tem uma fã número 1 aí, viu?*”. A própria Josefa, na semana seguinte ao acolhimento que fiz com sua tia, compartilhou comigo que ela havia dito que eu era “*muito legal*” e que havia sido um bom momento para ela. Em uma das últimas semanas que fui à cooperativa para atividades da dissertação, Meg, ao contar sobre algumas catadoras externas que haviam perguntado da possibilidade de ter um segundo momento de acolhimento, diz que algumas trabalhadoras haviam lhe dito que gostam muito de mim e que “*elas te acham uma fofa*”.

No dia-a-dia, é possível observar, ainda, algumas contradições acessíveis apenas ao se inserir no campo e ter observações passíveis de comparação. Exemplo disso são os momentos com Meg e Bia, em contraste com o que observamos ao longo dos meses. Meg, ao falar sobre os conflitos com ela, cuja causa associa ao gênero, e Bia, ao dizer que, todos os dias, existem discussões nos momentos em que todos se juntam para orar antes de iniciar o dia de trabalho, nos mostram uma cooperativa muito diferente da que se apresentou para nós nas sextas-feiras. Caso a inserção na cooperativa não tivesse se alongado durante tantas semanas, talvez muitas dinâmicas se perdessem ao adotar uma visão mais pontual da realidade.

Um dos detalhes mais valiosos anotados no diário de campo são relacionados à assinatura do Termo de Consentimento e o Termo de Gravação de Voz. Ao entregar as quatro vias dos documentos, uma cópia de cada um para mim e outra para as trabalhadoras, instintivamente falava que poderiam assinar apenas o primeiro sobrenome ou rubricar cada via, temendo que o momento da assinatura fosse muito entediante para as trabalhadoras. Entretanto, mais de uma vez, recebi como resposta algo como “Não, eu quero assinar o meu nome, há muito tempo eu não assino o meu nome todo e quero praticar, pra não esquecer”. Essas pequenas falas e interações, tão naturais ao serem ditas, são também indícios da trajetória de mulheres que encontraram a necessidade de abdicar de etapas da vida que nós, enquanto pesquisadores de uma universidade pública, não poderíamos deixar de cumprir caso quiséssemos, exatamente, chegar até suas histórias.

Outro momento registrado em meus pensamentos transcritos acontece com Bia, a última trabalhadora entrevistada. Em dado momento da conversa, ao indagá-la sobre o pai de suas filhas, percebo Bia um pouco desconcertada ao comentar sobre o relacionamento, mas não da forma como outras trabalhadoras que haviam vivido traições e conflitos, e uma curiosidade se despertou. Mais à frente, Bia conta que hoje vive com a filha de forma muito mais harmoniosa, e nesse ponto tomo a decisão de comentar que compartilhar a vida com outras mulheres, seja em relacionamentos amorosos, com filhas ou netas, nos apresenta uma dinâmica de mundo diferente. Após essa intervenção, a postura de Bia muda e ela passa a falar com mais tranquilidade, sendo o momento em que ela fala sobre o relacionamento com a antiga companheira, já narrado em um tópico anterior, e a falar mais de si mesma enquanto pessoa e sobre a valorização da sua liberdade.

CAPÍTULO VI

O QUE COMPREENDEMOS A PARTIR DE SUAS TRAJETÓRIAS

6.1 Tudo muda, mas nada muda: trajetórias e início da vida laboral

O alicerce das mulheres cujas trajetórias aqui estão narradas se dá sob bases frágeis. Os contornos do que seria a vida adulta começaram a ser traçados ainda na infância. Nascidas em famílias empobrecidas, precisaram assumir responsabilidades com pouca idade em prol da sobrevivência do núcleo familiar. Essa realidade, onde o trabalho infantil é uma vivência em comum, seja no trabalho remunerado ou o trabalho doméstico e do cuidado não remunerados, é feita de renúncias: ir para a escola ou ir para o roçado; aprender o formato das letras do próprio nome ou aprender a contar o troco da venda dos produtos cultivados pela mãe; caminhar até o parquinho perto de casa ou caminhar até a casa da patroa.

A história de Clara e Maria é também a história de tantas outras mulheres nordestinas. Assumiram o cuidado da casa e dos irmãos desde muito novas, destino de muitas meninas mundo afora. Priorizar os estudos, a primeira passagem para um futuro melhor, não estava dentre as possibilidades que foram apresentadas para elas. No caso de Maria, o impedimento também se dava por questões muito maiores do que as necessidades de seu núcleo familiar, pois, na infância, não havia escolas na região onde moravam. Por isso, não permitiram que os filhos seguissem seus passos e lutaram para que essa não fosse uma guerra que precisassem travar. Para Clara e Maria, que não aprenderam a ser crianças, isso é garantir que os filhos não viveriam a mesma infância que tiveram e que não abdicassem a vida que desejavam antes mesmo de entender o que o mundo ainda guardava para além do lugar onde viviam.

Maria é a catadora cuja trajetória de trabalho se inicia mais cedo. Antes dos 10 anos, já trabalhava nas plantações de cana-de-açúcar, no plantio e colheita. De fato, em 2024, o relatório do IBGE “Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade” (IBGE, 2025b) nos mostra que 19,2% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil estão no ramo da Agricultura e Pecuária e o Nordeste, historicamente, apresenta os maiores índices de trabalho infantil do país, em uma dinâmica que representa também a história de Bia que, aos 12 anos, começou a trabalhar no plantio e colheita de feijão e acerola com outros membros da família. Maria trabalhou também em diversas usinas da região em que morava, todas voltadas para a produção de etanol para exportação. O trabalho de crianças e adolescentes no ramo

sucro-alcooleiro é uma problemática antiga, visto que a produção e transformação da cana-de-açúcar no Brasil sempre foi uma forte atividade econômica, sendo grande responsável pelo desenvolvimento dos estados do Nordeste, e é também uma atividade que, frequentemente, mobiliza o núcleo familiar rural em totalidade (Silva & Miranda, 2024; Neves, 2001).

A trajetória de Clara é curiosa por ser a trabalhadora mais jovem entrevistada, com apenas 29 anos. Sabemos que o índice de escolaridade da população brasileira aumentou com o passar dos anos, com quedas nas taxas de analfabetismo e aumento do acesso à escola em dados comparativos partindo de 1991 até 2000 (Inep, 2004), mas por meio de sua história conseguimos compreender que as mudanças não chegam a todos os cidadãos e, mesmo que cheguem, por meio de incentivos à educação e expansão das escolas, não necessariamente todos poderão trocar a subsistência pela educação. Uma escolha, paradoxalmente uma não-escolha, cruel para uma criança, visto que Clara saiu da escola na segunda série do Ensino Fundamental. Na família de Clara, entre os dezesseis irmãos, somente os mais jovens têm mais anos de escolaridade.

Desde jovens, sentiam o magnetismo do lugar que a organização do trabalho pautada na divisão de papéis desejava que ocupassem, da mesma forma que suas mães ocuparam antes delas: no trabalho doméstico, de preferência, com pouca qualificação, sem ousar sonhar com um futuro diferente e moldadas para se tornarem o excedente de mão de obra que, em algum momento, estariam desamparadas o suficiente para assumir postos de trabalho precários e informais. Não coincidentemente, como apontado por Hirata e Kergoat (2007), a grande maioria das trabalhadoras entrevistadas já atuou como trabalhadora doméstica, garantindo a reprodução da vida de famílias de classe alta, para que esses, por sua vez, pudessem focar em continuar produzindo.

A trabalhadora cuja trajetória mais se alinha às expectativas que recaem sobre as mulheres, e onde de fato as trabalhadoras conseguem chegar, tendo em vista as estatísticas acerca do trabalho doméstico remunerado, é a de Mulher Guerreira, pois seu primeiro trabalho remunerado foi aos catorze anos, como trabalhadora doméstica. A dimensão do cuidar moldou a forma como Guerreira experiencia o mercado de trabalho, já que o labor, em seu discurso, sempre aparece como uma ajuda (Guimarães, 2020); dificilmente enuncia a palavra “trabalho”, mesmo que este seja parte de sua realidade desde muito jovem. Ao falar sobre esse período no trabalho doméstico, Guerreira nos deixa uma lacuna: não fala sobre o que foi ruim de forma direta, mas a forma como fala do trabalho nos evidencia que as condições às quais era submetida

não são algo para o qual gostaria de voltar, pois afirma que a partir de determinado momento, “de tantos acontecimentos”, cansou da atividade.

Vitória, por sua vez, entende o trabalho doméstico de forma mais crítica. Não exerceu trabalhos remunerados durante a infância e adolescência, mas sabe que as atividades domésticas e de cuidado que realizava eram trabalho, e por isso os considerava ainda piores: a falta de remuneração e impossibilidade de não realizá-lo. Entretanto, o reconhecimento que tem de que as tarefas domésticas são um trabalho não são suficientes para libertar as mulheres desse fardo, já que a divisão sexual do trabalho tem raízes profundas e antigas, sob discursos naturalizantes acerca de atividades femininas e masculinas; a luta não é individual. Hirata e Kergoat (1994) tecem críticas ao movimento marxista por este motivo exato: o primeiro foco sempre foi a exploração do trabalho, nunca à opressão das mulheres trabalhadoras. Em primeiro lugar, a questão de classe, em uma nota de rodapé, os direitos das mulheres, mesmo se tratando de lutas consubstanciais.

Rosa Branca aborda o período de infância com grande lucidez. Não lembra quantos anos de estudo concluiu, mas recorda que foi decisão da mãe tirar ela e os irmãos da escola, diferentemente de Clara, cuja decisão, apesar de muitas ressalvas, partiu dela, e de Mulher Guerreira, que apesar de ter começado a trabalhar a pedido da mãe, ainda equilibrou as duas responsabilidades enquanto pôde. Afirma que o período não foi feliz: realizava tarefas domésticas que culminaram nos problemas de saúde que a prejudicam até os dias atuais, pois precisava carregar baldes de água pesados diversas vezes durante o dia, já que não havia água na casa onde moravam. Para uma criança, cujo corpo ainda está em desenvolvimento, o trabalho que envolve transferência de peso e posturas inadequadas pode contribuir para o aparecimento de distúrbios musculoesqueléticos (Carvalho, 2006), como os que acompanham Rosa ainda hoje. Vale ressaltar que, ainda hoje, no Nordeste, de acordo com indicadores de 2024 do Painel Saneamento Brasil, 26,3% da população não tem acesso à água. Especificamente na Paraíba, esse número salta para 40,5%; estamos diante de inúmeras potenciais crianças cujas trajetórias se desenvolvem como a de Rosa.

A gravidez precoce também aparece no relato das trabalhadoras e foram determinantes para a forma como suas vidas se sucederam. A primeira gestação de Clara foi aos 13 anos, de um homem anos mais velho do que ela. De acordo com o artigo 217 do Código Penal (Brasil, 1940), relações sexuais com menores de 14 anos configura-se como estupro de vulnerável. Apesar de

não trazer em sua fala termos ou sinais da forma como o relacionamento teve início, se houve consentimento ou não, Clara fala do período em que esteve com o ex-companheiro com arrependimento. Em conversas subsequentes, após a entrevista, se questiona em voz alta: “*Será que minha vida inteira vai ser esse sofrimento inteiro?*”, após refletir sobre o primeiro relacionamento.

A gestação de Clara aos 13 anos levanta alguns pontos sobre a sua trajetória, não interligados por ela, mas fruto de minhas reflexões após a leitura de transcrições e diários de campo. Após engravidar do ex-marido e passar a viver junto dele, a família de Clara passa a ignorá-la, mesmo tendo conhecimento de que ela sofria violência psicológica e física. Comenta, em determinado ponto, que só depois de alguns anos a mãe a aceitou de volta em casa. Essa vivência do antigo relacionamento, quando somado ao fato de que Clara tem mais dezesseis irmãos e que, como já apontamos, vem de uma família rural pobre, cuja sobrevivência de seus membros dependia de muitas renúncias e dificuldades, levantou algumas questões: qual a real natureza do relacionamento entre Clara e o ex-companheiro? Teria o relacionamento sido, sem seu conhecimento, uma transação econômica entre a família e o ex-marido, um homem mais velho e empregado em uma boa empresa?

Apesar de não podermos fazer afirmações contundentes, o caso de Clara não seria algo nunca visto. Tão cedo no ano de 2026 observamos o desenrolar de uma história semelhante: em Minas Gerais, o Tribunal de Justiça (TJMG) da região decidiu absolver um homem de 35 anos do crime de estupro de vulnerável de uma menina de 12 anos, por compreender que o relacionamento era pautado no vínculo afetivo e que a família da adolescente havia consentido (Machado & Mallman, 2026). Uma nota publicada pelo Ministério da Cidadania e Direitos Humanos e Ministério das Mulheres repudia a decisão tomada pelo TJMG e destacam a necessidade de não tratar com leniência o caso, visto que, em 2022, segundo a nota, mais de 34 mil crianças de 10 a 14 anos viviam em uniões conjugais no país, majoritariamente meninas negras, concentradas em regiões historicamente mais vulnerabilizadas (Gandra, 2026). Em uma sociedade que se sustenta no desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, não é de se admirar que as instituições públicas ocupem um lugar prioritário na perpetuação da violência e desigualdade, considerando que são formadas, majoritariamente, por homens que foram formados neste exato contexto.

Semelhante à Clara, Rosa Branca também foi mãe ainda menina. A primeira gestação foi aos 16 anos, de um colega de trabalho. Na época, Rosa trabalhava em uma fábrica de tecelagem e permaneceu no trabalho durante toda a gestação. A segunda filha também foi fruto de uma relação com outro colega, aos 18 anos. Em ambas gestações e na criação dos filhos, o genitor não foi presente. Rosa sequer acredita que sabem da existência dos filhos, uma realidade comum no Brasil: de acordo com a Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen), em dados de livre acesso publicados no Portal da Transparência do Registro Civil, entre 2016 e 2025, mais de 1 milhão e 600 crianças não tiveram o nome do pai na Certidão de Nascimento. Para os homens, vista a posição que ocupam na divisão do trabalho na sociedade, o reconhecimento e cuidado com os filhos é arbitrário; para as mulheres, é destino, vocação e obrigação (Hirata, 2016).

Josefa e Vitória mal haviam chegado à adultez quando tiveram as primeiras gestações, ambas com 18 anos de idade. Começos semelhantes, mas consequências diferentes. Vitória viveu com o pai do primeiro filho, mas sob constante terror: o ex-companheiro a mantinha acorrentada e os dias eram marcados pelo medo de morrer. Proibida de trabalhar, Vitória era inteiramente dependente do marido. A transformação da mulher em dona de casa e dependente financeira do marido é um dos dispositivos de dominação masculina, na figura do provedor financeiro (Carloto & Gomes, 2011). A divisão dos papéis entre homens e mulheres naturaliza e legitima que a esposa seja obediente e subserviente, e o marido possa utilizar-se da violência para organizar o lar, afinal, ele é o único responsável pela sobrevivência do núcleo familiar (Cheron & Severo, 2010).

Já para Josefa, a trajetória se dá de maneira igual a de tantas outras mulheres: criou o filho sem a presença do pai, e não faz menção a ele no decorrer da entrevista. No mesmo período em que o filho nasceu, precisou assumir as despesas de casa, pois uma doença deixou o pai paraplégico e impossibilitado de trabalhar. Como a mãe realizava o trabalho doméstico e do cuidado e não exercia atividades remuneradas, Josefa deixava o filho aos cuidados da avó e saía para trabalhar em um lixão. Como Vitória, o trabalho com resíduos e com a reciclagem foi o primeiro que conheceu e realiza até hoje. Por ser uma atividade de fácil inserção, ao não exigir qualificação formal e poder ser iniciado por conta própria, é o destino de milhões de trabalhadores que, barrados do mercado de trabalho formal, encontram na catação um caminho para sobrevivência (Braga, Lima & Maciel, 2015).

As histórias de cada trabalhadora reforçam o que Hirata e Kergoat (2007) já haviam alertado: dentre as mudanças que passamos enquanto sociedade, atravessando diversos momentos da história, construindo a história, em termos da relação social entre os sexos “tudo muda, mas nada muda” (p. 597). Homens se eximindo da responsabilidade de criar, de cuidar e de estar presente, pois o papel que lhes foi designado é outro; o dinheiro compensa a ausência e o trabalho remunerado é mais virtuoso do que o trabalho doméstico e do cuidado realizado pelas mulheres. O dinheiro também pode comprar a submissão de uma mulher que, isolada da família e sem recursos próprios, não dispõe de outras alternativas que não sejam abaixar a cabeça e rezar pela própria vida, como faziam Vitória e Clara.

Isso se reflete nos dados relacionados à violência de gênero no Brasil, pois, em 2025, 3,7 milhões de mulheres foram vítimas de violência doméstica e, no período do acontecimento, em 70% dos casos o agressor era o companheiro e em 12% dos casos as mulheres ainda moram com o agressor (Observatório da Violência Contra a Mulher, 2025). Coincidentemente ou não, em termos de situação de trabalho, a maior porcentagem de mulheres que ainda moram com o perpetrador são as que estão fora do mercado de trabalho. Proibidas de trabalhar, Vitória e Clara permaneceram durante anos reféns dos ex-companheiros.

Por outro lado, mães perpetuam a história de suas avós, filhas perpetuam a história de suas mães. Nenhuma mulher propositalmente prejudicando a geração seguinte, mas repassando o que foi aprendido (Nogueira, 2024). Quando Maria assume o cuidado com os irmãos e Rosa Branca sente o peso do trabalho doméstico no corpo de criança, estamos diante de mulheres cujas trajetórias foram escritas antes mesmo de seu nascimento. Longe de condenarmos suas mães pela infância que Maria e Rosa viveram, refletimos sobre a vida que essas mulheres aprenderam que deveria ser vivida e que, por não poderem sonhar com um futuro diferente, a contragosto transmitiram para suas filhas. A transmissão geracional dos papéis e atribuições se perpetua da mesma forma que as relações sociais de sexo, pois, arraigada ao modo de funcionamento da sociedade, dita quem pode e quem deve realizar determinadas atividades (Kergoat, 2003). São relações hierárquicas e desiguais muito mais antigas que avós e mães, e continuam a ser determinantes na trajetória de filhas e netas.

O trabalho infantil e baixa escolaridade, comum à quase todas as trabalhadoras entrevistadas, também são uma relação de causa e consequência que as distancia de uma vida diferente. Ao abandonarem a escola devido à necessidade de contribuir com a renda da família,

essas meninas também assumem para si uma dificuldade maior de inserção no mercado de trabalho formal na vida adulta (Araújo & Lombardi, 2013). Ao mesmo tempo que compreendemos, embora não sem críticas, a necessidade de ter todos os membros de uma família trabalhando na agricultura familiar para garantir a sobrevivência, a mesma leniência não deve se aplicar à outras atividades, como Maria inserida nas usinas e Mulher Guerreira trabalhando em casas de família. A contratação de crianças e adolescentes, esses em modalidades não correspondentes àquelas permitidas legalmente, é uma forma de reduzir custos e sob o pretexto de que existem atividades melhor realizadas por crianças, devido à destreza e compatibilidade física para determinadas atividades (Kassouf, 2001).

Um outro ponto de crítica é traçado a partir da raça. As trabalhadoras entrevistadas são, em quase totalidade, mulheres pretas e pardas. Além de Mulher Guerreira, Rosa Branca, Clara e Maria também realizaram trabalho doméstico remunerado no decorrer da trajetória laboral, e Josefa trabalhou como auxiliar de serviços gerais durante um determinado período, cujas atividades são compatíveis com as tarefas domésticas. O único trabalho que já ofereceram à Nena foi como trabalhadora doméstica e nada mais. Para Mulher Guerreira, foi seu primeiro trabalho remunerado. O que isso nos diz sobre o lugar que resta para essas mulheres no mundo do trabalho? Cujas trajetórias as levam de volta para o passado colonial do Brasil, já que o trabalho doméstico pode ser interpretado como a evolução daquele realizado por servas na casa dos senhores e sinhás (Nogueira, 2024). Ao colocarmos em perspectiva o fato de que 69% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras (DIEESE, 2025b), entendemos que ao dizer “tudo muda, mas nada muda”, Hirata & Kergoat, 2007 se referiam à muitas dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro.

6.2 Mulheres e trabalhadoras: barreiras, obstáculos e desafios para a mulher trabalhadora

A entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho não se dá sem disputas e conflitos. Seja a disputa contra os papéis de gênero que ditam os lugares que podem ocupar ou os conflitos com empregadores e colegas, o trabalho é local, além de tudo, de lutas. Iniciam com a necessidade de reivindicar o direito de trabalharem, atravessam o trabalho em condições insalubres e enfrentam o desemprego, em um ciclo que, para algumas delas, se repete. Precisam reconquistar a própria independência, mesmo que tenham nascido livres. Presas à correntes simbólicas e físicas, lutam por elas e pela família.

Os obstáculos enfrentados por essas mulheres são o retrato da consubstancialidade, conceito proposto por Kergoat (2003), cuja origem era majoritariamente focada na relação indissociável entre gênero e classe, sendo a raça um conceito que se adentra posteriormente. Ao propôr que não há separação entre opressão e exploração, quer dizer que tanto na esfera doméstica, quanto no trabalho remunerado na esfera pública, existem relações de poder que se pautam na subordinação da mulher e na glorificação do homem. Tais conflitos, ainda, não se limitam à dualidade entre homens e mulheres, visto que, apesar também ocuparem um lugar subordinado em virtude das hierarquização das diferenças biológicas, mulheres podem oprimir e explorar outras mulheres, em uma relação de poder que também não pode ser ignorada. Quando Goldkorn (1979) aborda a separação da História entre exploradores e explorados, escravos e senhores, onde a mulher seria, então, explorada pelo explorado e escrava do escravo, não descartamos a possibilidade de mulheres serem também exploradas pelas exploradas, em um constante desequilíbrio de poder que é explicado pela raça e classe.

Como já visto, os desafios de Maria se iniciam ainda na infância, no trabalho rural. Trabalhou na plantação de cana durante toda a gestação do primeiro filho, aos 19 anos. A partir de 2019, após a revogação de algumas mudanças propostas pela Reforma Trabalhista de 2017, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (Brasil, 1943), mulheres gestantes voltaram a ter o direito de serem afastadas de atividades insalubres em qualquer grau durante todo o período da gestação, sem perda salarial. Entretanto, conseguimos pensar em pelo menos dois desafios para Maria: o trabalho realizado, como todos os outros que exerceu durante a vida, não era um trabalho formal, ou seja, sem proteção e direitos trabalhistas garantidos. Por outro lado, é de se imaginar que em uma cadeia de trabalho na qual a contratação de crianças era aceita, também não haveria ressalvas para que uma mulher grávida permanecesse exposta ao sol e agentes químicos. Para Maria, o não-trabalho não era uma opção, então sempre se manteve na atividade, mesmo sob riscos.

Na história, as mulheres frequentemente ocuparam postos de trabalho mais precários e pior remunerados, que exigem menor qualificação, são pouco valorizados socialmente e cuja proteção é mais frágil (Hirata, 2016). Maria, então, antes mesmo de tornar-se mulher, ainda menina entende e sente na pele as dificuldades de ser uma mulher trabalhadora. Essa vivência é reforçada pelo trabalho nas casas de família, como muitas delas denominam. Tendo em vista que o trabalho doméstico remunerado viu sua conquista mais significativa desde sua origem somente

em 2013, com a PEC das Domésticas (Brasil, 2015), não nos admira ouvir Maria lembrar que, durante o período como trabalhadora doméstica, só voltava para casa a cada 15 dias e que uma de suas patroas era uma mulher muito ruim. Essa perspectiva é compartilhada também por Rosa Branca, pois não considerava o trabalho doméstico um bom trabalho, por precisar se sujeitar aos desejos dos donos da casa, sem direito nem sequer ao valor do transporte até a capital, onde os patrões moravam, saindo do interior onde reside até hoje.

Maria e Rosa não explicitam o que exatamente ocorria nas casas onde trabalharam, mas a literatura nos dá algumas pistas sobre o que podem ter vivido. Nos alongamos neste tópico por duas razões: como visto anteriormente, quatro das nove trabalhadoras entrevistadas já exerceram trabalho doméstico remunerado e não é infundado pensarmos que, caso um dia venham a sair da cooperativa ou larguem a reciclagem, esse é o caminho que mais capta mulheres trabalhadoras, principalmente negras e de baixa renda. Então, o retorno das catadoras para esse trabalho não é uma realidade distante, que, por vezes, submete as trabalhadoras à situações degradantes e humilhantes. Jornadas de trabalho intermináveis, impossibilidade de retornar para casa, tentativas de burlar o registro na Carteira de Trabalho são alguns obstáculos legais enfrentados pelas trabalhadoras (Abreu, 2021).

Ao ocuparem o espaço privado da vida de outras pessoas, estão vulneráveis ao preconceito, acusações e maus tratos, menos prováveis de atingi-las caso estivessem exercendo funções no espaço público. As trabalhadoras domésticas da pesquisa de Ferreira et. al (2018) lembram momentos em que precisaram trabalhar sentindo dores, provocadas pelo excesso de trabalho ou decorrentes de acidentes ocorridos no local de trabalho, tiveram as bolsas revistadas ao final do expediente para garantir que não estavam furtando pertences dos patrões e proibidas de sentarem à mesa para comer junto aos demais membros da família, autorizadas a consumir apenas os restos. A rejeição de Nena ao trabalho doméstico remunerado que lhe foi oferecido, cuja Carteira de Trabalho seria supostamente assinada, então, passa a fazer sentido. Abrem mão dos próprios direitos para garantirem a dignidade de outras formas.

Por outro lado, antes de enfrentarem as dificuldades do mundo do trabalho, Vitória e Clara tiveram que cruzar o caminho árduo para chegar até ele. Como visto anteriormente, as duas mulheres eram proibidas de trabalhar pelos antigos companheiros. Para Vitória, foram seis relacionamentos nos quais o abuso era constante e a proibição permanecia. O motivo, apesar de nunca existir razão aceitável para tal, era o mesmo: ciúmes. No início do relacionamento, Clara

ainda pôde trabalhar após o nascimento do filho, mas após o ex-companheiro perceber que ela estava conseguindo guardar certa quantia de dinheiro e comprar o que precisava sem depender dele, começou a prendê-la em casa e as agressões iniciaram, chegando à uma tentativa de feminicídio após o término. Ele acreditava, ainda, que ela iria iniciar um envolvimento com outro homem ao sair para trabalhar e o segundo companheiro, Luís, não julgava existirem razões para que ela precisasse sair ou trabalhar. Para ela, Luís queria que Clara assumisse a posição de escrava, realizando apenas o trabalho doméstico, enquanto ele podia viver momentos de lazer e nem sequer considerando que a responsabilidade com o lar deveria ser compartilhada (Sousa & Guedes, 2016).

Nessa dinâmica, ambas mulheres deixam de ser sujeitos independentes e passam a ser, como Clara se denomina na segunda relação, escravas. Objetos pertencentes à homens que, pelo enraizamento do valor da diferença biológica entre os sexos, são legitimados em suas atitudes, pois, um bom homem provê, protege e, aparentemente, violenta uma mulher que não aceite ser subordinada (Mies, 2016). Na tentativa de manter o status social atribuído à figura masculina, que deve ser alguém viril, corajoso, que mantém sua autoridade e liderança dentro do lar (Duarte & Spinelli, 2019), a mulher que fere a honra de um homem, aqui enquanto marido e provedor, ainda hoje é sustentada no discurso como passível de violência. A título de curiosidade, somente em 2021 a tese da legítima defesa da honra em feminicídios foi estabelecida como inconstitucional, por violar os princípios constitucionais da dignidade humana, proteção à vida e igualdade de gênero (Andrade & Jurubeba, 2025).

As relações de dominação e posse, como vivida por Clara e Vitória, entre homens e mulheres podem também se manifestar pela violência patrimonial, experienciadas por Maria e Nena. O marido de Maria controlava todo o dinheiro que ela recebia no trabalho, que realizavam juntos, deixando-a totalmente sem recursos e com uma dívida em seu nome após o fim do relacionamento. Já Nena, em um dia típico, saiu para trabalhar e, ao voltar, descobriu que o marido havia vendido a casa onde viviam, que estava em seu nome, e foi ameaçada por ele caso ousasse desfazer o acordo. Apesar de não trazerem em seus discursos de forma explícita, podemos observar nas entrelinhas a forma como a divisão sexual do trabalho opera: estavam ocupando lugares que não eram seus, então a força de trabalho de Maria não deveria ser valorizada monetariamente, era um trabalho menos importante, mesmo que ela e o marido o realizassem juntos; e Nena, a mulher, a dona de casa, cujo esforço na manutenção da vida tinha

um caráter complementar (Carloto & Gomes, 2011), não deveria ter bens que o seu marido, o provedor, cujo trabalho era importante e pagava as contas, não havia conquistado. O trabalho de Maria e Nena era um apêndice, dispensável, sem valor, então não deveriam usufruir de seus esforços enquanto mulheres e nem trabalhadoras.

A dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho é comum à todas as trabalhadoras, um reflexo do que ocorre hoje no país como um todo. No ano de 2025 (IBGE, 2025a), a taxa de desemprego foi a menor desde 2012, com 5,6% da população que compõe a força de trabalho estando desocupada; dentre esses, 6,9% são mulheres. A taxa de desocupação para pessoas com ensino médio incompleto chega a 9,8%, como as trabalhadoras entrevistadas. Entretanto, aqui fazemos um esclarecimento importante: as pessoas que atuam na economia informal são contabilizadas na população ocupada se estivessem realizando alguma atividade na semana de referência da pesquisa, logo, as trabalhadoras entrevistadas são desempregadas, pois não estão em uma relação de emprego, mas não desocupadas, já que estão desempenhando uma atividade de trabalho.

Porém, mesmo nos períodos da vida em que realizaram bicos, como Mulher Guerreira realizando faxinas após a mudança para a Paraíba e não ter conseguido emprego, Bia trabalhando esporadicamente em construções e Clara vendendo produtos alimentícios na porta de casa, ainda assim as trabalhadoras se autodenominavam desempregadas, no sentido da desocupação, dado a fragilidade e efemeridade dos vínculos e duração das atividades. Josefa, apesar de não se denominar desocupada no momento, compreende as limitações da catação: apesar de ser categorizada como ocupada pelo trabalho na catação, não é suficiente para mudar suas condições de vida, por isso, junto com uma colega, já deixou currículos em diversos lugares na região em que mora, mas sem sucesso. Os indicadores de emprego e desemprego por si só não nos dizem muito sobre como se dá essa inserção no trabalho, nem o grau de vulnerabilidade na atividade e fora dela.

É necessário cuidado na interpretação dos indicadores citados, pois as palavras ocupação, desocupação, emprego e desemprego se confundem, mascarando quais as reais atividades que estão sendo desempenhadas, onde os trabalhadores estão atuando e quais as condições do trabalho. Todas as trabalhadoras têm trajetórias longas de ocupação, mas não de emprego. Uma maior quantidade da população ocupada não automaticamente se traduz em uma inserção digna; o número por si só não nos comunica tudo (Kon, 2012). Tanto é que, mesmo atingindo o menor

índice de desemprego desde 2012, o número de trabalhadores sem carteira assinada aumentou 28,8% desde 2014 e o número de trabalhadores por conta própria 30,4% desde 2012 (IBGE, 2025a). Em um cenário mundial marcado pelo neoliberalismo e afrouxamento da legislação trabalhista, indicadores numéricos sem interpretação qualitativa escondem a realidade.

Bia viveu durante muito tempo em uma dinâmica “entra e sai” do status de ocupada. Enquanto atuava na construção civil como ajudante de pedreiro, o trabalho era esporádico, pois as obras tinham durações pré-estabelecidas. Bia sempre soube que a renda tinha um prazo de validade e que a busca por outro trabalho iniciaria novamente em breve. Durante os mais de 10 anos nos quais trabalhou em obras, a carteira de trabalho só foi assinada durante 3 meses, sendo uma das únicas trabalhadoras que sequer pôde usufruir dela durante qualquer período da vida. Josefa também já foi uma profissional registrada, e por um tempo mais longo: foi contratada para o cargo de auxiliar de serviços gerais durante seis anos, em uma escola próxima ao local onde morava. Com o tempo, o trabalho tornou-se muito pesado e Josefa pediu demissão.

A demissão de Josefa também foi motivada por algo que podemos captar nas entrelinhas. Na época, trabalhavam Josefa, uma colega e mais dois colegas, entretanto, apenas ela e a colega cumpriam com suas atribuições, sem a ajuda dos dois rapazes. Tendo em vista que o trabalho envolvia a limpeza das dependências do colégio, não podemos deixar de pensar: poderia a divisão sexual do trabalho ter entrado em cena para tornar o trabalho de Josefa mais penoso? Afinal, como a limpeza, o zelo e a organização são características associadas majoritariamente às mulheres (Krein & Castro, 2015), então entre auxiliares homens e mulheres, a escolha pareceria óbvia.

A falta de alimentação para os trabalhadores durante o turno de trabalho também era cotidiana, pois a comida servida no refeitório não era suficiente para todos. Soma-se à isso o fato de que, após dois anos na escola, os auxiliares não mais eram contratados pela prefeitura, mas sim terceirizados. Assim, para Josefa não havia a quem recorrer, pois em um cenário no qual a responsabilidade de quais eventualidades no trabalho deve ser compartilhada entre a empresa que terceiriza o trabalho e quem usufrui dele, acontece o movimento de responsabilização do trabalhador por acontecimentos que deveriam ser fiscalizados (Silva, 2015). Com a Reforma Trabalhista de 2017, observamos, com o passar do tempo, um desmantelamento ainda maior da proteção trabalhista, a partir da liberalização irrestrita da terceirização e da legalização do abandono do trabalhador. Como dito por Krein (2018), a reforma dá aos empregadores a

possibilidade de explorar o trabalhador sem a necessidade de aproveitar as brechas da legislação trabalhista, pois a nova lei operou meios de legitimar a exploração.

A exploração do trabalho também vitimou Clara, quando pôde voltar para o mercado após o término com o primeiro marido. Anterior ao ingresso na reciclagem, trabalhava no ramo alimentício, atuando como assistente de cozinha e cozinheira em diferentes restaurantes, mas sempre na informalidade. No último estabelecimento antes da cooperativa, ela cumpria uma jornada de trabalho de 14 horas, em um local cujo fluxo de clientes era grande. Clara e as colegas realizavam todas as funções inimagináveis, desde descarregar caminhões até manejar o caixa. Com medo do desemprego, permaneceu no local, sem reclamar. Essa é a realidade do mercado de trabalho atual: competitivo, mal remunerado e desumano. Tira proveito da vulnerabilidade dos trabalhadores e pode se dar ao luxo de fazer ameaças, pois, de fato, há um grande exército de mão de obra reserva, não tanto dispostos quanto necessitados, de qualquer remuneração relativamente estável (Costa, 2010). Para Clara, a experiência foi tão difícil que não planeja retornar para o trabalho que fazia, mesmo que tenha investido tempo e recursos para se aperfeiçoar enquanto cozinheira. Por mais que seja um trabalho que gosta por saber que é habilidosa na atividade e pelo prazer que sentia em aprender mais, as condições de trabalho a distanciam de algo que em algum momento fez sentido para ela.

6.3 Casa e fábrica, exploração e opressão: a acumulação do trabalho doméstico e do cuidado

Retomando o que Kergoat quer dizer ao abordar a consubstancialidade, reforçamos sua máxima: “não é só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado” (Hirata & Kergoat, 1994, p. 96). Dessa forma, não é apenas nos assuntos referentes ao trabalho remunerado que as mulheres se encontram em desvantagem. A naturalização, por parte da sociedade como um todo e, principalmente, das mulheres que internalizaram esse discurso com o passar do tempo, das atividades domésticas e do cuidado como atribuição exclusivamente feminina é a principal forma de opressão e exploração das mulheres trabalhadoras. Ao falar em trabalhadoras, temos em mente todas as mulheres: as empregadas, as ocupadas e as donas de casa.

No roteiro preparado para a realização das entrevistas, as perguntas se dividiram em eixos. Mesmo sabendo que as histórias seriam contadas de forma fluída, ainda assim havia uma lógica na organização das questões, e um dos eixos dizia respeito às atividades domésticas e do

cuidado, situada na segunda metade do roteiro. Entretanto, não foi surpresa perceber que esses aspectos apareciam desde o início dos relatos; ao nascerem meninas e mulheres com genitálias específicas, o trabalho de manutenção e reprodução da vida nascia junto com elas. Martin-Baró (1989) afirma que “para uma grande parte das mulheres latino-americanas, sua natureza se converte em destino” (p. 613). A boa surpresa foi que, diferentemente do que costumávamos ver na literatura, a maioria das trabalhadoras não tende a diminuir essa forma de trabalho, tanto em intensidade, como em importância. O chamam pelo que é: trabalho. Maria, no momento em que enuncia que começou a trabalhar “no pesado” antes dos 10 anos, a primeira atividade que cita é o cuidado com os irmãos mais novos.

Maria conta que trabalhava mais do que o marido, em intensidade, apesar de cumprirem as mesmas horas. Quando saíam para catar recicláveis utilizando uma moto com uma caçamba acoplada, Maria era quem descia e subia do veículo para juntar e depositar os materiais na caçamba, enquanto ele esperava para seguirem adiante. Mesmo com esse desgaste maior, Maria realizava as tarefas de casa sozinha nos horários em que não estava no trabalho remunerado. Algo curioso é que, mesmo que entenda o trabalho doméstico como trabalho, sendo isso um ponto de grande importância, a divisão sexual do trabalho permanece viva em seu discurso, mesmo que intencionalmente. Isso se dá porque, ao perguntarmos se os filhos, dois homens e uma mulher, e o ex-marido a ajudavam em algum momento, Maria repreende apenas a filha pela falta de ajuda. Paradoxalmente, se queixa pela falta de ajuda, ao mesmo tempo que atribui, de certa forma, essa responsabilidade apenas à filha mulher. É como Nogueira (2024) aborda a hierarquia da família patriarcal, composta pelo “pai provedor, mãe cuidadora, filho homem futuro provedor e filha mulher futura cuidadora” (p. 2).

Clara pôde ver acontecendo dentro de casa o que Hirata e Kergoat (2007) estavam propondo ao dizer que a base material das relações sociais de sexo é a divisão sexual do trabalho, ou seja, como a diferenciação entre os sexos sociais é o que mantém a divisão das funções e papéis; e que essas relações são aprendidas historicamente. Mies (2016) é precisa ao dizer que a desigualdade entre homens e mulheres não é um problema do passado, superado, mas algo que se renova diante dos nossos olhos. Para Clara, isso se dá da seguinte maneira: na primeira entrevista, ela fala do filho como seu maior alicerce, alguém que a ajudava nas tarefas de casa e cuidava da irmã mais nova para que ela pudesse trabalhar. Com o passar dos meses, Clara conta como o filho estava mudando, que estava sendo muito difícil contar com a ajuda do menino. Na

última vez que nos encontramos, a situação havia se revertido para o que tantas mulheres vivem: o filho havia dito que não iria mais ajudá-las nas tarefas de casa por ser homem e que não iria mais cuidar da irmã, apesar dos dois passarem a manhã inteira juntos em casa e estudarem no turno da tarde, o que fez com que Clara necessitasse mobilizar recursos financeiros para contratar alguém para cuidar da filha.

Clara diz não compreender o que aconteceu com o filho, outrora alguém tão doce, companheiro e colaborativo, e hoje em dia não a respeita e zomba de sua autoridade. Em uma das vezes que conversamos sobre isso, indaguei se isso poderia ter partido de algum comentário feito por algum colega de escola, visto que o discurso misógino, originado de movimentos de masculinidade tóxica como o *incel* e o *red pill*, tem cada vez mais alcançado garotos adolescentes, como o filho de Clara, hoje com 17 anos. O movimento original é o *red pill*, cuja premissa é libertar os homens que discurso feminista que têm contaminado as sociedades ocidentais, onde a mulher seria a figura opressora (Lima-Santos & Santos, 2022). Consequentemente, em resposta à essa mulher opressora, o movimento *incel* é composto por homens, adolescentes e adultos, que sentem a rejeição da figura feminina e adotam posturas misóginas e hostis. Apesar de não termos chegado à uma conclusão, é fato que tais movimentos e discursos são de fácil acesso, em fóruns de internet e redes sociais diversas.

A postura masculina frente à reprodução e manutenção do próprio lar também aparece de forma dura no discurso de Vitória, Mulher Guerreira e Bia. Em determinado ponto da vida, Vitória perdeu os dois filhos, vítimas de assassinato. Nesse período, mesmo diante de toda dor e desespero, relembra que continuou realizando as tarefas domésticas, diligentemente, sem nenhum apoio. Essa é a forma de trabalho que não permite pausas, que pressupõe a disponibilidade irrestrita da mulher para o lar, independente das circunstâncias (Sucupira, 2016). Já Mulher Guerreira e Bia abordam a questão a partir da displicência do cônjuge, pois lembram a necessidade de cuidar dos filhos quando eram bebês, ao mesmo tempo que equilibravam as atividades domésticas. O marido de Mulher Guerreira não era muito presente em casa e não compartilhava de muitos momentos em família, em virtude de problemas com álcool que persistem até os dias atuais. Para Bia, a sobrecarga era tripla, pois quando as filhas ainda eram pequenas, abriu um pequeno bar em casa para que pudesse continuar trabalhando. Nesse período, mesmo estando casada, destaca o desafio de criar as duas filhas completamente sozinha, pois o ex-companheiro em nada contribuía.

Sucupira (2016) discute sobre como a divisão das tarefas domésticas e familiares é tão legitimada que sequer entra em algum tipo de debate, pois, em uma pesquisa com mulheres trabalhadoras de baixa renda, os maridos das entrevistadas simplesmente decidiam não discutir sobre quem deveria realizar as atividades domésticas. Quando as trabalhadoras os confrontavam sobre a questão, eram silenciadas e ridicularizadas em suas queixas. Isso é reflexo também no espaço físico ocupado por cada grupo: ao serem destinados à esfera pública, o trabalho realizado pelos homens é colocado em evidência, são vistos trabalhando. Já para as mulheres, em seu “lugar de excelência”, o lar, também o veem sendo invadido pelo trabalho, como Bia experienciou ao abrir o bar em casa e como Clara ao vender marmitas produzidas na própria cozinha, mas ainda assim é diminuído em valor, pois ainda acontece dentro da esfera privada. Para os homens, o lar é indiscutivelmente lugar de descanso, pois é sustentado pelo trabalho doméstico não remunerado, enquanto para as mulheres, é a continuidade do trabalho (Carloto & Gomes, 2011).

Em uma trajetória que se distancia das discutidas até então, a forma como a divisão sexual do trabalho atravessa o trabalho de Meg foi percebida por ela no momento de nossa entrevista. Diferentemente das outras trabalhadoras, ela ocupava uma posição de liderança na cooperativa, sendo parte da diretoria. Enquanto contava sobre os problemas que tinha com os outros trabalhadores, a questioneei se todos eram de fato, trabalhadores homens ou se as questões eram mais generalizadas. Nesse momento, Meg parou, pensou e concluiu que sim, a hostilidade partia dos homens cooperados. Tentativas de tornar o seu trabalho mais difícil, não aceitar que Meg estava fundamentada nas regras que passava para os trabalhadores e julgarem que havia uma mulher tentando controlá-los. Meg pensa que os colegas podem se sentir ameaçados por uma mulher em uma posição superior, mesmo que não goste de interpretar o cargo como tal.

Dentro da catação de materiais recicláveis, esse é um ponto importante. Maioria nas cooperativas e maioria nas diretorias (Instituto Pragma, 2023), continuam sendo mulheres, uma minoria social. Guérin (2005) discute sobre como muitas iniciativas de organização coletiva são pensadas por mulheres e destinadas para mulheres, como ocorrido na cooperativa em questão, pois Nena foi a primeira pessoa com quem Irmão Zezo se comunicou para que a organização tivesse início, e ela foi a responsável por convencer os outros colegas. Apesar da participação das mulheres na economia solidária e no cooperativismo ser histórica, pois, por exemplo, registros do século XIX apontam a organização de mulheres em cooperativas de consumo de alimentos,

para baratear os custos com alimentação (Nobre, 2003), a presença feminina no trabalho de forma geral ainda é subestimada e desvalorizado, o que abre margem para vivências como a de Meg.

Há algo de paradoxal na posição de Meg na cooperativa, pois, por mais que cargos de liderança sejam frequentemente ocupados por homens, o lugar de Meg é sustentado por características que são normalmente atribuídas às mulheres, como o cuidado com os colegas, a atenção aos detalhes e capacidade de conciliação. No estudo de Martins et al. (2016), isso também é evidenciado: as diretoras de cooperativa no Distrito Federal contam como são tidas como mães pelos trabalhadores da cooperativa, pois se importam com o bem estar dos cooperados e cooperadas e suas famílias, não somente com a produtividade. Curiosamente, as trabalhadoras entrevistadas pelos autores citados trazem com exatidão uma queixa compartilhada por Meg: que dentro da cooperativa, ela é vista como “chata” por insistir que as atividades e procedimentos sejam realizados do jeito correto, da mesma forma que as diretoras do Distrito Federal dizem que “ser mãe é entendido como ‘ser chata’” (Martins et al., 2016, p. 94).

Ser uma mulher em posição de liderança, por si só, traz desafios para as trabalhadoras, já que estariam perturbando a ordem imposta pela divisão sexual do trabalho, pois é das mulheres a maternidade e o lar, como é dos homens o prestígio e a vida pública (Sousa & Guedes, 2016); não pedimos por essa divisão, mas esperamos que a sigamos indiscriminadamente. No contexto dos empreendimentos autogestionários, outras questões entram em cena, como Meg aponta: como todos são responsáveis pelo trabalho e estão em posição de igualdade, seguir as regras se torna um obstáculo ainda maior, pois todos são muito certos de sua autonomia. De fato, o cooperativismo tem como um de seus principais princípios a democracia nas decisões, como consta no site da própria Organização das Cooperativas do Brasil (OCB). Entretanto, a OCB também indica tanto a criação de um Conselho Fiscal, como de uma Diretoria, para que garantir o funcionamento dos empreendimentos; de toda forma, há uma ordem.

A cooperativa estudada nesta pesquisa também reporta à OCB, então tem deveres a cumprir e relatórios para repassar à Organização, e essa é a questão alvo de tantos desentendimentos de Meg com os colegas, pois acreditam que ela está apenas querendo dificultar o trabalho dos cooperados. Entretanto, a questão não é tanto receber ordens, quanto é recebê-las de uma mulher, pois Meg relembra situações em que o mesmo que estava sendo dito por ela, era posteriormente passado por um colega homem e aceito sem discussões. Apesar de se tratar de um

universo diferente, o das organizações públicas e privadas, as líderes e gerentes entrevistadas por Hryniewicz e Vianna (2018) compartilham as experiências de Meg: são constantemente questionadas e testadas pelos colegas homens, e sentem-se sempre fiscalizadas, como se alguém estivesse esperando o momento que irão cometer algum erro que prove que estão ocupando um lugar que, na realidade, nunca deveria ter pertencido à uma mulher. No trabalho formal ou informal, em empresas ou cooperativas, a capacidade da mulher para o trabalho sempre é questionada.

6.4 Todos os caminhos levam à reciclagem: a descoberta da catação e a entrada na cooperação

Ao longo desta discussão, até então, pudemos observar a fragmentação das trajetórias de mulheres trabalhadoras que não tiveram oportunidade de escolher o que gostariam de fazer. Sentindo o peso da responsabilidade pela família sobre ombros estreitos, trabalharam nas atividades que haviam disponíveis em suas realidades. A depender das determinações sociais com as quais se encontram (Silva & Lima, 2024), existem barreiras ou acessos para que essas trabalhadoras pudessem alcançar os seus objetivos, que se articulam entre sobrevivência e independência. Algumas dessas determinações são, por exemplo, o gênero, raça, classe, escolaridade e regionalidade; para algumas mulheres, essas determinações as envolvem por todos os lados.

Não usamos esse termo para fins de limitar permanentemente as possibilidades das trabalhadoras, mas para frisar que, para alguns grupos, a conquista de uma vida digna e trabalho decente é sim atravessada por relações consubstanciais que não dizem respeito à vontade própria. Contrário ao ideal capitalista, que deseja transformar o trabalhador no único culpado por quais êxitos e fracassos de sua trajetória (Guimarães Júnior e Ferreira, 2020) O trabalho, e o acesso à ele, é marcado pelas “[...] relações de poder presentes na divisão social do trabalho, [...] bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo” (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017, p. 13).

A maioria das trabalhadoras entrevistadas nunca sequer soube o que são direitos trabalhistas e que, de fato, eram direitos seus. Maria, quando começou a trabalhar, mal sabia o que era uma carteira assinada. Era algo desconhecido, não pertencente à pessoas como ela. Sonha com uma aposentadoria que seria possível caso sua vida tivesse se sucedido de outra

forma; acredita que se tivesse na carteira todos os anos que já trabalhou, há muito estaria usufruindo do descanso de quem já tanto batalhou. Mulher Guerreira carrega no bolso a lembrança do que nunca conquistou, pois possui o documento, mas sem nenhum registro. Josefa e Bia tiveram uma amostra do que poderia ter sido, na forma dos registros solitários do trabalho na escola e no trabalho na construção civil. Pequenos astros dentro de uma galáxia de trinta anos de trabalho.

Um ponto curioso sobre a informalidade é que, durante muito tempo, a definição dada à esse fenômeno aqui usando como referência a proposta pela Organização Internacional do Trabalho (1972), era característica dos países onde era predominante, pois eram atividades que dispunham de pouca tecnologia e eram mais tradicionais. A informalidade era uma maneira de “fazer as coisas”, de produzir, por isso era representado pelos pequenos empreendimentos familiares, com baixa produtividade e dependente de recursos locais, também caracterizado pelos baixos rendimentos. Por certo, a informalidade também é composta por essa forma de trabalho. Entretanto, como aqui adotamos a concepção de trabalho informal como aquele sem proteção e regulação do Estado (Sato, 2011), expandimos a miríade de atividades que são informais.

Isso fica evidente na trajetória de Bia e Clara. Durante três anos, Bia trabalhou em uma fábrica de salgados no Rio de Janeiro. Uma fábrica não é um empreendimento familiar e, normalmente, não tem baixa produtividade. Mesmo em uma cidade muito maior e mais desenvolvida do que a sua de origem e, via de regra, dispondo de maior tecnologia e maior ritmo de trabalho, a permanência de Bia ainda foi coberta pela informalidade. A modernidade da cidade não foi acompanhada pela expansão da formalidade, contrário aos discursos que entendiam, ou clamavam, que a informalidade desapareceria com o desenvolvimento econômico, como a hipótese do Programa Regional del Empleo para América Latina y el Caribe (Barbosa, 2011). Clara, por sua vez, transitava entre cozinhas de restaurantes cuja movimentação era constante, com um fluxo de caixa contínuo, ou seja, eram empreendimentos com lucro alto, mas a partir do uso de mão de obra barata, visto que a diária não passava dos R\$50,00, e vulnerável, pois nos diversos estabelecimentos pelos quais passou, nunca houve registro na carteira.

Percebemos, então, que para essas trabalhadoras, a questão não é informalidade *vs.* formalidade, mas sim sob quais condições estarão na informalidade, pois ela já é um destino conhecido. Por mais que procurem outras oportunidades, como Josefa tentou ao entregar currículos em sua região, entendem a magnitude da dificuldade, pois já convivem com ela. Para

elas, o cotidiano é um constante inventar-se e reinventar-se (Spink, 1996). É o impulso de buscar novas formas de trabalho para garantir a sobrevivência e colocá-lo em prática; é a maneira de resistir em um modelo econômico fabricado especificamente para assegurar que ainda exista miséria a ser explorada. Por isso, o cotidiano, enquanto espaço em que a vida acontece, é um lugar, físico e teórico, importante para a Psicologia Social do Trabalho.

O agir do e no cotidiano é visto quando Bia abre um bar em casa diante da impossibilidade de trabalhar fora com duas filhas pequenas sob seus cuidados; quando Vitória assume a atividade a puxar trapos de tecido para vender e complementar a renda da catação de materiais recicláveis, que muitas vezes não é suficiente para a subsistência; quando Clara aproveita a mudança para um local movimentado e o período das festas de fim de ano para abrir encomendas de salgados e tortas; e quando Rosa Branca alterna entre a catação de recicláveis e a venda de verduras na feira, por já saber em quais dias irá ter mais sucesso em cada atividade. Sato (2013) é feliz ao entender que é somente no cotidiano onde conseguimos assimilar todas as formas de trabalho e geração de renda criadas pela classe trabalhadora. Mobilizam os poucos recursos que dispõem para se engajar nas atividades que sejam possíveis dentro do espaço e tempo que possuem.

Como, então, as trabalhadoras chegam na reciclagem? Dentro do grande universo de trabalhos criados, inventados e escolhidos na necessidade, qual seria o diferencial da catação? De forma geral, para as trabalhadoras, foi a facilidade de ingresso. Diferente de outras atividades informais, como o comércio ambulante, os empreendimentos autônomos e o trabalho doméstico não remunerado, a catação não exige recursos para comprar produtos e insumos, e nem contatos. Na pesquisa de Braga, Lima e Maciel (2015), Luiza, uma das entrevistadas, relembra como o trabalho com recicláveis iniciou de forma espontânea: quando saíam para dar “voltinhas” pelo bairro, os filhos de Luiza sempre voltavam com uma sacolinha contendo latas e garrafas descartáveis, que eram vendidas para locais que aceitavam os materiais. De certa forma, o trabalho inicia como uma brincadeira de criança e, posteriormente, passa a ser responsável pela sobrevivência familiar.

Nena se inseriu na catagem, como ela denomina, aos 29 anos; é o primeiro e único trabalho que conhece. Descobriu o trabalho ao observar uma colega catando e, na época, eram as únicas catadoras da região. Começou a catar para poder alimentar os filhos, pois o ex-marido gastava todo o dinheiro que recebia com bebidas alcóolicas, e foi também uma forma de não

depende financeiramente do ex-companheiro. Vitória tem uma trajetória semelhante, pois cansada das humilhações que sofria ao pedir dinheiro para os antigos parceiros para comprar itens básicos, tomou uma decisão no último relacionamento que teve: não iria mais ficar à mercê de homem algum e confrontou o último companheiro; caso não pudesse trabalhar, o relacionamento teria fim. Eventualmente, começaram a catar recicláveis juntos, e aprenderam observando os outros catadores da região. Para Nena e Vitória, a catagem/catação foi uma forma de garantirem a própria liberdade. Apesar de ser um trabalho árduo, sob sol e chuva, ainda foi o que as permitiu mudar de vida. Mesmo diante de dificuldades, não abrem mão da escolha que tomaram.

Nena e Vitória também são as únicas trabalhadoras que, antes da catagem, não realizaram nenhuma outra atividade remunerada, se dedicando às atividades domésticas não remuneradas, mesmo que a contragosto. Afirmam não ter nenhum interesse em realizar outra forma de trabalho, que estão satisfeitas na atividade que realizam atualmente, mesmo diante de dificuldades. Entretanto, não podemos deixar de levantar a seguinte questão: será que, caso quisessem, conseguiriam se inserir em outra atividade? Pois, relembando suas trajetórias, são mulheres pretas de pouca escolaridade, sem experiência no mercado de trabalho e sem qualificação formal. As catadoras de um lixão na comunidade de Vila Princesa, localizada na região Norte do país, cujos indicadores são semelhantes aos que encontramos na região Nordeste, destacam a dificuldade de conseguir um emprego com carteira assinada, e atribuem isso a não terem terminado os estudos (Andrade, Pereira & Andrade, 2024). Da mesma forma, trabalhadoras cooperadas na região Sul destacam a fragilidade de suas trajetórias, marcadas pelo abandono dos estudos e a necessidade de se ausentar do trabalho para prestar assistência a outros membros da família, como obstáculos para inserção no trabalho formal (Guadagnin, Souza & Assunção, 2024).

Por mais que tratemos com máximo respeito a decisão de catadoras como Nena e Vitória, ainda é necessário questionar de onde parte a preferência por essa forma de trabalho, realizado de forma tão vulnerável e cujos rendimentos, para algumas das trabalhadoras, não são proporcionais à quantidade de trabalho, uma realidade comum aos informais. Nena, mesmo que hoje afirme ser muito feliz na vida e no trabalho, em determinado momento da entrevista diz que, no início da catagem, *“nunca comprei um chinelo, minha filha [...] com o dinheiro do meu trabalho, não. E olhe que a gente trabalha, né?”*. Da mesma forma, Vitória conta como muitas vezes necessita

pedir dinheiro emprestado e comprar alguns produtos fiados, como um botijão de gás que estava para pagar no mês seguinte à nossa primeira conversa. Sem intenção de diminuir a capacidade crítica dessas mulheres, me questiono se a permanência parte do costume de transformar o pouco em algo que permite a sobrevivência, então qualquer soma seria suficiente, ou pela impossibilidade de desejar algo que desconhecem.

Entretanto, por outro lado, mas sem recursos para cravar certezas, penso que a permanência na catação, além da questão estrutural de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, parte do afeto. Não somente pela parte técnica da atividade, pois estar na rua é um aspecto que, como citam, traz felicidade, mas por ter sido o primeiro trabalho que as possibilitou conquistar a liberdade. Sob quaisquer condições de trabalho e de vida proveniente dele, não são capazes de abandonar o que as permitiu, pela primeira vez, sentir que estavam conseguindo avançar em direção à uma realidade diferente. Ainda difícil, ainda vulnerável, mas rumo à existência que, hoje, tem mais sentido. Realizaram a passagem da subserviência para a autonomia por meio da catação e, por isso, possuem uma dívida com a atividade.

Na realidade específica de Nena e Vitória, há um paralelo interessante entre a forma como abordam a catação e a internalização de certas formas de trabalho realizados pelas mulheres (Guimarães & Vieira, 2020): o trabalho é realizado por amor. O intercâmbio subjetivo entre trabalho e sentido parece ser predominante frente ao retorno financeiro que ele proporciona. A catação não se paga com dinheiro, mas sim com a transformação da vida. Ela não é realizada por ser a opção que assegura uma dignidade vitalícia, mas foi o que as tirou da situação degradante em que estavam. De certa forma, se assemelha ao que Federici (2021) propõe ao falar do trabalho doméstico e do cuidado: “Na verdade, nada tem sido tão eficaz na institucionalização de nosso trabalho quanto o fato de que não é o salário, e sim o “amor”, que sempre pagou por ele” (p. 41). A renda da catação, sozinha, não assegura a continuidade da vida, mas sim o sentido que ela carrega.

Maria, Mulher Guerreira e Josefa têm na catação a principal fonte de renda há muitos anos. Dentre as três, Maria é a mais jovem na atividade, tendo iniciado há 15 anos. Começou a catar recicláveis após conhecer a cooperativa e achar interessante o trabalho que faziam. Não sabia o que era reciclagem, mas em meio à necessidade de trabalho, começou a catar nas ruas com o ex-marido. No início, tinham apenas uma bolsa para guardar os materiais para vender. Sempre vendeu para a cooperativa, mas tornou-se cooperada há 4 anos, após o divórcio. A

entrada na cooperativa mudou a trajetória de trabalho de Maria, pois tem uma remuneração certa e trabalha em um local seguro, diferentemente do trabalho na rua. Após uma longa vida de fragmentação laboral, Maria encontra na cooperativa um lugar para repousar de suas preocupações. Com a remuneração garantida e, principalmente, podendo gerir o próprio dinheiro, pode traçar planos futuros, usufruir de momentos de lazer e aproveitar a independência que conquistou após 19 anos de um casamento conturbado. Ornellas, D'Ávila e Coutinho (2022) interpretam isso como a própria definição do trabalho, pois enquanto atividade criadora, faz da mulher trabalhadora alguém que pode se projetar no futuro, na medida que cria e modifica o presente.

Mulher Guerreira, natural de Alagoas, mudou-se para Paraíba há 25 anos, pois as oportunidades de trabalho no estado natal estavam escassas. Para muitos trabalhadores, o primeiro rompimento que experienciam é com o local de origem, pois por ser o trabalho o que estrutura o trabalhador no espaço e no tempo (Sato, 2013), sua ausência é desestruturante. Um bom espaço para se morar é um local que tenha trabalho e o tempo é medido pelo tempo de desemprego. Os primeiros cinco anos na Paraíba são medidos em termos de desemprego e bicos eventuais, e a trajetória de Guerreira se estrutura após começar a trabalhar na catação. É uma das fundadoras da cooperativa, juntamente com Nena, e fala do trabalho que realiza com muita paixão. Já alternou entre o trabalho nas ruas e o trabalho no galpão devido às necessidades de outros membros da família. Dentre acidentes e adoecimentos dos filhos e do marido, Guerreira não pôde trabalhar integralmente no galpão pela necessidade de conciliar diferentes papéis, enquanto mãe, esposa e trabalhadora. Mulher Guerreira enfrentou o dilema de tantas mulheres trabalhadoras: escolher entre mais trabalho e mais família (Sousa & Guedes, 2016). Considerando o valor e dedicação que Guerreira concede à todas as atividades que realiza, sejam elas de cuidado ou produtivas, imaginamos que a decisão para qualquer um dos lados da balança não seria fácil.

Josefa escolhe a catação como uma forma de garantir a sobrevivência da família, iniciando a vida laboral em um lixão conhecido na capital. Começou a carregar pesos simultâneos muito cedo na vida: aos 18 anos, idade em que teve o primeiro filho, precisou assumir as despesas da família como um todo, pois um acidente deixou o pai paraplégico. Tornou-se, repentinamente, chefe de sua família. Desde 2022, as mulheres passaram à frente dos homens na chefia dos lares no Brasil, chegando a 52% (IBGE, 2025a). 24 milhões de lares tem a

figura da mulher negra como principal responsável pela renda de todo o núcleo familiar, mesmo que, dentre toda a população ocupada, elas encontrem as piores condições de trabalho, visto que 39% estão na informalidade, 49% recebem até um salário e são maioria no trabalho doméstico remunerado.

Josefa, apesar das dificuldades que ainda vive, viu a vida mudar drasticamente após começar a vender os recicláveis para a cooperativa. Anteriormente, vendia para depósitos da região, mas sob valores muito inferiores ao que recebe hoje. A questão da venda para atravessadores é conhecida pelos catadores, como denunciam as catadoras entrevistadas por Sá e Oliveira (2019). Segundo elas, vender para ferro-velho e locais afins é um grande agravador das vulnerabilidades já existentes, pois o preço dos materiais não segue nenhum critério e, por vezes, o pagamento nem sequer é feito em dinheiro, mas sim em troca de um lugar para dormir, por exemplo. Nena também traz em seu discurso ter sido vítima de tais depósitos, pois, normalmente, manipulam as balanças para que o peso do material coletado na medição apareça menor do que de fato é, diminuindo o valor pago por eles. Na cooperativa, Josefa recebe um valor justo por seu esforço, além de ser um local para onde pode recorrer em tempos de necessidade.

As trabalhadoras cuja entrada na catação é mais recente são Rosa Branca, Bia e Clara, e o envolvimento com a cooperativa tem como ponto em comum a mediação de outras pessoas. É evidente no caminho das três trabalhadoras até a cooperativa o papel fundamental exercido pelos vínculos que têm. Rosa Branca conhece o trabalho por meio do companheiro, que hoje é cooperado; Bia inicia na catação por sugestão de um colega e entra para a cooperativa por intermédio de Maria; e Clara, através do relacionamento com Luís, conhece a cooperativa e pode se mostrar alguém confiável para realizar o trabalho na cooperativa por meio do vínculo construído com Cássia, pois a inserção no galpão não é fácil, como Rosa menciona para nós ao dizer que já tentou tornar-se cooperada, mas sem sucesso. Dessa forma, a dimensão coletiva do trabalho é especialmente importante em contextos de vulnerabilidade, como a dos trabalhadores informais que, carecendo da proteção do Estado, encontram em outros trabalhadores uma forma de se estruturar em meio à desocupação, remuneração incompatível com uma vida digna (Silva & Lima, 2024).

Na cadeia do trabalho informal, é comum que a inserção em determinadas atividades se dê na forma experienciada por nossas entrevistadas. Em contextos como o brasileiro, onde as políticas de trabalho e emprego não conseguem abranger toda a população desocupada, as redes

de solidariedade entre os trabalhadores conseguem suprir a insuficiência do Estado (Ribeiro, Silva & Figueiredo, 2016). O trabalho surge a partir de um amigo de um amigo que precisa de alguém para realizar alguma atividade específica ou da recomendação de um familiar para uma vaga que surge.

Por já terem transitado por outras formas de informalidade, as trabalhadoras conseguem, hoje, escolher entre o trabalho informal cooperado e outros trabalhos informais que realizaram. Apesar do registro na carteira permanecer inexistente, reconhecem as diferenças nas condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. Antunes (2000) aborda a indissociabilidade entre a vida laboral e a vida pessoal, pois os acontecimentos entre uma esfera e outra se emaranham; experienciar condições insalubres e degradantes no trabalho é incompatível com a satisfação em outras esferas da vida. O trabalho na cooperativa é, para muitas delas, a possibilidade de encontrar essa compatibilidade: realizam um trabalho que não adoce o corpo já calejado, cercadas de pessoas de quem gostam e são retribuídas e, principalmente, que lhes dá uma renda que torna possível não só a sobrevivência, mas a experiência de dias melhores.

A fragmentação da trajetória das trabalhadoras, então, se dá não por uma opção, mas sim pelo que a vida demanda delas em dado momento. Não escolheram viver trabalhos insalubres e adoecedores, mas necessitavam se sustentar com o que havia disponível. Às vezes trabalhadoras domésticas, às vezes trabalhadoras autônomas, às vezes cozinheiras, às vezes ajudantes de pedreiro, às vezes trabalhadoras rurais; às vezes operárias. Em que momento as trabalhadoras puderam se ver enquanto trabalhadoras inteiras? Hoje ocupam um espaço a partir do qual podem ser nomeadas sem dividir essa identidade com outros trabalhos e podem permanecer em atividades dotadas de sentido. Atribuem continuidade e sentido à existência por meio das experiências laborais (Soto, 2012).

O trabalho na cooperativa hoje, onde podem gozar de certa autonomia, maior estabilidade e remuneração digna garantida, é o momento de estabilizarem também a própria vida, onde um dia se conecta com ao dia seguinte, em um movimento importante para constituição da própria identidade enquanto sujeito e trabalhador (Coutinho, Krawuslki & Soares, 2007). Há continuidade do trabalho, sob melhores condições e sem a insegurança de não vender o suficiente no dia seguinte, de saber que em algum momento a obra irá acabar ou de não conseguir coletar materiais suficientes para garantir a renda da semana ou do mês.

Para Nena e Clara, o lugar que hoje ocupam no trabalho informal é inegociável. Clara é enfática ao dizer que hoje, trabalhando na cooperativa, não tem desejo algum por um trabalho com carteira assinada. A cooperativa permite que ela possa terminar o expediente meia hora mais cedo do que os demais para ir buscar a filha na escola e aproveitar os dias com ela, pois pode usufruir do final de semana inteiro em casa, diferentemente da escala 6x1 adotada por diversos empregos celetistas, além de maior flexibilidade para se ausentar caso os filhos precisem dela ou os problemas de coluna não permitam que ela se levante da cama. Mulher Guerreira também menciona a facilidade de se ausentar do trabalho quando o marido precisa ir para consultas médicas. A realidade de Clara é a de muitas mulheres que optam pelo trabalho informal pela possibilidade de conciliar as responsabilidades do cuidado com o trabalho remunerado, dentro do que Hirata e Kergoat (2007) denominam modelo da conciliação.

Chefe de uma família monoparental, o trabalho informal, apesar de todas as dificuldades, é o que melhor atende as necessidades de Clara. Já para Nena, a questão não parece ser somente a preferência puramente pelas regras que orientam a informalidade, mas sim o vínculo que criou com o trabalho que realiza. Traz o amor pelo trabalho da mesma forma que traz o amor pelos filhos. Nena iniciou a vida de trabalho como catadora e, diz, morrerá catadora. Não experimentou a mesma fragmentação que as outras mulheres vivenciaram, mas sim uma identidade sólida, pois ter ou não carteira assinada e a possibilidade ou não de uma aposentadoria no futuro não aparece entre as suas preocupações; o sentido do trabalho, a forma como ele a afeta e mobiliza é mais forte do que as limitações que ele provoca (Coutinho, 2009).

6.5 O papel do trabalho na transformação da mulher em cidadã

Apesar dos diferentes caminhos que trilharam ao longo da vida, todos igualmente árduos, para a grande parte das trabalhadoras entrevistadas, ainda é possível mobilizar afetos positivos em relação ao trabalho. Preservados os aspectos da atividade que direcionam o trabalhador ao desenvolvimento de seu potencial enquanto sujeito e permite que tenha os recursos para criar e modificar dentro das possibilidades materiais que possui, o trabalho continua imerso de sentido (Navarro & Padilha, 2007). Através do trabalho, as catadoras se reconhecem enquanto sujeitos no mundo, capazes de criar, aprender, se relacionar e descobrir universos que antes pareciam distantes (Vieira, Barros & Lima, 2007).

Para as trabalhadoras, o trabalho se consagra como uma parte da vida que as mantém em movimento. Sair para trabalhar, interagir com os colegas, andar pelas ruas e sentir que podem criar novos rumos a partir do uso das próprias mãos. Vitória encontra no trabalho uma maneira de colocar-se no mundo, de libertar-se das correntes que a impediam de viver da forma como realmente queria. Foi com o trabalho também que descobriu que ainda podia construir novos conhecimentos, mesmo longe da vida escolar que abandonou muito cedo, e que ainda havia muito para explorar. Faz questão de comparecer às reuniões da cooperativa, pois nesses momentos pode aprender mais sobre a catação e sobre como realizar o trabalho de uma forma mais produtiva e menos nociva para o seu corpo. Hirata e Zarifian (2003) destacam com precisão esse aspecto do trabalho: possibilita que o sujeito movimente sua inteligência e suas forças para a transformação.

Maria é igualmente mobilizada por este aspecto do trabalho, visível quando fala sobre todos os trabalhos que já desenvolveu e como o saber-fazer de cada um deles permanece com ela até hoje. Fala de suas habilidades em tempo presente, mesmo que há muito tempo esteja na catação; enuncia, com um tom de orgulho, “todo serviço eu *sei* fazer”. Apesar de não ter escolhido a trajetória que trilhou, se apropria do que aprendeu e não se deixa esquecer de todas as atividades as quais dominou. Mobilizou suas forças em tarefas diferentes e teve sucesso em todas elas. O labor de Maria não se resumiu à repetição, mas abrigou a inovação, criatividade, aleatoriedade e imprevisibilidade (Coutinho, Oliveira & Sato, 2016). De forma semelhante, ao iniciar o trabalho na triagem dos recicláveis na cooperativa, atividade que nunca havia realizado, Clara também se reinventou; ao admitir não saber muito sobre o trabalho na reciclagem, se pôs em plena disposição para aprender e conquistou seu espaço dentro da cooperativa.

Apesar de valorizarmos a capacidade de adaptação das trabalhadoras à diferentes trabalhos e a vontade de aprender novas atividades, destacamos que isso é exatamente o que se espera de quaisquer trabalhadores no mundo do trabalho atual. Não o abordamos aqui de forma a diminuir o que Clara e Maria, por exemplo, valorizam em si, mas sim para tecer uma crítica: para o capital, o trabalhador que interessa é o trabalhador flexível, capaz de assumir qualquer atividade caso surja a necessidade. Com a flexibilização do trabalho sob todas as frentes, a especialização do trabalhador não é mais tão importante quanto sua disposição para qualquer tarefa, principalmente aquelas que não estão em suas atribuições (Druck, 2011). De certa forma, e de forma amarga, a história de Clara e Maria as transformam exatamente no que o capitalismo

precisa: polivalentes e suscetíveis a aceitar qualquer trabalho. Ao que parece, o trabalhador informal é a dádiva do capitalismo.

O trabalho também expande o mundo geográfico e político das trabalhadoras. Mulher Guerreira e Nena relembram as viagens que fizeram e ainda fazem por meio da cooperativa, para encontros, reuniões e eventos Brasil afora. Se envolvem na política que cerca o seu trabalho, nunca abandonando a luta por direitos, pois sabem que muitos catadores no país não dispõem de condições dignas de trabalho. A luta dentro do movimento popular dos catadores é uma maneira de garantir e reafirmar a cidadania que durante muito tempo foi negada às mulheres como elas. Apesar de não excluídas da condição de seres humanos, a passagem para o *status* de cidadãs encontrou limitações, pois encontraram barreiras na distinção entre um sujeito passivo, associado à esfera privada e sem os atributos necessários para intervir na esfera pública, e o sujeito ativo, o cidadão, de fato, e apto para atuar no mundo público e político (Araújo, 2012).

A participação política é um dos mais sólidos ingressos de cidadania, em paralelo à existência na esfera privada. Quando o homem se torna cidadão a partir do trabalho, a partir do agir na esfera pública e, conseqüentemente, política, o confinamento da mulher ao trabalho invisível torna a sua contribuição para a sociedade menos evidente do que o trabalho masculino (Pateman, 2010). Ao ser personificada enquanto mãe e cuidadora, não sobra espaço para que possa se tornar mais; para tornar-se um sujeito político, pois esse não seria o seu lugar de referência. Mulher Guerreira, Nena e Meg, também participante ativa nos encontros, destroem diversas barreiras simultaneamente, e desafiam as posições e lugares que não deveriam ser seus por excelência. São vozes ativas no movimento dos catadores; ocupam posições de prestígio dentro da cooperativa, pois Nena e Mulher Guerreira, como membros fundadoras e ativistas pelos direitos dos catadores, são muito respeitadas pelos demais colegas; e apesar dos desafios, o trabalho de Meg na direção tornou possível que a cooperativa crescesse de forma organizada e justa.

Dagnino (1994), ao refletir sobre a construção de uma nova cidadania, enquanto política e conceito, pensa que essa nova definição partiria, primeiramente, do direito a ter direitos. Para a autora, é um processo que não se restringe aos direitos já existentes e que ainda permanecem no mundo abstrato, mas que emergem de lutas específicas e da prática concreta, do movimento social que vai às ruas e exige ser ouvido, como o movimento dos catadores, que ousou trazer à

tona trabalhadores invisibilizados e marginalizados, e acreditou serem estes sujeitos de direito. Segundo a autora,

A nova cidadania requer (e até é pensada como sendo esse processo) a constituição de sujeitos sociais ativos, definindo o que eles consideram ser os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento. Nesse sentido, ela é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania "de baixo para cima (Dagnino, 1994, p. 107).

Meg é enfática ao nos contar sobre os seus desejos para os catadores: gostaria que todos compreendessem os seus direitos e o valor de seu trabalho, não se deixando levar pela forma como a sociedade compreende a catação. Carrega muita preocupação acerca do bem estar dos colegas, tanto cooperados, quanto catadores externos, e mais de uma vez fala sobre a importância da luta social em sua trajetória. Para ela, poder contribuir para que os catadores alcancem maior dignidade na vida e no trabalho é o que move o seu trabalho. Os princípios de Meg se alinham com a luta do MNCR, que há décadas é o principal movimento organizado em prol dos catadores. Formado por catadores, administrado por catadores e voltado para os catadores, o MNCR não permite que a sociedade ignore o protagonismo desses trabalhadores na coleta seletiva e preservação do meio ambiente.

Foi por meio do trabalho que Josefa pôde sentir-se humana. Sem o trabalho, Josefa diz sentir-se um “nada” e não consegue imaginar quem seria se não trabalhasse. Como proposto por Krawulski (1998), o trabalho, com o passar do tempo, foi transformado em um instrumento de valor e dignidade. Para Josefa, parece não ser suficiente ser apenas uma pessoa, um sujeito, mas sim ser um sujeito que trabalha. Pela forma como nos fala, o sentido do trabalho não se associa à necessidade de continuar produzindo para agregar capital, mas sim pelo amor que tem pela atividade e pelas vidas que conseguiu sustentar com o esforço de seu trabalho, já que desde o início da vida laboral, era a principal responsável pela sobrevivência da família. Trabalhadora desde os 18 anos, Josefa constrói sua subjetividade junto ao lixo e aos recicláveis, mas jamais se distancia de seu valor enquanto sujeito e não subestima a importância de sua atividade.

Não pretendemos aqui romantizar as faltas e ausências na trajetória de Josefa, ainda existentes e destacadas em sua fala, mas compreendermos que o trabalho na reciclagem para ela ainda preserva seu sentido. Josefa ainda enfatiza o desejo da carteira assinada, pois entende a importância da contribuição, mas há uma dicotomia interessante em sua fala: faria qualquer trabalho por uma carteira assinada, mas ainda permaneceria catando os recicláveis no tempo

livre, pois esse é um trabalho que faz com gosto, por amor. A carteira assinada cumpriria uma lacuna mais pragmática, mas de forma alguma menos importante, enquanto a reciclagem preserva o sentido do trabalho. O mesmo trabalho que outrora não tinha nenhum valor ou reconhecimento, em um período anterior ao movimento das cooperativas e a conquista de direitos, hoje é o motor de tantas trabalhadoras para além de Josefa, como Nena e Mulher Guerreira.

A transformação de Nena é, talvez, a que ocorre de forma mais consciente. Por ser catadora de recicláveis desde antes da instituição da cooperativa, transitou entre dois mundos distintos e vivenciou as mudanças na maneira como a sociedade atribui valor ao seu trabalho. A evolução da catação ocorre ao mesmo tempo da entrada de Nena na atividade; crescem juntas. Nena inicia na catagem em 1999, no mesmo ano em que ocorreu o 1º ENCP (Rocha & Francischett, 2021). A consolidação das mobilizações em âmbito nacional são simultâneas ao trabalho de Nena, que posteriormente seria homenageada na ExpoCatadores de 2025, o maior evento voltado às catadoras e catadores a nível mundial. Nena parte de uma realidade na qual os moradores de sua religião fugiam dela na rua, até a fidelidade de inúmeros vizinhos que juntam os recicláveis apenas para ela, para mais ninguém. Consolida sua identidade enquanto catadora, fruto de uma trajetória sem fragmentações relacionadas ao trabalho, já que é a única atividade a qual conhece e de onde não tem planos de sair.

Por outro lado, o trabalho na catação possibilita às trabalhadoras uma flexibilidade que, apesar de não partir de uma realidade que deva ser romantizada, hoje faz parte do cotidiano de trabalho e certamente é um aspecto dessa atividade da qual viriam a sentir falta diante da inserção em outra atividade. É a flexibilidade que concedeu a elas uma maior dignidade, pois, a partir do trabalho na catação, cooperadas ou não, criam estratégias para tornar o cotidiano menos árduo e conseguem organizá-lo a partir de suas necessidades, ao contrário do que acontecia com trabalhadoras como Josefa, cujo trabalho registrado ainda a colocava à mercê da divisão desigual do trabalho realizado anteriormente na escola, ou Clara, cuja jornada e intensidade do trabalho estavam fora de sua capacidade de contestação.

Hoje, Josefa pode se divertir ao trabalhar, fazendo-o em um coletivo pequeno, mas significativo e podendo recorrer à cooperativa para quaisquer auxílios, e Clara tem no cuidado dos colegas uma maneira de não necessitar passar por cima de suas dores para continuar desempenhando o trabalho. De forma semelhante, Maria também cita o cuidado por parte dos

colegas de forma enfática, sendo uma de suas amigas mais próximas, Carmen, também cooperada. Na cooperativa, há quase como uma troca entre estabilidade e cuidado, no qual o segundo aspecto prevalece, explicitamente para as três trabalhadoras mencionadas: Josefa gostaria de ter desempenhar uma atividade com registro, mas o apoio da cooperativa torna suas condições de vida ainda sustentáveis; Clara afirma não ter intenção de sair da cooperativa, mesmo que a ofereçam um trabalho com carteira, pois está em um lugar que respeita suas necessidades; e Maria, que outrora acreditou que sua carteira seria assinada na cooperativa, concluiu que, apesar de não ter se concretizado, ainda era um lugar no qual valia a pena permanecer.

Observamos, então, que a dignidade no trabalho é atravessada também pelo coletivo. Sendo mulheres que durante muito tempo sustentaram de forma solitária o peso das responsabilidades e dificuldades, o encontro com a cooperativa vem em momentos nos quais necessitavam de amparo e cuidado; que necessitavam sentir-se vistas e capazes de se distanciar do ponto no qual estavam. Lacoste (1989) é enfática neste ponto: o trabalho é uma ação coletiva que, para acontecer ou abrigar algum significado, requer a participação de outras pessoas. Mesmo que seja autônomo ou individual, só pode acontecer a partir do envolvimento de terceiros (Sato, 2011). Quando o Estado falha com essas mulheres, de forma direta ou indireta, como o corte do Bolsa Família de Josefa que ocorre sem justificativas e cujo vínculo ela não consegue firmar novamente, ou quando Clara necessita se inserir em outra atividade para manter a filha na escola privada, receosa das más condições já conhecidas das escolas públicas da região, o coletivo de trabalho tenta sustentá-las em outras áreas da vida, já que não podem tomar a responsabilidade por questões que não estão ao seu alcance.

Um ponto interessante acerca da valorização do trabalho na construção do sujeito parte de Vitória, mesmo que não estivesse falando de si mesma. Enquanto falava do último companheiro, de quem sofreu violência doméstica, diz “[...] *ele tem seus defeitos, mas é trabalhador*”. Ainda hoje, ele e Vitória realizam bicos juntos. Mesmo sendo um homem que a humilhava e agredia, isso em nada diminuiu o seu valor enquanto trabalhador e isso, ao que parece, é o suficiente para atenuar suas ações no passado que viveram juntos. Mesmo que afirme não ter mais interesse em um relacionamento amoroso com ele e relembre do medo que sentia de morrer enquanto estavam juntos, Vitória ainda consegue conviver com o antigo companheiro por meio do trabalho. Ser um bom trabalhador é o equivalente à ser um bom marido, bom filho e

bom homem (Coutinho, Krawulski & Soares, 2007), pois é o trabalho é o que confere ao sujeito uma existência virtuosa.

6.6 O trabalho dignifica o homem? O legado do trabalho no corpo e na mente

Para os brasileiros que vivem da venda da força de trabalho, este pode vir acompanhado de adoecimento e sofrimento. Principalmente para as trabalhadoras informais, cuja atividade ocorre fora da proteção do Estado, em um universo não invisível, mas invisibilizado. Para elas, principalmente para aquelas que trabalham desde a infância, a vida adulta não chega sem problemas. O acúmulo de trabalhos sob más condições, com horários que extrapolam o permitido legalmente, o desvio de função que é normalizado e sem as ferramentas necessárias para que o impacto no corpo seja atenuado são aspectos que um dia fizeram parte da realidade das trabalhadoras entrevistadas. No caso das catadoras não cooperadas atualmente ou que já cataram nas ruas anteriormente, seus limites são impostos não por um padrão para quem necessitam responder, mas sim pela quantidade de materiais coletados e o retorno financeiro que aquela quantidade irá significar ao final do mês. Sem recicláveis, sem renda.

Maria e Bia compartilham de problemas no joelho que dificultam o cotidiano. Maria atribui as dores ao período no qual catava nas ruas com o ex-marido, pois precisava subir e descer do veículo inúmeras vezes, além das posições que precisava adotar para coletar os materiais. Bia, que também sente dores nos calcanhares, acredita que os problemas foram causados pelo trabalho na construção civil, pela transferência de peso constante de tijolos, sacos de cimento e outros materiais. Ambas relatam dores muito fortes, quase insuportáveis, no caso de Maria, e inchaço nos joelhos ao final do dia de trabalho. Além dos cuidados em casa, com o uso de compressas de gelo e pomadas massageadoras, Bia e Maria frequentam médicos para tratar de seus problemas e não tratam a própria saúde com leniência.

Entretanto, um fator comum no discurso das trabalhadoras, é que a saúde é associada ao trabalho; desejam ter saúde para poder continuar trabalhando. Compreendemos ser uma discussão delicada, especialmente ao se tratar de mulheres inseridas em realidades onde o trabalho sempre foi inexorável. Não é possível trabalhar sem que se esteja apto para tal e sem trabalho não há renda, mas é curioso como a saúde é medida pela utilidade do corpo para a atividade. Coutinho (2009), a partir da base marxista, aborda sobre como no trabalho, especialmente o trabalho de serviços, o trabalhador se torna a própria ferramenta de trabalho e o

volume de capital depende da exploração de seu próprio corpo. Essa é uma lógica institucionalizada há décadas: ao analisar o caso de uma empresa de Joinville após a implantação de um programa de ginástica laboral em 2000, Alves (2005) destaca a ligação direta entre saúde e produtividade quando os trabalhadores que participaram do programa comentam sobre como o alívio das dores decorrentes do trabalho permite que produzam mais.

A deterioração da saúde de Clara aconteceu no último trabalho antes da cooperativa, no restaurante no qual trabalhava 14 horas por dia e transitava entre todas as funções existentes. Nesse período, foi diagnosticada com hérnias de disco na coluna que causam, até os dias atuais, dores incapacitantes. Não podia se ausentar do trabalho em meio às crises, pois as faltas eram descontadas de seu salário, mesmo com a justificativa das dores, que em determinado episódio a deixaram impossibilitada de andar, e com o conhecimento do patrão de seu quadro de saúde. Clara trabalhava sob dores constantes, sem a possibilidade de se afastar, pois o trabalho não tinha registro, e, mesmo com o fechamento do restaurante após denúncias, ela e as colegas saíram do local sem nenhum amparo e nenhuma compensação. Clara não especifica se as denúncias foram anônimas ou se alguma das colegas tomou alguma atitude, mas apenas o fato de ter existido fiscalização em um local que atuava de forma irregular surpreende, visto que muitos empreendimentos informais passam despercebidos da lei por não existirem registros de que sequer estão em atividade (Almeida & Carneiro, 2012).

Entretanto, o caso de Clara iniciou e encerrou sem quaisquer benefícios diretos para ela: a fiscalização chegou ao local, verificou o que deveria ser mudado e concluiu que o restaurante só poderia continuar em funcionamento caso o proprietário pagasse uma multa. Por não ter dinheiro para cobrir o valor estipulado, o dono do local apenas vendeu o ponto e a situação se encerrou. Clara saiu do local da mesma forma que entrou, “*sem nada*”, apenas com dores que irão acompanhá-la ao longo da vida. A fiscalização, então, solucionou os problemas em um nível macro, pois impediu que o empregador continuasse vitimando outros trabalhadores caso Clara e as colegas saíssem, pois sempre existirão trabalhadores em vulnerabilidade o suficiente para aceitarem vagas sob condições sub-humanas (Costa, 2010), mas Clara continuou sofrendo as consequências do trabalho e em uma vulnerabilidade ainda maior, pois após o fechamento do restaurante, permaneceu desempregada um longo período antes do surgimento da vaga na cooperativa.

Rosa Branca compartilha com Clara o peso dos problemas na coluna. Para ela, as dores têm origem do trabalho que realizava na infância, ao carregar baldes de água diversas vezes durante o dia, pois não havia água na casa onde morava com a família. Carvalho (2006), ao citar as atividades que têm presença expressiva de crianças e adolescentes, como a agricultura, catação de materiais recicláveis, olarias e construção civil, o levantamento e transporte de peso é uma característica em comum entre elas, e esse fator é responsável por dores musculares e na coluna vertebral e comprometimento do desenvolvimento físico-motor. Ainda hoje, Rosa convive com as dores nas costas, a que se somam as dores nas pernas e pés, que são agravadas pelo trabalho na catação. O carrinho que utiliza para trabalhar é improvisado a partir de uma geladeira, logo, é um material muito pesado. Ao acrescer o peso dos recicláveis, principalmente o vidro, podemos imaginar ser um peso muito excessivo para uma mulher como Rosa, cuja vida laboral começa a deixar as marcas em seu corpo desde tenra idade.

Os distúrbios musculoesqueléticos fazem parte da realidade de muitas mulheres catadoras, mesmo aquelas que trabalham nas cooperativas. As catadoras da pesquisa de Vasconcelos, Nobre, Zaneti e Guimarães (2020) recebem por produção, então, se há mais recicláveis, maior a remuneração, como no caso de Rosa Branca, que cata nas ruas e vende para a cooperativa, fazendo com que o dinheiro resultante do trabalho não seja fixo como o recebido pelas cooperadas. Consequentemente, as mulheres trabalham por mais horas e mais intensamente para garantir uma renda que seja compatível com a sobrevivência da família. Dessa forma, as dores musculares são normalizadas como parte do cotidiano do trabalho. Contanto que não as impeça de trabalhar, é algo que fica em segundo plano dentre as preocupações das trabalhadoras com outras esferas da vida.

Nesse sentido, Laurell (1982) aborda a saúde e a doença como processos sociais. A forma de adoecer e de recuperar a saúde não é igual para toda a sociedade; para todos os trabalhadores e classes sociais. A doença que acomete Clara é um sintoma do capitalismo, mesmo que esse sistema jamais assuma a responsabilidade, e é um fragmento do que atinge a classe trabalhadora como um todo. Não adoece porque seu corpo é geneticamente mais frágil e biologicamente menos apto, mas porque a necessidade de trabalho a coloca em uma posição vulnerável o suficiente para que aceite as condições impostas sem pestanejar, mesmo que isso signifique uma deterioração de seu corpo. Clara é uma mulher, trabalhadora e mãe solo, e a forma como saúde e doença se entrelaçam em sua trajetória não permitem que esqueça disso.

Na história de Bia, a forma como classe social e processo de trabalho se envolvem, dois conceitos analíticos utilizados por Laurell (1989) para compreender a saúde na América Latina, nos ajuda a compreender onde se coloca o “social” dentro de algo tão individualizado como a saúde. Além dos problemas no joelho, Bia também segue um tratamento para hipertensão. Afirmar que o diagnóstico é fruto dos maus hábitos alimentares, pois, na correria do dia a dia, costumava recorrer à alimentos mais rápidos e baratos, de pouco valor nutricional e muito gordurosos, como fazem muitos trabalhadores. O grande volume de trabalho, ao qual estão particularmente vulneráveis os trabalhadores informais, cuja fiscalização raramente alcança o seu trabalho, impede que possam usufruir de uma boa alimentação no dia a dia. Um estudo recente com feirantes da Bahia, também informais, (Santos et al., 2026) nos dá um panorama semelhante: dentre os 74 trabalhadores entrevistados, 33 afirmaram manter uma alimentação inadequada devido ao ritmo incessante do trabalho e o consumo frequente de alimentos com alto teor calórico e pouco nutritivos. O diagnóstico de Bia revela um quadro que se estende para além de sua realidade; os remédios que consome e os cuidados que hoje precisa tomar são comuns também à outros trabalhadores, em outros lugares e que seguem caminhos distintos.

Por outro lado, o processo de trabalho de forma mais restrita, não somente o pertencimento à classe trabalhadora, também é um determinante no processo de saúde dos seres humanos, visto que o trabalho é o meio pelo qual entramos em contato com a natureza, em uma transformação bidirecional (Laurell, 1989). Na construção civil, atividade econômica na qual Bia desenvolveu o problema nos joelhos, foram registrado cerca de 83 mil afastamentos do tipo acidentário pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) entre 2012 e 2024, e aproximadamente 512 mil do tipo não acidentário no mesmo período, ocupando o terceiro e o quinto lugar em suas respectivas categorias (Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, 2024). As ocupações Servente de obras e Pedreiro também estão entre as dez categorias que mais solicitaram afastamento do tipo acidentário.

Os dados nos mostram uma realidade não passível de ser interpretada de forma individual. Milhares de trabalhadores como Bia, sob condições de trabalho semelhantes, também sentem no corpo o peso da atividade. Sentem o suficiente para que a permanência no trabalho se torne insustentável, mesmo que, dentre os trabalhadores das estatísticas acima, ainda possam usufruir de seus direitos a partir do afastamento assegurado pelo INSS, garantindo a remuneração e sobrevivência. No caso de Bia, compartilha com tantos outros trabalhadores informais a

impossibilidade de se ausentar do trabalho, pois, sem o registro da função que exercia na carteira, não havia conquistado o direito de poder priorizar a própria saúde. Não há como negar que, como defendido por Laurell (1982), “isto leva a pensar que é possível estabelecer padrões distintos de desgaste-reprodução, dependendo das características da relação entre o homem e a natureza” (p. 12).

Meg tem um longo histórico de adoecimento ao longo da vida. Acredita que o trabalho na cooperativa agravou tudo o que havia anteriormente, pois o sofrimento psíquico decorrente desse cargo agrava as dores físicas. A preocupação com os colegas, com o funcionamento adequado da cooperativa e as dúvidas sobre estar fazendo um bom trabalho são o que a mantém conectada ao trabalho mesmo nos momentos nos quais está distante do galpão. Sofre com o sofrimento dos colegas, que por sua vez vivem a angústia de estarem inseridos em um modelo de produção que prospera diante da miséria. Meg reluta em se impôr, em reivindicar o respeito que é seu por direito, por entender que as condições de vida dos trabalhadores fora do galpão não são fáceis, marcadas por grande vulnerabilidade e violência. Entretanto, ao focar na vulnerabilidade dos colegas, Meg custa a perceber sua própria situação: como visto anteriormente, são os colegas que tornam o seu trabalho mais difícil, pois Meg acredita que eles se sentem diminuídos ao receberem ordens de uma mulher, mesmo que essa não seja a forma como ela acredita realizar o trabalho.

O adoecimento de Meg é uma forte evidência de que o processo de saúde-doença não ocorre separado do processo histórico e social, pois o enraizamento das relações sociais de sexo é o que tornam o seu trabalho mais dificultoso (Hirata & Kergoat, 2007) e são as condições históricas, sociais e políticas que originam os determinantes da deterioração da saúde no trabalho (Garrido-Pinzón, Souza & Bernardo, 2015). O que a inflama é um aspecto da sociedade que não está sob seu controle, pois a divisão sexual do trabalho é anterior, contemporânea e resistirá ao tempo de Meg em vida, da mesma forma que a pobreza e vulnerabilidade que flagela seus colegas, e que exigem dela, por suas crenças e valores, uma compreensão que adoece seu corpo e mente, fazem parte do projeto do capital. Parecem não haver meios de erradicar estruturas que são o alicerce do mundo no qual vivemos.

O trabalho não afeta somente o corpo das trabalhadoras, mas mobiliza também o psiquismo, através da vivência do medo da violência e do preconceito. A questão da violência de gênero aparece na fala de Rosa Branca como uma espécie de reticências, algo nas entrelinhas.

Até certo tempo atrás, Rosa havia retornado para a escola, mas interrompeu os estudos pelo medo de frequentar as aulas no turno da noite. Ao mesmo tempo, era acostumada a sair para catar também após escurecer, para escapar do calor durante o dia. Rosa diz que sentia medo, mas que não havia outra alternativa. Confrontada, por um lado, com o trabalho sob o sol que poderia acarretar em problemas de saúde futuros e que aumentava a exaustão no trabalho, e do outro a falta de segurança que atravessa o dia a dia de todas as mulheres, escolhia colocar-se ainda mais vulnerável em meio à necessidade de trabalho.

O medo sentido por Rosa é um reflexo da realidade da mulher no Brasil. Crescemos sendo ensinadas por mães, avós, tias e quaisquer mulheres de nosso convívio que ser mulher é perigoso. Somos transformadas em alvos por homens que acreditam ter poder sobre o corpo feminino (Mies, 2016). O aumento dos casos de crimes contra a mulher, como ameaça, perseguição, violência psicológica, lesão corporal, estupro e tentativa de feminicídio é consistente a cada ano, o que “[...] o que indica que o corpo das mulheres segue sendo visto como território alheio, que poderia ser ameaçado, agredido, sexualmente violentado e assassinado” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2026). Rosa, então, coloca em risco o mesmo corpo que trabalha para manter vivo.

Outro lado do sofrimento psíquico aparece em dois relatos de Vitória, um contado por ela em nossa entrevista e o segundo que chega até mim através de Meg, e nos mostram a vulnerabilidade do trabalho nas ruas. Primeiro, traz os olhares discriminatórios das pessoas na rua, que a tratam como se estivesse suja devido ao manejo dos resíduos em busca dos recicláveis. O segundo foi fruto de uma coincidência infeliz: um dia, quando estava catando, um cachorro rasgou alguns sacos de lixo próximo ao local onde Vitória estava. A dona da casa, então, pensando ter sido Vitória a responsável, começou a gritar com ela. Ao me contar o acontecido, Meg conta que Vitória chorava muito, muito magoada com o ocorrido. Nena também traz experiências semelhantes de discriminação antes da cooperativa chegar para mudar a realidade dos catadores. Conta que foi difícil para o irmão Zezo conseguir conversar com os catadores para apresentar a proposta da cooperativa, pois, acostumados a serem humilhados e maltratados nas ruas, sempre fugiam de qualquer pessoa estranha que chegasse perto, principalmente Zezo, por ser alguém muito “vistoso” e “limpo”.

Situações como as vividas anteriormente por Nena e atualmente por Vitória não são incomuns na realidade das catadoras, visto que o trabalho com resíduos, com o “lixo”, faz parte

das atividades que existem na categoria do trabalho sujo. O conceito e a denominação vêm sido discutidos no Brasil, mas a forma mais difundida de conceituar o termo ainda faz parte da proposta de Everett C. Hughes (1958), sociólogo americano. O autor define o trabalho sujo como as atividades que são percebidas como repugnantes ou degradantes, como o trabalho com o lixo, representado pelos catadores de materiais recicláveis e agentes de limpeza urbana; ou com a morte, realizado pelos sepultadores e necrotomistas. Os trabalhadores que compõem essas atividades são estigmatizados como sujos, da mesma forma da atividade que realizam (Pereira, Paiva & Irigaray, 2016), assim, o uso da palavra “limpo” por Nena para se referir à Zezo intensifica ainda mais a cisão que existe entre os catadores, sujos, e as outras pessoas, limpas.

Bendassolli e Falcão (2013) trazem o seguinte paradoxo: “[...] a mesma sociedade que cria a demanda e necessidade por trabalhos sujos priva aqueles que os realizam de um status social observado em outras ocupações ou esferas da vida social” (p. 1158). Podemos observar como isso ocorre com os catadores, pois eles são os profissionais responsáveis por coletar quase 90% de todos os materiais recicláveis no Brasil (Silva, Goes & Alvarez, 2013). Apesar de serem indispensáveis na cadeia da gestão de resíduos e reciclagem no Brasil, pois dentre os 5.557 municípios que tinham algum serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, os catadores informais estão inseridos em 73,7% deles (Campos, 2025). Entretanto, a presença por si só não é suficiente para que a importância dos trabalhadores seja reconhecida. A denominação “lixreira” é a que mais fere as catadoras, a partir dos relatos encontrados nas pesquisas de Coutinho Jr. e Diehl (2024) e Braga, Lima e Maciel (2016), pois a palavra os aproxima do que é sujo, descartável e indesejável. Descartadas do mercado de trabalho formal, tentam não se confundir com o que compõe o trabalho que conseguiram realizar pela necessidade de garantir a sobrevivência.

A partir do que discutimos até então, podemos compreender que estamos diante de mulheres adoecidas, mas não doentes, em um sentido amplo de ambas palavras. São condições crônicas, mas que não limitam o que as trabalhadoras acreditam que ainda há para ser vivido. Os problemas no joelho não impedem que Maria se coloque no mundo para trabalhar ou para dançar com as amigas; significa que o corpo passou a se adaptar às novas condições de ação. O “novo” corpo de Maria não a torna menos saudável e muito menos alguém doente, mas sim apresenta uma nova norma segundo a qual sua vida irá aprender a orbitar e a partir de onde novas possibilidades serão criadas (Coelho & Almeida Filho, 1999). O mesmo se observa na trajetória

de Clara. Durante a primeira entrevista, conta sobre as dores na coluna que, em certas ocasiões, impedem que sequer levante da cama. Nesse mesmo encontro, enfatiza algumas vezes que tudo o que deseja atualmente é viver a vida. A normalidade de Clara, hoje, aceita a sua dor e produz estratégias dentro da realidade que a cerca.

Não desejamos afirmar que a doença, enquanto condição que traz dificuldades e dores, é positiva. Compreendemos os desafios de Bia ao necessitar trabalhar de pé, mesmo com os joelhos doloridos, e ver as consequências ao final do expediente. O ponto é não anular todas as outras experiências de vida das trabalhadoras em virtude da doença que se coloca no corpo porque ela não corresponde à totalidade de quem são ou podem realizar; a doença não é uma sentença enquanto ainda houver no sujeito a vontade de, a partir dela, construir algo novo. Ela é, ainda, uma expressão da vida, mesmo que não dispondo das mesmas condições para superar os desafios (Brito, 2017, p. 2). Assim, as trabalhadoras estariam perfeitamente normais: criam novas formas de viver, continuamente reafirmando sua potência de vida.

Em meio à trajetórias marcadas por muitas dificuldades e conflitos, as trabalhadoras ainda conseguem, entre risos e brincadeiras, transmitir muita ânsia de vida e contar sobre o que as mobiliza e as leva adiante. Seja a relação construída com o trabalho, amigos e família, e a descoberta de seu próprio valor, para elas, ainda há algo pelo que lutar. Havia uma aparente relutância em se alongar nos aspectos desagradáveis de suas histórias e, caso se demorassem na fala acerca do passado do qual haviam se libertado, o faziam com o esforço de deixá-lo para trás. Não podem mudar o que viveram, mas tentam assegurar de que não voltarão para o lugar de onde partiram. Brito (2017), a partir de Canguilhem, defende que os problemas impostos pelo meio, seja ele o geográfico ou o laboral, por exemplo, podem ser reconfigurados pelo sujeito, pois este pode recriá-lo.

Coelho e Almeida Filho (1999), igualmente, ancorados em Canguilhem, afirmam que o sujeito normal saudável teria que ser capaz de adoecer, pois colocar-se no mundo é correr esse risco, mas também sentir-se capaz de afastar a doença. Para as trabalhadoras, a rendição nunca foi uma opção. Diante da violência, de qualquer natureza, e da violação de direitos, enquanto seres humanos, mulheres e trabalhadoras, não sucumbiram. Persistiram diante das patologias que tentaram consumir o corpo e a mente, das situações e dos homens que tentaram convencê-las de que não eram dignas de respeito, afeto e liberdade. Contrariando os homens que, legitimados pelas relações sociais de sexo e as regras que ditam o que é masculino e o que é feminino, se

entenderam enquanto sujeitos vulneráveis, sim, à dor, ao sofrimento e à doença, física ou psíquica, mas também capazes de ressignificar sua trajetória e compreender o que ainda havia adiante. Gozam de tanta normalidade quanto os homens, mesmo que, em um tempo não tão distante, a insubordinação ao masculino pudesse ser responsável pela interdição dessas mulheres, taxadas de loucas por não aceitarem permanecer frágeis, submissas e doces (Del Priore, 2020).

Para muitas dessas mulheres, a independência é o que possuem de mais valioso. Independência para recomeçar suas vidas a partir de novos caminhos. Não somente a independência financeira, mas a liberdade de ir e vir, de desfrutar a vida com quem as valorize. Para Clara e Vitória, é a liberdade de sequer poderem conhecer a rua de casa, sem cadeados, grades e correntes. Para Maria, é a liberdade de poder usar o fruto de seu trabalho para passear e viajar com os amigos, não ver o seu esforço parar nas mãos de terceiros. Para Bia, é poder compartilhar os dias com alguém que a compreenda e dividir o fardo que se torna muito pesado. Para Nena, é poder ver o seu nome estampado nos livros que contam a história do trabalho pelo qual dedicou a vida; nome este que ela mesma não sabia tornar real antes que o trabalho também a permitisse isso.

A saúde se relaciona à forma como os sujeitos interagem com os eventos da vida. Por menores que sejam, como o prazer de Bia em ver filmes com a filha aos finais de semana, como quando Rosa Branca fala com muito orgulho que suas unhas sempre estão pintadas ou Mulher Guerreira nos contando que a atividade que mais gosta de fazer no tempo livre é “organizar as coisas”. Falam com muita leveza de acontecimentos e atividades que parecem pequenas diante de toda a trajetória que já enfrentaram e que, à primeira vista, não parecem ser suficientes para fazê-las esquecer de tudo que foi vivido outrora e o que ainda vivem hoje. Entretanto, a saúde também é individual: o estado patológico é inacessível à nós, observadores, pesquisadores e terceiros, pois parte da experiência subjetiva (Brito, 2017).

Isso nos faz pensar em uma forma muito particular a partir da qual as pessoas empobrecidas no Brasil são miradas: a qualificação pela negação. Falamos sobre o que não possuem e as dificuldades que enfrentam, sobre o que não conseguiram realizar e onde nunca irão chegar, mas raramente sobre quem são, o que gostam e quais sonhos ainda preservam. Souza (2009) discute sobre nós, enquanto sociedade brasileira, termos naturalizado a divisão entre “gente” e “subgente”. Há uma classe que vive e outra que sobrevive. Ao entrarmos em contato

com a classe que, supostamente, apenas sobrevive, somos incapazes de enxergar além. Vemos uma população abandonada, reduzida à ausência:

[...] só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc (Souza, 2009, p. 21).

Em uma sociedade cuja renda é o fator predominante, vivemos em um constante reducionismo: se o sujeito nada ou pouco possui, o que resta? O que há depois do dinheiro ou da falta dele? Como se desenvolver enquanto sujeito quando o ponto de partida é simultaneamente a linha de chegada, com a perpetuação da miséria que assolava a família antes mesmo do nascimento do sujeito cuja história está sendo escrita hoje? Para as trabalhadoras entrevistadas, a coragem de viver um dia após o outro nunca se perde. Josefa, mesmo dividindo alguns dias com a fome e com a dor, ainda sorri ao falar das colegas, ao lembrar dos rapazes, também trabalhadores, que interagem com ela no percurso habitual da catação. Sorri ao falar da escola, da professora de quem gosta muito e dos lanches que compartilham. Ainda tem sonhos e não se acanha em falar deles. Vitória, nos meses em que a catação lhe garante uma boa renda, vai até a capital visitar as irmãs e, quando possível, vão para a praia passear. Compreendem a realidade na qual vivem, as dificuldades que enfrentaram até então e as dificuldades que virão, mas se recusam a apenas sobreviver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ENTRE MOBILIZAÇÃO E FUTURO

Na página oficial do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, conseguimos encontrar o trabalho de Dimir Viana, um álbum musical intitulado “O catador e a rua”. Na música “Xote da Marcha do Povo (Hino dos catadores)”, há um trecho que diz: “*Povo da rua não é do mundo da lua / E a vontade nua e crua é o desejo de ir lá / Que assegure vida e dignidade, rumo de prosperidade e o direito de sonhar*”. Neste pequeno fragmento, o artista consegue traduzir o que objetivei com esta pesquisa: compreender a trajetória de vida e de trabalho de catadoras que, sabendo que vivem em uma posição vulnerabilizada enquanto mulheres e trabalhadoras, a partir do que a literatura nos relata, ainda quis poder descobrir o que há além. Ir além dos limites impostos pelo contexto no qual se desenvolveram e pela sociedade onde se tornaram mulheres trabalhadoras.

No primeiro momento em que conversei com Meg e Cássia, a aceitação do trabalho que estava sendo proposto veio como um apelo: temos mulheres, temos trabalhadoras e temos sujeitos que necessitam ser escutados. Meg, principalmente, mostrou entender quais eram as histórias que a cooperativa se compromete a atender; não era a apenas a necessidade de trabalho, mas sim a necessidade de um vínculo, um lugar onde os catadores e catadoras seriam tratados como seres humanos, sem distinções. Era um lugar, concreto e subjetivo, onde as dores vividas do lado de fora do galpão encontrariam não o silêncio ensurdecedor do desamparo, mas um coletivo que, mesmo em meio à conflitos eventuais, ainda consegue cuidar uns dos outros.

As trajetórias analisadas, então, nos dão o retrato de uma realidade de vida e de trabalho tipicamente brasileira, onde, desde sempre, desenvolvimento e pobreza caminharam lado a lado. Ao abordar o período da industrialização brasileira, a partir dos anos 1950, Navarro, Maciel e Matos (2018) relembram uma dinâmica que, ao que parece, não conseguimos nos distanciar:

É nessa fase que o Brasil adquire suas duas faces: um país que produz bens sofisticados e, ao mesmo tempo, mantém a maioria de sua população privada de bens elementares e essenciais. As duas faces produzem também grandes desigualdades sociais, marginalizando parcelas crescentes da força de trabalho, com altas taxas de desemprego e subemprego e a tendência a pagar salários baixos (p. 31).

Dialogamos com mulheres trabalhadoras que na infância precisaram abrir mão de um futuro que não viesse a ser a reprodução do que viveram ainda com pouca idade, cercadas de dúvidas sobre a sobrevivência da família e inseridas em trabalhos desvalorizados e desprotegidos. A interrupção dos estudos, principalmente, é o que faz desmoronar a perspectiva de vida cuja construção ainda não havia iniciado. Compreendem que a suas vidas não foram fáceis, lamentam o que não puderam ser ou conquistar e sabem o que não querem que os filhos também vivenciem. Entretanto, mesmo que o trabalho remunerado tenha chegado até elas trazendo consigo um rompimento com o futuro, também o entendem como algo do qual não podem e não querem se afastar. Ainda há sentido no que outrora destitui de sentido outras vivências.

Entendemos que, para trabalhadores informais, o afastamento do trabalho não é, muitas vezes, sequer uma opção, mas a questão não seria tanto essa: o trabalho possibilitou que conhecessem pessoas, lugares e passassem a se ver sob novos olhos; olhos que enxergam que, mesmo diante dos obstáculos, saíram vitoriosas pelo simples fato de ainda conseguirem pensar em um futuro. Quando Clara e Maria afirmam que só agora começaram a viver as próprias vidas, estamos frente à mulheres que, vivenciando gerações distintas, chegam em um mesmo ponto: a recusa em desistirem de si mesmas. Reforçam, sem saber, o já dito por Pulido-Martínez (2012): é importante compreender não só quem os trabalhadores são, mas sim o que não querem ser. É compreender a situação para a qual não querem retornar e, enquanto pesquisadores, assumirmos o compromisso de permanecer engajados na luta contra as forças que desejam lançá-los de volta.

Embora entendam que a realidade seria diferente caso conseguissem se inserir em uma atividade registrada, e todos os direitos que a envolvem, a vivência da informalidade não é algo que as impediu de construir um vínculo com o trabalho. O trabalho sem forma, na realidade, é o que dá contorno às suas vidas; quando nenhuma oportunidade se apresentava, ainda havia um circuito econômico que garantiu a continuidade da vida. Como coloca Sato (2013), “não significa que se pretenda enaltecer ou romantizar a precariedade desses trabalhos não regulados e não protegidos” (p. 107), mas acredito que nunca seríamos capazes de avançar enquanto campo do saber se tivéssemos continuado a ignorar as diversas modalidades de contratação e de atividades responsáveis pela sobrevivência de 39,7 milhões de brasileiros atualmente, ao mesmo tempo que ignoramos os trabalhadores que estão inseridos nessa economia.

É em meio à esse sentimento de resistência feminina que me recordo do que um dia foi dito por uma trabalhadora que participava da ação de um projeto do qual fiz parte. Imersa em um contexto de trabalho de intensa sobrecarga, afirmou que, no cotidiano, “*o que salva são as meninas*”, a relação com as colegas de trabalho. Por outro lado, também me vem à mente um recorte do estágio obrigatório realizado na graduação: uma trabalhadora, muito adoecida devido ao trabalho, nos contava sua rotina após o expediente, um horário em que chegava em casa após todos os outros membros da família. Dizia chegar muito cansada, mas que podia contar com o marido e o filho para ajudá-la nas tarefas de casa, então, antes de dormir, só precisava lavar as louças, servir a janta e organizar a casa para iniciar o dia seguinte.

Ao colocarmos lado a lado os relatos citados com as histórias das trabalhadoras entrevistadas, percebemos duas questões que estão relacionadas entre si: na maior parte das vezes, as mulheres podem contar apenas com outras mulheres, pois é legitimada a ausência do homem em quaisquer atribuições que estejam dentro das atividades associadas à figura feminina. A divisão sexual do trabalho perpetua a exaustão de mulheres que, inevitavelmente, precisam contar com outras mulheres também exaustas, em um ciclo que nunca permite que a separação entre o que é masculino e o que é feminino tenha um fim. A responsabilidade única pela manutenção e reprodução da vida nunca encontra uma saída. Como coloca Mies (2016), “relações desiguais entre homens e mulheres não é uma questão meramente do passado, mas algo que se concretiza diante de nossos olhos” (p. 842).

As relações sociais de sexo e, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho, são partes constitutivas da sociedade. Não acredito que podemos agir com a ingenuidade de pensar que um dia iremos ultrapassar inteiramente tal forma de organizar o mundo, pois como reformular aquilo sobre o qual foram fincadas as bases da sociedade contemporânea? Se sozinhas, enquanto mulheres, não conseguimos empreender esse esforço, pois metade da raça humana ainda é composta por nossos contrários, penso ser utópico contar com os mesmos homens que se beneficiam desse sistema, por mais que também acredite que essa luta deveria ser coletiva.

Imagino que qualquer movimento social, e aqui incluo indiscutivelmente as trabalhadoras entrevistadas que, mesmo não fazendo parte de movimentos especificamente articulados, não podem estar fora deles pela posição que ocupam enquanto mulheres na sociedade, envolve também o cansaço, o esgotamento e a sombra constante da desistência. Por vezes, parece injusto que seja necessário lutar pelo mínimo. Por dignidade, por respeito, por reconhecimento; por que

precisamos pedir por uma postura concedida aos homens pelo simples fato de nascerem, quando também a perdemos antes mesmo de abrir os olhos? Sabemos as respostas, mesmo que nenhuma explique ou justifique.

Ao mesmo tempo, nada disso quer dizer que a luta não vale a pena e que devemos somente aceitar como tudo está posto. É na ousadia de não morrer, sobreviver e viver que a mudança aos poucos pode acontecer. Mesmo que nunca se concretize inteiramente, cada catadora já iniciou a revolução dentro de suas próprias vidas, e é isso que não podemos permitir que se perca: a força de lutar por si mesmas. Ela acontece no fim de um relacionamento envolto de violências; na reivindicação do direito ao trabalho, para que ninguém possa ditar quais lugares podem ocupar; na possibilidade de cultivar relações onde possam repousar suas angústias, e não que essas sejam suas origens; na vontade de retomar as vidas que abriram mão na infância e como isso passa por algo aparentemente simples como ir à escola, a aprender a escrever o próprio nome.

Quando Hirata e Kergoat (2007) dizem que “A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais” (p. 607), penso como um convite para a luta inicie e permaneça em todos os lugares da sociedade em que haja vida, em um “*trabalho de formiguinha*”, como costumava dizer meu antigo preceptor de estágio, um fisioterapeuta do trabalho. Pensando nos planos da Psicologia Social do Trabalho para a classe trabalhadora, no compromisso de seus pesquisadores de “questionar e apontar as condições e relações de trabalho que restringem as ações das pessoas, constroem seus modos de ser e limitam suas condições de vida” (Sato, Coutinho & Bernardo, 2018, p. 13), jamais seria possível garantirmos que mudanças seriam rápidas, que seriam fáceis, mas muito menos seria possível dizer que não tentaremos.

Hoje, consigo entender, de forma minimamente mais aprofundada, o cuidado de Meg com os trabalhadores da cooperativa, tanto porque estive do lado de receber o seu afeto, quanto por ter tido a oportunidade de conhecer algumas das mulheres com quem Meg divide o seu cotidiano, por quem tem tanto respeito e fôlego para lutar a favor. Meg compreende as trajetórias de mulheres muitas vezes destituídas de escolhas, com vidas marcadas por lutas, mas que ainda preservam suas alegrias e risadas. Não se trata de alimentar um otimismo vazio, de fingir que nada há, mas entender que ainda há vida apesar de.

Muitas vezes, na leitura da postura acanhada e no sorriso relutante de algumas trabalhadoras, o sentimento que se construía, em minha interpretação, era “Por que agem como se eu estivesse fazendo um favor a elas?”, como se a minha vontade de conhecer suas histórias, a escuta e o acolhimento para além dos momentos marcados como, de fato, entrevistas, fossem mais valorosos do que a confiança que colocaram em mim para compartilhar seus pesares, conquistas e planos. Como se devessem agradecer a mim, quando, na realidade, eu é quem jamais conseguirei agradecer o suficiente por terem me permitido adentrar brevemente em suas vidas, mesmo sem nunca antes termos nos encontrado. Levando isso em consideração, fazer pesquisa é também compreender que nada é tão sobre nós quanto é sobre o outro: atravessadas por experiências que silenciaram suas vozes, não é estranho que se acanhem em situações onde são convidadas a falar.

Assim, retornando ao início de minha trajetória em campo para a construção deste trabalho, refleti se seria capaz de atender às necessidades das trabalhadoras com quem estava me propondo dialogar. Depois, pensei se conseguiria fazer jus às histórias confiadas a mim. Acredito não ter conseguido, ainda, dar-me completamente por satisfeita em nenhuma questão. Mas então, sobre o que seria a psicologia e, principalmente, a psicologia do trabalho se não tivéssemos a dúvida e a vontade de fazer diferente? Se, ao ser confrontada com a realidade de mulheres, tão iguais e diferentes entre si, acreditasse ter chegado ao fim do que havia para conhecer e ter oferecido o máximo possível? O que restaria, então, para ser transformado? Concluo este trabalho com uma vírgula, pois as histórias de Maria, Clara, Mulher Guerreira, Rosa Branca, Meg, Vitória, Josefa, Nena e Bia jamais se dariam por encerradas nessas páginas, assim como a história de milhões de mulheres trabalhadoras brasileiras que, dia após dia, vivem e resistem.

Como é a luta da não violência

Primeiro é nunca matar

Segundo, jamais ferir

Terceiro, estar sempre atento

Quarto é sempre se unir

Quinto, desobediência às ordens de vossa excelência que podem nos destruir

Reza Forte - Baiana System

REFERÊNCIAS

- Abdala, V. (2025, 27 de fevereiro). Informalidade recua no mercado de trabalho em janeiro, diz IBGE. *Agência Brasil*.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-02/informalidade-recua-no-mercado-de-trabalho-em-janeiro-diz-ibge>
- Abramo, L. (2023). Antiguas y nuevas formas de informalidad en América Latina: un recorrido conceptual. Em Vêras de Oliveira, R., P. Varela, & A. M. Calderón (Eds.), *Informalidade en América Latina: Un debate actual?* (pp. 57–78). Universidad de Alicante.
- Abreu, A. K. (2021). O trabalho doméstico remunerado: um lugar racializado. Em Pinheiro, L., Tokarski, C. P., & Posthuma, A. C., *Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil* (pp. 47-66). Ipea, OIT.
- Almeida, R., & Carneiro, P. (2012). Enforcement of labor regulation and informality. *American Economic Journal. Applied Economics*, 4(3), 64–89. <https://doi.org/10.1257/app.4.3.64>
- Alves, G. (2005). Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. *Trabalho Educação e Saúde*, 3(2), 409–428.
<https://doi.org/10.1590/s1981-77462005000200009>
- Andrade, L. T. de S., & Jurubeba, Y. A. P. (2025). A inconstitucionalidade da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio: ADPF 779. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(3), 2029–2040.
<https://doi.org/10.51891/rease.v11i3.18543>
- Andrade, M. O. P., Pereira, H. R., & Andrade, R. A. O. Escuta de mulheres catadoras de recicláveis da Comunidade Vila Princesa: Sentidos atribuídos às relações de gênero e trabalho. *Cadernos de Ciências da Saúde*, 1(1), 79-97.
- Antunes, R. (2000). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Antunes, R. (2008). Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, 19-34.
- Antunes, R. (2011). Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. *Serviço Social & Sociedade*, 107, 405–419.
<https://doi.org/10.1590/s0101-66282011000300002>.

- Antunes, R. (2014). A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 28, 11–25.
- Aranes, B. O. & Borges, L. O. (2013). Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 319-337.
- Araújo, A. M. C., & Lombardi, M. R. (2013). Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cadernos De Pesquisas*, 43(149), 452–477.
<https://doi.org/10.1590/s0100-15742013000200005>
- Araújo, C. (2012). Cidadania democrática e inserção política das mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 9, 147–168. <https://doi.org/10.1590/s0103-33522012000300006>
- Araújo, J. N. G., & Barros, V. A. (2019). A Psicologia do trabalho e as Clínicas do trabalho no Brasil. *Laboreal*, 15(2), 1-13. <https://doi.org/10.4000/laboreal.15515>
- Araújo, M. L. (2024, 13 de julho). 68% dos trabalhadores autônomos no Brasil gostariam de ter carteira assinada, diz FGV. *CNN Brasil*.
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/68-dos-trabalhadores-autonomos-no-brasil-gostariam-de-ter-carteira-assinada-diz-fgv/>
- Associação Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. (2022). *Atlas Brasileiro da Reciclagem*. ANCAT.
- Barbosa, A. F. (2011). O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. Em Vêras de Oliveira, R., D. Gomes, & I. Targino (Eds.), *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens* (pp. 105–160). Editora Universitária da UFPB.
- Barbosa, A. F. (2016). O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. *Estudos Avançados*, 30(87), 7–28. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142016.30870002>
- Basso, C., & Silva, I. M. M. (2020) ‘Já me acostumei’: interfaces entre trabalho, corpo e saúde de catadores de materiais recicláveis. *Trab. Educ. Saúde*, 18(3), 1-14. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00283
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23-38.

- Bendassolli, P. F., & da Rocha Falcão, J. T. (2013). Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. *Universitas Psychologica*, 12(4), 1153-1166.
<https://doi.org/10.11144/Javeriana.UPSY12-4.psts>.
- Bernardo, M. H., Souza, H.A., & Garrido-Pinzón, J. O campo da Saúde do Trabalhador e os desafios do trabalho na atualidade: uma reflexão a partir da Psicologia Social do Trabalho. *Rev Bras Saúde Ocup*, 48, 1-10 <https://doi.org/10.1590/2317-6369/40322pt2023v48edcinq5>.
- Borsoi, I. C. F. (2005), *O modo de vida dos novos operários: quando purgatório se torna paraíso*. Edições UFC.
- Bosi, A. P. (2016). *História dos catadores no Brasil*. Edições Verona.
- Bouvier, M. & Dias, S. (2021). Catadores de materiais recicláveis no Brasil: um perfil estatístico. *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing*.
https://www.wiego.org/wp-content/uploads/2022/01/wiego-statistical-brief-n29-brazil-portuguese-2021_1.pdf
- Braga, N. L., Lima, D. M. A., & Maciel, R. H. (2015). Não tinha trabalho, mas tinha reciclagem: sentidos do trabalho de catadores de materiais recicláveis. *Temas em Psicologia*, 23(4), 1.051-1.059.
- Brasil (2003). Decreto de 11 de setembro de 2003: Cria o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9975.htm
- Brasil (2010). Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Presidência da República. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm
- Brasil (2015). Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015: Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm

- Brasil (2017a). Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis de Trabalho. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm
- Brasil (2017b). Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm
- Brasil. (1940). Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940: Código Penal. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm
- Brasil. (1943). Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943: Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm
- Brasil. (2019). Supremo Tribunal Federal (Plenário). Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5938. Relator: Alexandre de Moraes. Julgamento em 29 de maio de 2019. Acórdão.
<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5447065>.
- Braz de Aquino, C. (2020). Precarização, neoliberalismo e questão social: reverberações sobre os modos de trabalho no nordeste brasileiro. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(1), 51-63. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i1p51-63
- Brito, J. (2017). Saúde: uma relação com o meio e os modos de vida. *Laboreal*, 13(1), 1-6. DOI: 10.4000/laboreal.2018
- Campos, A. C. (2025, 28 de novembro) IBGE: 60,5% dos municípios têm coleta seletiva. *Agência Brasil*.
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/ibge-605-dos-municipios-tem-colta-seletiva#:~:text=Dos%205.557%20munic%C3%ADpios%20que%20tinham,catadore%20informais%20na%20%C3%A1rea%20rural>
- Carloto, C. M., & Gomes, A. G. (2011). Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, 105, 131–146.
<https://doi.org/10.1590/s0101-66282011000100008>
- Carvalho, I. M. M. (2006). O trabalho infantil no Brasil contemporâneo. *Caderno CRH*, 21(54), 551-569.
- Cheron, C., & Severo, E. E. (2010). Apanhar ou passar fome? A difícil relação entre dependência financeira e violência em Porto Alegre, RS. Em *Fazendo Gênero: Diásporas*,

- Diversidades, Deslocamentos, *Anais Eletrônicos* (pp. 1-10). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Coelho, A. P. F., Beck, C. L. C., Fernandes, M. N. S., Freitas, N. Q., Prestes, F. C., & Tonel, J. Z. (2016). Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e saúde. *Rev. Gaúcha Enferm.*, 37(3), 1-8. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.57321>
- Coelho, A. P. F., Beck, C. L. C., Silva, R. M., Vedotto, D. O., & Silva, J. R. P. (2018). Trabalho feminino e saúde na voz de catadoras de materiais recicláveis. *Texto Contexto Enferm.*, 27(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072018002630016>
- Coelho, M. T. A. D., & Almeida Filho, N. (1999). Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 9(1), 13-36.
- Correia, M. C. B. (2009). A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem*, 13(2), 30–36. <https://doi.org/10.56732/pensarenf.v13i2.32>
- Costa, M. da S. (2010). Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. *Caderno CRH*, 23(58), 171–190. <https://doi.org/10.1590/s0103-49792010000100011>
- Costa, M. S. (2005). O sistema de relações de trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *RBGS*, 20(59), 111-131.
- Coutinho Júnior, M. E. P., & Diehl, E. E. (2024). Catadoras de materiais recicláveis: estratégias de resistência e medicamentos durante a pandemia de covid-19. *Saúde e Sociedade*, 33(1). <https://doi.org/10.1590/s0104-12902024230509pt>.
- Coutinho, M. C. (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 189-202.
- Coutinho, M. C., & Oliveira, F. (2018). Algumas ferramentas teóricas para o estudo do trabalho: práticas cotidianas, processos de significação e identidades. Em M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (p. 94-120). Editora Vozes.
- Coutinho, M. C., Krawulski, E., & Soares, D. H. P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*, 19(esp.), 29-37.
- Coutinho, M. C., Oliveira, F., & Sato, L. (2016). Olhar o cotidiano: percursos para uma Psicologia Social do Trabalho. *Psicologia USP*, 17(2), 289-285.
- Dedecca, C. S. (2005). Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Brazilian*

- Journal of Political Economy*, 25(1), 113–130.
<https://doi.org/10.1590/0101-35172005-1640>
- Del Priore, M. (2020). *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000*. Planeta.
- Delphy, C. (1977). Les femmes dans les études de stratification. In: MICHEL, Andrée (ed.) *Femmes, sexisme et sociétés*, Paris: PUF. diferentes contextos de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(esp.), 2-14.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024a). *Mulheres: Inserção no mercado de trabalho*. DIEESE.
<https://www.dieese.org.br/infografico/2024/mulheresBrasilRegioes.html>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2024b). *Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. Boletim Especial 8 de março de 2024*. DIEESE. <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.html>.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2025a). *Mulheres: Inserção no mercado de trabalho*. DIEESE.
<https://www.dieese.org.br/infografico/2025/mulheresBrasilRegioes.html>
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. (2025b). *População negra: Inserção no mercado de trabalho*. DIEESE.
<https://www.dieese.org.br/infografico/2025/conscienciaNegraInfo.html>
- Druck, G. (2011). Precarização e informalidade: algumas especificidades do caso brasileiro. Em R. V. de Oliveira, D. Gomes, & I. Targino (Eds.), *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens* (pp. 65–104). Editoria Universitária da UFPB.
- Duarte, G., & Spinelli, L. M. (2019). Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais e Humanas*, 32(2). <https://doi.org/10.5902/2317175836316>
- Engels, F. (1999). O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. Ed. Eletrônica: Ridendo Castigat Mores.
- Esteves, E. G., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2018). Fontes do pensamento de das práticas em Psicologia Social do Trabalho. Em M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (p. 55-93). Editora Vozes.
- Fagnani, E. (2021). O fim do breve ciclo de cidadania social no Brasil (1988-2019): o papel da

- “Reforma” da Previdência do Governo Bolsonaro. Em Etulain, C. R. (orgs.) *Política pública no Brasil: estudos interdisciplinares contemporâneos* (pp. 28-52).
- Federici, S. (2021). *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. Boitempo.
- Fernandes, J. R. L. (2017). Labor law, CLT and the 2017 brazilian labor reform. *Panor. Braz. law*, 5(7-8), 210-242.
- Ferreira, A. C. X. D., Silva, R. B., & Silva, R. M. A. (2023). Mulheres catadoras de materiais recicláveis: condições de vida, trabalho e estratégias organizativas no Brasil. *Boletim Mercado de Trabalho*, 75, 1-14. <http://dx.doi.org/10.38116/bmt75/espp4>
- Ferreira, C. N. L., Zerbeto, S. R., Gonçalves, A. M. S., Briones-Vozmediano, E., Ronda, E., & Galon, T. (2018). Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 29, 1-17. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0375>
- Galdino, S. J., Malysz, S. T., & Martins, C. H. (2015). As condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis em Associação de Mamborê-PR. *Revista Percurso - NEMO*, 7(2), 165-183. DOI: 10.4025/revpercurso.v7i2.28168
- Galiza, M., Gonzalez, R., & Silva, S. (2011). Debatendo a dicotomia formal/informal: em busca de uma interpretação sistêmica do mercado de trabalho brasileiro. Em R. V. de Oliveira, D. Gomes, & I. Targino (Eds.), *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens* (pp. 229–260). Editora Universitária da UFPB.
- Gandra, A. (2026, 22 de fevereiro) Ministérios reagem à absolvição de homem que estuprou menina em MG. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2026-02/ministerios-reagem-absolvicao-e-homem-que-estuprou-menina-em-mg>
- Garrido-Pinzón, J., Souza, H. A., & Bernardo, M. H. (2015). Salud Mental Relacionada al Trabajo: abordaje integrador. I Congreso Latinoamericano de Teoría Social. Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE*, 35(2), 57–63. <https://doi.org/10.1590/s0034-75901995000200008>
- Goldkorn R., (1979). Apresentação. In: Machel, S., *A Libertação da Mulher* (pp.7-9). Global.
- Gonçalves, J. A., Oliveira, F. G. de, & Silva, D. T. A. da. (2008). Dezoito anos catando papel em

- Belo Horizonte. *Estudos Avançados*, 22(63), 231–238.
<https://doi.org/10.1590/s0103-40142008000200016>
- Guadagnin, M. R., de Souza, V. de O., & de Assunção, V. K. (2024). Nas esteiras da catação: mulheres, trabalho e cuidado em uma cooperativa de catadores/as de materiais recicláveis. *Cadernos Naui*, 13(24), 115–136.
- Guazi, T. S. (2021). Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, 2.
<https://doi.org/10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131>
- Guérin, I. Introdução Geral. In: *As mulheres e a economia solidária* (pp. 11-30). Edições Loyola.
- Guimarães Júnior, S. D., & Ferreira, J. B. O. (2020). Terceirização, saúde e resistências: provocações ético-políticas à psicologia social do trabalho em contexto de precarização subjetiva. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(2), 189-202. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i2p189-202
- Guimarães, N. A., & Vieira, P. P. F. (2020). As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. *Estudos Avançados*, 34(98), 7–24. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>
- Guimarães, N. A., Alves de Brito, M. M., & Barone, L. S. (2016). Mercantilização no feminino: A visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, 31(90), 17. <https://doi.org/10.17666/319017-38/2016>
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 22(2), 201–209.
<https://doi.org/10.1590/s0102-37722006000200010>
- Hirata, H. (1995). Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. *Em Aberto*, 15(65), 39-49.
- Hirata, H. (2002). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, 17-18, 139–156.
<https://doi.org/10.1590/s0104-83332002000100006>
- Hirata, H. (2016). Mulheres brasileiras: relações de classe, de “raça” e de gênero no mundo do trabalho. *Confins*, 26, 1-13. <https://doi.org/10.4000/confins.10754>.
- Hirata, H. (2018). Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29), 14-27. <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1994) A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*,

2(3), 93-100.

- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisas*, 37(132), 595–609. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742007000300005>.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2020). Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, 53, 22–34. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869>
- Hirata, H., & Zarifian, P. (2003). O conceito de trabalho. Em Emílio, M., Teixeira, M., Nobre, M., & Godinho, T. (orgs.), *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas* (pp.65-70). Coordenadoria Especial da Mulher.
- Hughes, E. C. (1958). *Men and their work*. Free Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2026). *Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Quarto trimestre de 2025*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73086>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2025a). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2025*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102240>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025b). *Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2024*. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102202>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. IBGE.
- International Labour Office. (1972). *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. ILO.
- International Labour Organization. (2003). *Seventeenth International Conference of Labour Statisticians*. ILO. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102066>
- Iriart, C., Waitzkin, H., Breilh, J., Estrada, A., & Merhy, E. E. (2002). Medicina social latinoamericana: aportes y desafíos. *Rev Panam Salud Pública*, 12(2), 128-132.
- Kassouf, A.L. (2001). Trabalho infantil: escolaridade x emprego. *Economia*, 2(2), 549-586.
- Kergoat, D. (2003). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Em Emílio, M., Teixeira, M., Nobre, M., & Godinho, T. (orgs.), *Trabalho e cidadania ativa para as*

- mulheres: desafios para as Políticas Públicas Trabalho e Cidadania Ativa para as mulheres* (pp. 55-63). Coordenadoria Especial da Mulher.
- Kon, A. (2012). Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. *Revista Economia & Tecnologia*, 8(2). <https://doi.org/10.5380/ret.v8i2.28159>
- Krawulski, E. (1998). A orientação profissional e o significado do trabalho. *Revista da Associação Brasileira de Orientadores Profissionais*, 2(1), 5-19.
- Krein, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social*, 30(1), 78–104.
- Krein, J. D., & Castro, B. (2015). As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. *Análise*, 6, 5-24.
- Krein, J. D., & Colombi, A. P. F. (2019). A Reforma Trabalhista Em Foco: Desconstrução Da Proteção Social Em Tempos De Neoliberalismo Autoritário. *Educação & sociedade*, 40, 1-18. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019223441>
- Krein, J. D., & de Oliveira, R. V. (2019). Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. Em J. D. Krein, R. V. de Oliveira, & V. A. Filgueiras (Eds.), *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade* (pp. 127–154). Curt Nimuendajú.
- Krein, J. D.; Proni, M. W. (2010). Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. *Trabalho decente no Brasil; Documento de trabalho, n. 4*. OIT- Brasil.
- Kroeff, R. F. da S., Gavillon, P. Q., & Ramm, L. V. (2020). Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 20(2), 464–480. <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>.
- Lacoste, M. (1989). Langage et situation de travail. In: G. Drigeard, P. Fiala; M. Tournier (orgs.). *Courantes Sociolinguistiques* (pp. 207-224). Klincksieck .
- Lapassade, G. (2001). L’Observation participante. *Revista Europeia de Etnografia de Educação*, 1, 9-26.
- Laurell, A. C. (1982). La salud-enfermedad como proceso social. *Revista Latinoamericana de Salud*, 2, 7-25.
- Laurell, A. C. (1989). Social analysis of collective health in Latin America. *Soc. Sci. Med.*, 28(11), 1183-1191.
- Lima-Santos, A. V. de S., & Santos, M. A. dos. (2022). Incels e Misoginia On-line em Tempos

- de Cultura Digital. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(3), 1081–1102.
<https://doi.org/10.12957/epp.2022.69802>
- Lobato, L. V. C.; Costa, A. M. & Rizzotto, M. L. F. (2019). Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. *Saúde Debate*, 43(120), 5-14.
- Lombardi, M.R., de Paula, M. A. B., Monteiro, M. B. S., & Wada, M. I. G. (2021). A entrevista semiestruturada. Em Lombardi, M. R., Ávila, M. A., & Paula, M. A. B. de, *O prazer da entrevista em pesquisas qualitativas* (pp. 35-56). Editora CRV.
- Luz, T. (1991). Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática” - anos 80. *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*, 1(1), 77-96.
- Machado, A. C., & Mallmann, D. (2026, 21 de fevereiro). TJMG cita vínculo afetivo e absolve homem por estupro de menina de 12 anos. *CNN Brasil*.
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/mg/tjmg-cita-vinculo-afetivo-e-absolve-homem-por-estupro-de-menina-de-12-anos/>
- Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. Abril Cultural.
- Manzano, M., Krein, J. D., & Abílio, L. C. (2021). The dynamics of labour informality in Brazil, 2003-2019. *Global labour journal*, 12(3). <https://doi.org/10.15173/glj.v12i3.4434>
- Marques, L.; Henrique, A.; Teixeira, D. & Abílio, L. (2018). *Informalidade: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro* (pp. 4-26). Fundação Perseu Abramo.
- Martín-Baró, I. (1989). Psicología política del trabajo en América Latina. *Revista de Psicología de El Salvador*, 8(31), 5-25.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Trotta.
- Martins, I. G., Mota, L. L. R., Segala, N. B., Santos, T. N. S., & Cabral, L. C. (2016) Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. Em Pereira, B. C. J., & Goes, F. L. (orgs.), *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional* (pp. 75-98). Ipea.
- Marx, K. (1984). *O Capital: crítica da Economia Política, vol. 1, tomo II*. Abril Cultural.
- Marx, K. (1993). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Edições 70.

- Medeiros, M. (2001) A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. *Texto para discussão n° 852*. Ipea.
- Medrado, B., Spink, M. J., & Mello, R. P. (2014). Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. Em Spink, M. J., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P. (orgs.), *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (pp. 273-295). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Mick, J., & Nogueira, J. C. (2021). Racismo e trabalho informal no Brasil: quando desigualdades estruturais se reforçam. Em L. Marques (Ed.), *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo* (pp. 207–218). Fundação Perseu Abramo.
- Mies, M. (2016). Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. *Direito & Práxis*, 7(15), 838-873.
- Minayo, M. C. S. (2014). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec.
- Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 724-733.
- Moreira, S. M. & Santos, R. T. (2020). Cidadania regulada e Era Vargas: a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos e sua fortuna crítica. *Estudos Históricos*, 33(71), 539-558. <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000300006>
- Motta, D. C. (2023). O trabalho dos(as) catadores(as): material reciclável não é lixo. *R. Museu Arq. Etn.*, 40, 4–20.
- Navarro, V. L., & Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. *Psicologia e Sociedade*, 19, 14-20.
- Navarro, V. L., Maciel, R. H. & Matos, T. G. R. (2018). A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. Em M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 25–48). Editora Vozes.
- Neves, D. P. (2001). A pobreza como legado: o trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. *Revista de História Regional*, 6(2), 149-173.
- Nicoli, P. A. G. & Vieira, R. S. C. (2021). Trabalho de gestantes em ambiente insalubre: gênero e as ambiguidades decisórias do STF na ADI 5938. Em Dutra, R. & Machado, Sidnei (orgs.), *O Supremo e a Reforma Trabalhista: a construção jurisprudencial da Reforma*

- Trabalhista de 2017 pelo Supremo Tribunal Federal* (pp. 195-215). Editora Fi.
- Nobre, M. (2003). Mulheres na economia solidária. In A. D. Cattani (Ed.), *A outra economia* (pp. 1-10). Editora Veraz e Unitrabalho.
- Nogueira, C. M. (2024). O trabalho feminino assalariado: a dialética na produção e reprodução. *Serv. Soc. Soc.*, 147(3), 1-15. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.358>
- Oliveira, F. de, Esteves, E. G., Bernardo, M. H., & Sato, L. (2015). Psychologie sociale du travail: rencontres entre recherche et intervention. *Bulletin de psychologie*, 68(536), 93-104.
- Ornellas, L. P. G., D'Avila, G. T., & Coutinho, M. C. (2022). Trajetórias laborais: contribuições para o campo da psicologia social do trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 25, 1–15. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2022.181893>
- Paim J. S., Travassos C., Almeida C., Bahia L., Macinko J. (2011). O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. *The Lancet*, 11-31. DOI:10.1016/S0140-6736(11)60054-8.
- Pateman, C. (2010). Garantir a cidadania das mulheres: a indiferença e outros obstáculos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, 29-40. <https://doi.org/10.4000/rccs.3666>
- Paulilo, M. A. S. (1999). A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, 2(2), 135–148.
- Pereira, J. R., Paiva, K. C. M. de, & Irigaray, H. A. R. (2021). “Trabalho sujo”, significado, sentido e identidade: proposição de análise integrada e perspectivas de pesquisas. *Cadernos EBAPE BR*, 19(4), 829–841. <https://doi.org/10.1590/1679-395120210167>
- Pereira, S. S. (2013) O cotidiano das catadoras de materiais recicláveis da cidade de Campina Grande-PB: violência, exclusão social e vulnerabilidade. *Ateliê Geográfico*, 7(1), 143-73.
- Pulido-Martinez, H. (2012). La investigación sobre la identidad en, para y por el trabajo en América Latina, como ejercicio crítico acerca del mundo laboral. *Psykhé*, 21(2), 77-85.
- Pulido-Martínez, H. C. (2017). De la relación entre la Psicología y el trabajo a la luz de sus dimensiones coloniales. *Estudos de Psicologia*, 34(1), 5-14. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752017000100002>
- Pulido-Martínez, H. C. (2021). “Psicologia Social do Trabalho”: uma intervenção sobre o mundo do trabalho na América Latina. *Laboreal*, 17(2), 1-10. <https://doi.org/10.4000/laboreal.18229>

- Queiroz, V. (2024, 27 de novembro). Empreendedores informais têm rendimento até 3 vezes menor do que negócios com CNPJ. *CNN Brasil*.
<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negocios/empreendedores-informais-tem-rendimento-ate-3-vezes-menor-do-que-negocios-com-cnpj/>
- Quirino, R. (2012). Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. *Revista Tecnologia e Sociedade*, 8(15). <https://doi.org/10.3895/rts.v8n15.2596>
- Quirino, R. (2015). Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. *Trabalho & Educação*, 24(2), 229-246.
- Rego, A. P. de . (2015) Famílias monoparentais femininas e a (des) proteção social: o caso das catadoras de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes (RJ). In *Anais do 3º Encontro Internacional de Política Social e 10º Encontro Nacional de Política Social* (pp. 1-17).
- Ribeiro, M. A. (2010). Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da Psicologia Social do Trabalho. *Revista Psicologia Política*, 9(18), 331-346.
- Ribeiro, M. A., de Oliveira, F., Bernardo, M. H., & Navarro, V. L. (2017). Práticas em Psicologia Social do Trabalho: pesquisa e intervenção. Em M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 122–149). Editora Vozes.
- Ribeiro, M. A., Silva, F. F., & Figueiredo, P. M. (2016). Discussing the notion of decent work: Senses of working for a group of Brazilian workers without college education. *Frontiers in Psychology*, 7(207), 1-14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00207>
- Ribeiro, N. L. D., & Cantóia, S. F. (2021). O trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis na COOPERMAR em Cuiabá-MT. *Sociedade e Território*, 33(1), 228–248. <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2021v33n1id23268>.
- Rocha, D. C., & Francischett, M. N. (2021). O trabalho de catadores de materiais recicláveis nos aspectos histórico-social-políticos. *Pesquisa em Educação Ambiental*, 16(1), 33–51.
- Rosaldo, M. (2023). Dilemas de coprodução: como catadores de rua em São Paulo foram excluídos da reciclagem. *Revista de Ciências Sociais*, 59, 282–313.
- Rossi, F. C. R. (2021). *Sujeitos de sua própria história: a trajetória do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Brasil (2001-2016)* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório UNICAMP.

- <https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=590922&tipoMidia=0>
- Ruiz, T. M. B. (2017). Diretrizes metodológicas na análise dialógica do discurso: o olhar do pesquisador iniciante. *Revista Diálogos*, 5(1), 39–59.
- Sá, E. M., & Oliveira, S. M. P. (2019). O movimento é das mulheres: memória e identidade das catadoras de materiais recicláveis em Foz do Iguaçu. *Rev. Bras. de Iniciação Científica*, 6(4), 102-113.
- Safatle, V. (2011). O que é uma normatividade vital? Saúde e doença a partir de Georges Canguilhem. *Scientiae Studia*, 9(1), 11-27.
- Santos, P. H. M. dos, Rodrigues, G. A. D., Matos Filho, R. dos S., Silva, J. M. da, Jesus, L. S. de, Jesus, A. da C. S. de, Santos, G. S., & Lima, A. da S. (2026). Prevalência de has e diabetes mellitus em trabalhadores feirantes e fatores de risco associados ao seu aparecimento. *Delos*, 19(77), 1-27. <https://doi.org/10.55905/rdelosv19.n77-059>
- Sato, L. (2011). Psicologia e trabalho: focalizando as "profissões ignoradas". Em Medrado, B. & Galindo, W. (orgs.), *Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO* (pp. 233-250). Ed. Universitária UFPE.
- Sato, L. (2013). Recuperando o tempo perdido: psicologia e o trabalho não regulado. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(esp), 99-110.
- Sato, L., & Oliveira, F. (2008). Compreender a gestão a partir do cotidiano de trabalho. *Aletheia*, 27, 188-197.
- Sato, L., Andrada, C. F., Évora, I. M. A., Neves, T. F. S., & Oliveira, F. (2011). As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos de trabalho. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 63(spe.), 1-13.
- Sato, L., Bernardo, M. H., & Oliveira, F. (2008). Psicologia Social do Trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. *Psicología para América Latina*, 15.
- Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da psicologia social do trabalho. Em M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 11–24). Editora Vozes.
- Scariot, N., & Costa, C. (2019) Mulheres catadoras de materiais recicláveis de Santana do Livramento/RS: trajetórias de luta em busca da emancipação social. *Didáticas Específicas*, 20, 73-92. <https://doi.org/10.15366/didaticas2019.20.005>

- Silva, A. P., Barros, C. R., Nogueira, M. L. M., & Barros, V. A. (2007). “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. *Mosaico: estudos em psicologia*, 1(1), 25–35.
- Silva, A. R. L., & Miranda, H. S. (2024). Do doce da cana-de-açúcar à amargura da exploração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho adulto (Usina Bom Jesus – Pernambuco - 1990). *Boletim do Tempo Presente*, 13(3), 104-129.
<https://periodicos.ufs.br/tempopresente>.
- Silva, C. M., & Martins, R. S. (2022). Coleta seletiva e economia solidária: trabalho autogestionário de catadores e catadoras de materiais recicláveis e seus desafios . *Kairós*, 18(1), 85–103. <https://ojs.catolicadefortaleza.edu.br/index.php/kairos/article/view/203>
- Silva, F. B. (2015). Trabalho e regresso: funcionalidade da informalidade à acumulação capitalista. *Temporalis*, 15(30), 119–134.
<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n30p119-134>
- Silva, J. L. da, & Lima, L. A. (2024). A Psicologia Social do Trabalho como perspectiva de pesquisa: focalizando vivências no trabalho informal. *Laboreal*, 20(1).
<https://doi.org/10.4000/120d1>
- Silva, S. P., Goes, F. L., Alvarez, A. R. (2013). *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável – Brasil*. Ipea.
- Sobral, A., & Giacomelli, K. (2016). Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso – ADD. *Domínios de Linguagem*, 10(3), 1076.
<https://doi.org/10.14393/dl23-v10n3a2016-15>
- Soto, A. (2012). Sección Especial: la construcción de identidades en el trabajo en América Latina. *Psykhé*, 21(2), 3-7.
- Sousa, L. P. D. E., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123–139.
<https://doi.org/10.1590/s0103-40142016.30870008>.
- Sousa, R. R., Pereira, R. D., & Calbino, D. Memórias do lixo: luta e resistência nas trajetórias de catadores de materiais recicláveis da ASMARE. *REAd*, 25(3), 223-246.
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.250.92258>
- Souza, J. (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Editora UFMG.
- Souza, J. S. A. (2025). O trabalho da mulher gestante e lactante ante os reflexos da Reforma

- Trabalhista. *Revista Jurídica Direito & Realidade*, 14, 19-37.
- Souza, M. A. D., Silva, M. M. P. da, & Barbosa, M. de F. N. (2014). Os Catadores De Materiais Recicláveis E Sua Luta Pela Inclusão E Reconhecimento Social No Período De 1980 A 2013. *Revista Monografias Ambientais*, 13(5). <https://doi.org/10.5902/2236130815145>
- Spink, P. K. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Spink, P. K. (2009). Microcadeias produtivas e a nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 227-241.
- Spradley, J. P. (1980). *Participant Observation*. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers.
- Sucupira, F. (2016). Divisão sexual do trabalho e o tempo cotidiano das mulheres de baixa renda. *Idéias*, 7(1), 15. <https://doi.org/10.20396/ideias.v7i1.8649509>
- Teodoro, D. A. S. B., & Mattos, A. B. de. (2019). Desigualdade e subjetividade: uma reflexão sobre histórias de vida de trabalhadoras coletoras de material reciclável. *Ponto Urbe*, 24, 1-19. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.6099>
- Theodoro, M. (2005). As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. Em L. Jaccoud (Ed.), *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo* (pp. 91–127). Ipea.
- Theodoro, M. (2008). A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. Em M. Theodoro (Ed.), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição* (pp. 15–45). Ipea.
- Toledo, C. (2008). Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. Sundermann.
- Vasconcelos, J. P. R., Nobre, B. C. B. R., Zaneti, I. C. B. B., & Guimarães, S. M. F. (2020). Catadoras de materiais recicláveis e o cuidado em saúde: subvertendo estruturas de desigualdade. *Revista de Ciências Sociais*, 52, 141-159.
- Véras de Oliveira et al., R. (2023). La informalidad en Latino América desde varias perspectivas. Em R. V. de Oliveira, P. Varela, & A. M. Calderón (Eds.), *Informalidad en América Latina: Un debate actual?* (pp. 249–272). Universidad de Alicante.
- Veras de Oliveira, R., & Krein, J. D. (2024). Sigue siendo válido en América Latina el enfoque en la informalidad? Em Toledo, E. de la G. et al. (Ed.), *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo (II): desafíos y debates en el siglo XXI* (pp. 613–668). CLACSO; CEIL-CONICET.

- Vicente, L. M. D. (2021). A reforma da previdência de 2019 no Brasil e suas consequências no aprofundamento das desigualdades de gênero e da feminização da pobreza. *RDP*, 16(97), 349-368.
- Vieira, C. E. C., Barros, V. A., & Lima, F. P. A. (2007). Uma abordagem da psicologia do trabalho na presença do trabalho. *Psicologia em Revista*, 13(1), 155-168.
- Vygotsky, L. S. (1998). Pensamento e palavra. In: Vygotsky, L. S., *Pensamento e linguagem* (pp. 149-194). Martins Fontes.
- Wirth, I. G. (2011). A divisão sexual do trabalho em cooperativas de triagem de resíduos sólidos: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. Em M. Zanin & R. F. Gutierrez (Orgs.), *Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas* (p. 103–136). Claraluz.
- Zanella, A.V. (2020). *Psicologia histórico-cultural em foco: aproximações a alguns de seus fundamentos e conceitos*. Edições do Bosque.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Início: descrição do objetivo da entrevista para a participante.

Perguntas:

1. Gostaria de entender um pouco da sua história de vida antes do trabalho na cooperativa, como foi a sua trajetória?
 - a. Você acha que o jeito como as coisas aconteceram ao longo da sua vida influenciam em algo na sua vida hoje?
2. Como você chegou até a cooperativa?
 - a. Quais outros trabalhos você realizou?
 - b. Você percebeu dificuldades ao longo da vida para conseguir esses trabalhos?
 - c. Você acha que existe diferença entre o trabalho com carteira e o trabalho que você faz aqui hoje?
 - d. Você divide as despesas com alguém ou só você trabalha?
3. Você já sentiu que o seu trabalho aqui na cooperativa teve algum efeito na sua saúde?
 - a. E em outros trabalhos?
 - b. Você acha que em relação à saúde, tem diferenças entre os diferentes trabalhos que você já fez?
 - c. O que você faz em relação à esses efeitos?
4. Você precisa dividir o seu tempo entre o trabalho fora de casa e outras atividades?
 - a. Você precisa realizar serviços domésticos ou cuidar de filhos ou outros parentes?
 - b. Você tem ajuda para realizar essas outras atividades?
 - c. Você acha que essas outras atividades também têm impactos na sua saúde?
5. O que você costuma fazer para cuidar de si mesma?
 - a. Você consegue ter acesso à consultas médicas ou medicações quando precisa?
 - b. Você consegue ter momentos de descanso ou lazer?

- c. O que você faz normalmente quando está com algum problema?
- 6. Como você se sente sobre o seu trabalho aqui na cooperativa?
 - a. Como são as relações com os colegas?
 - b. Você acha que vocês conseguiram formar um coletivo forte?
- 7. Qual a importância que o seu trabalho tem na sua vida?
 - a. Como você acha que seria a sua vida sem ele?

Encerramento: compreender como estão se sentindo após os relatos, agradecimento pela participação e solicitar que escolham um nome alternativo para garantir o anonimato.

Nota: As perguntas marcadas com alternativas são complementares, para caso as perguntas principais fossem demasiadamente abrangentes para elas ou não fossem compreendidas.